

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – DEGEO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGEOG**

EDDY ESTEBAN TOCÓN AJSIVINAC

**CENÁRIOS DE MUDANÇA GLOBAL, CENÁRIOS DE DESIGUALDADE LOCAL:
AS TERRITORIALIDADES CAMPONESAS EM PATZICÍA, CH, GUATEMALA**

**MANAUS – AM
2022**

EDDY ESTEBAN TOCÓN AJSIVINAC

**CENÁRIOS DE MUDANÇA GLOBAL, CENÁRIOS DE DESIGUALDADE LOCAL:
AS TERRITORIALIDADES CAMPONESAS EM PATZICÍA, CH, GUATEMALA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador

Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz
PPGGEOG-UFAM

Manaus – AM
2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

T632c Tocón Ajsivinac, Eddy Esteban
Cenários de mudança global, cenários de desigualdade local : as territorialidades camponesas em Patzicía, CH, Guatemala / Eddy Esteban Tocón Ajsivinac . 2022
209 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Manuel de Jesus Masulo da Cruz
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Território . 2. Campesinato. 3. Capitalismo. 4. Agricultura. 5. Guatemala. I. Cruz, Manuel de Jesus Masulo da. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

AGRADECIMIENTOS

Uma pesquisa não é uma ilha por si só, assim como nenhuma pessoa é, como J. Donne salienta. Na Guatemala adquiri muitas dívidas ao fazer esta pesquisa, adicionadas as outras que tinha adquirido anos atrás. Primeiro, estou em dívida com o Prof. Dr. Virgílio Reyes (FLACSO-Guatemala & Escuela de Historia, USAC), a quem devo as bases teórico-metodológicas dos estudos camponeses. Na primeira aproximação à realidade camponesa na Guatemala, quero mencionar também a Manuel Esquit Xicay, que em nossas conversas me permitiu entender a realidade camponesa local. O trabalho de campo na Guatemala não teria sido possível sem as discussões e o material fornecido pelo núcleo de pesquisa KAQJAY, do qual faço parte. As pessoas que merecem uma menção especial são o Prof. Dr. Edgar Esquit (IDEIPI-USAC & KAQJAY), cujo abundante trabalho sobre Patzicía e ideias sobre o território e a história estimularam esta pesquisa; e também à colega arqueóloga Ixmukané Choy Gómez (KAQJAY), que foi de muita ajuda durante o trabalho de campo (devido ao fato de nossos trabalhos de campo coincidirem), e com quem mantive discussões constantes sobre os processos territorialização em Patzicía. Por outro lado, na coleta e organização da informação foram especialmente úteis os conselhos e diretrizes da Profa. Olga Pérez (Escuela de Historia, USAC), especialista em campesinato e estrutura agrária. E os do colega antropólogo e amigo Gerardo Alfredo Lemus Hernández, quem contribuiu de uma forma que não posso retribuir, na parte técnica, e a quem peço desculpas porque todos os seus conselhos não foram aplicados nessa investigação. Também estou em dívida com o Prof. Dr. Edgar S. G. Mendoza (IIHAA-USAC), antropólogo e pesquisador socioespacial, pelos seus conselhos acadêmicos e pessoais no começo do processo de mestrado.

Em São Paulo tive o privilégio de frequentar as aulas do Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (FFLCH-USP), cuja teoria comandou o projeto de pesquisa e a interpretação da estrutura agrária guatemalteca; suas aulas e comentários afiados fazem parte desta pesquisa. Na mesma Universidade de São Paulo (USP), tive ajuda e direção do Prof. Dr. Élvio Rodrigues Martins, quem contribuiu na construção e consolidação teórico-metodológica da pesquisa, e na compreensão e reflexão epistemológica da ciência geográfica. Também recebi apoio caloroso, e discussões, no Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (LABOPLAN) da FFLCH-USP, agradeço à técnica do laboratório Ana Elisa Rodrigues Pereira, à Prof.^a Dr.^a Rosa Ester Rossini, ao Prof. Dr. Fábio Betioli Contel, aos colegas Rosivania Santos e Wagner Nabarro, e especialmente à Prof.^a Dr.^a Mónica Arroyo, que foi particularmente generosa comigo, quem me deu o privilégio de acompanhar e apoiar suas aulas de geografia econômica na graduação, e de quem aprendi muito sobre geografia econômica e geografia latino-americana.

A UFAM, minha casa atual, foi a primeira luz nesse trabalho. Quero agradecer o apoio e a deferência do Laboratório de Planejamento e Gestão do Território na Amazônia DABUKURI (PPGGEOG-UFAM), especialmente à Prof.^a Dr.^a Ivani Ferreira de Faria, que confiou/confia no meu trabalho, e me incentivou com o seu apoio e amizade. Do laboratório DABUKURI, agradeço a: Diego Ken Osoegawa e Carla Judith Cetina Castro, que foram especialmente generosos comigo. Também devo muito, em termo de desenvolvimento do meu pensamento geográfico ao Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira, quem me inspirou com a sua visão notável sobre a geografia, e me encorajou pessoalmente e com o seu exemplo; quem, como diretor do PPGGEOG-UFAM, quando cheguei a Manaus, me fez sentir como em casa.

Outra das maiores dívidas a adquiri com o Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz (PPGGEOG-UFAM), quem acreditou e orientou este trabalho, e em sua qualidade de especialista na questão camponesa no Brasil, ajudou a concluir ao mesmo tempo em que enriqueceu o trabalho. Também quero mencionar ao Prof. Dr. Silvio Simione da Silva (CFCH-

UFAC), quem contribuiu de maneira imensurável com seus comentários e observações no exame de Qualificação, tentei atender todas as suas observações.

Na elaboração e conclusão deste trabalho fiquei com dívidas com Adjane Aires Angelim, de quem recebi ajuda constante com o uso da língua portuguesa, durante esses anos. E com Marcotulio Pichiyá Cuy, quem fez a revisão e correções dos topônimos e do uso da língua kaqchikel. Também quero agradecer o apoio dos colegas do PPGEOG-UFAM: Gabriela Mendonça, Ingrid de Freitas, Fernando Monteiro, Thiago Neto, Sanaê Ferreira, Fredson Araújo da Silva e Guilherme Freitas.

A minha porta à realidade social, sem a que houvesse sido impossível o diálogo, a análise e a construção acadêmica do discurso aqui apresentado, foram os camponeses de Patzicía. Agradeço aos membros dos COCODES (2021) das aldeias: Pahuit, Santa Maria Cerro Alto, Las Pareclas, El Potrerio, La Esperanza, El Camán e El Sitán. E aos camponeses, camponesas, e famílias que me acolheram, mesmo no meio da Pandemia de Covid-19, de essas e outras aldeias, alguns nomes aparecem aqui, outros foram disfarçados. Por enquanto, quero agradecer às seguintes pessoas: Benjamin Xiquin, Edgar Buch Xalix, Manolo Azmitia, Santiago Azmitia, Exequiel Tubac, Agustín Sanúm, Isabel Chutá, Cista Solomán, Blanca Sisimit, Félix Per, Tomás Chacaj, Tereso Ramos e Cristóbal Esquit.

Minhas dívidas mais importantes as tenho com as pessoas mais próximas. Minha mãe Alicia Ajsivinac Esquit e meu pai Esteban Tocón Xicay. Que influíram no resultado final, de uma e outra maneira.

E finalmente, o financiamento dos estudos de mestrado, do trabalho de campo e da escritura do informe final foi fornecido por uma bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do programa PAEC OEA-GCUB.

Eddy Tocón Ajsivianc
Patzicía
Agosto de 2021

*“Mas você não morre,
você é duro, José!”*

–Drummond de Andrade, *José*

*“El ruido siempre es más fuerte que la melodía interna,
hay días que no logro entonar”*

–ZETA, *¿Por qué sentimos la necesidad de romper con todo?*

“Peasantry or ‘Light! Inside of Light!’”

–Godspeed You! Black Emperor

Resumo

Esta dissertação apresenta e analisa as transformações territoriais ocorridas nas comunidades camponesas do município de Patzicía, a partir das mudanças introduzidas no campo pelo projeto político-econômico neoliberal do Estado guatemalteco. Essas transformações são especialmente marcantes no município de Patzicía desde a década de 1970, quando foi introduzido um processo de *monopolização do território pelo capital*, que buscava aproveitar a eficiência da unidade camponesa e vincular esses pequenos produtores ao mercado mundial de vegetais e frutas. O objetivo do Estado, da oligarquia e da burguesia agroprodutora, era modernizar a matriz produtiva agrícola sem modificar a estrutura fundiária nacional. Nesse contexto, em Patzicía surgem e se desenvolvem agricultores do tipo *kulak* altamente individualizados, que entram em conflito com os camponeses locais na disputa por terras, recursos e consumo de força de trabalho, o que acaba agravando a desigualdade local. Para compreender às comunidades camponesas, bem como o seu desenvolvimento e permanência neste contexto, partimos dos conceitos de *terra de trabalho* versus *terra de negócio*, que explicam em última instância as disputas pela terra. Para dar um panorama dessa disputa, esta dissertação apresenta o caso empírico e os dados primários e secundários do longo processo dialético de furto e recuperação constante de terras camponesas, desde a época colonial até as atuais disputas entre camponeses e *kulaks*, no município. Mas explicado desde o contexto nacional, entendendo que o Estado tem desempenhado um papel importante, no qual as comunidades camponesas buscam constantemente o acesso a terras suficientes e de qualidade para reafirmar ou construir sua autonomia, sua lógica ecológica e seu projeto político; no caso específico de Patzicía, vinculado a concepções ancestrais de terra e território. Este estudo busca compreender, como a expansão e o desenvolvimento do capitalismo neoliberal na Guatemala modifica e/ou afeta os processos de territorialização e o modo de vida camponês, a partir do caso empírico apresentado no município. O estudo procura, por outro lado, discutir e analisar as várias possibilidades camponesas de territorialização, demonstrar o potencial econômico, político e ecológico das unidades camponesas na dinamização das relações sociedade-natureza, e como alternativa aos efeitos sociais e ecológicos negativos do capitalismo neoliberal. Por fim, com base nos processos estudados, mostra-se que somente a democratização real e imediata do acesso à terra, e de todos os recursos naturais que isso significa, pode contribuir para uma melhoria substancial nas condições de vida das famílias rurais e camponesas, e na aplicação sustentável na agricultura dos processos técnicos inovadores presentes no século XXI.

Palavras-chave: Território, campesinato, capitalismo, agricultura, Guatemala.

Abstract

This dissertation presents and analyzes the territorial transformations that took place in peasant communities in the municipality of Patzicía, from the changes introduced in rural areas through the neoliberal political-economic project led by the Guatemalan State. These transformations have been particularly striking in Patzicía since the 1970s, when a process of *monopolization of the territory by capital* was introduced, which sought to take advantage of the efficiency of the peasant unit and link these small producers to the world market for vegetables and fruits. The objective of the State, the oligarchy and the agro-producing bourgeoisie, was to modernize the agricultural production matrix without modifying the national agrarian structure. In this context, in Patzicía highly individualized *kulak* type farmers emerge and develop, who come into conflict with local peasants in the dispute for land, resources and consumption of work force, which ends up aggravating local inequality. In order to understand peasant communities, as well as their development and permanence in this context, we start from the concepts of *work land* versus *business land*, which ultimately explain the disputes over land in the countryside. To give a overview of this dispute, this dissertation presents the empirical case and the primary and secondary data of the long dialectical process of theft and constant recovery of peasant lands, from colonial times to the current disputes between peasants and *kulaks* in the municipality. But we explain it from the national context, understanding that the State has played an important role in this process, in which peasant communities constantly seek access to sufficient and quality land, to reaffirm or build their autonomy, their ecological logic and their political project, and in the specific case of Patzicía, linked to ancestral conceptions of land and territory. This study seeks to understand how the expansion and development of neoliberal capitalism in Guatemala, modifies and/or affects the processes of territorialization and the peasant way of life, based on the paradigmatic empirical case presented in the municipality. The study seeks, on the other hand, to discuss and analyze the peasant possibilities forms of territorialization, demonstrate the economic, political and ecological potential of peasant units in the dynamization of society-nature relations, and as an alternative to the negative social and ecological effects that capitalism neoliberal brings. Finally, based on the studied processes, it is shown that only the real and immediate democratization of access to land, and all the natural resources that this means, can contribute to a substantial improvement in the living conditions of rural and peasant families, and in the sustainable application in agriculture of the innovative technical processes present in the 21st century.

Keywords: Territory, peasantry, capitalism, agriculture, Guatemala.

Resumen

Esta disertación presenta y analiza las transformaciones territoriales dadas en las comunidades campesinas del municipio de Patzicía, a partir de los cambios introducidos en el campo por el proyecto político-económico neoliberal del Estado guatemalteco. Estas transformaciones han sido particularmente llamativas en el municipio de Patzicía desde la década de 1970, cuando se introdujo un proceso de *monopolización del territorio por el capital*, que buscaba aprovechar la eficiencia de la unidad campesina y vincular a estos pequeños productores al mercado mundial de hortalizas y frutas. El objetivo era modernizar la matriz productiva agrícola sin modificar la estructura agraria nacional. En este contexto, en Patzicía surgen y se desarrollan agricultores tipo *kulak*, altamente individualizados, que entran en conflicto con los campesinos locales en la disputa por la tierra, los recursos y el consumo de mano de obra, lo que termina agravando la desigualdad local. Para entender las comunidades campesinas, así como su desarrollo y permanencia en este contexto, partimos de los conceptos de *tierra de trabajo* versus *tierra de negocios*, que explican en última instancia las disputas por la tierra en el campo. Para dar un panorama de esta disputa, esta disertación presenta el caso empírico y los datos primarios y secundarios del largo proceso dialéctico de robo y recuperación constante de tierras campesinas, desde la época colonial hasta las actuales disputas entre campesinos y *kulaks* en el municipio. Pero explicado desde el contexto nacional, entendiendo que el Estado ha jugado un papel importante en este proceso, en el que las comunidades campesinas buscan constantemente el acceso a tierras suficientes y de calidad, para reafirmar o construir su autonomía, su lógica ecológica y su proyecto político, en el caso específico de Patzicía, vinculado a concepciones ancestrales de tierra y territorio. Este estudio busca comprender cómo la expansión y desarrollo del capitalismo neoliberal en Guatemala modifica y/o afecta los procesos de territorialización y la forma de vida campesina, a partir del caso empírico presentado en el municipio. El estudio busca, por otro lado, discutir y analizar las diversas posibilidades de territorialización campesina, demostrar el potencial económico, político y ecológico de las unidades campesinas en la dinamización de las relaciones sociedad-naturaleza, y como alternativa a los efectos sociales y ecológicos del capitalismo neoliberal. Finalmente, con base en los procesos estudiados, se muestra que solo la democratización real e inmediata del acceso a la tierra, y todos los recursos naturales que esto significa, pueden contribuir a una mejora sustancial de las condiciones de vida de las familias rurales y campesinas, y en la aplicación sostenible en la agricultura de los procesos técnicos innovadores presentes en el siglo XXI.

Palabras clave: Territorio, campesinado, capitalismo, agricultura, Guatemala.

Lista de Tabelas

Tabela 1: Salários-mínimos na Guatemala em GTQ, anos 2016-2021	68
Tabela 2: Custos de produção para 228 microfazendas em Patzicía, ano 2009	81
Tabela 3: Valor (FOB), volume e preços médios dos 25 maiores produtos para exportação, anos 2019-2020, em milhares de USD e milhares de kg	94
Tabela 4: Valor (FOB) das exportações para a América Central classificada por produto, anos 2019-2020, em milhares de USD.....	96
Tabela 5: Valor (FOB) das exportações classificadas por principais países compradores, anos 2019-2020 em milhares USD	97
Tabela 6: Volumes de produção semanal dos três maiores produtos agrícolas de ASODAGPA, ano 2019.....	129

Lista de Quadros

Quadro 1: Leis que comandam o processo de uso e acesso à terra e território na Guatemala.....	146
---	-----

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Área cultivada com milho e feijão na Guatemala, anos 2003-2020.....	101
Gráfico 2: Área agrícola na Guatemala, anos 1961-2018	102
Gráfico 3: Quantidade de fazendas na Guatemala de acordo com sua área em ha, anos 1950-2003	106
Gráfico 4: Área ocupada pelas fazendas de acordo com seu tamanho, anos 1950-2003	107
Gráfico 5: Formas de acesso à terra em Patzicía, segundo CAN de 2003, e Diagnóstico Socioeconómico de 2009	111
Gráfico 6: Evolução das unidades agrícolas em Patzicía, anos 1979-2003.....	112
Gráfico 7: Quantidade de ha usada por tipo de fazenda em Patzicía, anos 1979-2003..	113
Gráfico 8: Porcentagem da terra ocupada por tipo de fazenda em Patzicía, anos 1979-2003	113

Lista de Figuras

Figura 1: Lienzo de Quauhquechollan, ano 1530.....	41
Figura 2: Gloriosa Victoria.....	61

Figura 3: Os agentes em uma cadeia de valor agrícola	86
Figura 4: Plano de Terras da Vila de Patzicía e Labores Imediatas, ano 1818	117
Figura 5: Esboço do Plano de Terras de Patzicía de 1818.....	117
Figura 6: Perfil de elevação do território acessado pelos camponeses da zona sul de Patzicía.....	154
Figura 7: Perfil de elevação do território acessado pelos camponeses da aldeia El Sitán	160
Figura 8: Perfil de elevação do território acessado pelos camponeses da zona norte de Patzicía.....	165
Figura 9: Sistema milpa.....	182

Lista de Fotos

Foto 1: Indígenas trabalhando na colheita de café, século XIX	56
Foto 2: Vista para o topo do monte B'alam Juyu', para o oeste, desde Chuwalax	153
Foto 3: Milho e abacate camponês ao sul da aldeia Pahuit, no fundo o monte B'alam Juyu'	155
Foto 4: Produção camponesa de milho, abacate e café, no lugar antigo, e/ou arqueológico, Chuwalax	156
Foto 5: Trilhas de B'alam Juyu'	157
Foto 6: Milho perto do topo do Monte Soko'	158
Foto 7: Rua da aldeia Las Parcelas, do lado esquerdo uma casa camponesa e do lado direito uma fazenda de abacate.....	161
Foto 8: Seu Ramón Perobal, aldeia Cerritos Asunción	162
Foto 9: Produção de cenoura de um empreendedor agrícola, na planície de Patzicía, próximo à aldeia La Esperanza.....	164
Foto 10: Vista aérea para o leste, a planície, a área urbana de Patzicía, Monte Soko', e no fundo vulcões Agua e Acatenango	166

Lista de Cartogramas

Cartograma 1: Divisão político administrativa do Reino da Guatemala no fim do século XVII	43
Cartograma 2: Planície de Patzicía/Chwa Taq'aj	123

Lista de Mapas

Mapa 1: Área de pesquisa.....	20
Mapa 2: América Central, ano 1856.....	51
Mapa 3: Rotas de navios de vapor, ano 1909. América Central, As Índias Ocidentais de América do Sul e porções dos Estados Unidos e México.....	60
Mapa 4: Agrosserviços em Patzicía, ano 2021	79
Mapa 5: Instituições financeiras que atuam em Patzicía.....	81
Mapa 6: Centros de coleta da produção agrícola em Patzicía	84
Mapa 7: Terra ocupada com “grãos básicos” na Guatemala.....	100
Mapa 8: Culturas permanentes mais importantes na Guatemala.....	103
Mapa 9: Uso do solo em Patzicía	130
Mapa 10: Zonas camponesas em Patzicía	150
Mapa 11: Nomes das terras no município de Patzicía.....	179
Mapa 12: Localização geográfica dos montes B’alam Juyu’, La Campana e Soko’	185
Mapa 13: Vista de satélite de Patzicía	193

Lista de Abreviaturas

- AGA** — Asociación General de Agricultores
- AGCA** — Archivo General de Centro América
- AGEXPORT** — Asociación de Exportadores de Guatemala
- AID** — Agency for International Development
- AMP** — Archivo Municipal de Patzicía
- ANACAFE** — Asociación Nacional del Café
- ASAZGUA** — Asociación de Azucareros de Guatemala
- ASODAGPA** — Asociación de Agricultores Patziciense
- ASTER** — Advanced Spaceborne Thermal Emission and Reflection Radiometer
- AVANCSO** — Asociación para el Avance de las Ciencias Sociales
- BANDESA** — Banco Nacional de Desarrollo Agrícola
- BANGUAT** — Banco de Guatemala
- BANRURAL** — Banco de Desarrollo Rural
- BANTRAB** — Banco de los Trabajadores
- BID** — Banco Interamericano de Desarrollo
- CAD** — Comité Agrario Departamental
- CAL** — Comité Agrario Local
- CAN** — Censo Agropecuario Nacional
- CEASA** — Central de Abastecimiento S.A.
- CEH** — Comisión para el Esclarecimiento Histórico
- CENMA** — Central de Mayoreo
- CEPAL** — Comisión Económica para América Latina y el Caribe
- CIA** — Central of Intelligence Agency
- CNPE** — Consejo de Planificación Económica
- COBUSOT** — Cambios, Bosques y uso de la Tierra
- COCODE** — Consejos Comunitarios de Desarrollo Urbano y Rural
- CONADUR** — Consejo Nacional de Desarrollo Urbano y Rural
- CONGCOOP** — Coordinación de ONG y Cooperativas
- COPECOM** — Cooperativa Comercio
- CSJ** — Corte Suprema de Justicia
- DAN** — Departamento Agrario Nacional
- DC** — Democracia Cristã

DGAA — Dirección General de Asuntos Agrarios

DR — **CAFTA** - Dominican Republic–Central America Free Trade Agreement

ENA — Encuesta Nacional Agropecuaria

FAO — Food and Agriculture Organization

FAOSTAT — Food and Agriculture Organization Corporate Statistical Database

FFLCH — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

FMI — Fondo Monetario Internacional

FOB — Free On Board

FONAPAZ — Fondo para la Paz

FONTIERRAS — Fondo de Tierras

FTN — Franja Transversal del Norte

FUNDEA — Fundación para el Desarrollo Empresarial y Agrícola

GEB — Grupo de Energía de Bogotá

GIMBOT — Grupo Interinstitucional de Monitoreo de Bosques y uso de la Tierra

IARNA — Instituto de Agricultura, Recursos Naturales y Ambiente

ICA — International Cooperation Administration

ICC — Iniciativa de la Cuenca del Caribe

IDAEH — Instituto de Antropología e Historia

IDEG — Infraestructura de Datos Espaciales de Guatemala

IGN — Instituto Geográfico Nacional

IICA — Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura

INDECA — Instituto Nacional de Comercialización Agrícola

INE — Instituto Nacional de Estadística

INTA — Instituto Nacional de Transformación Agraria

IPA — Iniciativa para las Américas

MAGA — Ministerio de Agricultura, Ganadería y Alimentación

MINECO — Ministerio de Economía

MINTRAB — Ministerio de Trabajo y Previsión Social

MLN — Movimiento de Liberación Nacional

NASA — The National Aeronautics and Space Administration

OEA — Organização dos Estados Americanos

ONG — Organização Não Governamental

ONU — Organização de Nações Unidas

PAN — Partido de Avanzada Nacional

PGT — Partido Guatemalteco del Trabajo
PIB — Producto Interno Bruto
PL480 — Public Law 480
RIC — Registro de Información Catastral
SEGEPLAN — Secretaría de Planificación y Programación de la Presidencia
TRECSA — Transportadora de Energía de Centroamérica S.A.
UFCO — United Fruit Company
UFM — Universidad Francisco Marroquín
URL — Universidad Rafael Landívar
USAC — Universidad de San Carlos de Guatemala
USAID — United States Agency for International Development
USP — Universidade de São Paulo
VAA — Valor Acrescentado Agropecuario

Lista de Símbolos

AMSL — Above mean sea level
CA-1 — Pan-American Highway
GTQ — Quetzal guatemalteco
ha — Hectare
kg — Quilograma
m — metros
RN-1 — Ruta Nacional 1
tm — Tonelada métrica
USD — Dólar estado-unidense

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	18
I. Aspectos teórico-metodológicos	19
I.I. Do espaço ao território	19
I.II. Processos de territorialização: como estudar o território?	23
I.III. O campesinato como classe social	25
I.IV. A agricultura sob o capitalismo mundializado	29
II. Procedimento de pesquisa	33
II.I. O trabalho de campo	35
III. A organização dos capítulos	36
CAPÍTULO 1. A UNIDADE CAMPONESA EM PATZICÍA: NA INTERAÇÃO DO GLOBAL AO LOCAL	39
1.1 A conformação do campesinato na Guatemala	39
1.1.1 A fazenda e a organização econômica da Colônia	40
1.1.2 Os liberais e o café: a República da Guatemala	49
1.1.3 Da Reforma Agrária democrática ao anticomunismo neoliberal	57
1.2 Força de trabalho camponesa e cenário agrário local: inclusões e exclusões	64
1.2.1 Da monopolização do território pelo capital à pequena produção agrícola capitalista	64
1.2.1.1 A pequena agricultura capitalista como forma de exclusão camponesa	67
1.2.2 O camponês patziciense e seus recursos	70
1.3 O camponês e a capitalização da renda da terra: a produção e o mercado	74
1.3.1 A produção camponesa e a produtividade capitalista: o consumo produtivo e a coprodução sociedade-natureza	75
1.3.1.1 Financiamento camponês em Patzicía	80
1.3.2 A circulação da produção camponesa e a monopolização do território	82
1.3.2.1 Encadeamento camponês de pequena escala	86
1.4 O camponês do global ao local	89
CAPÍTULO 2. DISTRIBUIÇÃO DA TERRA E PERDA DE ACESSO AOS MEDIOS PRODUTIVOS: GENERALIDADES E SINGULARIDADES DA QUESTÃO AGRÁRIA	92
2.1 Estrutura fundiária guatemalteca: uma construção histórica	92
2.1.1 Ocupação agrícola do solo na Guatemala	99

2.1.2 Distribuição e tenência da terra	104
2.2 A configuração da distribuição da terra em Patzicía	110
2.2.1 As terras de Pa ti Sya'	114
2.3 As parcelas camponesas face à agricultura capitalista	128
2.3.1 O uso do solo em Patzicía	128
2.4 Posse, propriedade e uso da terra em Patzicía	132
CAPÍTULO 3. TERRA EM DISPUTA: MONOPOLIZAÇÃO DO	
TERRITÓRIO PELO CAPITAL E TERRITÓRIO-REDE CAMPONÊS	135
3.1 Processo de privatização da terra e mudanças no uso do território: política pública, terra municipal e comunidade camponesa.....	136
3.1.1 Terra e força de trabalho cativas: decreto 170 e 177	136
3.1.1.1 A retórica de modernização: decreto 1996, 1974 e 1786	138
3.1.2 Reforma e Contrarreforma: decreto 900 e 1551	139
3.1.3 Acordos de Paz e a total privatização da terra: decretos 24-99 e 41-2005	142
3.1.4 O ordenamento territorial municipal	147
3.2 Sistemas locais, acesso e uso da terra: terra de trabalho, terra de negócio e a presença negativa do Estado	149
3.2.1 As territorialidades camponesas em Patzicía.....	150
3.2.1.1 Os territórios camponeses da zona sul de Patzicía	152
3.2.1.2 Os territórios camponeses da aldeia El Sitán.....	157
3.2.1.3 Os territórios camponeses da zona norte de Patzicía.....	160
3.2.2 A presença negativa do Estado e a transformação no uso da terra e o território camponês em Patzicía.....	165
3.2.2.1 A organização camponesa face à perda de acesso à terra.....	168
3.2.2.1.1 Os camponeses sem-terra ou com terra insuficiente	168
3.2.2.1.2 A luta camponesa por acesso a partilhas do território	171
3.3 Trajetórias camponesas: classe social e modo de vida	179
3.3.1 A produção de milho nativo como modo de vida.....	180
3.3.2 Modo de vida camponês, além da terra agrícola	183
3.3.3 A lógica da sobrevivência camponesa.....	186
3.4 Território-rede camponês: a produção do espaço a partir da desigualdade local	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	198
APÊNDICE	208

APRESENTAÇÃO

A economia da Guatemala é predominantemente baseada no setor primário. A agricultura é historicamente o maior setor e atualmente é responsável por 13,5% do Produto Interno Bruto — PIB. Dois terços das exportações e 31% da força de trabalho estão concentradas na agricultura. O país é o maior exportador mundial de cardamomo, o quinto produtor de banana, o sexto do óleo de palma, o décimo de café e o décimo quinto de cana de açúcar. Os objetivos desta pesquisa foram construídos entendendo a importância da unidade camponesa como ator político e econômico, não apenas com capacidades para impulsionar e dinamizar a economia local ou nacional, mas, a partir do seu potencial político, com a capacidade de construir organizações e redes sócio-espaciais justas.

A relevância desta pesquisa é justificada por dois motivos. Por um lado, é necessário continuar e motivar a discussão acadêmica sobre o campesinato como modo de vida e classe social, assim como sobre sua evolução no capitalismo mundializado. E por outro, procuramos realizar um exercício de interpretação de um caso particular — o caso de Patzicía — para exemplificar, discutir e debater a trama teórico-metodológica e o procedimento de pesquisa escolhido. A meta é introduzir a teoria e metodologias da abordagem sócio-espacial nos estudos agrários da Guatemala a partir da introdução de uma das discussões teóricas de “território” da Geografia Agrária à discussão teórica da questão agrária no país.

O campesinato começou a ser estudado na Guatemala durante a segunda metade do século XX a partir de perspectivas que o entenderam na direção de sua dissolução. Os trabalhos mais importantes nesse sentido são os de Flores Alvarado (1977) e Figueroa Ibarra (1980). Ambos explicam o campesinato como classe social, mas sua posição analítica entende-o desde o ponto de vista de uma evolução inevitável, ou seja, explicando-o como uma espécie de remanescente das relações mercantilistas coloniais, em direção a sua inevitável proletarização final (relação capitalista). E, embora esses estudos tenham iniciado uma tradição importante na Guatemala, hoje, sua abordagem como classe social, ou dentro da sociedade de classes (uma análise estrutural), começa a ser negligenciada.

Porém, ainda que dentre das Ciências Sociais guatemaltecas a questão agrária e o campesinato apresentam importantes referências, mesmo incluindo aqueles de tipo institucional, na Geografia é praticamente inexistente. Este estudo tem a intenção de fazer parte dos poucos estudos de Geografia Crítica na Guatemala (país onde a institucionalização da Geografia científica é um processo inacabado), a partir da implementação da teoria e dos

procedimentos metodológicos da Geografia como disciplina científico social, para que possam ser replicados e/ou debatidos em leituras e pesquisa subsequentes.

O problema de pesquisa aqui não é listar elementos e dados empíricos que demonstrem a existência ou continuidade do campesinato dentro do capitalismo do século XXI; mas, compreendendo efetivamente sua existência como classe social e modo de vida, abordar as características que suas territorialidades apresentam neste contexto, bem como suas transformações e as relações que mantêm com processos políticos (políticas públicas) e econômicos de organização territorial. O objetivo é caracterizar as territorializações camponesas baseadas na imposição do capitalismo monopolista mundializado no município de Patzicía, e as consequências que isso implica no entorno social local, para identificar as alternativas que as unidades camponesas têm na organização do seu território, e fornecer elementos para continuar a discussão sobre o papel do campesinato na construção de justiça e na transformação social.

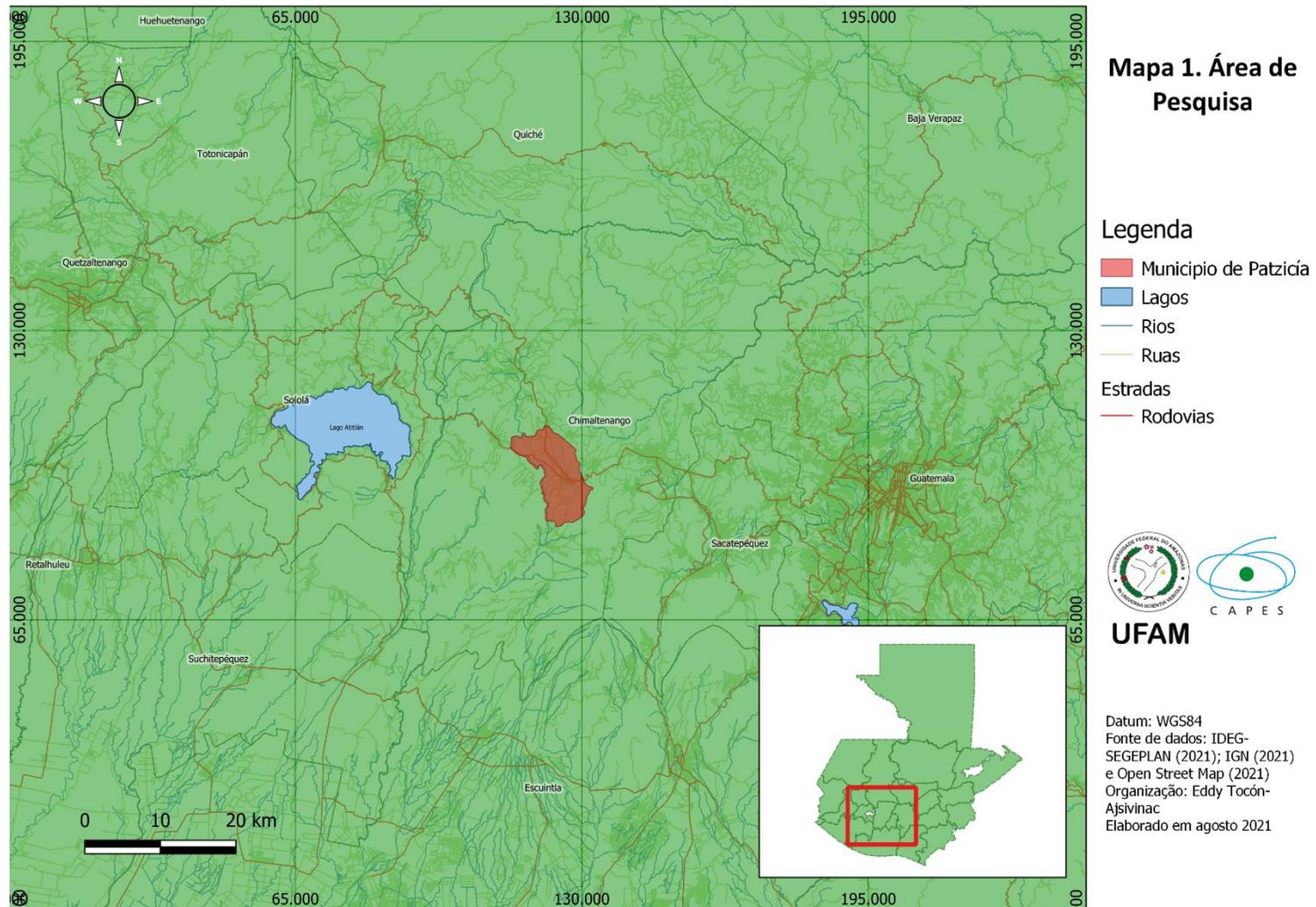
I. Aspectos teórico-metodológicos

I.I. Do espaço ao território

Para abordar o *território* é necessário partir do conceito do *espaço*. Na Geografia Crítica, foi, principalmente, a partir do trabalho de Lefebvre (2013 [1974]) que, na abordagem do *espaço*, deixou-se de lado — mais claramente — uma interpretação naturalizante como superfície terrestre correspondente apenas ao relevo, hidrografia, clima e vegetação, e passou-se a falar do *espaço social* como produto das relações de trabalho e da divisão social do trabalho.

Assim, “pode-se entender o espaço social como aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade”, mas que não faz referência a um nível abstrato, porém, o *espaço* refere-se “à *superfície terrestre apropriada*, transformada e produzida pela sociedade” (SOUZA, 2018, p. 22, *grifo nosso*). Nesse sentido, podemos afirmar que o espaço é uma construção social, produto e suporte das relações sociais de produção e reprodução, como um componente delas.¹

¹ Segundo Tonucci (2013), nessa apropriação, transformação e produção da superfície terrestre pela sociedade, estão inclusos os processos ideais (categorias mentais de abstração formal) e sua relação com os elementos materiais: por um lado, o espaço físico da “natureza” e o cosmos, e por outro, a prática social.



Mapa 1: Área de Pesquisa
Fonte: Organizado por Tocón Ajsivinac, 2021

Segundo Lefebvre, a produção social do espaço é um processo no qual a sociedade apresenta-se e representa-o ao mesmo tempo. Em outras palavras, o espaço contém todas as representações sociais.² Eis que o *espaço* geográfico não é algo dado *per se*, como o substrato *natural* terrestre-topográfico, entretanto ele é produzido a partir da intervenção da sociedade (da sua apropriação social). Em suma, a partir do trabalho de Lefebvre, podemos dizer que as relações sociais (de produção) são constituintes do espaço. Elas são determinantes na sua construção, portanto, modificações nessas relações podem resultar em funções diferentes dentro da *sociedade-espaço*.

Em palavras simples, o *espaço-social* é criado a partir da ação — racional ou não — dos sujeitos instalados em um determinado momento do *tempo-espaço*. Nessa produção do espaço, enquanto social, há *interesses convergentes* e *divergentes* entre os atores que o produzem. Esses atores agem a partir de sistemas de ações e de comportamentos,³ isso quer dizer que nenhuma prática espacial é inocente, ela é sempre *intencionada*. E é precisamente isso o que produz o *território* (RAFFESTIN, 1993; SACK, 1986).

Nessa relação entre interesses convergentes e divergentes surge a intenção de controle⁴ sobre uma área. Sack (1986) afirma que, além do controle efetivo, o território também inclui a “intenção” de afetar ou influenciar as ações dos sujeitos contidos no espaço territorializado, incluindo não-humanos. O autor escreveu sobre os territórios: “are the results of *strategies* to affect, influence and control *people, phenomena and relationships*” (p. 19, *grifo nosso*). Um território é entendido principalmente a partir das relações de poder, controle, influência e ordenação sobre um espaço (*by controlling area*) e seu conteúdo, ou seja, pessoas, fenômenos, relações e recursos. Então, é a cena do poder e a cena de todas as relações que criam e moldam as territorialidades.

² Lefebvre (2013) explica isso a partir de uma “triplicidade do espaço” que intervém na sua produção. Essa triplicidade constitui-se de: (1) a *prática espacial*, que é o espaço percebido pelos indivíduos, quer dizer, o espaço de uma sociedade que contém a produção e reprodução, e representa uma coesão continuada; (2) as *representações do espaço*, que é o espaço concebido por *especialistas*, ou seja, a concepção simbólica do espaço intelectualmente elaborada; e (3) o *representacional* ou *espaços de representação*, que refere-se ao espaço vivido pelos indivíduos, no sentido “íntimo” e “pessoal” com um caráter afetivo.

³ Na produção do território, Raffestin (1993) ressalta a diferença entre *atores sintagmático* e *atores paradigmáticos*. Os primeiros são os atores que seguem um plano intencionado sobre o espaço. E os segundos agem sobre o espaço sem plano, vítimas dos atores sintagmáticos, referem-se às populações marginadas sem controle efetivo sobre o território, porém, eles podem se tornar atores sintagmáticos sob circunstâncias especiais.

⁴ Ao falar do território como “uma expressão política da sociedade” (em termos simplificados), a noção “controle sobre uma área” entende-se não como parte de uma relação instintiva do poder físico especialmente agressiva, herança “naturalista” no conceito *território*, mas como uma estratégia do exercício do poder no sentido amplo.

Segundo Raffestin, *qualquer relação política* desenvolvida por um sujeito no espaço cria um território. Ações como dominar ou influenciar são decisivas no exercício do poder sobre um espaço para produzir territorialidades. Levando em conta isso, os processos de territorialização são a apropriação através do *controle* do espaço no sentido físico e simbólico ao mesmo tempo.

O território é a produção causada pelas relações envolvidas dentro do campo do poder. Enquanto produção e construção social, é *representado* (por códigos e sistemas sêmicos)⁵ e, por conseguinte, apropriado. As representações do território não são acessórios das relações políticas que o produzem, são elas próprias relações do poder sem as quais não haveria território, pois, toda imagem, modelo ou “representação” dele é uma construção da realidade, e por tanto um instrumento de poder (RAFFESTIN, 2013). Haesbaert (2011), a este respeito, argumentou que as relações espaciais de poder que conformam o território incluem o poder simbólico, pois trata-se simultaneamente de uma dominação político-econômica e uma apropriação simbólico-cultural. Por outro lado, Sack enfatiza:

Circumscribing things in space, or on a map [...] identifies places, areas, or regions in the ordinary sense, but does not by itself create a territory. This delimitation becomes a territory only when its boundaries are used to affect behavior by controlling access. (1986, p. 19)

Sack descreve que as “imagens” do espaço físico sozinhas não significam nada, elas constroem territorialidade enquanto representações das relações sociais (os mapas, por exemplo). O primeiro aspecto importante, então, na análise do território são as *relações políticas*, tanto lutas físicas pelo controle ou influência, quanto *representações* (simbólicas) da apropriação espacial (área) no avanço do processo histórico.

Por último, então, a atividade territorial é ao mesmo tempo produtora de sentidos e de símbolos. Teríamos, assim, um espaço forjado nas representações que fazemos dele como híbrido entre materialidade, imaterialidade, funcionalidade e expressividade. E poderíamos dizer que o território cumpre duas funções políticas específicas: como controle, influência e dominação, a função *político-disciplinar*; e como cena do poder e lugar de todas as relações,⁶ a função *político-econômico* (RAFFESTIN, 1993).

⁵ É Raffestin quem põe a ênfase na *semiotização* do território, ele ressalta: “A tessitura territorial é um sistema sêmico que mantém relações diretas com o modo de produção, que por se manifestar no território tem necessidade de códigos. A tessitura é um código, da mesma forma que a língua, por exemplo” (1993, p. 177-178).

⁶ Inclusive as relações do trabalho que, em termos de Raffestin (1993), é “energia e informação” condensada.

Mas, tanto político-disciplinar quanto político-econômica, compreende-se que toda relação territorial gera identidade (apropriação), pois controla e distingue, separa e padroniza, nomeia e classifica indivíduos, grupos sociais e coisas. Sack (1986) fez uma descrição dos efeitos envolvidos nesses processos territoriais, eles são: (1) *definition or classification by area* refere-se a atribuir características comuns e parâmetros de controle a objetos e relações circunscritas em um espaço (território) compartilhado; (2) *communicating by using a boundary* refere-se aos limites como dispositivos que comunicam a posse dos objetos e relações dentro desses limites, esta é necessária para manter a primeira e pode ser feita não apenas a partir de fronteiras visíveis, mas também com representações simbólicas em espaços descontínuos; e (3) *enforcement of access* refere-se ao controle efetivo, mesmo não explícito, dos fluxos de acesso e saída das áreas delimitadas, e ao controle e influência dos objetos e das relações internas.⁷

Então, um território é um domínio político-econômico *funcional* e uma apropriação ou controle por identificação cultural *simbólica*, quer dizer, a dimensão espacial das relações do poder. E, enquanto uma relação moldada pela materialidade entende-se a partir das relações com as que *significamos* e *funcionalizamos* o espaço. Em poucas palavras, o território é a experiência social, e contém todas as representações dos sujeitos dentro de relações *delimitadas* pela materialidade do espaço, hierarquicamente ordenadas e estruturadas em rede pela sua dimensão social.

1.II. Processos de territorialização: como estudar o território?

Os processos de territorialização encontram-se determinados pelas particularidades das forças produtivas e do contexto histórico-social. Esses nunca são estáticos, e podem ser ligados e desligados (*turned on* e *turned off*), dependendo de: quem procura influenciar a quem, sob quais condições e em qual período do tempo (contexto histórico-social). Entendemos que a missão do geógrafo é identificar o território usado para cada contexto específico (RAFFESTIN, 1993), pois, as relações que geram estão mudando constantemente, e a melhor forma de abordá-lo é revelar as características dele que mudam ao correr do tempo. Isso ficará claro mais tarde quando forem abordados os processos de territorialização capitalista na agricultura.

⁷ Segundo Sack *apud* Soares e Santos (2018), essas três facetas da territorialidade têm sete consequências, elas são: “reificação simbólica, deslocamento, multiplicação de territórios, relações impessoais, limpeza do espaço, o território como um *container/molde* (para as propriedades espaciais dos eventos) e o *lugar conceitualmente vazio*.” (p. 14, grifo dos autores).

Por enquanto, esses processos definem-se como as relações dialéticas de um sistema tridimensional: sociedade-espço-tempo (RAFFESTIN, 1993), isso não é mais do que o reflexo da multidimensionalidade do vivido pelos membros de uma comunidade. E essa é a razão pela qual em qualquer território ainda hoje:

[...] verifica-se a permanência das tessituras antigas que sobrevivem, por elas são sustentadas pelas relações vividas pelas populações, pelas relações econômicas, pelos laços de solidariedade e pelas conformidades entre linguagem e costumes. *Destruir ou apagar os limites antigos é desorganizar a territorialidade e, em consequência, questionar a existência cotidiana das populações.* Uma transformação drástica dos limites teria conduzido a um confronto com o novo poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 173, grifo nosso)

Uma mudança no regime político introduz mudanças na quadrícula territorial, como será mostrado. O capitalismo mundializado provocou modificações nas territorialidades locais através da manipulação dos códigos de hierarquia e de centralização, por um lado, e de mudança vertiginosa e acumulação, por outro lado (RAFFESTIN, 1993). Raffestin propõe que a maneira mais apropriada de abordagem territorial é estudar essas relações a partir da sua história no espaço onde estão instaladas: “por meio dos modos de produção que permitiram sua instalação e das técnicas que lhes deram forma. As redes [territoriais] são não somente a exibição do poder, mas são ainda feitas à imagem do poder” (p. 209).

Na abordagem dos territórios deve-se entender que os graus nos que se explicitam umas ou outras características do território (elementos, fenômenos, hierarquizações, exclusões ou inclusões), dependem do espaço e do tempo (geografia e história). No caso das *comunidades agrícolas*, Sack enfatiza:

The need for territoriality at the community level will increase if there is also competition for land *from outside* [...] Agricultural communities tend to be territorial as a whole and tend to subdivide land within the community, and these tendencies increase as population densities increase. (1986, p. 59, grifo nosso)

Territorialização significa controlar fluxos, estabelecer e dirigir redes, em constante transformação pela mudança da função, e/ou apropriação simbólica. Nos casos das comunidades agrícolas, as pressões vindas de fora e as dinâmicas *naturais* demográficas introduzem mudanças nos seus territórios:

Para ciertos grupos, como los agricultores pobres o las naciones indígenas expropiadas, la territorialización también puede ser vista como una búsqueda de tierra cultivable, o que disponga de los recursos mínimos requeridos para la supervivencia del grupo. [...] encontrar tierras que puedan utilizar (dimensión económico-funcional del territorio) y a

través de las cuales puedan reconstruir o manifestar su identidad cultural (dimensión simbólica o expresiva del territorio). (HAESBAERT, 2011, p. 204)

Para finalizar, na compreensão completa do território devemos nos explicar as centralidades e as marginalidades dialeticamente relacionadas. Isso fica evidente com o desenvolvimento contraditório e a modernização conservadora do capitalismo. Assim, centralidade impõe-se pela violência e/ou pela exclusão, gerando a organização hierárquica do espaço. As vítimas desses processos são o proletariado e o campesinato, que são *deslocados*, excluídos, tirados e seus territórios colocados em uma relação assimétrica de poder estendida até a escala global. Esses *deslocamentos* podem não ser precisamente físicos (como não é apenas físico o território), ocorrem em diversos graus, por exemplo: “Podemos encontrar situaciones en las que, a pesar de estar “territorializados” en términos funcionales más concretos, podemos hallarnos más desterritorializados en el sentido simbólico-cultural, y viceversa” (HAESBAERT, 2011, p. 259).

Esses processos são chamados por Haesbaert de processos de exclusão social ou *aglomerados de exclusão*, e refere-se à exclusão ou inclusão precária promovida pelo capitalismo no seu processo de controle territorial, como o explicado com os exemplos citados das comunidades agrícolas. A *marginalidade* (exclusão) gera instabilidade, debilidade e impossibilidade de construir e exercer controle efetivo sobre um espaço, tanto no sentido da dominação político-econômico, quanto no sentido da apropriação simbólico-cultural. Toda exclusão social é também exclusão socioespacial, e pode acontecer com a expulsão física do território (político-econômico), até com a definição de fora para adentro dos processos de territorialização (simbólico-cultural). Em uma palavra, gera desigualdades locais.

Assim, no contexto do capitalismo monopolista mundializado, como consequências, mas também como alternativas dos sujeitos *deslocados*, o processo de territorialização devem ser estudados desde a compressão da interconexão complexa entre território em rede. Ou seja, um território marcado pela descontinuidade e a fragmentação, que possibilita a passagem constante de um território para outro (HAESBAERT, 2011).

I.III. O campesinato como classe social

A partir de autores como Martins (2010) entendemos que, para conseguir uma verdadeira aproximação científica da natureza do movimento da sociedade capitalista, é necessário estudar os processos de produção e reprodução do capital.

O ponto da origem da reprodução capitalista (a *produção* do capital) é necessariamente não capitalista. Porém, no movimento da reprodução capitalista, movimento teoricamente infinito, gera-se a produção capitalista de relações não capitalistas de produção. Ou seja, o desenvolvimento do capitalismo deve ser entendido como contraditório, pois, na reprodução do capital criam-se e recriam-se essas relações não capitalistas de produção (OLIVEIRA, 1986; 1998; 2007; PAULINO, 2012; PAULINO e ALMEIDA, 2010), gerando “as tensões e contradições constitutivas do processo social histórico” (MARTINS, 2010, p. 15). Assim, salientamos que nenhum modo de produção é uniforme.⁸ Pelo contrário, o “modo de produção” (abstração das ciências sociais) forma a base de um segundo nível de conceitos: as “formações sociais” (históricas), que são a combinação articulada hierarquicamente de diversos modos de produção (AMIN e VERGOPOULOS, 1977).

O desenvolvimento do modo de produção capitalista é desigual, mas, como lembra Martins, não no sentido do desenvolvimento econômico desigual das classes, entretanto no sentido das diferenças das expressões e movimentos da sociedade. No capitalismo encontramos, então, um sistema único de combinação do modo de produção capitalista com modos pré-capitalistas.⁹ A *criação* capitalista das relações não capitalistas de produção, que o capitalismo utiliza na sua “constante produção”, ocorre especialmente no processo de capitalização (absorção no processo capitalista) da renda da terra (de origem pré-capitalista, que no processo de capitalização vira relação *não* capitalista de produção do capital). Vergopoulos (1977, p. 45) explica que o estudo profundo da agricultura no capitalismo consegue-se começando com o estudo do solo como mercadoria, pois a partir da existência da renda da terra o capitalismo instala “um dispositivo que lhe permite recuperar o máximo do sobretrabalho camponês”, e essa relação que o capitalismo mantém com a agricultura gera processos análogos à “acumulação primitiva” em constante recriação.

Nesse movimento é necessário entender que a renda da terra, enquanto categoria pré-capitalista, não será *superada* pelo capital (como não tem sido até agora). Martins explica-o de maneira simples e clara: “A determinação histórica do capital não destrói a renda da terra nem

⁸ Martins (2010) chama a atenção ao fato de que na obra de Marx um modo de produção é uma forma historicamente singular do movimento da sociedade; é o modo como a sociedade se produz e não apenas como a sociedade produz.

⁹ Samir Amin (1977) chama de “modos de produção tributários” aos modos pré-capitalistas conformados por camponeses produtores e uma classe-Estado controladora do acesso ao solo como classes antagônicas. Sobre a articulação hierárquica dos modos de produção que constituem as formações sociais capitalistas (concretas e históricas). Amin disse que “os modos dominados — e por isso eles subsistem — são profundamente alterados, transformados, desfigurados, às vezes esvaziados de seu conteúdo”, e que essa análise é importante na abordagem indústria / agricultura, e países capitalistas dominantes / agricultura periférica dominada (p. 13).

preserva seu caráter pré-capitalista, [pelo contrário] transforma-a, incorporando-a, em renda capitalizada” (2010, p. 19). Então, a renda da terra absorvida pelo capital vira *renda territorial capitalizada*. E, enquanto modalidade de produção do capital, mantém-se a partir da aliança de classes entre burguesia e propriedade fundiária. Na configuração fundiária de países como o Brasil e a Guatemala, onde capitalista e fazendeiro são a mesma pessoa,¹⁰ é indispensável entender que a renda territorial capitalizada é determinante na constituição das classes e de seus antagonismos.

Assim, nesse processo contraditório, intrínseco ao movimento do capitalismo, de capitalização da renda da terra, geram-se e reproduzem-se o *latifúndio* e o *campesinato* como relações não capitalistas de produção dentro do capitalismo. Portanto, é importante salientar que “reduzir a interpretação sociológica aos parâmetros de uma sociedade binária composta de burguesia e proletariado é adular a realidade” (MARTINS, 2010, p. 20). Entretanto, o desenvolvimento das forças produtivas não finaliza no binário capital-trabalho, ou *meios de produção-força de trabalho* (PAULINO, 2010). Acreditamos, seguindo a autores como Amin e Vergopoulos (1977), Martins (2010), Oliveira (1986; 1998; 2007; 2016) e Paulino (2010; 2012), que a sociedade capitalista está constituída, quando menos, pelas seguintes classes sociais: *burguesia*, *proletariado* e, enquanto “não capitalistas” subordinadas pelo capital, *proprietários de terra*:¹¹ latifundiários e camponeses.¹²

Vergopoulos (1977) faz uma análise profundo da renda capitalizada e a questão camponesa, concluindo que desde o fim do século XIX o *sobrelucro* agrícola, conversível em renda fundiária (abordada aqui como *renda territorial*), é um fluxo de mais-valia gerada na agricultura através do mercado, gerada não a partir de valores avançados mas motivada pela

¹⁰ Na ascendente sociedade capitalista da Europa Ocidental de finais do século XIX apresentou-se um dilema, próprio do capitalismo dos países centrais: a oposição dos interesses dos capitalistas e dos proprietários fundiários, como herança da disputa dos interesses da sociedade burguesa em ascensão e do antigo regime. Tanto no Brasil quanto na Guatemala surgiram sujeitos personificando duas classes: proprietários fundiários (latifundiários) e capitalistas industriais (“empreendedores urbano-industriais” burgueses), não como uma simples herança colonial, mas como uma estratégia de classes na reafirmação contraditória da terra no capitalismo latino-americano. Vergopoulos (1977) diz que a grande propriedade fundiária capitalista é criação da modernidade capitalista e não uma continuidade da grande propriedade medieval.

¹¹ Paulino (2012) explica que dentro desse esquema a propriedade da terra é dividida entre capitalistas e camponeses. Sendo a primeira *terra de negócio* por se basear na exploração do trabalho alheio através da extração de mais-valia, e a segunda *terra de trabalho* por constituir a base de reprodução familiar camponesa.

¹² Paulino e Almeida (2010) definem o camponês como classe com consciência de classe (classe enquanto categoria histórica). As autoras escreveram: “por um lado, luta por valores considerados conservadores ligados à reprodução de sua condição de proprietário de terra; por outro, luta contra as diversas formas de drenagem da renda fundiária, que ocorre na circulação dos produtos do seu trabalho e contra a ameaça de expropriação. Essa última possibilidade contém em germe a luta anticapitalista; porque, para não experimentar sua finitude, o camponês se opõe à produção e à expansão territorial do capital, denunciando a destruição de seu modo de vida e revelando, neste conflito, para si e para as demais classes, sua oposição ao capital” (p. 27).

necessidade de equilíbrio do sistema capitalista como um todo (agricultura como subsidiária do capitalismo-urbano, leia-se “industrial”) através da pilhagem do setor agrícola, assim entendemos que a acumulação capitalista necessita da *submissão* da agricultura ao setor capitalista industrial e não da racionalização capitalista da agricultura (pp. 104-105). Sobre a renda na agricultura, entre outras coisas, o autor escreve que: “ela [a agricultura] capta os fluxos de capitais, renda e mão de obra; fá-los circular sob forma de produtos como parte integrante do sistema mecanizado. Põe-nos em movimento e está em movimento perpétuo” (p. 85). É nessa submissão da agricultura que o campesinato é recriado, pois, no esquema clássico do capitalismo, mesmo a expansão da agricultura camponesa não exclui a renda fundiária, sim a suprime como rendimento distinto.

Entende-se que no desenvolvimento capitalista é necessária a intervenção tanto do capital produzido quanto da força do trabalho. De princípio, isso significa que a *produção* do capital se faz fora das relações capitalistas de produção (trabalho assalariado e capital). Ao entender a integração do latifúndio e do camponês no processo de reprodução ampliada do capital entende-se, por consequência, como o capital se reproduz a partir de “uma espécie de *acumulação primitiva permanente* do capital, necessária ao seu desenvolvimento”. Oliveira sintetiza:

Assim, o desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção, particularmente em sua etapa monopolista, cria, recria, domina relações não-capitalistas de produção como, por exemplo, o campesinato e a propriedade capitalista da terra [latifúndio]. [...]

Há autores, incluídos nessa corrente, que chegam a afirmar que o processo de acumulação primitiva do capital está presente no desenvolvimento do modo capitalista de produção. Portanto, ela continua se dando no processo geral de acumulação do capital, ou seja, a pequena produção camponesa é entendida como uma atividade sustentada pelo capital. E o objetivo desse processo é a expropriação da renda da terra. (1986, p. 12, *grifo nosso*).

Sobre o campesinato, enquanto recriação, apropriação, subordinação e expressão contraditória do capitalismo, Paulino salienta:

[...] a atividade camponesa não inverte as bases da acumulação ampliada; nota-se exatamente o contrário, pois o fato de estar assentada em relações não tipicamente capitalistas possibilita a maximização da acumulação nos setores capitalistas, visto que o excedente de renda gerado é passível de ser apropriado pelo capital sob duas formas: direta, ao ocorrer a intermediação entre os produtores e os consumidores finais, num circuito que passa pelo rebaixamento do preço inicial do produto à sua supervalorização nas etapas subsequentes; indireta, ao serem despendidos menos recursos com o pagamento de salários, visto que a reprodução da força de trabalho tem o custo reduzido quando parte dos alimentos é produzida sem que a remuneração dos produtores seja mediada pela extração do lucro médio.

Desse modo, a existência do campesinato permite a apropriação de um montante extra de renda, sendo que no universo da produção ele não comparece como vendedor da mercadoria força de trabalho [...] (2012, p. 45).

A partir de explicar o movimento contraditório de reprodução do capital, e sua relação com a capitalização da *renda territorial*, podem-se desenvolver as explicações teóricas dos dois processos complementares do avanço do capitalismo monopolista mundializado na agricultura, que Oliveira chamou de: *territorialização do monopólio capitalista e monopolização do território pelo capital*.

Mas, antes é necessário, como marcaram Paulino e Almeida, clarificar que o campesinato não precisa “de uma licença capitalista para sua existência”, entretanto, como já vimos, a existência camponesa é “uma expressão da capacidade própria de articular, enquanto classe, mecanismos de resistência” (2010, p. 65). Vergopoulos (1977) entende o campesinato como vivendo uma contradição: de um lado, o capitalismo submete à agricultura e conseqüentemente à produção camponesa e, de outro lado, “o camponês persiste em apegar-se a seu pequeno pedaço de terra e, sobretudo, ao seu *modo de vida*” (p. 137, *grifo do autor*), mais adiante o autor acrescenta: “O caráter do camponês não deve ser procurado ao nível do que é ou do que deveria ser em função das categorias do MPC [modo de produção capitalista]. É, ao contrário, ao nível de sua *existência social*, de suas relações com o conjunto do sistema social que seu caráter pode ser definido” (p. 147, *grifo do autor*). Assim entendemos que a recriação camponesa não ocorre como dádiva nem como concessão do capital, “pois, no limite, os camponeses poderiam sobreviver fora do circuito mercantil, tendo em vista a sua capacidade de produzir os próprios meios de vida” (PAULINO, 2012, p. 328).

Então, enquanto classe social é necessário marcar a capacidade do campesinato de incorporar técnicas próprias do capitalismo (consumo produtivo),¹³ produzir mercadorias, usar o sistema financeiro (créditos) e manter o controle do seu meio de produção (terra) sem tornarem-se capitalistas. Por outro lado, também “sem tornarem-se proletários, ainda que o trabalho familiar seja o fundamento de sua reprodução” (PAULINO, 2012, p. 74).

I.IV. A agricultura sob o capitalismo mundializado

A partir do advento do neoliberalismo o capitalismo torna-se monopolista devido ao processo simultâneo de concentração dos monopólios nacionais e da mundialização de

¹³ Refere-se aos insumos, maquinaria e tecnologias disponibilizados no mercado; instrumentos que para nada são de uso exclusivo da agricultura capitalista ou industrial.

movimentos do capital. Assim podemos entender que “A globalização é o estágio supremo do imperialismo, mas não é o imperialismo” (SANTOS, 1997, *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 12), onde as empresas mundiais são a expressão suprema do capitalismo, apoiadas na transnacionalização da economia que torna a figura do Estado territorial clássico um apêndice, ora útil no controle, ora útil como enclave territorial do capital mundial (OLIVEIRA, 1998). Com tudo, o capital mundial monopolista não é mais do que a união na escala global do capital distribuído entre diferentes países, numa aliança mundial das burguesias nacionais (AMIN e VERGOPOULOS, 1977).

Nesse processo de mundialização do capitalismo monopolista, com a união das burguesias em escala global como característica principal, Oliveira (1998; 2016) identifica os dois processos que comandam a produção agrícola mundial como as duas faces da mesma moeda, chamados por ele de: *territorialização dos monopólios* e a *monopolização do território*. Sobre como o neoliberalismo e a mundialização do capitalismo monopolista modificaram a agricultura, Oliveira afirma:

É necessário esclarecer que antes do neoliberalismo, ela [a agricultura] estava sustentada pela produção particularmente, dos camponeses apoiada por fortes subsídios agrícolas, na agroquímica, no sistema de estoques governamentais e, a FAO era seu órgão mundial. [...]

Com o neoliberalismo, passou a ocorrer, em primeiro lugar, a pregação neoliberal contra os subsídios, obviamente, uma postura clara contra a agricultura de base familiar camponesa. Em segundo lugar, os governos neoliberais passaram a reduzir os estoques governamentais de alimentos, a través de uma sub-reptícia substituição das políticas de soberania alimentar, pela política de segurança alimentar. [...] Em terceiro lugar, as políticas públicas de segurança alimentar dos estados neoliberais passaram a substituir os estoques governamentais pelos estoques das empresas monopolistas mundiais, tornando o mercado como regulador único do abastecimento alimentar das populações nacionais. Em quarto lugar foi criada em 1994 a Organização Mundial do Comércio — OMC, como órgão mundial de regulação e de decisões mundiais entre os países com contendas comerciais.

Assim, a agricultura [...] passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais (2016, p. 123, *grifo do autor*).

Oliveira explica que no neoliberalismo conformam-se conglomerados econômicos de empresas articuladas mundialmente através de fusões, aquisições e associações. E, essas empresas monopolistas mundiais atuam desde dois processos “monopolistas territoriais” na procura, ou no controle efetivo, do comando da produção agrícola, pecuária e florestal mundial: *territorialização dos monopólios* e *monopolização dos territórios*.

A *territorialização dos monopólios* na agricultura não é outra coisa do que a atuação simultânea, no processo produtivo, do controle direto da propriedade de terra na produção, junto ao controle do processo industrial da produção, agropecuária e florestal. “Ou seja, o proprietário

da terra, do capital agrícola e do capital industrial é mesma pessoa física ou jurídica”. A territorialização do monopólio nasce do controle da produção imediata e da circulação (OLIVEIRA, 2016, p. 127) no processo de *fusões territoriais monopolistas*,¹⁴ através da agroindústria que unifica contraditoriamente indústria e agricultura, elementos separados nos esquemas clássicos do capitalismo.

E, finalmente, a *monopolização do território* refere-se ao processo no qual empresas de comercialização e/ou de processamento industrial da matéria prima agropecuária subordinam, através da circulação, aos produtores do campo, capitalistas ou camponeses. Nesse processo “as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem precisarem territorializar os monopólios [...] Essas empresas monopolistas atuam como *tradings*” (PAULINO, 2012, p. 233, *grifo da autora*). Assim, “a produção propriamente dita se dá no interior de relações não tipicamente capitalistas, em que os trabalhadores não estão despojados dos meios de produção” (p. 113). Amin (1977) chamou isso de intervenção do capital dominante no próprio processo produtivo da agricultura através do complexo industrial e comercial; e Vergopoulos explica como o processo privilegiado que o capitalismo articula na submissão da agricultura a partir do qual apropria-se de toda a produção agrícola, nas palavras do autor: “o campo privilegiado de onde brota a onipotência do capital é a *circulação, a permutabilidade, a comutação*” (1977, p. 155, *grifo do autor*).

Aqui é preciso voltar à discussão sobre o fato de que o capitalismo não se expande mercantilizando todos os setores envolvidos com ele. Teoricamente, o modo capitalista de produção não é um modo de produção de mercadorias propriamente dito, mesmo o produto final seja sempre a mercadoria, mas sim um modo de produção de mais-valia, cuja realização está na circulação (MARTINS, 2010; AMIN e VERGOPOULOS, 1977). Oliveira chama a atenção sobre esse fato, ao caracterizar o avanço do capital monopolista no campo:

O capital monopolista, embora tendo no campo um setor de baixa rentabilidade, lá se implanta, mesmo naqueles setores onde o tempo de produção é muito maior que o tempo de trabalho [...]. Nesse processo temos o *monopólio da produção*, ou seja, a *circulação está dominada pela produção*, aliás dentro do mecanismo lógico do capitalismo na indústria. [...]

No geral, como a rentabilidade do capital no campo não é elevada, o monopólio industrial preferiu, seguindo os moldes da fração do capital comercial, *implantar-se na circulação, subordinando conseqüentemente [sic] a produção à circulação*.

¹⁴ Isso ocorre quando se cumpre a especificidade técnica de alguns setores como na produção de cana de açúcar (sucroenergético) e o setor florestal (silvicultura), através da concentração horizontal, ou seja, “aquisições, fusões e arrendamentos, para principalmente, definir fixação de preços, divisão de mercados de atuação etc. Elimina assim, a concorrência e aumenta os preços dos produtos, e, conseqüentemente os lucros” (OLIVEIRA, 2016, p. 153), conseguindo, entre outras coisas, a concentração territorial.

Nesse caso, quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo o trabalho excedente do camponês e sua família em renda capitalizada. Está-se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista. (1986, p. 52-53, *grifo do autor*)

O capital na agricultura trilha dois caminhos, “ora ele controla a circulação dos produtos agropecuários, subordinando-os à produção, ora se instala na produção subordinando a circulação. Um processo engendra o outro”. No segundo caso, (territorialização do monopólio) esse processo varre trabalhadores e camponeses do campo, enviando-os às cidades, condenando-os a trabalhos assalariados ou à atividade da economia *informal*. No primeiro caso (monopolização do território), criam-se e recriam-se (e redefinem-se) relações de produção camponesa, muitas vezes criando as condições para que produzam mercadorias como matérias primas para a indústria, e viabilizando o consumo de produtos industriais para a agropecuária (OLIVEIRA, 1998). Nesse caso, a renda da terra é gerada pelo trabalho familiar, e está contida nos produtos agropecuários das unidades camponesas. No processo de monopolização do território, o interesse dos capitalistas está na apropriação da renda da terra (capitalização da renda territorial), “sabendo-se que apenas o trabalho é capaz de criar valor, os capitalistas dele se apropriam, ao comprar a produção camponesa a um preço inferior ao valor trabalho nela condito” (PAULINO, 2012, p. 120).

Devemos a Paulino (2012) um análise minuciosa do processo de extração da renda da terra camponesa. Ela afirma:

[...] a monopolização à qual nos referimos neste livro não se dá de forma hegemônica dentro da fração camponesa do território, seja na escala do bairro, seja no interior das respectivas unidades familiares. É na combinação de diferentes atividades que se definem os níveis de sujeição da renda e, por conseguinte, a capacidade que cada família possui de retê-la (p. 122).

Então, temos o território como espaço em disputa, instrumento e, ao mesmo tempo, cenário dos processos do avanço do capitalismo monopolista mundializado, por um lado, e da reprodução camponesa, como força histórica de resistência na procura de superação do capitalismo, por outro (enquanto classe). Paulino e Almeida (2010, p. 58) disseram: “A permanência da questão camponesa no mundo “moderno” carrega consigo a problemática da terra e do território no capitalismo. [...] pois terra, em disputa, se transforma em território”. E citam de Oliveira que o território: “é produto concreto da luta de classes travada pela sociedade

no processo de produção de sua existência” (1999, *apud* PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 16).¹⁵ Paulino enfatiza:

[...] o esforço em compreender o campesinato transcende o mero debate sociológico, visto que essa classe tem perpetuado um modo de vida que se desborda em lógica territorial diversa da capitalista e que é preta de elementos de humanização e sustentabilidade, fulcrais para um devir possível. Daí a distinção entre *terra de trabalho* e *terra de negócio*, essência da peculiar geografia dos camponeses [...] (2012, p. 13, *grifo nosso*).

A característica mais importante do campesinato, *a procura de autonomia*, não tem como se construir sem o acesso à terra, e essa luta pela terra provoca a *resistência camponesa*. Paulino explica que essa é a razão pela qual o camponês entra em confronto com qualquer projeto que vise sua desarticulação, devido ao fato de que a reprodução camponesa pressupõe o controle sobre parcelas do território. Assim, na terra territorializada, a disputa é crescente “porque dela emanam todas as possibilidades de acesso e partilha da riqueza” (2012, p. 13).

II. Procedimento de pesquisa

Partiu-se do método desenhado por Lefebvre (1978), e que Sartre (1963) chamaria de *método progressivo-regressivo*. O autor salienta que para compreender a realidade rural que apresenta um mundo camponês extremadamente variado, com características próprias que variam segundo onde e quando se observa, é necessário entender que a realidade camponesa apresenta-se como uma unidade que contém uma dupla complexidade relacionada dialeticamente: por um lado, (a) complexidade horizontal refere-se às grandes diferenças de estruturas e formações agrárias na mesma época histórica, por exemplo, a estrutura agrária dos Estados Unidos, da Guatemala, ou da China; e por outro lado, (b) complexidade vertical refere-se à coexistência de estruturas e formações agrárias de idade e épocas distintas, ou seja, uma justaposição paradoxal entre o mais *arcaico* e o mais moderno dentro de uma área relativamente reduzida, por exemplo, a produção agrícola comunitária de origem indígena e a grande produção agroindustrial coexistindo na Guatemala.

¹⁵ As autoras escreveram sobre a propriedade privada da terra no capitalismo monopolizante que: “o escasseamento [da terra] como decorrência inevitável dessa lógica impõe, em igual ritmo, o desequilíbrio entre bens disponíveis e procura por eles, o que, ao invés de diminuir a importância da terra, como os arautos do produtivismo tecnicista querem fazer crer, fazem-na aumentar, o que explica a intensificação global das disputas por terra, em particular nos países periféricos, onde se tem verificado um comércio com forte presença estrangeira” (2010, p. 72).

Assim, não basta a descrição dos fatos da realidade agrária, essa realidade exige o estudo das condições históricas onde esses fatos surgiram. Nesse sentido, o método “progressivo-regressivo” leva em conta as complexidades descritas, a partir do estudo de todo o processo no conjunto. O método proposto por Lefebvre inclui três momentos, e o uso de técnicas e disciplinas auxiliares, aos que esta pesquisa se adscreeveu, eles são:

a) Momento descritivo: consiste na observação de campo a partir da experiência prévia e de uma teoria geral. Lefebvre inclui nesse momento o uso de técnicas auxiliares como a enquete, entrevista, questionários, estatísticas. Acrescentamos que mesmo o autor falou da necessidade de tirar dos estúdios rurais certos métodos e técnicas insuficientes que poderiam facilmente conduzir ao erro como o *método etnográfico*, que no uso pouco rigoroso pode se tornar a-histórico, acreditamos que a etnografia como técnica auxiliar de coleta de dados no campo é imprescindível na Geografia Humana, especialmente no estudo sobre os processos de territorialização. Nesse momento incluímos a coleta de dados sobre a produção do território camponês no contexto de capitalismo monopolista mundializado no município de Patzicía; avanço da agricultura capitalista e do processo de monopolização do território pelo capital.

b) Momento analítico-regressivo: consiste no esforço por situar os fatos exatamente no tempo. O autor também chama esse momento de análise da realidade escrita, e refere-se a revisão e localização histórica (como disciplina auxiliar) dos fatos observados e recolhidos no campo. Este momento inclui datar os dados coletados; por exemplo, conformação do campesinato, conformação do latifúndio, ascensão do capitalismo neoliberal, pacto de classe da burguesia e oligarquia etc., e seu desenvolvimento na Guatemala.

c) Momento histórico-genético: consiste no estudo e explicação das modificações que apresentam os fenômenos, sujeitos, estruturas etc. observadas no primeiro momento e datadas no segundo momento, em desenvolvimento, e sua subordinação às estruturas de conjunto. Nesse caso, a partir do capitalismo monopolista mundializado. Para assim, classificar as formações e estruturas dentro do marco do processo geral. Neste momento volta-se ao atual, já descrito, para reencontrar o presente, mas explicado e compreendido (p. 71). Refere-se, portanto, a explicar as transformações e conservações do fenômeno estudado.

Como procedimento de pesquisa, foram usados os *estudos de comunidade*. Isto é, um estudo enquadrado na construção de uma comunidade conceitualmente definida. A noção de comunidade refere-se a uma unidade construída a partir da delimitação sócio-espacial. A importância desse tipo de estudo deve-se à realidade dialética que a pressupõe, onde a comunidade é uma construção abstrata conceitual micro, mas baseada em conceitos e apreciações da totalidade; relativa homogeneidade e condicionamento material. Assim, existe

uma relação constante entre o que chamamos de *comunidade* e a estrutura geral da qual é extraída. Isso significa que, com uma “comunidade de estudo” se entende a caracterização de um fenômeno que deve ser estudado imerso em uma estrutura geral para alcançar a explicação de uma ordem social mais ampla e globalmente interconectada (ROCA, 2010).

II.1. O trabalho de campo

Acreditamos que é importante registrar eventos que determinaram os resultados finais do informe de pesquisa aqui apresentado, cujo trabalho de campo foi feito durante o primeiro semestre do ano 2021. Primeiro, no Capítulo 1 foi incluso, acrescentado e reinterpretado (à luz dos novos dados, como vai ser visto) um debate extraído do informe final da dissertação de graduação do autor, especificamente nos pontos 1.2 e 1.3. O objetivo é continuar a investigação iniciada no período 2016-2017. Naquele caso, a pesquisa foi focada na análise de antropologia econômica, porém foram negligenciados importantes aspectos teórico-metodológicos que procuramos sanar na pesquisa atual. Com tudo, se especifica claramente quando os dados foram coletados no período 2016-2017.

Segundo, o trabalho de campo feito no primeiro semestre de 2021 teve algumas dificuldades causadas pelas contingências da Pandemia de Covid-19, e pela má gestão da Pandemia do Governo da Guatemala (em julho de 2021 só 0,76% da população tinha sido vacinada). Assim, por causa da Quarentena Mundial — e do fechamento de vários aeroportos no mundo — em 2020, o trabalho de campo foi adiado até dezembro daquele ano. E, mesmo assim, o trabalho de campo na Guatemala foi suspenso duas vezes pelas restrições do Governo guatemalteco na contingência da Pandemia, em abril e maio, o que finalmente fez suspender a técnica de grupo focal (foram feitos apenas dois grupos focais); algumas vezes as entrevistas foram suspensas sem prévio aviso pelos entrevistados. Isso fez o trabalho de campo se desenvolver devagar porque com cada brote de Covid-19 nas aldeias tivemos que suspender o trabalho de campo. Também foram introduzidas novas dinâmicas de campo, como as entrevistas por telefone, entrevista por Zoom (as “*elite interview*” unicamente), e entrevistas com distanciamento social e medidas de biossegurança.

Pelo mesmo motivo, o trabalho de arquivo foi bastante fraco e apenas feito no Arquivo Municipal de Patzicía — AMP, ao que o autor teve acesso porque faz parte do núcleo de pesquisa que *guarda* o arquivo. E não foi possível fazer trabalho de arquivo no Arquivo Geral de Centro América — AGCA, porque havia uma fila de sete meses de espera para acessá-lo. Isso teria enriquecido significativamente os dados apresentados. Também não foi possível

visitar bibliotecas nem centros de documentação; limitamo-nos à compra de livros, emprestar livros a colegas e professores, e ao uso de *papers* disponíveis ou disponibilizados *on-line*, porém, alguns textos clássicos não podem ser acessados fora das grandes bibliotecas na Guatemala, do mesmo modo que não foi possível acessar à Biblioteca Setorial Norte da Universidade Federal do Amazonas, nem a Biblioteca da FFLCH da Universidade de São Paulo durante o ano de 2020, o que fez suspender a revisão de literatura naquele ano no Brasil, ano e lugar em que o ponto 1.1. do primeiro Capítulo foi escrito.

Por último, tristemente da mesma forma que Flores Alvarado afirmava na década de 1970, a informação estatística na Guatemala é escassa, incompleta e às vezes anacrônica. Desse modo, não foi possível acessar dados oficiais atualizados, pois o último Censo Agropecuário Nacional corresponde ao ano 2003, e embora seja um censo bastante completo, a metodologia usada é anacrônica (admitido pelo próprio INE), e os dados apresentados não estão em unidades de medida padrão, o que dificulta e torna a análise tediosa. Neste informe se apresentam os dados em unidades de medida padrão, e se colocam ao lado as unidades de medida guatemaltecas quando essas especificações forem importantes para a análise.

Entretanto, se acredita que se conseguiu realizar uma importante, embora modesta, coleta de dados de campo e revisão de literatura. Os dados de campo foram organizados da seguinte forma: os dados de arquivo são apresentados seguindo o catálogo do AMP organizado por Rodas e Esquit (1994); e as entrevistas são divididas entre: (a) as feitas em 2016-2017 com o código “C” (camponês); (b) as entrevistas feitas em 2021 com o código “TC” (território camponês); e (c) algumas entrevistas inéditas sobre história com o código “P” (povo). As entrevistas estão identificadas com três conjuntos de códigos, por exemplo: “[TC] [P3E] [IV-E02]”. O primeiro “TC” refere-se ao objetivo do instrumento (território camponês); o segundo “P3E” refere-se à localização geográfica — segundo o planejamento — onde foi feita a entrevista ou enquete, nesse caso *Patzicía-zona central-área urbana*; e o último “IV-E02” refere-se ao tipo de entrevista e ao número de entrevista de um tipo específico, nesse caso *entrevista número 02 de elite interviews*. Ver apêndice para identificar cada código usado e seu significado.

III. A organização dos capítulos

A pergunta de pesquisa principal levantada foi: *que transformações territoriais camponesas podem ser observadas no contexto do capitalismo do século XXI no município de Patzicía? Sob o objetivo geral de: caracterizar a territorialização camponesa em Patzicía a*

partir de como são impostos os fatores que podemos associar com as dinâmicas da mundialização capitalista. Assim, para responder à pergunta principal de pesquisa, e atingir o objetivo, ela foi dividida em perguntas secundárias, que ao ser respondidas iriam contribuir para dar resposta à pergunta principal, elas são: (1) Como incide a expansão da agricultura capitalista na unidade familiar camponesa em Patzicía?; (2) Como a configuração (histórica) da distribuição da terra afeta a organização espacial camponesa no município?; (3) Quais fatores favorecem a mercantilização da terra e como isso afeta na produção e reprodução camponesa?; (4) Que efeitos têm as políticas públicas agrárias e de organização territorial na distribuição espacial e na territorialização camponesa?; E (5) Como estão ocorrendo lutas, resistências e assimilações face a expansão do capital nas áreas rurais?

No Capítulo 1 se abordará a questão camponesa e as particularidades que apresenta no município de Patzicía. Essa discussão será feita a partir da discussão da conformação do campesinato na Guatemala, no sentido geral. Serão discutidas também as características do cenário agrário local e os processos de exclusão e de inclusão camponesa. Nesse cenário influem os processos de expansão da lógica da agricultura capitalista no município, monopolização do território pelo capital e a relação indireta com a agroindústria e a agricultura capitalista no país. Assim se procurará dar resposta a primeira das perguntas secundárias: *como incide a expansão da agricultura capitalista na unidade familiar camponesa em Patzicía?*

No Capítulo 2 será introduzida a discussão da terra. Essa discussão abordará a apresentação geral da distribuição da terra, dos recursos naturais e a configuração histórica do ordenamento territorial local, para entender sua incidência na unidade camponesa, e será abordada a pressão da agricultura capitalista sobre a terra e suas consequências no âmbito local. Também se explicará a conformação da propriedade individual, formas de uso, posse e acesso da terra no município. Para entender todos esses processos é necessário discutir a agricultura guatemalteca atual e a estrutura fundiária sob o capitalismo do século XXI. Em resumo, depois de explicar a questão camponesa (no Capítulo 1), será explicada a terra e sua relação com as generalidades e singularidades da questão agrária nacional e local. Para aprofundar nas formas locais de acesso às terras, atividades produtivas sobressalentes, recursos disponíveis, uso e ocupação do solo. Com essa discussão pretendemos responder às seguintes perguntas secundárias: *como a configuração (histórica) da distribuição da terra afeta a organização espacial camponesa no município? E quais fatores favorecem a mercantilização da terra e como isso afeta na produção e reprodução camponesa?*

Para encerrar a discussão, no Capítulo 3, se falará da produção espacial e territorial camponesa e a luta travada face ao avanço da agricultura capitalista e da monopolização do

território, e sua relação com as políticas públicas e administração jurídico política do município. Aqui se discutirá teoricamente a relação *terra do trabalho e terra de negócio* apresentadas por Paulino (2012) e, seguindo a Lefebvre (1978), analisaremos e explicaremos os tipos de território usados em cada contexto, e os elementos do território camponês que mudaram sob influência, não apenas dos processos capitalistas, mas também dois poderes externos às comunidades e territórios camponeses. Assim, entendemos o território como o espaço em disputa entre, por um lado, o avanço desses processos capitalistas, e do outro, o camponês, integrado ao capitalismo, mas na luta pela *liberdade* ou autonomia. Aqui retomamos a discussão do campesinato enquanto classe social, forma de produção não capitalista e modo de vida, a partir da terra em disputa, pois dela emanam não apenas todas as possibilidades de acesso a partilha da riqueza, como lembra Paulino (2012), mas toda possibilidade de reprodução da vida, e então, de transformação social. Isso para responder, primeiro, a: *que efeitos têm as políticas públicas agrárias e de organização territorial na distribuição espacial e na territorialização camponesa? E Como estão ocorrendo lutas, resistências e assimilações face a expansão do capital nas áreas rurais?*; para assim, conseguir responder à pergunta principal de pesquisa.

Finalmente se apresentam algumas *conclusões e reflexões* a partir da discussão e dos dados de campo apresentados neste estudo. A intenção é continuar e motivar a diálogo teórico-metodológico interdisciplinar, assim como as reflexões sobre a coleta de dados e o próprio trabalho de campo ao redor dos estudos agrários e camponeses.

CAPÍTULO 1

A UNIDADE CAMPONESA EM PATZICÍA: NA INTERAÇÃO DO GLOBAL AO LOCAL

A discussão da questão camponesa e suas particularidades na Geografia têm que ser feita a partir da compreensão da sua conformação histórica. No caso, a partir da discussão da conformação da sociedade de classes na Guatemala e as particularidades apresentadas no município de Patzicía. Assim, serão discutidas também as características do cenário agrário local e os processos de exclusão e de inclusão camponesa; nesse cenário influem os processos de expansão da lógica da agricultura capitalista no município, *monopolização do território pelo capital* e a relação indireta com a *agroindústria* e a *agricultura capitalista* no cenário local, *nacional* e mundial.

Para compreender a dinâmica e lógica da questão camponesa local dentro do capitalismo do século XXI, e o seu desenvolvimento e persistência até hoje em Patzicía, é preciso entender a unidade camponesa como uma luta constante pela autonomia, com capacidade para se reproduzir, mesmo dentro de um contexto *hostil* (não sem sofrer mudanças na sua organização interna). Neste trabalho se segue a Wolf (1980) quando afirma que o labor da antropologia é identificar as especificidades desses camponeses, e a Raffestin (1993) quando afirma que a tarefa do geógrafo é identificar os tipos de território usados em cada contexto específico e, entendendo-o como um processo em constante mudança, os elementos dele que mudam no decorrer do tempo. Assim, se pretende indagar, seguindo a Lefebvre (1978), sobre a interação e influência de estruturas recentes do capitalismo, as transformações dos territórios camponeses, e os processo de integração e/ou subordinação. Então, para começar é preciso explicar a conformação do campesinato na Guatemala.

1.1. A conformação do campesinato na Guatemala: a sociedade de classes na área rural

A *conformação* do campesinato na Guatemala, como acontece na América Latina toda, tem suas origens históricas na época da dominação colonial, e está relacionada às formas de marginalização, subordinação e dependência da sociedade feudal-colonial, criada e mantida durante três séculos pelas necessidades de acumulação do sistema capitalista mundial ascendente, cuja metrópole estava na Europa Ocidental (KAY, 1980). Desse modo, a burguesia mercante europeia conseguiu, primeiro, acumular riqueza em dinheiro ao se alimentar

parcialmente do sistema feudal e do comércio pré-capitalista, e depois, através de alianças de classes, construiu formações capitalistas e um sistema capitalista mundial no século XIX, a partir da subordinação da agricultura ao capital (AMIN e VERGOPOULOS, 1977).

Para a região do atual México e a América Central, o Vice-Reino da Nova Espanha e a Capitania Geral da Guatemala (ou Reino da Guatemala) da época colonial,¹⁶ Wolf (1980) aponta como ponto de partida o sistema introduzido pelos colonizadores espanhóis, no século XVI, das grandes propriedades, ou fazendas, sustentadas pela força de trabalho indígena abundante na região,¹⁷ em favor da Corona Espanhola.

O sistema das fazendas foi construído a partir das instituições coloniais do *repartimiento*, a *encomienda* e as *mercedes de tierras*. Martínez Peláez (1994) convida-nos entender essas instituições no seu “desenvolvimento vivo”, ou seja, dentro do contexto de luta de classes e como resultado dela no processo histórico. As “mercedes de terras”, o repartimento e a encomenda consistiram na concessão de terras, e o repartimento de *índios* para trabalhar nelas, entre os colonizadores pelos seus serviços à Corona. Os índios eram repartidos sob desculpa do que o *encomendero* zelasse pela sua cristianização. Assim, a terra e a força de trabalho servil entraram na conformação do *sistema fazenda*. Na prática — durante primeira etapa da colonização — essas instituições foram o *motor*, extremadamente violento, da expansão e manutenção do poder colonial. Isso foi causa de desordenes e disputas entre o poder central do Império Espanhol e o poder local dos colonizadores, que foi relativamente regulado a partir da *redução* ou fundação dos *Pueblos de Indios* (vilas de índios), no ano de 1542 através

¹⁶ A Capitania Geral de Guatemala, ou Reino da Guatemala, estava constituída pelos atuais países da Guatemala, Belize, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, o estado mexicano de Chiapas e as províncias panamenhas de Bocas del Toro e Chiriquí.

¹⁷ As maiores populações indígenas concentravam-se, e ainda se concentram, na atual Guatemala. Na América Latina, a Guatemala é o segundo país com maior população indígena (41%) depois da Bolívia (62,2%) (CEPAL, 2014). M. Ivic (2012) identifica para as quatro maiores “capitais” maias (*maya-k'iche'*, *maya-kaqchikel*, *maya-tz'utujil* e *maya-mam*) no século XVI uma média de: para o complexo de distritos de Q'umarkaj, o território da confederação k'iche', de 50.000 à 80.000 habitantes; para o complexo de Iximche', o território da confederação kaqchikel ocidental, 10.000 habitantes; para o complexo de Chiya', o território da confederação tz'utujil, 48.000 habitantes; e para o complexo de Chinab'ajul, o território da confederação mam, 56.000 habitantes. Por outro lado, o cronista crioulo Fuentes y Guzmán, no Capítulo II do Livro I da obra *Recordación Florida*, no ano de 1690 escreveu sobre o Reino da Guatemala: “Que en él habían numerosísimas y granes ciudades y poblaciones, con magníficos y decorosos edificios, lo asienta así la verdad indeleble de mi [Bernal Días del] Castillo, llamándolo recios pueblos, por lo numerosos que eran, pues habían poblaciones de ocho y diez mil casas; siendo de tal calidad lo que hallaron erigidos los valerosos conquistadores de este Reino de Goathemala, que hablaron con Alvarado, alegres y consolados le decían, que no tenían que echar menos á México con lo que habían descubierto. Y hoy se comprueba la notoriedad de esta opinión con la que vemos vestigios, y en otras artes en pie, de ostentativas maquinas materiales.”

das Leis Novas,¹⁸ como consolidação do ordenamento territorial imperial nas américas; isso significou o começo da Colônia.¹⁹



Figura 1: Lienzo de Quauhquechollan, 1530.

Fonte: Restauração digital feita pela UFM, através do programa Explorações Sobre a História (2007). O *lienzo* é um nahua codex, especificamente dos indígenas quauhquecholtecas, que descreve a rota da conquista da Guatemala no século XVI, provavelmente elaborado no atual município de Ciudad Vieja, Sacatequepez, Guatemala em 1530. É o primeiro mapa conhecido sobre o que hoje é a Guatemala.

A *redução* significou a formação de vilas de índios ao redor das principais cidades fundadas pelos colonizadores, que mais tarde conformariam boa parte da totalidade dos municípios da República da Guatemala. Esses *Pueblos de Indios* receberam inicialmente uma

¹⁸ No ano de 1542 foram promulgadas em Barcelona as *Leyes y ordenanzas nuevamente hechas por su magestad para la gobernación de las Indias y buen tratamiento y conservación de los indios*, também conhecidas como *Leyes Nuevas*. Ver Fernández Fernández e Castellanos Cambranes (1992), que fornecem dados importantes sobre a primeira etapa da invasão e colonização espanhola na Guatemala de 1524 até a consolidação da *redução*.

¹⁹ Sobre um caso específico dos mecanismos jurídicos da Coroa Espanhola no controle e regularização na Colonização e apropriação de terras, ver M. Bertrand (1992), *La lucha por la tierra en la Guatemala colonial: la tenencia de la tierra en la Baja Verapaz en los siglos XVI-XIX*.

légua quadrada de terra, aproximadamente 1.609,2 ha²⁰ (MARTÍNEZ PELÁEZ, 1994; ESQUIT, 1993), conhecida como *ejido*. E durante os três séculos que durou a Colônia as comunidades iriam adquirir mais terras através de compra, “usurpação” das “terras realengas” e/ou mercedes reais,²¹ conhecidas como *terras comunais*. Desde meados do século XVI, e até a Independência no século XIX, a América Central ficou dividida em *Corregimientos*, *Alcaldías Mayores* e *Gobernaciones* como instrumentos administrativos da Colônia.

Assim, desde a segunda metade do século XVI o sistema das grandes fazendas foi sustentado pela força de trabalho indígena obtida de duas fontes principais: o repartimento de “índios” obtidos nos *pueblos de indios*, e os trabalhadores residentes nas fazendas ligadas a elas através da sujeição por dívida (WOLF, 1980).

1.1.1. A fazenda e a organização econômica da Colônia

Diferente das colônias “centrais” do Império Espanhol, como o Vice-Reino da Nova Espanha ou o Vice-Reino do Peru, onde as exigências da Corona eram pagas principalmente com metais preciosos, a particular economia subdesenvolvida da Capitania Geral da Guatemala, carente desses recursos minerais, foi construída sobre a produção agrícola de matérias primas para a exportação. Desde finais do século XVI²² a produção e comercialização de índigo (*Indigofera suffruticosa* e *Indigofera guatemalensis*) constituiu o coração da estrutura econômica colonial da América Central. Permitiu o estabelecimento de uma economia dependente e o surgimento e desenvolvimento do capital comercial como estágio prévio do incipiente capitalismo centro-americano (HERRERA e ROJAS, 1998). Por outro lado, isso definiu as características econômicas e fundiárias que se mantiveram na época republicana e explicam as condições de dependência atuais da América Central.

²⁰ Uma *légua* não é uma unidade de medida padrão. É a uma unidade de medida longitudinal colonial e refere-se à distância que uma pessoa percorre andando ou cavalgando por uma hora, então pode variar segundo o terreno, a média em ha apresentada aqui foi tomada do trabalho de Esquit (1993).

²¹ Uma *merced real* refere-se a uma “doação” de terras aos indígenas pela Coroa, uma *merced real* também podia ser dada a fazendeiros espanhóis.

²² A primeira referência ao índigo na Capitania General de Guatemala foi uma Cédula Real datada em Valladolid o dia 14 de junho de 1558, onde a Corona Espanhola solicita do governo colonial da Guatemala estudar e mandar mostras de *xiquilite* (índigo), e informações sobre sua produção e utilização (SMITH, 1972, p. 92; HERREA e ROJAS, 1998, p. 42). Por outro lado, Smith (1972, p. 111) registra que no último quartel do século XVI, os recibos de carregamentos de índigo por 1.179,34 kg dos portos da Honduras, desde o 1577, confirmando que a produção já estava desenvolvida na América Central na época.



HASTA FINALES DEL SIGLO XVII		
CORREGIMIENTOS	ALCALDÍAS MAYORES	GOBERNACIONES
1. ATITLÁN	a. SUCHITEPÉQUEZ	A. NICARAGUA
2. TECPANATITÁN O SOLOLA	b. NICOYA	B. COMAYAGUA (HONDURAS)
3. ESCUINTLA	c. TEGUCIGALPA	C. COSTA RICA
4. GUAZACAPÁN	d. CIUDAD REAL	D. SOCONUSCO
5. ACASAGUASTLAN	e. SAN SALVADOR	
6. CHIQUIMULA	f. SONSONATE	
7. EL REALEJO	g. VERAPAZ	
8. MATAGALPA	h. AMATIQUE	
9. TOTONICAPAN	i. MINAS DE ZARAGOZA	
10. QUETZALTENANGO		
11. VALLE DE GUATEMALA		

Cartograma 1: Divisão político administrativa do Reino da Guatemala no fim do século XVII.
Fonte: Quezada Saldaña (1983, p. 82).

O índigo foi a principal exportação do Reino da Guatemala até finais do século XVIII,²³ conseguindo, durante esses séculos, produzi-lo quase exclusivamente e exportá-lo para o Vice-Reino do Peru e da Nova Espanha, além da Espanha, quem então distribuiu para outros centros têxteis da Europa, como a Inglaterra e os Países Baixos; por exemplo, o índigo da Guatemala foi registrado nas listas de preços de Amsterdam desde o ano de 1609 até 1806 (SMITH, 1972, p. 121). A importância da produção do índigo foi tal que, segundo Smith (1972), o primeiro

²³ O índigo foi cultivado na planície costeira do Oceano Pacífico, desde o sudoeste da Guatemala (o Corregimento da Escuintla) até as margens do Lago Nicarágua.

livro publicado na Guatemala foi um manual para produtores do corante,²⁴ publicado em meados do século XVII.

A América Central, como produtora agrícola de matérias primas para a exportação (desenvolvendo uma vocação mono exportadora), ficou sujeita as flutuações do mercado internacional. As economias coloniais tinham um caráter extremadamente cíclico, onde no final de um ciclo mercantil seguia uma depressão econômica extrema (PINTO SÓRIA, 1981, p. 16).

Durante toda a Colônia, a produção de índigo — dependente de empréstimos comerciais —, apesar dessas flutuações do mercado e das tensões entre elites locais, sempre foi o primeiro produto exportável. Nesse modelo mercantil, no começo do século XIX, como resultado da concorrência do comércio europeu; das guerras na Europa; das guerras de Independência, principalmente na Nova Espanha (e a conseqüente desintegração acelerada do mercado colonial); dos conflitos de classe entre produtores (das províncias de San Salvador, Comayagua e Nicarágua e Costa Rica)²⁵ e comerciantes (da província da Guatemala e espanhóis); e da emergência de corantes sintéticos, a produção de índigo entra em crise.

Nos primeiros anos da época republicana, de 1821 a 1845 (até seu declínio por causa concorrência com as Ilhas Canárias), as tensões entre a Espanha e o emergente México faz com que a produção de *grana cochonilha* (*Dactylopius coccus*) ocupasse o primeiro lugar nas exportações das Repúblicas Independentes da América Central, agora para o Reino Unido, e como substitutas do tradicional produtor, o México. No ano de 1845 o café já tinha superado o índigo enquanto volumes de produção (SÁNCHEZ e SUÁREZ, 2006, p. 484).²⁶

A organização econômica colonial foi erguida sobre o sistema de fazendas mencionado. A cultura do índigo consolidou a estrutura de fazendas e *obrajes*²⁷ nas províncias de San Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Guatemala. Precisou da força de trabalho camponesa — primeiro indígena e mais tarde mestiça —, migração estacionária, peonagem de fazenda, colonos e todas as formas servis de trabalho que ainda persistem (HERRERA e ROJAS, 1998,

²⁴ *El puntero apuntado con apuntes breves, para que no sea corto en la fábrica de la tinta añil, o tinta anual*, possivelmente escrito pelo fraile franciscano Juan de Dios del Cid. Smith (1972, p. 92, rodapé 4) afirma: “La única copia cuya existencia se conoce, forma parte de la Colección Medina de la Biblioteca Nacional, Santiago, Chile. Aun cuando la fecha borrosa que aparece en el título podría descifrarse como 1641 (o 1661), no se ha establecido definitivamente ni la fecha ni el lugar de su publicación.”

²⁵ As cinco províncias da Capitania Geral da Guatemala que no ano de 1821 proclamaram a Independência da Monarquia Espanhola eram: Chiapas, Guatemala, San Salvador, Comayagua (a atual Honduras) e Nicarágua e Costa Rica (esta última dividida nos atuais Nicarágua e Costa Rica no dezembro de 1821).

²⁶ Ver E. Cifuentes (1984), quem faz uma análise da relação direta entre a produção de grana, como construtora das bases econômicas, estruturais e administrativas que a produção do café necessitava para seu desenvolvimento.

²⁷ O *obraje* foi uma pequena indústria existente na América colonial espanhola, especialmente na Nova Espanha e o Reino da Guatemala, do século XVI até o século XIX, onde produtos têxteis foram fabricados.

p. 47). Um elemento importante para entender o desenvolvimento da força de trabalho na América Central é que a escravidão nunca foi significativa no Istmo, principalmente por causa da “abundante” mão de obra indígena na região, e do relativo pouco poder de ação no mercado de escravos dos fazendeiros locais face às outras colônias espanholas; devido à concorrência de mercados mais lucrativos para o tráfico de escravos (SMITH, 1972).²⁸

O sistema de fazendas só pode ser explicado a partir da espoliação e violência colonial. Segundo Florescano, a fazenda centro-americana foi construída e consolidada no momento de depressão demográfica²⁹ e econômica dos séculos XVI e XVII (1975, p. 497, *apud* HERRERA e ROJAS, 1998, p. 47). O historiador Pinto Sória salienta que a violência teve o papel conformativo na estrutura da sociedade colonial. Ele afirma:

La conquista fue fundamentalmente un acto de violencia y esto se reflejó, ante todo, en la forma arbitraria en que se hizo la distribución de tierras a las comunidades indígenas. Este hecho determinó que desde los inicios no pudiera existir la menos concordancia entre el número de indígenas de un pueblo dado y las tierras que les fueron asignadas. Así, las tierras obtenidas por cada familia indígena tenían que resultar, en general, insuficientes; situación que sólo vendría a agudizarse, en la medida en que la población indígena empezó a recuperarse numéricamente y entraron en juego las leyes socioeconómicas de la sociedad colonial cuya dinámica apuntaba, precisamente hacia el acaparamiento sistemático de las tierras en manos de la minoría dominante parasitaria (1981, p. 11-12).

Pinto Sória afirma que a conformação da fazenda colonial guatemalteca foi completamente parasitária, porque alimentou-se de força de trabalho servil e da espoliação dos *ejidos* indígenas, por um lado; e mais tarde pela espoliação das terras camponesas mestiças, transformadas em produtivas pelo próprio trabalho camponês de gerações, por outro. A minoria dominante parasitária conseguiu isso através do contubérnio com os poderes coloniais locais, principalmente nos litígios de terras.

Explicar a origem histórica da conformação das classes rurais é uma tarefa realmente difícil e problemática na Guatemala, porque às condições materiais das classes sociais adicionam-se a dimensão étnica, surgida na *sociedade de castas* da América Espanhola, que até

²⁸ Segundo Smith (1972), a Guatemala tinha proibido o tráfico de *negros* até 1543, quando foram comprados cento e cinquenta escravos, em 1570 foram mil, e em 1587 quinhentos. No ano de 1617 as autoridades coloniais, temendo uma revolta de escravos, proibiram seu ingresso no Reino da Guatemala (p. 101).

²⁹ Fernández Fernández e Castellanos Cambranes (1992) escrevem que desde a chegada dos espanhóis ao atual território da Guatemala, em 1524, até finais do século XVI, houve uma continua mortandade da população indígena devido aos “horrores” do colonialismo e as doenças vindas com os europeus. Naquele período o latifúndio colonial estabelece-se.

encontra expressão hoje na sociedade guatemalteca.³⁰ Por enquanto, sobre a conformação do campesinato na época colonial podemos afirmar que o surgimento do minifúndio camponês é resultado de: (1) pressão constante sobre os *ejidos* indígenas pela acumulação sistemática da minoria dominante fazendeira, que não se expandiu, como no modelo capitalista, sobre terras virgens e/ou devolutas;³¹ (2) relação entre o tamanho e crescimento da população indígena face às terras *ejidales* disponíveis (PINTO SÓRIA, 1981, p. 12), isso provocou, antes das reformas liberais que substituíram os *ejidos* e *terras comunais* pela propriedade privada individual, o parcelamento e surgimento do minifúndio dentro dos próprios *ejidos* e terras comunais; e (3) o desenvolvimento e crescimento das massas da população mestiça (descendentes de uniões entre indígenas e espanhóis) ou *ladina* — como ainda é chamada essa porção da população na Guatemala —, que não tinha direitos nem reconhecimento sob a lei colonial; essas massas desenvolveram um modo de vida marginal e disperso, morando “legalmente”, até meados do século XVIII, fora das “vilas de índios” e das “cidades de espanhóis” (muitas vezes dentro das fazendas dos espanhóis e crioulos no sistema de *colonato*),³² nos seguintes capítulos apresentaremos alguns exemplos em Patzicía.

³⁰ Esse é um assunto que não é do nosso interesse neste trabalho, além do que ultrapassa nossos objetivos e capacidades de pesquisa, pois facilmente é objeto de uma pesquisa completa. Por enquanto, nesta análise se concentram os esforços na questão camponesa, mesmo assim tentamos fugir das interpretações economicistas reducionistas que apagam ou ignoram a dimensão étnica do campesinato pelas condições materiais das classes, tão comuns nos trabalhos marxistas ortodoxos do século XX. Também não aprofundaremos no assunto da questão étnica, pois não é nosso campo de estudo. Para uma análise das relações étnicas, do sistema de estratificações sociais (na chamada *sociedade de castas* colonial) e da estrutura de classes das sociedades rurais em geral e da sociedade guatemalteca em particular (mesmo com uma análise deficiente da questão camponesa) ver R. STAVENHAGEN (1975), especialmente os capítulos 2, 3, 4, 6, 12-17.

³¹ Pinto Sória (1981, p. 14) explica como a sociedade centroamericana colonial desenvolveu-se a partir de um sistema socioeconômico de caráter feudal: “Inherente a un sistema de esta naturaleza, es reducir la tierra que posee el pequeño campesino, a la estrictamente indispensable para la subsistencia; en primer lugar, porque sobre esta base se estructuran las relaciones de dependencia y dominación entre la mayoría con poca o ninguna tierra y la minoría dominante que controla el acceso a ella. A la vez, y también acorde con un sistema de carácter feudal, bajo la dominación colonial predomina el consumo parasitario de los grupos dominantes que acaparan cualquier crecimiento de la producción por los canales conocidos del intercambio desigual de mercancías, tributos, prestaciones al clero, etc.”

³² A questão *ladina*, o mesmo que a questão *maya* ou “indígena”, na Guatemala são problemáticas porque ambas são dimensões relacionais em constante simbiose com a sociedade de classes do capitalismo. O *ladino* segue presente na sociedade guatemalteca atual, não apenas como denominação, ou classificação “étnica” biológico-racial (56% da população guatemalteca considera-se ladina e 42% maia, segundo dados do INE, 2018a), mas como um dispositivo político da sociedade de classes. Sobre a população *ladina* e a conformação das classes rurais, Fernández Fernández e Castellanos Cambranes (1992, p. 176) disseram: “Pese a ser inicialmente ignorados por los invasores españoles, su rechazo por los indígenas les vinculó cultural y étnicamente a los colonialistas. Estos comprendieron que, eventualmente, podían utilizarlos como fuerza de choque contra los indígenas rebeldes, y para hacerlos caer en su dependencia comenzaron a incorporarlos a su sistema de dominación de clase, llegando muchos de ellos a constituir más adelante una fracción de la clase dominante. Inicialmente, sin embargo, debido a que no disponían de medios de producción propia y de que para su subsistencia tenían que colocarse al servicio de la clase dominante en calidad de capataces, empleados de confianza, arrieros, colonos y

No século XVIII o “sucesso” da produção de índigo fez que muitos espanhóis e crioulos procurassem a posse de grandes propriedades, assim surgiam por todo o Reino da Guatemala fazendas (HERRERA e ROJAS, 1998). Nesse contexto a Real Audiência da Guatemala tinha especificado a limitação e extensão da propriedade privada em benefício do fazendeiro e em prejuízo da população indígena: as fazendas expandiam-se progressivamente sobre as terras *ejidales* (BROWNING, 1975, p. 133, *apud* HERRERA e ROJAS, 1998, p. 42), modificando definitivamente os territórios indígenas e a estrutura agrária da região centro-americana, alguns povoados (e povos) desapareceram e surgiram novas vilas ao redor das fazendas.³³

O avanço da fazenda só foi possível a partir de uma dupla pilhagem, por um lado, a constante acumulação da terra em mãos de poucos, a partir de mecanismos legais e ilegais; e por outro, a exploração desumana, através do trabalho servil, das classes despossuídas por meio do repartimento.³⁴ “Fue la expectación de mano de obra barata lo que permitió obtener las ganancias necesarias para mantener el añil [*índigo*] como principal producto de enriquecimiento de los comerciantes y financistas” (HERRERA e ROJAS, 1998, p. 51).

O processo descrito, naturalmente, teve diferentes intensidades nas distintas regiões do Reino da Guatemala. Foi na província de San Salvador (o atual El Salvador) onde mostrou-se com maior violência devido à concentração densa das fazendas de índigo. Na região da atual Guatemala esse processo percebeu-se mitigado pela grande quantidade de população indígena em relação ao resto da população. Também, é possível apontar (ESQUIT, 1993; PINTO SÓRIA, 1981) que na região do altiplano central da atual Guatemala (zona fria e montanhosa) a economia tinha um caráter estacionário e autossuficiente, devido as condições climáticas que

arrendatarios pobres, puede decirse que, como clase, se encontraban en una *tierra de nadie*.” Ver RODAS (1997) *Ladino, una identificación política del siglo XIX*; e TARACENA ARRIOLA (1997), *Invencción criolla, sueño ladino, pesadilla indígena: los Altos de Guatemala de región a Estado, 1740-1850*.

³³ Segundo M. Flores (1978, p. 78, *apud* HERRERA e ROJAS, 1998, p. 49) nos censos do século XVIII muitas comunidades do norte de San Salvador, a província que concentrava a maior quantidade de fazendas de índigo, tinham desaparecido.

³⁴ Devido aos abusos extremos nas fazendas e *obrajes*, que mais de uma vez custou a vida dos trabalhadores indígenas, no ano de 1563 através de uma Real Cédula a Real Audiência da Guatemala legislou a proibição do uso da força de trabalho indígena nas fazendas de índigo, a Coroa Espanhola então reconhece que a produção de índigo era um trabalho prejudicial. No ano de 1603 foi proibida a remoção de índios das suas vilas para os *obrajes*. Em 1636 a Real Audiência condenou a voracidade dos espanhóis que recorreram a fraude e abuso no uso da força de trabalho indígena, além do que roubavam as terras indígenas para cultivá-las com índigo. No ano de 1738 (em Cédula Real datada 22 de abril), devido a que os abusos continuavam e as proibições não tinham sido respeitadas, a Coroa Espanhola limitou-se a regulamentar a condição de trabalho nas fazendas, foi excluído o *repartimento* e os trabalhadores indígenas tinham que ser tratados como trabalhadores livres (SMITH, 1972, p. 97-106; HERRERA e ROJAS, 1998, p. 50-51).

não permitiram a expansão das fazendas de índigo, nem as posteriores *fincas de café*.³⁵ O que permitiu para a população camponesa uma sobrevivência, mesmo miserável, relativamente estável. Esse é o caso do município que procuramos estudar, Patzicía, onde existiram apenas *estancias*³⁶ e fazendas médias, e cujo sistema de repartimentos de índios, para as fazendas do índigo primeiro, e *habilitações*³⁷ para as *fincas* de café depois (no sul do país), entravam em disputa com os fazendeiros locais que também procuravam obter índios em repartimento.³⁸

Pois bem, a economia colonial centro-americana de fazendas de monocultura de exportação estava apoiada na propriedade média (médias fazendas particulares, propriedades clericais e os *ejidos*, principalmente) fornecedora de alimentos, principalmente gado, cereais e açúcar, nas regiões onde o clima e relevo impossibilitava a grande exploração para a exportação. A população do município de Patzicía contribuiu especialmente na produção de alimentos, principalmente cereais (ESQUIT, 1993, p. 25-26).³⁹

No final da Colônia na Guatemala a população mestiça rural (*ladinos*) já estava conformada e integrada na economia da república emergente, como proprietários médios, camponeses produtores para o mercado local,⁴⁰ artesãos ou como mão de obra nas grandes fazendas. Por outro lado, a população indígena também se achava integrada na economia da República; aliás, ela foi integrada forçosamente desde o começo do controle colonial como súbdita da Corona Espanhola, e como camponeses produtores de mercadorias e/ou de tributos.

³⁵ Na língua espanhola, e nos estudos agrários sobre a América Espanhola, se faz uma diferença entre uma *hacienda* (fazenda ou latifúndio da origem colonial pouco ou nada capitalizada) e uma *finca* (fazenda ou latifúndio capitalista). No próximo item isso será clarificado.

³⁶ Uma *estancia* colonial era uma fazenda especializada na produção de gado, principalmente carne bovina.

³⁷ As *habilitações* consistiam em adiantamento de salários para diaristas e fazê-los trabalhar por dívidas.

³⁸ Esquit (1993, p. 25) fala de dois tipos de trabalho nas vilas indígenas durante a Colônia: (a) o trabalho agrícola realizado nas próprias terras *ejidales* com o objeto da sobrevivência e do pago de tributo (em dinheiro ou espécie), e (b) o trabalho forçado nas fazendas dos espanhóis e crioulos através da encomenda e repartimento. As Leis Novas estipulavam que a força de trabalho indígena, dos *índios reducidos* aos *Pueblos de Indios*, como súditos da Coroa, devia ser livre sob contrato assalariado nas fazendas. Nada disso aconteceu na prática, na realidade semanalmente cada fazendeiro extraía forçada, mas legalmente, certa quantidade de trabalhadores das vilas.

³⁹ Esquit (1993) escreve que no caso específico de Patzicía o *repartimento* da população indígena foi menor comparado com vilas vizinhas, pois no final do século XVII e começo do XVIII apenas 10 camponeses em média eram lavados para trabalhos forçados às fazendas, no caso da vila de San Martín Jilotepeque foram 132, e em Comalapa e Chimaltenango 149 camponeses cada, nos mesmos anos. Ver Quadro 7. Sobre os repartimentos feitos em Patzicía, anos 1693, 1696, 1702 e 1737 (p. 25-26).

⁴⁰ Segundo Pinto Sória (1981) e Smith (1972), pelo menos para finais do século XVIII, aproximadamente a terceira parte do índigo exportado vinha da produção dos pequenos produtores camponeses, ou *poquiteros*, que, segundo dados em Pinto Sória, alcançava a média anual de 408.233,13 kg. Pinto Sória registra as tensões e desequilíbrios que a monocultura de índigo introduziu na produção de alimentos no Reino da Guatemala, causados pela incursão do camponês, produtor de alimentos para o mercado local, na produção de índigo durante o “boom” do corante.

Portanto, fica evidente a relação entre o latifúndio em expansão, como resultado do roubo ao pequeno produtor (muitas vezes ilegal mesmo segundo as leis da Colônia), e as formas e padrões de assentamento do camponês pobre (indígena e mestiço).⁴¹ Esse processo empurrou os camponeses mestiços para a dispersão rural à procura de terras, na sua transformação em arrendatários dos fazendeiros, ou a se assentarem nas vilas de índios (PINTO SÓRIA, 1981, p. 20),⁴² enquanto as populações indígenas viam atacados seus *ejidos* e terras comunais por vários lados.

1.1.2. Os liberais e o café: a República da Guatemala

A queda paulatina, mas definitiva, da demanda mundial de corantes naturais durante a primeira metade do século XIX fez com que o cultivo de café ganhasse espaço na nova República da Guatemala⁴³ como o principal produto de exportação.⁴⁴

No ano de 1834, sob governo liberal, o cultivo comercial do café foi estimulado, oferecendo recompensas ao primeiro produtor a produzir 100 *quintales* (4.535,91 kg) de café (CIFUENTES, 1984). Os primeiros números de exportação de café surgem em 1850. A partir desse ano expandiu-se a cafeicultura comercial sobre todas as terras adequadas para seu cultivo na Guatemala: departamentos de Escuintla, Suchitepequez, Amatitlán, Sacatepéquez, Verapaz, San Marcos, Sololá, Santa Rosa e Chimaltenango, vemos como na época já tinha se expandido

⁴¹ Muitos indígenas durante toda a Colônia fugiam das vilas por causa do controle extremo e das exigências das autoridades coloniais, se assentando nas montanhas e campos vivendo literalmente “sem Deus e sem lei”. (PINTO SÓRIA, 1981; ESQUIT, 1993).

⁴² A conformação desses cúmulos ou núcleos de população mestiça, fora das vilas de índios e das cidades de espanhóis e crioulos mencionados foi um fenômeno circunscrito apenas à jurisdição do Vale da Guatemala (o município de Patzicía achava-se sob esse Corregimento) e não um fato generalizado no *território* centro-americano (PINTO SÓRIA, 1981).

⁴³ A Independência da América Central, assinada o 15 de setembro de 1821, foi dirigida pela elite comercial crioula da Guatemala e El Salvador, o principal objetivo foi manter o controle comercial com a Inglaterra, a França, o Império Russo e os Estados Unidos. Depois de um breve período de anexação ao Primeiro Império Mexicano (1822-1823), a queda do comércio do índigo fez os Estados da América Central reagirem individualmente, cada um procurou construir novos vínculos com o mercado europeu (HERRERA e ROJAS, 1998), e devido as tensões de classe entre as elites produtoras (principalmente dos Estados de El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica) com as elites comerciais oligarcas (do Estado da Guatemala, principalmente), a República Federal de Centroamérica foi finalmente pulverizada no ano de 1839.

⁴⁴ Segundo Ortiz (2005, p. 82-83) nos primeiros anos do século XIX a *Sociedad Económica Amigos del País* (sociedade econômica de tendência liberal) recomendou a dinamização da economia através do fim da política de monocultura. No ano de 1803 (CIFUENTES, 1984), por causa da tendência liberal no entorno político mundial (DARDÓN, 2004), através de Real Orden, todos os proprietários que conseguiram diversificar a produção ficaram isentos do pagamento de impostos e dízimos por dez anos, conseguido essa isenção a produção de cacau, café, açúcar e algodão.

por quase toda a *Boca-costa*,⁴⁵ principalmente através da usurpação de terras comunais (CASTELLANOS CAMBRANES, 1985, 1992; ESQUIT, 1993). Cifuentes (1984) afirma que no ano de 1864 as exportações do grão feitas pelo Oceano Pacífico totalizaram o montante de 676.260,86 kg, no seguinte ano, em 1865, foram 929.008,43 kg, até se tornar, em 1871, no principal item de exportação do país.

As instituições coloniais de uso e pose da terra ainda estavam vigentes naqueles anos, o que impossibilitava a capitalização plena da propriedade. O maior dos problemas dos cafeicultores era a falta da titularidade territorial das explorações agrárias particulares estabelecidas em terras arrendadas às comunidades indígenas e às instituições clericais (CASTELLANOS CAMBRANES, 1992, p. 309).

O estímulo definitivo que a cafeicultura procurava — ao mesmo tempo que impulsionava — era a modernização liberal da estrutura econômica. As reformas econômicas e políticas que pudessem superar a organização econômico-social colonial (feudal) não foram conseguidas com a Independência em 1821, até o definitivo triunfo das facções liberais da elite relacionadas à cafeicultura no ano de 1871, após várias batalhas travadas contra as facções conservadoras. Assim, os liberais dirigidos por Justo Rufino Barrios e Miguel Garcia Granados⁴⁶ tomam o poder do Estado e iniciam uma série de reformas políticas e econômicas conhecidas mais tarde como a Reforma Liberal, através da qual constroem a base legal, ideológica e a infraestrutura que o cultivo e exportação do café precisava (CASTELLANOS CAMBRANES, 1985), conseguindo consolidar uma burguesia agroexportadora no século XX.⁴⁷

⁴⁵ Monterroso (1991) explica que a Cordilheira do Pacífico, ou Boca-costa, na Guatemala refere-se à faixa que vai da fronteira com o México no ocidente até a fronteira com El Salvador no oriente, e que: “está formada por todo el declive sur de la sierra Volcánica. Se caracteriza por ser una región muy abrupta y lluviosa. La parte más baja, llamada más comúnmente bocacosta (o pie de monte) parte a unos 850 m.s.n.m., con temperaturas que van de los 18,7 a los 23,9 grados [Celsius], caracterizan su clima como semicalido. De los 1.400 m.s.n.m. hasta los 3.000 m.s.n.m., se recorre una variedad de climas con variaciones de temperaturas que van de los 11,8 hasta 2,0 grados [Celsius]. En la franja de las cumbres la humedad se condensa en neblina y forma la zona de los bosques nubosos del Pacífico.” (p. 6).

⁴⁶ O evento que inicia a Reforma Liberal aconteceu precisamente no município de Patzicía. O exército liberal comandado pelos crioulos *ladinizados* (CASAÚS ARZÚ, 2018) Justo Rufino Barrios e Miguel García Granados ingressaram no território guatemalteco desde o exílio no México, ao chegarem em Patzicía o dia 3 de junho de 1871, os chefes e oficiais do exército liberal assinam a Ata de Patzicía, onde o governante conservador Vicente Cerna é desconhecido, e o General García Granados é nomeado presidente provisório.

⁴⁷ Justo Rufino Barrios, o caudilho liberal, favorecido com as terras desamortizadas, estabeleceu fincas de café e açúcar, virando o homem mais rico da Guatemala no final do século XIX (CASTELLANOS CAMBRANES, 1992, p. 317, 329). Durante seu governo (1873-1885), Barrios “realizo un programa de modernización que incluyó: un sistema crediticio y bancario, un mejor sistema monetario y la mejor utilización de ciertos cultivos (como el café), así como un amplio sistema de mercadeo, que incluía la construcción de líneas de comunicación, la creación del ferrocarril, el transporte tanto interno como externo. El programa giró alrededor de la agricultura y este proceso



Mapa 2: América Central, 1856.

Fonte: Serviço Costeiro e Geodésico dos Estados Unidos a partir de informações e dados do Comitê de Relações Exteriores do Senado dos EUA. Revisada e impressa pelo cartógrafo e editor Adolphus Ranney (1824-1874). Disponível em: <https://www.wdl.org/es/item/15663/>

O programa da Reforma Liberal tinha dois objetivos principais: (a) a desamortização da propriedade eclesiástica, e (b) a expropriação das extensas terras comunais indígenas; as duas de origem colonial. Ou seja, o desaparecimento legal da grande propriedade territorial corporativa colonial que tinha sobrevivido os primeiros 50 anos de época “independente”, de 1821 até 1871 (SAGASTUME, 2016). Os liberais procuravam uma mudança qualitativa no desenvolvimento da propriedade da terra ao excluir formas de propriedade feudais-coloniais que impossibilitavam a transformação burguesa da propriedade, a consolidação do latifúndio capitalista e o desenvolvimento pleno da produção de café para a exportação. Segundo Castellanos Cambranes (1992, pp. 293-294), a partir desse processo de reforma agrária liberal conformou-se a concentração burguesa da terra, e os latifúndios — que o autor chama de

modernizador fue suficiente para emitir nuevas leyes para el control de la fuerza de trabajo indígena” (ORTIZ, 2005, p. 89).

neocoloniais — das grandes plantações de café capitalizadas, ou seja, as “*fincas*”. Mas, essa reforma agrária procurava mais um objetivo não explícito: a “apropriação legal” dos camponeses (enquanto força de trabalho) que possuíam, habitavam e/ou usavam as terras desapropriadas. A esse acesso quase gratuito à terra e à força de trabalho adicionou-se o capital alemão que possibilitou o desenvolvimento da produção de café.

A concepção liberal do desenvolvimento econômico da Guatemala nunca contemplou a abolição da exploração semiescrava da força de trabalho camponesa (indígena e *ladina*), a democratização da terra, nem mesmo nenhum tipo de melhoramento nas condições de vida camponesa e da população rural. Pelo contrário, os liberais acreditavam que a produção de mercadorias agrícolas devia substituir a produção de alimentos, com isso pretendiam excluir o camponês indígena e mestiço de subsistência-autônoma por colonos brancos.⁴⁸ Entretanto, estimularam a penetração do capital estrangeiro na agricultura:

Los liberales representaban los intereses de la surgiente [*sic*] burguesía guatemalteca que veía en el capitalismo la posibilidad de ampliar el marco de la producción, que sólo podía lograrse a través de la explotación de la mano de obra campesina. Por consiguiente, la Independencia no significó ningún cambio en la estructura de clases de la sociedad. La clase dominante continuó siendo la oligarquía latifundista, en el seno de la cual un sector cada vez mayor pugnaba por el desarrollo de la agricultura comercial. La clase explotada siguió siendo la masa de trabajadores rurales, indígenas y ladinos. (CASTELLANOS CABRANES, 1992, p. 297)

Da Independência ao triunfo definitivo dos liberais em 1871, no contexto de sucessão de governos e guerras civis entre conservadores⁴⁹ e liberais⁵⁰, foram feitas mudanças paulatinas na conformação da propriedade da terra, principalmente começaram ser expropriadas terras clericais. As terras *ejidales*, por outro lado, eram pulverizadas apenas colateralmente, primeiro abrindo-as para arrendamento, e tempo depois para a venda (SAGASTUME, 2016).⁵¹ O

⁴⁸ Junto com a ilustração e o positivismo liberal (DARDÓN, 2004), do século XIX, chegaram as ideias racistas do eurocentrismo. Os “índios”, pela sua distância da cultura europeia, eram vistos como pessoas inferiores, justificando a violência com que foram tratados nos trabalhos forçados, e o racismo estrutural que fundou à sociedade guatemalteca.

⁴⁹ A facção conservadora estava conformada por fazendeiros tradicionais, membros proeminentes da oligarquia crioula e o clero.

⁵⁰ Conformada pela nascente burguesia agrária interessada na agro exportação, a facção empresarial da oligarquia crioula, e uma porção de funcionários e profissionais mestiços, e crioulos *ladinizados* (ou seja, criolos mestiçados com famílias poderosas mas não pertencentes às famílias tradicionais), influenciados pelas ideias da ilustração europeia, concentrados muitos deles na Universidad de San Carlos, como aponta Dardón (2004).

⁵¹ A historiadora Sagastume (2016, p. 42) sobre o período 1823-1837, que chama de “primeiro liberalismo”, aponta: “Una mirada de conjunto de las disposiciones sobre tierras durante el periodo plantea algunas líneas sobre el proceso desamortizador, en el que la respuesta del Estado frente a las demandas de la tierra por parte de los particulares parecía avanzar gradualmente, primero a través del rompimiento con los señoríos y las vinculaciones, luego, una política de cercamiento de las tierras baldías junto a la apertura de los ejidos de los pueblos a través del arrendamiento a largo plazo (censo enfiteútico), que más tarde favorecería el despojo”.

resultado foi o enfraquecimento do poder econômico dos conservadores, mas principalmente o ingresso de capital comercial e financeiro estrangeiro na agricultura guatemalteca (CASTELLANOS CAMBRAES, 1992), na época, financiando a produção de cochonilha.⁵² Assim foi fortalecida a ligação do país ao mercado mundial e estimulado o maior desenvolvimento da agricultura comercial capitalista.

Em meados do século XIX (graças à ligação ao mercado mundial), o desenvolvimento do capitalismo agrário na Guatemala e a destruição definitiva da propriedade corporativa colonial-feudal da terra eram inevitáveis simplesmente por causa da demanda (e dos preços) no mercado internacional de produtos agrícolas como o café, com vocação para seu cultivo na Guatemala (CASTELLANOS CAMBRANES, 1992). Isso já não dependia dos interesses políticos e ideológicos de uma oligarquia agrária tradicional rentista. Desse modo, o ingresso de fortes capitais estrangeiros destinados à agricultura tornava cada vez mais difícil manter a causa conservadora. Por outro lado, Cifuentes (1984, p. 1A-2) aponta que durante a primeira metade daquele século a produção de grana-cochonilha gerou as condições históricas para o desenvolvimento da produção capitalista do café ao criar: (a) a acumulação de consideráveis fortunas em dinheiro em mãos de proprietários, comerciantes e agiotas; (b) o desenvolvimento de circuitos mercantis e uma infraestrutura mínima necessária para seu funcionamento; (c) o começo da desamortização da terra; e (d) a disponibilidade da força de trabalho. No cenário mundial, age a constituição de um mercado internacional como resultado da ascensão do regime de produção capitalista.⁵³

A consolidação da formação social capitalista, e da incipiente burguesia guatemalteca, veio a partir da agudização das contradições de classes na época republicana, herdadas da Colônia. Agudização causada pela queda dos preços da cochonilha. Essas contradições eram: (a) latifundiários com grandes extensões de terras sem a vontade de investir na produção de café, e empresários agrícolas com interesses de capitalizar a agricultura mas sem terras suficientes; (b) agricultores estrangeiros e mestiços arrendantes de terras comunais e *ejidales* para fins especulativos, e as comunidades camponesas indígenas usando estas para fins de

⁵² Os primeiros capitais estrangeiro na Guatemala durante a primeira metade do século XIX, chegados da colônia britânica do Belize, foram representantes de casas comerciais e bancos ingleses, para a produção de cochonilha destinada para o Reino Unido. Castellanos Cambranes (1992, p. 296) registra que em 1833 os comerciantes ingleses Charles Meany e Marshal Bennett compram uma extensão de 7.730,10 ha correspondente a uma antiga fazenda dos domínios.

⁵³ Cifuentes (1984, p. 8A-9) afirma: “el ingreso del cultivo del café se hacía sólo después de un desarrollo económico previo que había creado precisamente las condiciones para que se pudiera dar en dimensiones sistemáticas y cuando la economía a nivel mundial ya estaba superando su fase de libre concurrencia; fenómenos sin los cuales el desarrollo de la caficultura y su demanda fue imposible anteriormente”.

sobrevivência; (c) empresários agrícolas interessados no uso forçado das grandes massas de trabalhadores, e camponeses relutantes em se submeter a tais regimes de trabalho, sob apoio da estrutura econômico-social colonial; e (d) a classe dominante dividida em posições políticas opostas — conservadores e liberais — (CASTELLANOS CAMBRANES, 1992, p. 304-305). No contexto de agudização dessas contradições, o ingresso do capital alemão foi a força econômica que desenvolveu e consolidou o *latifúndio neocolonial*, como resultado da reorganização dessas *forças* em contradição.

A consolidação do programa econômico liberal em 1877, com o Decreto 170,⁵⁴ foi conseguido pela aliança de classes entre proprietários conservadores da origem feudal-colonial e políticos burgueses liberais, representantes dos comerciantes e *finqueros* estrangeiros; ambas as classes “ansiosos todos por apoderarse de las tierras de las comunidades indígenas”. (CASTELLANOS CAMBRANES, 1992, p. 319). Com essa aliança, os antigos direitos coloniais da propriedade da terra dos latifundiários conservadores não foram questionados, pelo contrário, seus privilégios foram integrados no direito burguês da propriedade.

Nessa aliança de classes sob comando do capital alemão (no processo neocolonial), foi reforçado o sistema de trabalho surgido na época colonial-feudal. Continuou a *feudalização* das relações de produção: como o sistema de *peonagem*, *mandamento* e *colonato*. Consolida-se, na época, a ideia de que a propriedade da terra era necessária na exploração agrícola comercial. “De ahí que los liberales arribados al poder sólo marginalmente promovieran la creación de una subclase de pequeños propietarios” (CASTELLANOS CAMBRANES, 1992, p. 315). A desamortização da terra, transformada em mercadoria e colocada no mercado, procurava apenas o desenvolvimento da propriedade burguesa da terra, no processo homólogo ao acontecido no Brasil na mesma época, e que Martins (2010) explica a partir do conceito do *cativeiro da terra*: com a abolição da escravidão, a forma que os grandes proprietários brasileiros inventaram para manter a coerção laboral do homem livre foi: “se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava”. A diferença essencial entre o modelo brasileiro e o guatemalteco foi que na Guatemala existiu um exército gigantesco de camponeses “índios” e “ladinos”, empobrecidos após séculos de desapropriação e exploração, que a classe dominante achava da sua propriedade. Assim, o desenvolvimento capitalista na agricultura guatemalteca foi uma variante da *Via Prussiana* (KAY, 1980).

A desapropriação dupla (a dupla pilhagem acontecida na Colônia) de terra e da força de trabalho camponesa voltou a acontecer, agora sob a legalidade da nova República da

⁵⁴ Ver Capítulo 3.

Guatemala. Parafraçando a Castellanos Cambranes, podemos afirmar que: a implantação e organização da sociedade burguesa na Guatemala construiu-se a partir da desapropriação das melhores terras camponesas, para, através da exploração até a aniquilação dos seus melhores homens e mulheres, fazê-las produzir café, destinado a pessoas que se orgulhavam de serem chamadas de civilizadas, além do mar, na Alemanha e no resto da Europa (1992, p. 311). O ponto de partida do desenvolvimento do capitalismo agrário acha-se, então, na expropriação das terras comunais, para sua conversão em propriedade particular, e a *deslocação* e expulsão física e econômica das comunidades rurais e camponesas que as habitavam. O desenvolvimento do latifúndio capitalista só foi possível com a recriação da força de trabalho servil e do minifúndio camponês.⁵⁵

O roubo legal das terras comunais tinha como desculpa que as comunidades indígenas não faziam uso produtivo delas. Para a então chamada Vila de Santiago de Patzicía, no departamento de Chimaltenango, Esquit (1993) salienta que devido o município não possuir terras adequadas para o cultivo de café, nem naquela época extensões consideráveis de terra que os cafeicultores poderiam aproveitar, o papel da comunidade era fornecer força de trabalho para os municípios do sul do departamento (Acatenango, Yepocapa e Pochuta) onde o café era cultivado. Mas a aplicação do Decreto 170 no município também teve consequências. Beneficiou diretamente aos médio fazendeiros mestiços da época, produtores de cereais e criadores de gado menor, com a legalização de propriedades muito maiores que as propriedades das famílias camponesas indígenas e ladinas. Esquit registra as cem maiores propriedades no município no final do século XIX, de 1868 a 1895, onde a maior, possuída por Nazario Godoy, equivalia a 71,57 ha, tornando-a pouco significativa em comparação com as fincas de café, porém muito importante no cenário local. Na época, no município, apenas seis pessoas

⁵⁵ Por exemplo, vemos que no ano de 1877, no departamento de Escuintla, a família Herrera tornou-se “dona” de 90 *caballerías* (2.576,70 ha) das terras comunais dos municípios de Santa Lucía Cotzumalguapa e Siquinalá; no departamento de Huehuetenango “un ladino” tornou-se “dono” de 500 *caballerías* (14.315 ha). No norte da Guatemala, no final do século XIX *finqueros* alemães eram proprietários de 651.450 ha, três quartas partes da extensão territorial total do departamento de Alta Verapaz. Nos departamentos de Suchitepequez e Jutiapa, em 1890, os roubos legalizados das terras comunais totalizaram 74.250 ha. Todas essas terras foram usadas no cultivo de café e açúcar para a exportação. No ano de 1898, 80 milhões de dólares estadunidenses, de capitais alemães, tinham sido investidos na agricultura guatemalteca (CASTELLANOS CAMBRANES, 1992, p. 327-329). Enquanto nesses departamentos a extensão de terra que as famílias camponesas acessavam dificilmente chegava a 4 ha. Na virada do século, por causa do endividamento e hipotecas com os *finqueros* e investidores alemães, a maioria das fincas de café tinham passado para mãos alemãs. Na época, Castellanos Cambranes (1992, p. 330) registra 172 latifúndios neocoloniais, surgidos a partir do capital alemão, distribuídos nos seguintes departamentos: “Alta Verapaz (154.215 ha), Suchitepéquez (58.095 ha), Escuintla (15.345 ha), San Marcos (9.180 ha), Santa Rosa (6.840 ha), Chimaltenango (5.985 ha), Sololá (5.695 ha), Zacapa (4.770 ha), Quezaltenango (4.320 ha), Quiché (2.880 ha), Retalhuleu (945 ha), Sacatepéquez (790 ha) y Amatitlán (90 ha).” Produzindo a terceira parte da produção anual total de café, umas 11.339,81 tm, e 3.356,58 tm de açúcar.

possuíam mais de 1 caballeria (mais de 44,7 ha), nenhuma delas indígena. E só vinte e oito pessoas mais de 100 cuerdas (mais de 11,18 ha), de uma população aproximada de 4.000 pessoas.



Foto 1: Indígenas trabalhando na colheita de café, século XIX.
Fonte: Eadweard Muybridge (1875). Finca Las Nubes, Suchitepequez.

O começo do fim da influência e do poder econômico alemã na Guatemala pode-se registrar no governo do ditador liberal Manuel Estrada Cabrera (1898-1920), quando ingressa na Guatemala o capital financeiro monopolista dos Estados Unidos, através de uma legislação corruta. Cedo, no século XX entra no cenário agrário a *United Fruit Company* — UFCO, fazendo investimentos no país desde o ano de 1901, com a criação da *Tropical Radio and Telegraph Company*. Em 1904 a UFCO comprou 1.002,05 ha da floresta tropical no departamento de Izabal, na fronteira com a Honduras, país onde também comprou terras. No mesmo ano o presidente Estrada Cabrera deu em concessão a Estrada de Ferro à UFCO. Em 1910 o Império Alemão e o imperialismo estadunidense entram em conflito ao disputar privilégios territoriais, alfandegários, o controle político, militar e a hegemonia econômica da Guatemala (CASTELLANOS CAMBRANES, 1992, p. 341). Mais tarde, sob o poder do também ditador liberal Jorge Ubico (1931-1944), a UFCO conseguiu o controle de 42% das

terras da Guatemala, além de ficar isenta de pagar impostos e taxas de importação (WALTER, 1997). Em 1936 possuía 40% das ações da *International Railways of Central America*.⁵⁶

Até o começo da Segunda Guerra Mundial o capital agrário alemão e o capital monopolista estadunidense (como interesses imperialistas divergentes) conseguem coexistir porque as terras para a cafeicultura e para a produção de bananas da UFCO não se sobrepuseram. A luta de interesses entre estes capitais se expressa claramente em 1939. Mas o enfraquecimento da hegemonia econômica alemã começou com a chegada do nazismo ao poder na Alemanha em 1933, quando poderosos cafeicultores judeu-alemães na Guatemala ligaram-se aos interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos. A partir do ano de 1940, sob influência estadunidense, os latifúndios alemães foram desapropriados, alguns alemães foram expulsos do país, enquanto outros foram alistados ao Exército Nazi para lutar na Europa. A derrota do nazismo em 1944 fez desaparecer por completo a presença e influência do capital alemão na Guatemala, e deixou um buraco no poder político do Estado com a caída do governo pró-nazista de Jorge Ubico, membro da burguesia burocrática, mas apoiado pelos nacionalistas alemães. Naquele momento no cenário global começa a Guerra Fria, no âmbito *nacional* acontece a Revolução de Outubro do 44, e no cenário local as tensões históricas explodem no Massacre de Patzicía de 1944.⁵⁷

1.1.3. Da Reforma Agrária democrática ao anticomunismo neoliberal

Para compreender o desenvolvimento da agricultura, e da formação social guatemalteca, a partir da segunda metade do século XX é preciso entender que a Reforma Liberal possibilitou: (a) a incorporação no processo produtivo de grandes extensões de terras marginais; (b) a introdução de novas técnicas de produção agrícola; (c) a diversificação da agricultura; (d) o aumento da produção pecuária; e (e) uma maior ligação da produção agropecuária com o mercado capitalista internacional. Isso tudo a partir do aumento da circulação e acumulação do

⁵⁶ A essa altura a Guatemala já era uma *República Bananera (Banana Republic)*, expressão criada pelo escritor estadunidense O. Henry, inspirado na Guatemala e em Honduras. Faz referência aos países empobrecidos, atrasados e extremadamente corruptos, com um nível de vida muito baixo, sob comando de uma ditadura fraudulenta, cuja economia dependia da monocultura em grande escala, e basicamente era controlada pela UFCO e sua produção de bananas. A UFCO teve influência direta na política interna da Guatemala desde o começo do século XX até, aproximadamente, 1970.

⁵⁷ O Massacre de Patzicía de 1944 refere-se a um conflito político que passou para o nível étnico e culminou em um massacre e perseguição que durou pelo menos um mês a partir de 22 de outubro de 1944, desencadeado pela Revolução de Outubro do 44. E enfrentou indígenas (maias-kaqchikeles) e *ladinos* em racismo exacerbado. Ver ADAMS (1992), *La masacre de Patzicía de 1944: una reflexión*; e RODAS e ESQUIT (1997) *Élite ladina, vanguardia indígena: de la intolerancia a la violencia, Patzicía 1944*.

capital. Castellanos Cambranes (1992) destaca que foi só a partir do Decreto 170 que os fatores de produção terra e força de trabalho foram postos definitivamente sob controle da burguesia nascente, a partir da recriação do sistema minifúndio-latifúndio.

Em 1944 após vários meses de luta social (até confrontos armados) e do enfraquecimento dos poderes do Estado, por causa dos acontecimentos mundiais, acontece a tomada do poder cívico-militar por representantes das classes medias democráticas urbanas (militares, estudantes e trabalhadores), na procura da modernização da sociedade capitalista e do Estado. O período inaugurado em 20 de outubro 1944 é conhecido hoje como a Revolução de Outubro do 44, pelas mudanças revolucionárias que trouxe para a sociedade e para o Estado guatemalteco. A Junta Revolucionaria de Gobierno (20 de outubro de 1944 – 15 de março de 1945) convocou uma Assembleia Constituinte e as primeiras eleições presidenciais democráticas na história da Guatemala. Em 1945 promulgou a nova Constituição da República da Guatemala, que procurava modernizar o capitalismo do país; por exemplo, permitia a organização sindical, proibida pelos governos liberais.

Assim, em 1951, por meio de eleição popular, foi eleito como Presidente da Guatemala o coronel Jacobo Árbenz Guzmán, com um projeto governamental que procurava a modernização capitalista do Estado. A Reforma Agrária, incluído o crédito agrícola, era central no projeto de Árbenz Guzmán e da aliança dos partidos que governava com ele, incluído o Partido Guatemalteco del Trabajo — PGT, de tendência comunista.

Em 1952 foi aprovado o Decreto 900, ou Ley de Reforma Agrária, que em resumo estipulava que as propriedades particulares com mais de 260 ha que não estivessem cultivadas pelos seus proprietários ou que foram dadas em arrendamento, consideravam-se latifúndios feudais e deviam ser desapropriadas em favor da Nação e dos camponeses e trabalhadores. Os antigos proprietários seriam compensados com o valor declarado por eles próprios nas declarações fiscais antes do dia 10 de maio de 1952. Também estipulava a divisão das fazendas nacionais das mesmas dimensões. Para realizar a Reforma Agrária no plano do governo, a ser concluída em apenas seis meses, a Lei estabeleceu um sistema constituído assim:

En la base estaban los comités agrarios locales o CAL. Cada CAL tenía cinco miembros, uno nombrado por el gobernador del departamento donde estaba localizado el CAL, otro por la municipalidad y tres por el sindicato local. Donde no había organización obrera o donde había más de una, los campesinos y los trabajadores agrícolas elegirían a sus representantes en asambleas populares. [...] El CAL juzgaría la validez de la petición y dirigiría sus recomendaciones al comité agrario departamental o CAD. Los CAD también tenían cinco miembros: uno escogido por la asociación de terratenientes (AGA), uno por cada una de las dos confederaciones obreras del país, uno por el gobernador del departamento y uno por el recién creado Departamento Agrario Nacional (DAN). Los CAD supervisarían el trabajo de los CAL e informarían al DAN

en la capital; el DAN revisaría las decisiones de los CAD. En la cúspide estaba el Presidente de la República, quien “[...] resolverá en definitiva las cuestiones que suscite la aplicación de la presente ley”. (GLEIJESES, 1992, p. 351-352)

Gleijeses (1992) relata que o *Bureau of Intelligence and Research* do *Department of State* teve poucas críticas ao Decreto 900. O *Bureau* informou que a Lei de Reforma Agrária afetaria uma minoria dos grandes proprietários. De 341.191 propriedades particulares apenas 1.710 seriam afetadas. Embora estas 1.710 constituíam mais da metade da área ocupadas por propriedades particulares. A preocupação maior do Departamento do Estado era a “influência do comunismo” nas zonas rurais após a organização dos camponeses.

Em junho de 1954 mais de 566.559,90 ha tinham sido desapropriados, aproximadamente a metade da meta do governo, beneficiando uma média de 100.000 famílias camponesas (GLEIJESES, 1992; HANDY, 1992). Conseguindo não apenas manter a produção nacional por causa do bom preço do café no mercado internacional, mas um aumento da produção agrícola em volumes globais, fato reconhecido pela mesma embaixada dos Estados Unidos para a safra 1953-1954 (GLEIJESES, 1992, p. 358). A diminuição da disponibilidade da mão de obra rural e o fortalecimento dos sindicatos aumentou os salários. Gleijeses (p. 360) salienta: “Por primera vez desde la Conquista española, el gobierno les devolvió tierra a los indígenas”. Também pela primeira vez na história da Guatemala os camponeses, pequenos produtores e trabalhadores rurais participaram em organizações de tipo sindical.⁵⁸

Durante os meses da Reforma Agrária, a UFCO foi desapropriada de 164.707,05 ha de terra que não cultivava no departamento de Escuintla. Segundo dados em Handy (1992), a UFCO e suas filiais foram expropriadas de 238.472,55 ha no total. Foi por todos esses motivos que, no dia 27 de junho de 1954, a *Central of Intelligence Agency* — CIA promoveu o primeiro golpe de estado na América Latina, usando um exército de mercenários aglutinados no chamado *Movimiento de Liberación Nacional* — MLN,⁵⁹ sob seu comando, e instalando uma ditadura

⁵⁸ Segundo o antropólogo estadunidense R. Adams (*apud* GLEIJESES, 1992, p. 361), houve não apenas um despertar “ideológico” dos camponeses, mas um despertar “sociológico”, pois os camponeses perceberam a dimensão da estrutura social.

⁵⁹ Membros das duas famílias mais poderosas da oligarquia guatemalteca, os Aycinena e os Arzú, fizeram parte ativa do MLN. Casaús Arzú (2018, p. 74) escreveu: “Recordemos que el cofundador de este partido, Armando Sandoval Alarcón, hermano del fundador Mario Sandoval Alarcón, está casado con Lucía Valladares Molina y el hermano de ésta, Acisclo Valladares Molina Aycinena, fue miembro fundador de las juventudes del MLN. En similar situación se encuentra la rama de los Beltranena-Aycinena, quienes han colaborado como políticos y como cerebros de varios regímenes militares, durante las últimas tres décadas”. Do lado dos Arzú o membro notável do MLN foi Álvaro Arzú Irigoyen, presidente da Guatemala no período 1996-2000 e prefeito da Cidade da Guatemala de 2004 a 2018. O Partido Unionista, fundado por Álvaro Arzú em 2002, usa o hino fascista espanhol *Cara Al Sol*, como hino do partido.

militar na Guatemala, procurando reverter todas as reformas feitas pelo governo de Árbenz Guzmán.



Mapa 3: América Central, As Índias Ocidentais da América do Sul e Porções dos Estados Unidos e México. Rotas de navios a vapor, 1909.

Fonte: United Fruit Company. Disponível em: <https://bit.ly/3y6z5qm>

O MLN no governo emitiria dois decretos agrários, procurando ao mesmo tempo reverter a reforma agrária “comunista” e manter sob controle as massas camponesas à beira da revolta. O primeiro foi o Decreto 31 em 1954, que proibia principalmente a continuação da expropriação e permitia aos grandes proprietários solicitar a devolução de “suas” terras. E o Decreto 559, em 1956, que disfarçado de reforma agrária social, estabelece, principalmente,

taxas aos grandes proprietários pela terra sem cultivar ou sua desapropriação, sob “preço acordado por avaliadores independentes”.

Excluindo — e ao pouco tempo reprimindo — as organizações camponesas e representantes camponeses dos comités agrários, apenas a *Dirección General de Asuntos Agrarios* — DGAA tinha o poder de decisão (HANDY, 1992).⁶⁰ Os interesses camponeses começaram ser ignorados enquanto o governo do MLN colaborou com os grandes proprietários para assegurar a devolução de *suas* terras.



Figura 2: Gloriosa Victoria.

Fonte: Diego Rivera, 1954. A pintura representa a invasão dos Estados Unidos à Guatemala por meio da UFCO.

Por causa das revoltas rurais e da firmeza e perseverança de muitos camponeses, várias comunidades camponesas não perderam suas parcelas. Mas, segundo Handy (1992), do total de terras expropriadas pela Lei de Reforma Agrária, uns 271.169,75 ha voltaram para seus antigos

⁶⁰ Handy afirma: “Los campesinos no podían entablar procesos al amparo del Decreto 559; no podían llamar la atención de la DGAA hacia tierras afectables por la ley; no podían organizarse para ayudar a defender sus intereses dentro de la ley; y casos determinados, no podían ejercer presión sobre las autoridades agrarias. Debían ser receptores pasivos de parcelas privadas de tierras, otorgadas por el Gobierno a personas no organizadas. Los decretos agrarios del MLN, por supuesto, no fueron implementados en un vacío. La decisión de los liberacionistas, de mutilar las organizaciones campesinas revolucionarias y de anular el proceso de la reforma agraria, dio paso a conflictos en el país: no sólo no permitió un período de "co-existencia pacífica", que era su deseo expreso, sino que sacudió a Guatemala con una purga de organizaciones revolucionarias, en la cual fueron arrestados más de cuatro mil "comunistas"; más de mil personas buscaron asilo en embajadas extranjeras; huyeron del país dirigentes y activistas campesinos, y aún simples beneficiarios de la Ley de Reforma Agraria, y muchos otros más fueron asesinados por los finqueros y sus agentes en la Guatemala rural. La liga campesina y el sindicato de trabajadores rurales fueron disueltos, y se les prohibió su actividad a más de quinientos sindicatos individuales. Esta atmósfera represiva determinó que muy pocos campesinos estuvieran en posibilidad de aprovechar el amparo teórico ofrecido por los dos decretos agrarios del gobierno del MLN.” (1992, p. 385-386).

proprietários, e aproximadamente 165.816,45 ha foram devolvidos à UFCO. De acordo com nossos cálculos, dos 566.559,90 ha expropriados foram devolvidos para seus antigos proprietários 436.986,20 ha,⁶¹ muitas vezes usando a violência e obrigando os camponeses fugir das terras. A Reforma e Contrarreforma, parafraseando a Handy (1992, p. 395), foi simplesmente outra batalha no cenário da longa luta camponesa, de séculos, pela terra.

Finalmente, a partir da Revolução Cubana em 1959, a condição da vida das populações camponesas e rurais foi motivo de preocupação pelas elites Latino-americanas, e pela administração dos Estados Unidos. O problema agrário tomou novas dimensões, e levou as elites implementar planos de governo para garantir “a paz e a segurança”, procurando neutralizar a conformação de movimentos sócio-políticos que questionassem o *status quo* (PÉREZ, *et al.*, 1991). A solução foi a implementação de políticas de Desenvolvimento Agrário sob intervenção de instituições creditícias como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, e instituições de assistência técnica como a *Food and Agriculture Organization* — FAO, a *Inter-American Institute for Cooperation on Agriculture* — IICA e a Organização dos Estados Americanos — OEA. Pérez *et al.* (1991, p. 11) apontam que nesses anos ingressaram na Guatemala várias ONGs sob apoio dos Estados Unidos através da Associação Internacional de Desenvolvimento — AID, e de países europeus como a Itália, Alemanha, Inglaterra, Suíça, França e Canadá; muitas dessas ONGs ligadas às igrejas protestantes, afins à ideologia e moral capitalista.

Em 1961 o governo dos Estados Unidos dirige a *Alianza para el Progreso*, que procurava estabelecer uma cooperação econômica entre EE.UU. e a América Latina. Desse

⁶¹ “El caso más famoso fue el del finquero Casimiro Gutiérrez, a quien durante la Revolución le denunciaron veinticinco de sus setenta y tres propiedades en El Quiché. Las nuevas estipulaciones del Decreto 31 le permitieron recuperar sus tierras expropiadas a Gutiérrez y a numerosos otros finqueros que se encontraban en circunstancias semejantes. [...] En la finca "La Bolsa", San Marcos, el inspector agrario del nuevo gobierno informó que no podía hablar con los beneficiarios por "haber huido a la República Mexicana hace dos años, cuando entró triunfante el Movimiento de Liberación". Romualdo Arenas, al pedir que le devolvieran sus tierras de Chimaltenango, fue aún más explícito: declaró que "los invasores de mis terrenos ... con el triunfo del ejército de la Liberación ... abandonaron las parcelas que se habían repartido y se dieron a la fuga porque se les persigue, en virtud de sus actividades comunistas en el P.G.T." [...] [En] Granados, Baja Verapaz [...] el alcalde era nada menos que el hijo de la dueña de la finca "Estación de García". En su informe a las autoridades agrarias, referente a la pasada expropiación de dicha finca, el alcalde les aseguró que todos los beneficiarios de la Ley de Reforma Agraria --quienes antes de la emisión del decreto 900 eran trabajadores residentes de la finca--, estaban de completo acuerdo con que las tierras expropiadas les fueran devueltas a su madre. [...] los dueños de la finca "Cerro azul", localizada en San Miguel Uspantán, El Quiché, pidió [sic] que se le devolviera las catorce caballerías de tierras que le habían sido confiscadas bajo el Decreto 900. Originalmente, la DGAA sólo le devolvió ocho caballerías, alegando que no le podía quitar a los beneficiarios tierras que les habían sido otorgadas legalmente para que las trabajasen. No obstante, para septiembre de 1957, la DGAA había cambiado de opinión, y le devolvió al finquero las restantes seis caballerías. A los ochenta y dos campesinos que fueron expulsados de la finca sólo les dieron vagas promesas sobre que se les darían tierras baldías existentes supuestamente en El Quiché." (HANDY, 1992, p. 387-390)

modo, é criado o Comité Interamericano de Desenvolvimento Agrícola constituído pela FAO, CEPAL, OEA, BID e IICA.

Em 1976 um terremoto não apenas revelou a pobreza do meio rural, mas exacerbou-a. E ao ficar exposta a extrema pobreza rural, a população urbana fica ciente disso e se articulam distintas organizações sociais. Assim, aumenta a organização popular rural, e com ela a violenta repressão do Estado anticomunista que se estendeu até a chegada dos governos civis em 1986, mas que não parou com eles. Nesse período de lutas políticas e de repressão acontece um “doloroso proceso de descomposición de la estructura agrária en muchas áreas del altiplano” (PÉREZ, *et al.*, 1991, p. 12), que tinha permanecido e/ou reforçado pela Reforma Agrária de 1952. Eis o ponto de partida da estimulação da produção de hortaliças como projeto econômico do governo da Democracia Cristã (1986-1991), para incentivar o crescimento econômico, após a caída dos preços de exportação no mercado internacional, e da decomposição da estrutura agrária das comunidades camponesas mais empobrecidas. Nesse processo interviram ONGs de assistência econômica e social nas zonas de conflito. Em 1990, no altiplano central e ocidental guatemalteco existia uma política de expansão e diversificação da horticultura de exportação através da presença de várias empresas agroexportadoras.

É possível entender, então, como as pressões do capitalismo geram transformações nas relações agrárias, mas não transformações totais. Primeiro, com o mercantilismo feudal da Colônia criou-se o sistema de relações de dependência e a periferia do sistema capitalista mundial, esse é o chamado “período de acumulação primitiva” (AMIN e VERGOPOULOS, 1977) onde a *produção* do capital é feita. As forças que permitem a realização do capitalismo (o capital e a força do trabalho livre) chegam até o século XVIII e XIX após a Revolução Industrial. Mas a *produção* do capital não acaba na conformação do capitalismo. Assim, a reprodução ampliada do capital necessita de relações não-capitalistas de produção, na Guatemala a agricultura capitalista recriou o minifúndio camponês, e criou o sistema minifúndio-latifúndio, replicado em toda América Latina (KAY, 1980). Após da Segunda Guerra Mundial, a pressão do capital urbano empurra a “era das reformas agrárias”. Amin (1977, p. 36) aponta: “São estas reformas que, extinguindo as velhas alianças de classes entre capital estrangeiro e a grande propriedade, substituem-nas por uma nova aliança tripla: capital estrangeiro — burguesia urbana local (privada e /ou do Estado) — *koulaks*.”

1.2. Força de trabalho camponesa e cenário agrário local: inclusões e exclusões⁶²

A unidade camponesa no município de Patzicía apresenta um caso paradigmático devido à expansão de horticultura de exportação que foi introduzida no Vale Central de Chimaltenango no final da década de 1970. O avanço da agricultura de exportação fez parte das políticas internacionais emanadas dos Estados Unidos, na procura de expansão do capital neoliberal na América Central através da Doutrina de Segurança Nacional.⁶³ Entretanto, o Estado da Guatemala, sob apoio direto da CIA, procurava o controle das zonas ocidentais do país com maior concentração da população camponesa indígena sob, segundo eles, ameaça de influência insurgente/comunista.⁶⁴

Na cena local, a expansão neoliberal na economia impulsionou o avanço de uma agricultura capitalista de tipo *farmer* (ao menos em tese) de produtos não-tradicionais (horticultura) na zona centro-ocidental da Guatemala (altiplano central e ocidental), isso dentro do contexto da Guerra Fria. Esta penetração do capitalismo nas comunidades camponesas tradicionais, através da expansão da horticultura, traduziu-se em mudanças no município de Patzicía nos níveis econômico, sociocultural e étnico; estabeleceu uma nova estratificação social e novas formas de relação política, intensificando a desigualdade local no município (PÉREZ, *et al.*, 1991).

1.2.1. Da monopolização do território pelo capital à pequena produção agrícola capitalista⁶⁵

A diversificação capitalista do mercado internacional instaurou um processo intenso de *monopolização do território* em Patzicía, de meados da década de 1970 até a primeira metade

⁶² Parte do debate apresentado a continuação, especificamente os pontos 1.2 e 1.3 foi extraído da obra: Tocón-Ajsivinac, “*De lo global a lo local: la economía familiar campesina en Patzicía, 2005-2016*”, 2018. Dissertação de graduação (Antropologia), Escuela de Historia, USAC.

⁶³ “La Doctrina de Seguridad Nacional es una macroteoría militar del Estado y del funcionamiento de la sociedad, que explica la importancia de la “ocupación” de las instituciones estatales por parte de los militares. Por ello sirvió para legitimar el nuevo militarismo surgido en los años sesenta en América Latina. La Doctrina tomó cuerpo alrededor de una serie de principios que llevaron a considerar como manifestaciones subversivas a la mayor parte de los problemas sociales.” (LEAL, 1994, p. 1)

⁶⁴ Do ano de 1960 a 1996 a Guatemala viveu uma das repressões estatais mais violentas da região que começou com o golpe de Estado em 1954 patrocinado pela CIA. O saldo foi de aproximadamente 200.000 mortos, 45.000 desaparecidos, 100.000 deslocados e vários genocídios contra os povos indígenas (sobressai o genocídio ao povo *maya-ixil* durante os anos de 1978 e 1983). Sobre a guerra interna na Guatemala ver o Informe da Comissão para o Esclarecimento Histórico – CEH, *Guatemala, Memoria del Silencio*, Tomos I-XII (1999).

⁶⁵ O processo de *monopolização do território pelo capital*, na década de 1980, no município de Patzicía fica registrado com uma rica quantidade de detalhes em Pérez *et al.* (1991), embora os autores não chamaram esse processo de *monopolização do território* por diferenças de interpretação teórica. Os autores registram todas as empresas agroexportadoras que operavam no município na época e sua relação com a população.

da década de 1980. Esse processo estimulou, através das agroexportadoras, a produção de culturas não-tradicionais, e traduziu-se numa série de modificações na organização social local devido às mudanças econômicas que trouxe, como: créditos, tecnologias, assessoria técnica etc., proporcionados pelas empresas agroexportadoras. Nesse sentido, os aspectos mais afetados foram a organização cultural; ideologia e consumo, por exemplo.

O Estado desenvolvimentista anticomunista, a partir do *Plan Nacional de Seguridad y Desarrollo* (1982)⁶⁶ legaliza a contra-insurgência como política de Estado. Isso significa novas mudanças na estrutura agrária do país.⁶⁷ Foi até naquele momento que o Estado se “importava” com o campesinato. Em 1986, com a chegada dos governos civis (Democracia Cristã), a pequena agricultura de exportação atinge seu pico sob o modelo econômico neoliberal. No ano de 1989 os principais produtos não-tradicionais de exportação no município eram:⁶⁸ brócolis (*Brassica oleracea* var. *italica*), couve-flor (*Brassica oleracea* var. *botrytis*), couve-de-bruxelas (*Brassica oleracea* var. *gemmifera*), ervilha chinesa (*Pisum sativum* var. *saccharatum*), quiabo (*Abelmoschus esculentus*), salsão (*Apium graveolens*), alface (*Lactuca sativa*), repolho (*Brassica oleracea* var. *capitata*), batata (*Solanum tuberosum*), feijão verde (*Vigna unguiculata* subsp. *sesquipedalis*), ervilha-doce (*Pisum sativum*) e mini legumes; negando a possibilidade de construção de um mercado interno, porque a produção estava destinada à exportação (PÉREZ *et al.*, 1991, p. 14). Procurava-se estabelecer e atualizar as relações capitalistas de produção com base no capital financeiro e no aproveitamento da eficiência da unidade camponesa de produção. Assim, em tese do governo, o surgimento da pequena empresa agrícola não iria brigar com a gigante concentração da terra dos latifúndios.

No âmbito local, partir de 1986, entre outras coisas, começa a perda paulatina do já fraco apoio estatal para o setor camponês (no Capítulo 3 aprofundaremos isso).⁶⁹ Nesse contexto o

⁶⁶ Plano militar contrainsurgente criado pela *Junta Militar de Gobierno* de 1982, comandada pelo general Efraín Ríos Montt (condenado em 2013 por Genocídio e Crimes Contra a Humanidade). No *Plan Nacional de Seguridad y Desarrollo* pode-se ver uma preocupação pela população rural e camponesa como potencial aliada da “subversão”. O plano está disponível em: <https://bit.ly/2SLCRXb>

⁶⁷ O projeto do governo militar anticomunista era cortar as bases sociais da insurgência ao colocar à população rural sob controle militar estrito. Os programas militares de controle social foram: “*Aldeas Modelo*”, “*Polos de Desarrollo*”, “*Coordinadoras Interinstitucionales*”, “*Patrullas de Autodefensa Civil*”. E no plano econômico: “*Fusiles y Frijoles*”, “*Tortilla y Trabajo*”, “*Pico, Pala y Piocha*”, “*Programas en Areas de Conflicto*” e “*Programa de Ayuda a Victimas del Altiplano*”.

⁶⁸ Durante os primeiros 50 anos do século XX, a agricultura camponesa no município foi caracterizada pela produção de grãos e cereais (ESQUIT, 1993), como já foi dito, principalmente milho, feijão (como culturas de origem pré-hispânica) e trigo, introduzido pelos colonizadores espanhóis.

⁶⁹ O governo civil através do *Plan Guatemala 2000 Una Estrategia Para la Paz y el Desarrollo*, procura “la adopción definitiva de una estrategia de desarrollo basada en una mayor orientación al mercado externo privilegiando, en una primera etapa, a la promoción de las exportaciones no tradicionales y del turismo receptivo como elementos realmente dinámicos de nuestro desarrollo económico y social en el corto y mediano plazo.” (*apud* PÉREZ, *et al.* 1991, p. 9).

campesinato começou ficar sozinho face ao mercado global; o qual, teoricamente, esperava-se que fosse integrado de alguma forma, como empreendedores capitalistas, ou como assalariados. Mais tarde, isso foi exacerbado com a ratificação do acordo comercial *Dominican Republic-Central America Free Trade Agreement* — DR-CAFTA, em 2005.

A expansão da horticultura de exportação em Patzicía foi feita sobre a existência das pequenas unidades camponesas. A equação era simples: *pequenas unidades agrícolas - agroexportadoras - mercado internacional*. O resultado foi óbvio, todo o peso dessa cadeia recaí sobre os pequenos agricultores, com implicações diretas na unidade de produção camponesa familiar, pois um fator determinante para o seu bom funcionamento é a busca pela eficiência das culturas, fazendo com que algumas famílias tivessem relativo sucesso e crescimento econômico. Mas o caso geral desse modelo foi que a quantidade das famílias exitosas não cresceu (HERRERA, 2004). Ou seja, o modelo não se expandiu igualmente no município (Entrevista: C CDGT IV-E02). Por outro lado, as empresas agroexportadoras que seguravam esse modelo começaram se retirar do município no final da década de 1990, e com a saída delas, a equação da agricultura local mudou.

Naturalmente, as agroexportadoras ao deixar as suas operações físicas em Patzicía deixam de participar, primeiro, como os intermediários entre as pequenas unidades agrícolas e o mercado internacional, e segundo, como os fornecedores de créditos, tecnologias e assessoria técnica etc. Porém uma variante da produção capitalista tipo *farmer* ou *kulaks* (altamente individualista) foi implantada e conseguiu se desenvolver na agricultura local.⁷⁰

No processo de *monopolização do território pelo capital*, à extração da renda camponesa da terra pelas agroexportadoras adicionou-se a acelerada implantação da pequena agricultura capitalista. Na segunda metade da década de 1980 já existia uma agricultura empresarial tipo *kulak* desenvolvida no município, que, diferente da agricultura camponesa de caráter familiar, contratava *mão de obra* remunerada permanente (PÉREZ *et al.*, 1991). Em 1990 em Patzicía já tinha se desenvolvido um processo de monopolização do território,⁷¹ criando um complexo variado de culturas, treinamento técnico, mecanismo de entrega de insumos, transporte, congelamento etc., promovido não pelo Estado, mas pelas empresas agroexportadoras (o objetivo: não alterar a estrutura fundiária da Guatemala).

⁷⁰ Na segunda metade da década de 1980, os principais destinos de exportação foram países de América Central, Europa e Estados Unidos através de empresas de agro exportação, ver Quadros 1, 2 e 3 em PÉREZ *et al.*, 1991, p. 17-25. Atualmente, no município, as exportações mais significativas da horticultura são apenas para América Central: El Salvador, Honduras e Nicarágua (LÓPEZ *et al.*, 2011; Entrevista: TC P3E II-E01).

⁷¹ “Así, la producción de los pequeños agricultores en Guatemala pasa a jugar un papel fundamental por intermedio de las agroexportadoras, en beneficio de la seguridad alimentaria de las metrópolis” (PÉREZ *et al.*, 1991, p. 14).

1.2.1.1. A pequena agricultura capitalista como forma de exclusão camponesa

A base da pequena agricultura capitalista local é o trabalho remunerado — extração da mais-valia do trabalho. Ela está intimamente ligada às demandas do mercado nacional e internacional (principalmente El Salvador, Honduras e Nicarágua). Assim, sua própria natureza de produção para o mercado, baseada na agricultura de tipo familiar, faz com que consuma uma quantidade considerável de mão de obra. Modificando as relações trabalhistas e a mobilidade laboral rural local tradicional.

Como contextualização, o trabalho agrícola remunerado no município “por dia”, ocorre em duas modalidades. Por um lado, existem os diaristas “tradicionais”; esta forma de trabalho rege-se, em certa medida, pelo estabelecido na lei em termos de horas, mas não em termos de salários-mínimos para as atividades agrícolas, que segundo o Acordo Governamental 250-2020, para o ano 2021 continuou a ser de GTQ 90,10 por dia, ou seja, USD 01,46 a hora;⁷² sem aumento desde o ano 2018 (segundo o Governo da Guatemala por causa dos efeitos econômicos e sociais da Pandemia de Covid-19 não era possível um aumento no salário-mínimo). Este é um trabalho diarista relacionado com culturas tradicionais (milho) nas quais a tecnologia tradicional intervém. Ou seja, a jornada de trabalho normalmente começa por volta das 7h30 e 8h00. Não há um cronograma definido, mas sim um intervalo de horas aceitável para começar o trabalho. E o horário de saída por volta das 16h e 17h.

No trabalho na produção de hortaliças (culturas não-tradicionais), os horários obedecem às demandas do mercado e não às demandas tradicionais de produção e reprodução social. As jornadas de trabalho podem começar a partir das 3h00 e 4h00, terminando por volta das 10h00. Há também quem comece a jornada entre as 5h00 e 6h00, terminando entre 12h00 e 13h00. Isso para o cultivo de cenoura (*Daucus carota* subsp. *sativus*), repolho, alface e aipo (*Apium graveolens*), principalmente.

Porém, no município, na produção de hortaliças não existe a jornada de 8 horas, porque a produção está completamente destinada ao mercado (Entrevista: C P3E III-E03). Ou seja, devem ser cumpridos os requisitos dos intermediários, e dos empregadores, sendo que estes horários de trabalho correspondem ao itinerário das hortaliças exigidas pelo mercado. Isso depende das distâncias que os produtos têm que viajar. Em épocas de maior movimento

⁷² Todos os valores apresentados neste capítulo em USD correspondem à taxa de câmbio de Quetzales Guatemaltecos — GTQ, para Dólares Estadunidenses — USD, do dia 06 de julho de 2020, quando USD 01,00 equivalia a GTQ 07,70.

comercial, os diaristas trabalham em turnos dobrados, de manhã e à tarde. Jornada dupla. Estas condições não são normais nem condições de trabalho adequadas.

A produção de hortaliças implica a disponibilidade de capital considerável. Atualmente, o investimento para 1 *cuerva*⁷³ de cenoura, que é a cultura no município que mais trabalho e investimento envolve, é de aproximadamente USD 649,35 (GTQ 5.000,00), e para 1 *cuerva* de repolho aproximadamente USD 519,48. E embora quase todos os produtores agrícolas queiram ingressar neste tipo de produção para a exportação, obviamente nem todos podem. É evidente que entrar nessa dinâmica exige uma logística específica, porém, não só os empreendedores agrícolas locais, mas também camponeses estão imersos nessa lógica.

Ano	Atividade Económica	Salário por hora regular	Salário por dia	Salário por mês	Bônus	Salário total	Porcentagem de aumento
2021	Não agrícola	GTQ 11,61	GTQ 92,88	GTQ 2.825,10	GTQ 250,00	GTQ 3.075,10	4%
	Agrícola	GTQ 11,27	GTQ 90,10	GTQ 2.742,37	GTQ 250,00	GTQ 2.992,37	4%
	Exportador e maquila	GTQ 10,61	GTQ 84,88	GTQ 2.581,77	GTQ 250,00	GTQ 2.831,77	4%
2017	Não agrícola	GTQ 10,86	GTQ 86,90	GTQ 2.643,21	GTQ 250,00	GTQ 2.893,21	6%
	Agrícola	GTQ 10,87	GTQ 86,91	GTQ 2.643,22	GTQ 250,01	GTQ 2.893,22	6%
	Exportador e maquila	GTQ 09,93	GTQ 79,48	GTQ 2.417,52	GTQ 250,00	GTQ 2.667,52	6%
2016	Não agrícola	GTQ 10,23	GTQ 81,87	GTQ 2.497,04	GTQ 250,00	GTQ 2.747,04	4%
	Agrícola	GTQ 10,23	GTQ 81,87	GTQ 2.497,04	GTQ 250,00	GTQ 2.747,04	4%
	Exportador e maquila	GTQ 09,36	GTQ 74,89	GTQ 2.284,15	GTQ 250,01	GTQ 2.534,15	4%

Tabela 1: Salários-mínimos na Guatemala em GTQ, desde 2016 a 2021.

Fonte: MINTRAB, 2021.

No município de Patzicía, os empresários mais bem sucedidos podem registrar a origem de suas empresas na década de 1980 com as primeiras incursões de exportação de horticultura. O curioso é o sistema de organização linear, como em uma família, onde o chefe da família decide e a responsabilidade recai sobre ele. Segundo os dados de López *et al.* (2011), no ano de 2009 as plantações dos maiores empresários agrícolas locais dificilmente superavam as 7 ha, mas o funcionamento dessas unidades era feito a partir de trabalho assalariado, e não familiar. Esses dados continuam a ser válidos em 2021, segundo informações fornecidas pela *Asociación de Agricultores Patziciense* — ASODAGPA (Entrevista: TC P3E II-E01). Um desses

⁷³ 1 *Cuerda* é uma unidade de medida da área de origem castelhana colonial, não é uma medida padrão. No município de Patzicía 1 *cuerva* média é equivalente a 40x40 *varas* (também de origem castelhana colonial), que é igual a 1.118,23 mts². Na região ocidental da Guatemala ainda são usadas unidades de medida de área castelhanas antigas como *Cuerda*, *Manzana* (4 *Cuerdas* ou 0,69 ha), *Caballería* (64 Mz ou 44,7 ha); e unidades de massa como *Quintal* guatemalteco (100 lb ou 46 kg).

empreendedores em entrevista feita em 2017 disse que a média de extensão de terra cultivada pelos agricultores capitalistas naquele ano era de 3,5 ha (Entrevista: C P3E II-E01).

No município o preço de arrendamento de 1 *cuerda*, (aproximadamente a novena parte dum hectare), é de aproximadamente USD 129,87 anual. O agricultor citado anteriormente arrendou em 2017 o 1,57 ha que usou na produção de hortaliças por um total de USD 1.818,18 no ano. Fazendo uma operação matemática simples, podemos saber que o preço de arrendamento de um hectare no município naquele ano (2016) foi de USD 1.168,83, em 2021 aumentou, equivaleu a USD 1.753,24 por ha por ano.

Do outro lado desta equação estão os camponeses. O primeiro fato a se observar é que o município de Patzicía não expulsa mão de obra, quando comparada a outras regiões da Guatemala.⁷⁴ Aliás, para as plantações empresariais de hortaliças,⁷⁵ além dos trabalhadores agrícolas diaristas e permanentes do mesmo município, chegam de aldeias e de municípios vizinhos, como os municípios de Acatenango, Santa Apolonia, Zaragoza e Chimaltenango (a capital do departamento). Mas isso não é tão positivo quanto se poderia supor *a priori*. Por trás da dinâmica da “criação de empregos”, existe uma estrutura de desigualdade que a explica, como se verá nesse estudo.

Os ciclos das culturas não tradicionais exigem um uso intensivo da força de trabalho. Nas plantações de hortaliças, os agricultores empresariais têm trabalhadores permanentes durante o ano todo. Por exemplo, numa entrevista um empreendedor expressa o seguinte:

Fijáte que de los veinticinco [trabajadores] que te estoy hablando, gracias a Dios yo veo que trabajo hacemos. Hay algún día de que yo no saque mucha zanahoria, así como hoy no saqué mucho, sólo me llevé a catorce [trabajadores]. Porque once se fueron a trabajar en la siembra, fueron unos a regar, fueron otros a fumigar, fueron otros a echar abono, uno creo que fue a raspar. Total, de que nos compartimos [el trabajo]. Entre los jóvenes hay seis mujeres que también trabajan, o sea que son diecinueve hombres y seis mujeres. De todos los que vienen a veces son familia, dentro de los veinticinco hay hermanos; los que son de aquí hay un grupo que vive por allá por el gimnasio, ellos son cuatro hermanos y los cuatro están trabajando conmigo, hay unos de Pahuit, las mujeres son de Acatenango, vienen la señora, la mamá y vienen las tres hijas, son cuatro; y las otras son de Pahuit, son dos mujeres. Igual, yo trato la manera de buscarles trabajo, para que todos los días estemos ahí trabajando fijo (Entrevista: C P3E II-E01).

⁷⁴ A emigração do departamento de Chimaltenango (onde Patzicía está localizado) ocorre normalmente para as grandes cidades do país, causando o fenômeno das cidades-dormitório. E, embora exista, não há emigração significativa para os Estados Unidos, como ocorre na maioria dos municípios da parte ocidental e norte do país, áreas principalmente indígenas. A produtividade no município significa que a migração interna não é comparável à migração que ocorre em departamentos como Alta e Baja Verapáz (no norte) para cidades como Cobán ou a Cidade da Guatemala. Ver: CABALLEROS. *Tierras comunales, agricultura familiar campesina*, 2015.

⁷⁵ As lavouras com maior volume de produção no município são: repolho, cenoura, milho, abobora e alface, nessa ordem. Dos 100% da produção de milho, apenas 10% são comercializados no mercado local, 90% restante é destinado ao consumo próprio do agricultor (LÓPEZ *et al.*, 2011, p. 118), enquanto a produção de hortaliças não visa o mercado local, segundo dados coletados em campo nos anos 2017 e 2021.

O salário local por dia de trabalho agrícola está abaixo do estabelecido na lei, além de ser diferente para homens e mulheres: para homens é USD 07,79 e para mulheres USD 06,49 por dia. Há também uma diferença entre o trabalho que eles fazem.⁷⁶

1.2.2. O camponês patziciense e seus recursos

A partir do marco teórico-metodológico usado nessa pesquisa, entendemos ao camponês como uma possibilidade de construção do futuro e não como um remanescente do passado, como é comumente visto pelo setor agroindustrial na Guatemala. Neste período de liberalização da economia global que atingiu Patzicía, o campesinato não só ficou sem o apoio do Estado, mas também foi diretamente prejudicado por suas políticas neoliberais; no entanto, permaneceu através de várias lutas para manter seu modo de vida.

O campesinato foi pressionado a entrar na lógica da competitividade individual, característica do aparato conceitual do neoliberalismo e da mundialização capitalista, que, como consequências, gerou mudanças qualitativas na organização familiar e produtiva. Por exemplo: ao longo de todos esses anos, os membros das famílias camponesas tem ingressado no trabalho agrícola remunerado permanente, “en apoyo al ingreso familiar (en plantaciones; vendiendo su fuerza de trabajo a otros agricultores)”, às vezes deixando de ser camponeses e virando assalariados, como Pérez *et al.* disseram em 1991 (p. 55), e se 30 anos depois segue acontecendo o mesmo, é evidente, então, que o modelo não cria justiça social.⁷⁷

Com base nessa lógica de competitividade e individualismo, somada à realidade camponesa na Guatemala que os deixa com poucas alternativas e os sufoca, vários camponeses *sonham* em entrar no *mercado* começando a produzir hortaliças. Mas a vontade não é suficiente quando há uma desproporção entre os fatores de produção (CHAYANOV, 1974), como geralmente acontece entre os camponeses de Patzicía. Nos casos em que o camponês que deseja ingressar no mercado consegue resolver o problema do acesso à terra com arrendamento (de terras municipais ou particulares) ou com sua própria terra (quando a possui), e lembrando que

⁷⁶ No momento da colheita, as mulheres se dedicam à lavagem, quando necessário. Embora seja, principalmente, mas não exclusivamente, a tarefa dos homens transferir a produção de um ponto para outro. Também existem diferenças entre os tipos de culturas, pois na colheita das ervilhas as mulheres são contratadas porque o tipo de trabalho requer alguma habilidade manual e menos esforço físico.

⁷⁷ Como apontara Harvey, se acredita que o modelo é evidência no nível local de que o neoliberalismo nada mais é o projeto político pela “reconstrução do poder das elites econômicas mundiais”, e do capitalismo internacional (2007).

a força de trabalho na agricultura camponesa é sempre familiar — e apenas eventualmente paga —, atende ao problema do *capital*.

O capital inicial para a produção camponesa de hortaliças é frequentemente obtido através de empréstimos a cooperativas de empréstimos que operam no município. Embora, a partir da produção tradicional seja possível obter certos fundos úteis para completar o ciclo destes. Quando a reprodução da vida camponesa não é tão limitada, é quando ele pode ver além do ciclo de produção tradicional, e prestar atenção à produção para o mercado. O primeiro prefeito indígena moderno (1975-1976) do município, Seu Francisco Cuá, no seguinte relato explica como a tentativa dos camponeses de entrarem na horticultura de exportação se conclui a grande maioria das vezes:

Una cuerda de verdura bien cultivada se lleva unos cinco mil billetes [5 mil Quetzales]. Gastos. Bastante dinero. Y a veces que responde y a veces no. Ahí viene la pobreza. Decían los muchachos: —Yo gané esto, a mí me dio esto. Subís unos dineritos, lo que ha gastado, eso es lo que recupera, no hay nada de ganancia, absolutamente nada. A veces menos, a veces que no salen los gastos. Se pierde de una vez. Así está el mercado (Entrevista: C P3E CI-E03).

Esse relato exemplifica bem o ciclo em que os camponeses vivem em Patzicía. Existe uma desvantagem óbvia entre o *acesso* que um camponês pode ter ao mercado e o que um empreendedor agrícola local pode ter. O primeiro trabalha com recursos limitados e em clara desvantagem; o segundo, com todas as dificuldades, que aliás encontra, tem um campo de ação maior, pois tem mais capital — devido ao apoio hipotecário que possui — que usa para comprar força de trabalho e aceder a terras com qualidade melhor. Assim, as chances de sucesso são inclinadas para o lado que tem mais peso devido aos maiores volumes de produção,⁷⁸ sem mencionar que os agricultores capitalistas possuem sistemas de irrigação e outras tecnologias que lhes permitem cultivar mesmo na estação seca,⁷⁹ enquanto os camponeses normalmente precisam (e/ou necessitam) ser governados pelas estações atmosféricas.

Mas, voltando à discussão, os camponeses que conseguem acessar a terra por qualquer meio, e que conseguem capital para entrar na horticultura continuam a arriscar muito, conforme descrito abaixo:

⁷⁸ Isso também pode servir como um tipo de seguro. Por exemplo, quando o preço de certos produtos cai e esses agricultores não podem obter renda com um só tipo de produção, eles podem recuperar parte do que investiram em outra safra, devido à área cultivada que possuem.

⁷⁹ Na região do ocidente da Guatemala, a estação seca, também conhecida como “verão”, ocorre de outubro a abril. De maio a setembro ocorre o “inverno” ou estação chuvosa.

A veces que sí le ayuda a uno un poco, a veces que sí se pierde, hasta ni el gasto sale. Se pierde. Entonces así pasamos el año. Por ejemplo, a veces que vale un poco, tal vez logramos un poco el precio, así sacamos un poquito de ganancia, con eso pasamos la vida con la familia. Y si volvemos a sembrar otra cuerda, a veces ahí perdemos, entonces ahí ni el gasto sacamos. Sólo así pasamos todos los años. [...] Este tiempo sembrás una tu cuerda de zanahoria y lleva unos cinco mil quetzales de gasto una cuerda, a veces que sólo te pagan tres mil, cuatro mil quetzales. O si tenés suerte cuando está algo caro, te pagan seis mil, ocho mil quetzales la cuerda. (Entrevista: C P3E I-E02)

Todo o aparato produtivo de Patzicía parece se alimentar, e é nessas condições de competição individual que o camponês não tem muitas opções. Quando eles não conseguem se integrar aos mercados, quando o capital inicial investido provém de um empréstimo, ou pior, quando eles não têm terra e/ou capital, e seu ciclo de reprodução social é limitado à subsistência, a produção de excedente é difícil, se não impossível, é então que eles entram diretamente nessa lógica de trabalhadores *diaristas* com os empreendedores agrícolas locais.

Os camponeses que conseguem se dedicar ao plantio de hortaliças com relativa estabilidade o fazem porque têm acesso à terra. Embora, na maioria das vezes, se não falham, esse ciclo produtivo simplesmente lhes permite renovar o capital inicial, sem deixar possibilidades de gerar excedentes, muito menos de expandir sua atividade econômica. As flutuações de preços no mercado, os efeitos do clima, os pequenos volumes e extensão da produção, e a ação individual face ao mercado é o que os deixa vulneráveis.

Nesse contexto, o camponês não tem escolha a não ser vender sua força de trabalho para complementar o ingresso familiar. O campesinato fornece um número significativo de trabalhadores por dia, tanto na agricultura tradicional quanto na horticultura, mas nem sempre eles tornam-se empregados permanentes nessas plantações. Aqui vemos a variante local da *re-criação* camponesa que o capitalismo precisa para a produção constante do capital.

A possibilidade camponesa de construir uma autonomia plena é reduzida, porque a partir da agricultura capitalista de Patzicía o camponês é integrado na produção como um trabalhador assalariado. Além disso, a unidade camponesa não está completamente imersa na lógica do mercado, na maioria das vezes simplesmente porque eles não têm a possibilidade de se integrar. E embora os camponeses tenham uma rede comercial “própria”, isso normalmente não lhes permite crescer (Entrevista: C P3E IV-E03). Em termos econômicos, a maior dificuldade é a carência do crédito agrícola; o Estado da Guatemala rompeu o crédito para a produção de grãos básicos (milho e feijão principalmente) com a morte do *Banco Nacional de Desarrollo Agrícola* —BANDESA, no ano de 1997.⁸⁰

⁸⁰ Ver Capítulo 3.

Mas o camponês precisa de uma base de recursos controlada e gerada por si próprio, incluindo o excedente que pode ser usado para comprar insumos. No caso da produção camponesa de milho (*Zea mays*), a eventual venda desse grão é uma opção para captar recursos e obter insumos. A extensão média de terra cultivada com milho por família camponesa no município é de 0,45 ha (4 *cuerdas*). No melhor dos casos, a produção em 0,11 ha (1 *cuerdas*) é de 680,39 kg a 907,19 kg de milho por ano.⁸¹ Uma família camponesa média no altiplano consome de 45,35 kg a 90,71 kg de milho por mês, o milho usado para alimentar o gado está incluso nesse cálculo. A produção de milho, quando permite algum excedente, significa para as famílias camponesas a possibilidade de expandir suas perspectivas (Entrevistas: TC P1B I-E01; TC P6I I-E08).

Os camponeses do município cultivam milho e feijão (*Phaseolus vulgaris*), principalmente (não apenas como alimento, mas como elemento cultural), ao mesmo tempo que trabalha com outros agricultores locais (camponeses ou empreendedores agrícolas). É claro que a forma camponesa de organização da produção gera emprego, mas essa forma de produção ainda é sufocada devido ao seu entorno capitalista. Não ter acesso aos fatores de produção torna impossível melhorar as condições de vida, principalmente face a um Estado que não mostra interesse real, além do assistencialismo, em relação ao setor camponês. Em Patzicía, diferentemente da produção do milho, a renda obtida na horticultura (destinada exclusivamente à comercialização) pelos camponeses é usada apenas para criar um fundo de emergências ou apenas para a reprodução da família; sendo assim, é difícil para eles expandir suas atividades econômicas.

Nesse sentido, devido ao total da produção agrícola camponesa não se destinar à comercialização, significa recursos controlados e administrados pelos próprios camponeses (PLOEG, 2010). Fica claro que a maneira de organizar a economia e a produção a partir da lógica camponesa significa uma alternativa real e imediata para essas famílias. Mas essa forma de organização encontra sérias dificuldades quando, primeiro, o Estado se limita cada vez mais a certas funções que o prejudicam diretamente. E, por outro lado, que a ideia de *terra de negócio* (PAULINO e ALMEIDA, 2010), e *negócio* na produção com vista para o mercado prevalece em todos os seus arredores.

⁸¹ O ciclo de cultivo do milho crioulo em toda a região ocidental, altiplano central e ocidental, da Guatemala é anual.

1.3. O camponês e a capitalização da renda da terra: a produção e o mercado

O campesinato não pode ser totalmente compreendido sem entender o processo de capitalização da renda camponesa da terra, para entender esse processo é necessário estudar o *ambiente* social que o possibilita e o condiciona. A relação que o campesinato mantém com a sociedade capitalista circundante é necessariamente de subordinação, política e econômica, e uma das maneiras explícitas em que isso ocorre é o relacionamento com o mercado. No sentido de que a constante relação entre camponês e mercado significa extração de renda da terra (contida nos produtos), compreende-se a maneira pela qual as economias camponesas relacionam-se com a sociedade capitalista. Lembrando a teoria clássica (SHANIN, 1976), é necessário dizer que as economias camponesas são caracterizadas pela relação entre elas e um “sistema social global”, uma “subordinação à liderança de agentes poderosos” (WOLF, 1971; 1975; 1976; 1980). Mas essa discussão não é apenas útil para uma profunda análise teórica do campesinato, também — sem esquecer a transformação da sociedade — na busca de entender as razões da desigualdade social local.

O camponês possui uma rede mercantil, composta de um *encadeamento* de pequena escala, que se estende além das relações rurais; mas dentro das condições locais que produz — o avanço da agricultura capitalista —, não visam outras perspectivas mais à frente da simples sobrevivência.

Os procedimentos técnicos, o capital como fator de produção e as novas (consumo produtivo) e antigas tecnologias determinam a maneira pela qual as unidades camponesas organizam a produção. O problema central continua sendo o fato de as unidades camponesas do município verem seu campo de ação diminuindo face à presença dos intermediários capitalistas, que através do mercado se apropriam do excedente da renda camponesa (PAULINO, 2012); enquanto, além disso, têm que enfrentar o avanço da agricultura capitalista e a ação do Estado que beneficia diretamente à burguesia e oligarquia agroindustrial nacional. No entanto, o camponês, em muitas ocasiões, ordena suas relações com seu *ambiente social*, de modo que lhe permitam um movimento relativo.

Essa relação com o mundo circundante ocorre por meio da mobilização de recursos, conversão de recursos em produtos, comercialização e reutilização parcial dos produtos finais. Sobre esse processo e o uso de seus recursos, Ploeg afirma:

[...] Consecuentemente entran en el proceso de producción como mercancías, o ser producidos y reproducidos dentro de la propia unidad agrícola, o ser obtenido a través de intercambio socialmente regulado [...] Incluso existen recursos que no pueden ser

físicamente producidos en la finca, como la maquinaria pesada [...] La producción sólo se vende parcialmente; una parte, desde luego dependiendo del tiempo y el espacio, se volverá a utilizar en la propia finca. Retorna en los ciclos venideros, creando así una forma de autosuficiencia, o autoabastecimiento, que no se relaciona (como se sigue suponiendo en muchas teorías) con el consumo familiar de alimentos, sino con el funcionamiento de la unidad agrícola *como totalidad* (PLOEG, 2010, p. 56-58, *grifo do autor*).

Ao entender as unidades camponesas como uma totalidade econômica, em uma análise profunda do campesinato e das transformações sociais futuras, é necessário abordá-las a partir do próprio processo de produção: atividade agrícola em um determinado espaço (será desenvolvido no seguinte capítulo), juntamente com a combinação do consumo produtivo e fatores de produção; até mecanismos de exclusão ou inclusão precária ao mercado, e da capitalização da renda territorial (MARTINS, 2010), como resultado da constante troca que mantém com a sociedade *global* que a contém (WOLF, 1975; 1980); as características dessa relação são determinantes na forma de organização e produção camponesa.

É importante situar o campesinato no contexto de reprodução ampliada do modo capitalista de produção, e embora o campesinato apresente características que brigam com a reprodução ampliada do capital, é necessário entender essas características dentro da recriação camponesa no movimento contraditório da reprodução ampliada do capital (MARTINS, 2010). Como mostramos no ponto anterior deste capítulo (1.2.).

O processo de capitalização da renda territorial acontece nos dois extremos do processo produtivo camponês. Por um lado, no controle da circulação das mercadorias, pelos comerciantes capitalistas e empresas de comercialização ou de processamento industrial (OLIVEIRA, 1986; 2016); e por outro, através do consumo produtivo (insumos, maquinaria, tecnologia, meios de transporte etc.).⁸²

1.3.1. A produção camponesa e a produtividade capitalista: o consumo produtivo e a coprodução sociedade-natureza

Primero, o consumo produtivo. Esquit (1993) registra o ingresso do fertilizante industrializado no município na década de 1960, como um primeiro acontecimento ligado à

⁸² Os benefícios dos modernos meios de transporte e sistema de comunicação é um dos temas recorrentes quando se fala no município sobre as maiores mudanças ocorridas nos últimos 40 anos. Os cavalos foram substituídos por pick-ups, o que resultou em uma mudança significativa no estilo de vida dos camponeses devido à mudança na forma de organização da produção: há apenas 20 anos a *tapizca* (coleta de milho) era realizada em dois dias, um colhendo o milho e outro transportando a cavalo, os homens das famílias pernoitavam em seus campos ao lado do milho. Hoje não adianta esperar, o transporte em veículos motorizados é muito mais rápido.

revolução verde. Dentro desse contexto, se centrará a discussão ao redor dos dois processos técnicos mais visíveis na agricultura local, e que são compartilhados por empreendedores agrícolas e camponeses.

O primeiro são os fertilizantes e praguicidas sintéticos. Embora as consequências do abuso de certos insumos na agricultura sejam altamente reconhecidas no município, sua utilidade e os benefícios que eles implicam (no uso responsável) também são reconhecidos, pois significam maior e melhor produção, tanto qualitativa quanto quantitativamente. Por exemplo, os fertilizantes sintéticos significam um aumento nos volumes de produção (Entrevista: C P3E I-E01II), o que sem dúvida contribui para uma melhoria nas condições de vida das famílias rurais.⁸³

Por outro lado, para os camponeses existe uma preocupação com os efeitos que o excesso e uso irresponsável (real ou infundado) de fertilizantes e praguicidas sintéticos pudessem ter na terra e nas sementes. Em uma das entrevistas realizadas, um jovem camponês expressa sua preocupação com o desgaste do solo que os produtores capitalistas de hortaliças estão causando com a produção intensiva. A terra é explorada até máximo desempenho a partir do sistema de irrigação e do uso de fertilizantes, inseticidas, nematicidas, herbicidas etc. sintéticos. No município, a média de coletas por ano é de três, quando se trata de repolho, cenoura, abóbora e alface, mas, com o máximo desempenho, os empreendedores agrícolas podem obter até cinco por ano. O relato a seguir apresenta a preocupação dos camponeses com o uso intensivo do solo, a dinâmica produtiva da horticultura, e algumas diferenças entre a produção camponesa e a produção agrícola empresarial no município:

Se hizo un cálculo que durante un año, una cuerda de terreno [cultivada con hortalizas de exportación] se va como veinte quintales de fertilizante. Entonces, y el siguiente año otra vez otros veinte, ya llegan a cuarenta quintales. Y a comparación de alguien que siempre sembró maíz, tal vez sólo como dos quintales al año. Va, exagerando cuatro quintales al año. Entonces dos quintales no perjudican tanto el suelo. Pero ahí [con la horticultura] se queda muy cargado de algún elemento el suelo cuando ya hay exceso y como los que siembran así, incluso no siembran sólo eso, o sea no sólo usan eso, sino que también algún pesticida... (Entrevista: C P3E I-E01II)

Para os camponeses, a ideia de que o uso de insumos industrializados excessiva e irresponsavelmente é prejudicial a longo prazo, é uma preocupação real. Por outro lado, os empreendedores agrícolas são aqueles que não questionam, pelo menos abertamente, essa ideia

⁸³ As sementes melhoradas também são utilizadas na agricultura local, porém o milho melhorado, híbrido (as variantes HG), é apenas usado marginalmente, pelos camponeses mias empobrecidos com pouco acesso à terra, e para pequenas produções de *elote* (milho verde) sem fins comerciais. As variantes de milho nativo são as usadas massivamente.

de buscar o máximo rendimento da terra. Uma terra explorada até o seu rendimento máximo, na produção de hortaliças, produz entre cinco e sete anos e entra em um ciclo de regeneração de entre dois e três anos a partir da alternância com o cultivo de milho, principalmente.⁸⁴

O segundo processo técnico inovador na agricultura local é o sistema de irrigação. O uso intensivo da terra não seria possível sem esse sistema. Isso possibilita a colheita durante a estação seca, mas o uso excessivo dessa técnica também suscita preocupações, principalmente porque significa perfuração descontrolada de poços, como fica evidente no relato a seguir de um empreendedor agrícola:

Ahorita usted no siembra si no hay químico [sintético]. Ahorita ahí tengo todo lo que es fertilizantes, panemato, todo ahí está. Tiene como diez años que empezó lo que es riego, ahora de riego trabajamos. Si Patzicía está enverdeciendo es porque hay riego. ¿Qué está sucediendo? Si no lo voy a hacer no voy a aprovechar un poquito. Porque no lo voy a aprovechar si no lo voy a hacer. Pero también necesita dinero. Y a la larga ¿qué estamos haciendo? Que en algún tiempo nos vamos a quedar sin agua. Sí, a la larga nos vamos a quedar sin agua. ¿Y qué otra cosa? Estamos perforando todo lo que es la tierrita. Algún día se va hundir Patzicía. Yo no predigo nada, yo no sé nada, pero por lo menos mi mentalidad así da. Sí te vas a Patzicía, en todos lados hay pozos, no pasa de cincuenta varas, son barrancos... (Entrevista: C P3E II-E03)

No município, assim como os empreendedores agrícolas que usam sistemas de irrigação, alguns camponeses também o fazem, mas com propósitos e raciocínios diferentes. Como os dois cultivam hortaliças para comercialização — os segundos apenas ocasionalmente e sob circunstâncias especiais — em extensões de terra similares, e, conseqüentemente, implementam tecnologias e procedimentos técnicos específicos para esse tipo de produção, é possível diferenciar a produção deles a partir de dois critérios. O primeiro: o agricultor capitalista, ou empreendedor, é aquele que está mais ligado à lógica capitalista de produção e acumulação, e compra força de trabalho permanente na produção (*terra de negócio*); ao contrário do camponês, cuja atividade agrícola está mais ligada à relação com a terra, à história e à reprodução da vida familiar e comunal (*terra de trabalho*) (PAULINO, 2012). O segundo: cria-se um tipo diferente de relação entre trabalho (família/sociedade) e natureza (agricultura) (PLOEG, 2010). No município, a organização da produção camponesa não é estranha da incorporação dos avanços técnicos agrícolas, embora essa incorporação seja difícil ou lenta demais devido as condições de pobreza na qual a maioria das famílias camponesas vivem. Porém, sob certas circunstâncias alguns camponeses conseguem utilizar, por exemplo, um

⁸⁴ Esse princípio de alternância é típico da produção camponesa e é registrado nos estudos clássicos sobre os camponeses (CHAYANOV, 1974).

pequeno sistema de irrigação, no trecho a seguir é registrado um caso cuja extensão da terra é mínima:

En mi caso, yo casi todo el año trabajo, porque como yo trabajo con riego. Hago un poquito, no es mucho pues, pero hago mi riego. Entonces, así como ahora, tengo un poquito de zanahoria, tengo un poquito de repollo [...] Yo sólo unas mis dos cuerdecitas [0,22 ha], de repollo, de zanahoria, intercalado. Mirá, ahora tengo una parte que ya está para vender, tengo otra que estoy enterrando,⁸⁵ echarle agua, pero lastimosamente, pues, hoy, en este tiempo ya cambió demasiado, porque ya con el clima, ya mucho que ver, el agua se nos fue ya. Ahora agua para riego ya no hay, los ríos se están secando. [...], y aunque sea ya soy viejo, ya estoy cansado, pero tengo mis vaquitas, me he hallado con ellas, y la agricultura para mí es sagrada. (Entrevista: C P3E I-E05)

A produção camponesa está intimamente ligada à terra como um modo de vida e reprodução social. Enquanto para os agricultores capitalistas a agricultura é apenas sua atividade econômica, a terra nesses casos é utilitária, nenhum vínculo simbólico aparente é criado com ela, ou já foi quebrado. Seu discurso sobre agricultura gira ao redor de negócios, produtos, mercados e dinheiro. Por outro lado, em uma família de camponeses, o discurso sobre agricultura gira ao redor de um modo de vida. A partir disso, é possível entender por que o uso do sistema de irrigação assume outro caráter para essas unidades. Nesse caso específico, o sistema de irrigação é visto como mais uma ferramenta para facilitar a produção, uma ferramenta para continuar reproduzindo sua vida familiar em tempos “cada vez mais” difíceis. Assim, se evidencia a relação antagônica existente entre a *terra de trabalho* camponesa e a *terra de negócio* da agricultura capitalista e da agroindústria, que Paulino (2012) definiu como a essência da geografia camponesa. Nos capítulos 2 e 3, sobre a *terra* e os *processos de territorialização*, respectivamente, serão desenvolvidos esses tópicos.

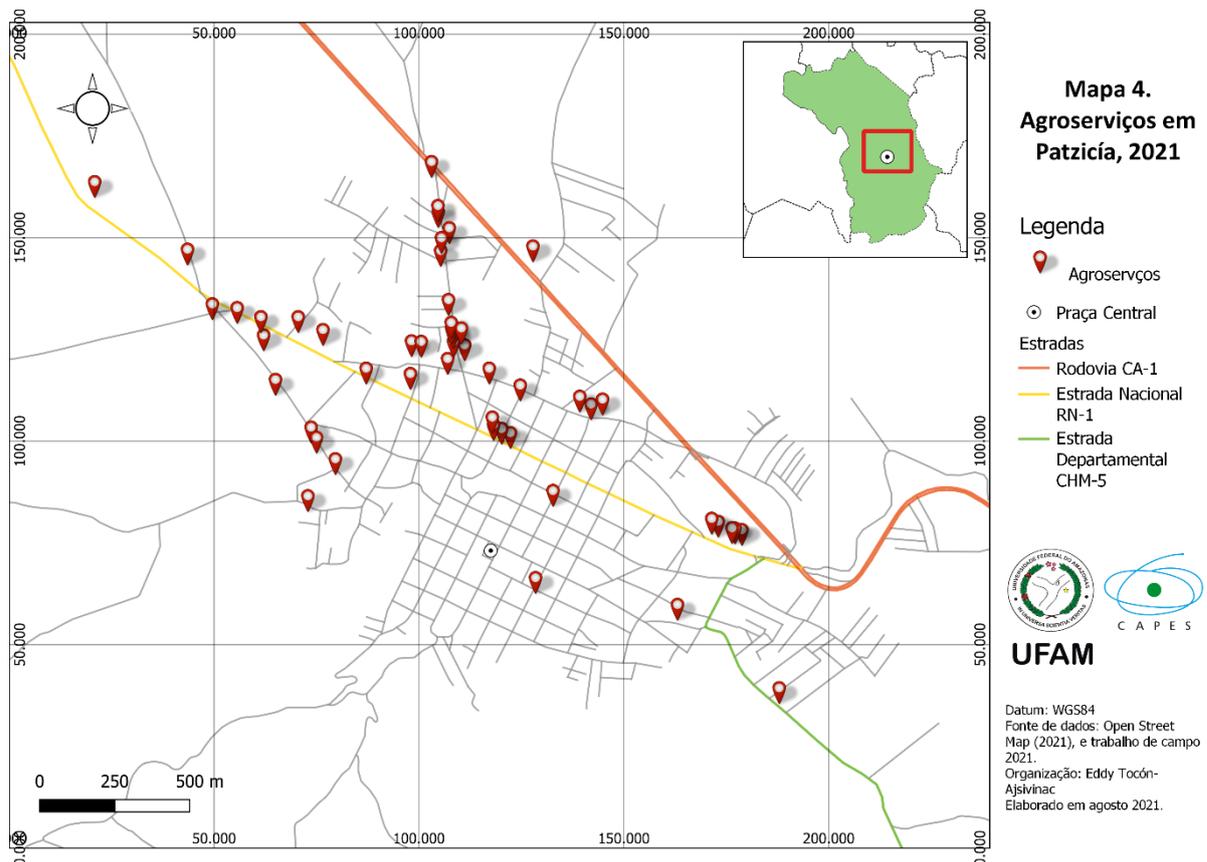
Por enquanto, Montaña (2013) refere-se às consequências e implicações sociais e econômicas das mudanças ambientais globais, que a autora chama de *dimensão humana das mudanças climáticas*. Ela discute as “exposiciones de los grupos sociales al cambio ambiental global” (p. 23), para falar sobre as transformações territoriais da reestruturação econômica global. Esse trabalho enfoca as mudanças ambientais e suas consequências para os pequenos produtores agrícolas à beira da pobreza. O sistema de irrigação amplamente utilizado em Patzicía é entendido, na fala dos camponeses, como consequência das mudanças climáticas:

¡Ah!, ha cambiado demasiado. Porque antes, hace como veinte años, el riego todavía nadie lo había probado. Pero antes tal vez había más humedad, porque había algunos

⁸⁵ Quando o preço de um produto agrícola no mercado está abaixo dos custos de produção, na maioria das vezes, é recorrido ao seu enterro, uma vez que isso implica em menos despesas que a coleta e a transferência. Uma prática muito comum na unidade camponesa.

que otros nacimientos por ahí también y todo eso, y también con las fuertes lluvias dejaba bien húmeda la tierra. Ahorita con esta escasez de lluvia se están secando los nacimientos, los pozos, los ríos, todo eso tiene que ver. [...] Esas bombas [de riego] son caras, depende de la medida de fuerza que tiene. Ahorita la mayoría tiene luz [energía eléctrica] en sus terrenos, pero hay otras personas que usan plantas [de combustión interna], pero eso sólo los que ya tiene más terrenos los usan, los que cultivan unas quince cuerdas [1,65 ha] (Entrevista: C P3E 0I-E06).

Os sistemas de irrigação e a implementação de insumos, e outras tecnologias, especialmente no plantio de hortaliças, para os camponeses representa despesas que excedem as despesas básicas de uma família. Eles vendem pelo menos 180 kg de milho para comprar o fertilizante usado para cultivar esse grão e, nos casos ou anos em que a produção de milho não gera excedentes, a venda de gado bovino, suíno, aves e/ou o dinheiro ganho como diaristas são usados para completar o ciclo agrícola camponês anual.



Mapa 4: Agro serviços em Patzicía, 2021.

Fonte: Elaborado por Tocón Ajsivinac, a partir de dados de campo, 2021. Durante o trabalho de campo foram registrados 46 “agro serviços” (lojas de insumos e serviços agrícolas) na área urbana do município de Patzicía.

1.3.1.1. Financiamento camponês em Patzicía

Poucos camponeses conseguem acessar sistemas de irrigação, o que implica vários outros investimentos, sem mencionar o risco. De qualquer forma, quando todos esses problemas de investimento são superados e a produtividade é aumentada, o trabalho da família não é mais suficiente para trabalhar as lavouras; nesse momento, ingressa na unidade camponesa o trabalho remunerado diarista,⁸⁶ não como suplemento da atividade camponesa mas como relação capitalista.⁸⁷ Isso tem um impacto na maneira de organizar a produção e, no caso das unidades camponesas, as deixa em uma posição vulnerável diante das ações do Estado neoliberal, das instituições financeiras e do mercado.

Segundo López *et al.* (2011), em 2009, para 228 unidades produtivas, *micro fazendas* (menores de 0,7 ha),⁸⁸ no município, o investimento total foi de: USD 44.045,53 para 2.381,36 tm de repolho; USD 51.877,96 para 526,17 tm de cenoura; e USD 26.410,45 para 215,46 tm de milho. A força de trabalho dessas unidades produtivas foi principalmente familiar, e não tem forma de ser medida e inclusa como parte do custo de produção, pois isso não representa um pagamento direto efetivo. Isso é explicado pelo entendimento de que a força de trabalho é o elemento tecnicamente organizacional de qualquer processo de produção e no processo de produção camponesa “toda su organización está determinada por la composición de la familia del campesino” (CHAYANOV, *apud* WOLF, 1971, p. 25). Embora neste contexto a força de trabalho na produção camponesa não seja completamente familiar (pois eventualmente no ano ingressa *mão de obra* remunerada), é principalmente familiar, tanto que, nas enquetes sobre essa produção, o custo da força de trabalho não é incluso como parte dos custos de produção.

⁸⁶ Por exemplo: atualmente, na *tapizca* (coleta de milho) o trabalho é sempre pago, seja de parentes que não pertencem à unidade doméstica ou vizinhos e amigos, o pago da jornada de trabalho da *tapizca* é de aproximadamente USD 06,49 e para a horticultura de USD 07,79. Enquanto antes da década 1990 esse trabalho era não pago e mantido pelos laços comunais.

⁸⁷ Embora a unidade doméstica e a família extensa sejam os limites da família camponesa, pelo menos no caso de Patzicía isso começa a ser reduzido. Ou seja, a partir dos casos pesquisados, a família extensa começa a sair da equação. Em todos os casos, quando os filhos se casam ou se envolvem em outras atividades econômicas não agrícolas, eles apenas ocasionalmente contribuem para a reprodução social da família. A organização da família camponesa é simultaneamente desestruturada no plano simbólico, com reflexos na organização econômica. Em outras palavras, todas as racionalidades, formas de interpretação do mundo e estilos de vida comunitários entram em conflito com o esquema de valores próprio da racionalidade da economia capitalista. Nesse quadro, a economia familiar camponesa, com efeito, recebe impactos da dinâmica da globalização capitalista. A redução dos limites da família camponesa demonstra isso claramente. Ver TOCÓN-AJSIVINAC, 2018, p. 126-129. No Capítulo 3 voltaremos ao assunto.

⁸⁸ Um *micro-fazenda* na Guatemala, em média, não supera 0,70 ha. Essa é a média de terra cultivada por camponeses no município, porém, nem todas as *micro fazendas* em Patzicía são camponesas.

Produto	Extensão em hectare (ha)	Volumes de produção em toneladas (t)	Custo direto de produção em USA Dólares (USD)
Repolho	12,25	2.381,36	44.045,53
Cenoura	6,76	526,17	51.877,96
Milho	55,83	215,46	26.410,45
Alface	2,68	469,47	16.608,27
Abóbora	2,98	289,17	3.292,22

Tabela 2: Custos de produção para 228 *microfazendas* em Patzicía, ano 2009.

Fonte: Tocón-Ajsivinac (2018, p. 115). Os valores foram convertidos para valores padrão pelo autor.



Mapa 5: Instituições financeiras que atuam em Patzicía.

Fonte: Elaborado por Tocón Ajsivinac, a partir de dados de campo, 2021. No município operam 5 cooperativas de empréstimos (Fundea, Servigua, VisionFund, Concepción e Copecom), forçadas principalmente nos empréstimos agrícolas; e dois bancos, BANRURAL e BANTRAB.

No município, a forma de financiamento da produção camponesa é principalmente a partir do *financiamento interno*. Ou seja, provém de colheitas anteriores, de algum capital *acumulado*, do uso das próprias sementes para a próxima safra e venda de gado. Isso é alcançado porque as extensões de terra dos camponeses são realmente pequenas (*micro fazendas*). No estudo de López *et al.* (2011), do total das micro fazendas pesquisadas (228), apenas 16% utilizaram financiamento externo, ou seja, bancos e cooperativas de empréstimos que operam no município e na capital do departamento, principalmente (ver mapa 5). Esse pequeno número pode ser devido ao fato de os camponeses quase nunca atenderem aos requisitos para solicitar empréstimos, entre outras coisas, porque não possuem garantia de hipoteca. Segundos dados do campo em 2016-2017, e em 2021, os empréstimos praticamente nunca fazem parte dos ciclos de cultivo tradicional camponês (milho e feijão).

1.3.2. A circulação da produção camponesa e a monopolização do território

O segundo momento do processo produtivo camponês, no qual acontece a extração da renda camponesa da terra, ocorre na circulação das mercadorias. O mercado do setor agrícola na Guatemala é tão importante e de tal magnitude que, como qualquer grande mercado, os pontos de produção e consumo estão realmente muito *distantes* um do outro. Entre o ponto A e o ponto B há uma série de elos que os conectam nos extremos. Quanto à análise econômica da circulação de produtos agropecuários, Romero (2006) afirma que é necessário levar em consideração as condições materiais do processo produtivo, a presença de serviços e o ambiente institucional. Além disso, é necessário levar em conta o ambiente global em que a circulação é encontrada. Em nossa interpretação teórico-metodológica, é preciso levar em consideração a integração precária ou exclusão camponesa face a “concorrência” do mercado; e a partir do ano de 2005, no contexto do DR-CAFTA, a paulatina substituição da produção nacional de alimentos pelas importações, principalmente cereais.

A circulação da produção camponesa envolve uma série de links dentro da “cadeia de valor” capitalista, que incluem, entre a “produção” e o “consumo final”, a “concentração” e a “dispersão”. No município existem dois grandes agentes com uma forte influência no processo de *circulação* da produção agrícola local. O principal é a ASODAGPA, associação de empreendedores e comerciantes agrícolas, que atua principalmente na *Central de Mayoreo* — CENMA,⁸⁹ porém também exporta para El Salvador, Honduras e Nicarágua; seguido da *Central*

⁸⁹ A Central de Mayoreo – CENMA, é a maior Central de Abastecimento (Ceasa) da América Central.

de *Abastos*, associação que comercia principalmente com países da América Central (El Salvador, Honduras e Nicarágua). E, por outro lado, embora de menor importância, existe a Maya Fresh Group, como subsidiária de Ayco Farms Inc., empresa agroexportadora estadunidense, que exporta principalmente para Espanha e Panamá. Esta é a última atriz a se introduzir, em 2016 (aproximadamente), na dinâmica agrária local, representa uma nova etapa no processo de *monopolização do território pelo capital*. Porém, sua ação ainda é pouco representativa no município; no mês de junho de 2021 seu site ainda tinha a mensagem “*Our websit [sic] is coming soon!*”.⁹⁰

Por outro lado, com exceção do ano 2019 quando a ASODAGPA e a Central de Abastos concentraram todo o comércio local de hortaliças no prédio da ASODAGPA, na tentativa de conformar a *Central de Mayoreo de Occidente* (tentativa fracassada por causa das contingências da Pandemia de Covid-19, que dificultou a aglomeração de pessoas), a circulação capitalista da produção agrícola total⁹¹ (dos empreendedores e uma parte da camponesa) no município pode acontecer de quatro maneiras diferentes. Primeiro, como registram López *et al.*, no ano de 2009, a *concentração e distribuição* da produção de hortaliças do município pode ser de qualquer uma das seguintes três maneiras:

- 1) Los agricultores transportan los productos en lotes homogéneos al galpón nueve de la Central de Mayoreo —CENMA, ubicada en la Ciudad de Guatemala, que es un centro de acopio primario;
- 2) Los agricultores trasladan los productos en lotes homogéneos a dos centros de acopio secundarios, ubicados el primero en el kilómetro 69 entrada de Patzicía y cruce al municipio de Acatenango y el segundo en el kilómetro 71 salida al municipio de Patzún; [ou]
- 3) Los agricultores transportan los productos en lotes homogéneos a la orilla de la carretera, que son rutas de camiones, se define como centro de acopio terciario. (2011, p. 117, tabela 9).

Por outro lado, a *dispersão* das mercadorias agrícolas aplica-se nas três fases da *concentração*, e pode acontecer de qualquer uma das seguintes maneiras:

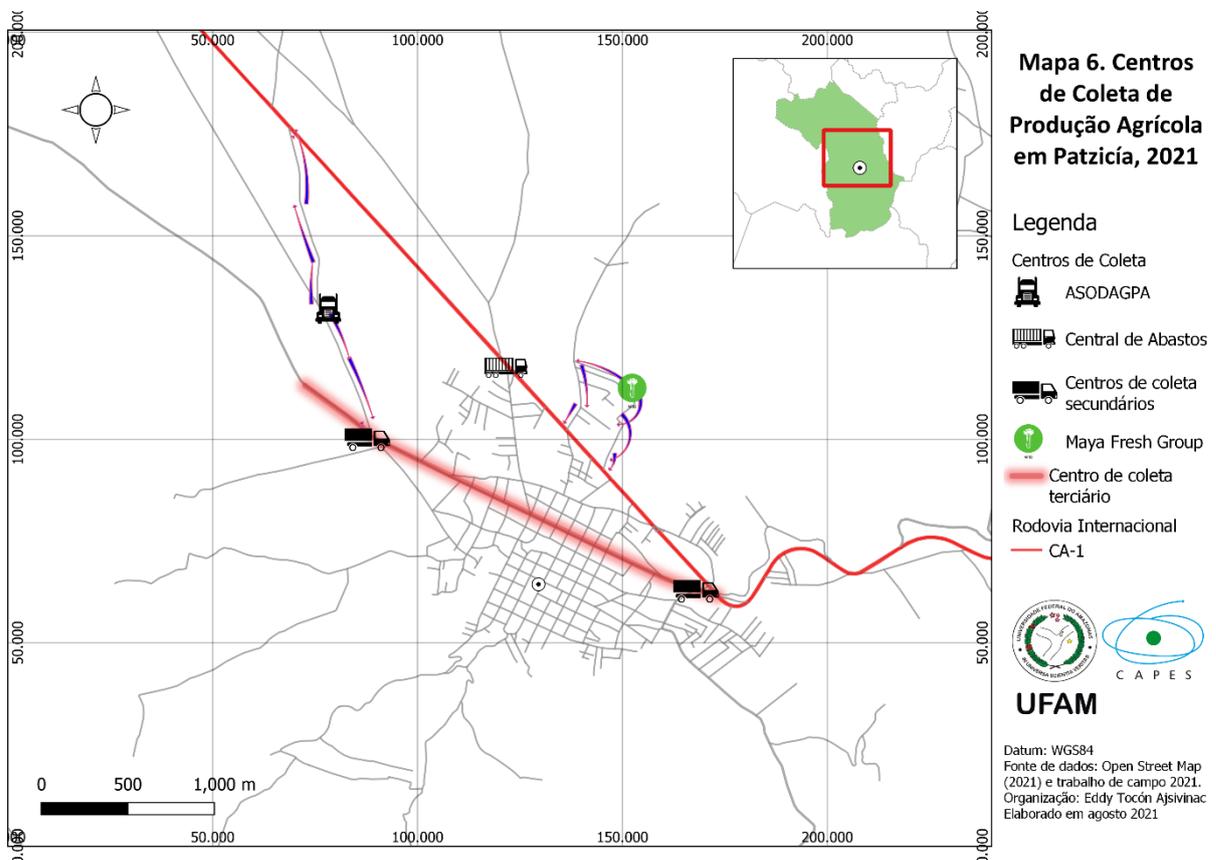
- 1) Los productores venden los productos a mayoristas o intermediarios [en el galpón nueve] en la Central de Mayoreo -CENMA;

⁹⁰ O *website* da empresa contém nenhuma ou poucas informações <http://mayafreshgroup.com/>. A Ficha de Empresa no site da AGEXPORT só tinha um número de telefone e um e-mail. <https://export.com.gt/empresa/mayaf>. Porém, ao tentar falar com o CEO da empresa por telefone, e depois de explicar o motivo da entrevista, com um sotaque estrangeiro indefinível, ele respondeu hostilmente, e adiou nossas ligações durante duas semanas, sem finalmente conceder a entrevista.

⁹¹ No caso da produção de milho camponês, primeiro é armazenado, logo depois sua venda ocorre apenas quando os camponeses precisam de renda extra. Sua comercialização é feita na Praça Central de Patzicía onde é vendida a intermediários ou a consumidores finais, a venda é feita comumente por *Quintal* (100 lb ou 45,36 kg).

- 2) Los productores venden los productos en dos centros de acopio secundario a intermediarios nacionales y extranjeros, específicamente salvadoreños y hondureños;
- 3) Los agricultores venden su producto a camioneros ruteros. Los mayoristas, intermediarios y ruteros, a través de minoristas y detallistas llevan los productos hasta el consumidor final en el tiempo y lugar específico (LÓPEZ *et al.*, 2011, p. 117, tabela 9).

Porém, hoje é possível identificar mais um centro de coleta (*acopio*) na saída para o município de Tecpán no quilômetro 70,5 da CA-1. Lugar de operações da Central de Abastos, onde saem os dias domingo 50 contenedores de hortaliças para El Salvador, Honduras e Nicarágua (Entrevista: TCP3EII-E0).



Mapa 6: Centros de coleta de produção agrícola em Patzicía, 2021

Fonte: Elaborado por Tocón Ajsivinac, a partir de dados de campo, 2021.

Enquanto o mercado nacional, o armazém nove da CENMA é usado principalmente por produtores, atacadistas, intermediários e *ruteros*⁹² de Patzicía, onde é vendido a varejistas e ocasionalmente a consumidores finais. É uma espécie de pequeno enclave *patziciense* no meio

⁹² Nome comum em espanhol guatemalteco para vendedores ambulantes.

da Cidade da Guatemala. Dentro deste, toda uma série de dinâmicas econômicas são desenvolvidas, que se estendem de e para o município. Sobre isso, um camponês relata:

Porque eso de mercado del Mayoreo hace quince años que empezaron a utilizarlo. Porque antes el mercado era el mercado de la Terminal. El caso es que el traslado de ese mercado es el Mayoreo, pero cuando se hizo el traslado se hizo una asociación...⁹³ Cuando se hizo el traslado se organizaron y se dio carnet. Entonces ahorita vos vas a llegar, pagás el doble de impuesto de los que tienen carnet... Va, si sos del pueblo [Patzicía], llegás te dan chance; vendes, pero si vos no sos parte de la Asociación porque no tenés carnet, entonces tenés que pagar doble de impuesto. Por ejemplo, el pueblo de Patzún o Acatenango, si alguien cosechara y se fuera a meterse ahí, no hay chance. Entonces tenés que ser del pueblo [...] Nosotros en ese caso lo sentimos con dificultad, no sólo nosotros. Al menos lo que cuentan las personas, de cuando no tiene precio lo que cosechan, entonces les cuesta pagar todos los gastos y todo eso. Y no sólo eso, incluso hay que pagar doble [“impuesto”], no queda nada de ganancia. (Entrevista: C P3E I-E01II)

A situação relatada faz com que muitos dos pequenos produtores desistam desse procedimento “normal” de venda no mercado do CENMA e optam por outras medidas, como vender a intermediários no mesmo município ou a venda *por cuerda*.⁹⁴ A seguinte figura exemplifica o fluxo da circulação das mercadorias agrárias e permite apreciar a processo de capitalização da renda territorial.



Figura 3: Os agentes em uma cadeia de valor agrícola.

Fonte: Romero (2006, p. 19)

⁹³ Essa é a origem da ASODAGPA.

⁹⁴ A venda de uma produção *por cuerda* ou *al pie del terreno* significa que a produção é vendida a um intermediário antes de sua coleta. Em outras palavras, o produtor é responsável por todo o processo de produção — o ato de transformar a natureza e apropriar-se de bens naturais —, mas a colheita e tudo o que isso implica são realizadas pelo intermediário que compra a produção de uma *cuerda* enquanto ainda está plantada. Somente hortaliças para as quais existe uma média calculada sobre o volume de produção em uma *cuerda* podem ser vendidos *por cuerda* (exemplo: alface e repolho, produções na qual uma média de 4.500 plantas são semeadas *por cuerda*). Quanto às ervilhas e abóbora, para mencionar apenas duas, é difícil calcular o volume médio de produção por área cultivada, geralmente são comercializadas por sacola.

Os produtores são o primeiro elo desta cadeia. Quando a produção não é distribuída pelo mesmo produtor, é vendida aos intermediários locais, e o camponês simplesmente permanece como o primeiro elo da cadeia. Mas o fluxo físico do produto continua, assim como a extração da renda da terra continua por toda a cadeia.

Assim, a capitalização da renda territorial, e o processo de monopolização do território pelo capital, se dá através da apropriação da renda da terra gerada pelo trabalho familiar camponês, contida nos produtos agropecuários, por empresas de comercialização, de processamento industrial e/ou intermediários individuais, nesse processo são subordinados através, da circulação, tanto camponeses quanto agricultores capitalistas.

1.3.2.1. Encadeamento camponês de pequena escala

Embora, na prática, a horticultura não seja dedicada ao mercado local, é comercializada pelas famílias camponesas aos consumidores finais do município. Uma análise da maneira como isso acontece mostra a ligação e a construção de redes da economia camponesa, bem como evidências de uma estrutura que supera as características atribuídas pela burguesia-oligarquia agroindustrial às unidades camponesas e suas redes locais/rurais.

As redes que apoiam as cadeias econômicas camponesas de Patzicía vão além das próprias redes do camponês. Por exemplo, os vegetais e hortaliças que chegam ao mercado local, na Praça Central do município, provêm de plantações destinadas a outros mercados. São as “sobras” dessas plantações que normalmente são distribuídas na localidade. Por outro lado, quando o preço de algum produto é muito baixo no mercado, a primeira colheita é ruim ou insuficiente para sua comercialização, ou a produção é muito pequena e os custos de transporte são mais altos que o preço de venda hipotética, alguns camponeses optam por levar parte da produção para o mercado local e municipal, isso normalmente é feito por meio das redes comunitárias e familiares camponesas:

Lo que pasa es que te cuento de los que venden así por cuerda o al pie del terreno, el repollo y la lechuga, a veces quedan unos que todavía les falta otro poquito [maduración], entonces ya eso queda así como para el dueño del terreno. Y otros lo que hacen es que a veces tenés una tu tía o tu hermana: “mirá, te regalo y hacelo, y vos llevatelo al mercado.” (Entrevista: C P3E I-E01II)

É no ambiente social imediato em que o camponês obtém os recursos de que precisa. Em geral, a partir do caráter comunal do camponês pode-se explicar o *encadeamento em*

pequena escala, ou seja, uma rede que vai além da família ou unidade doméstica, o último relato citado continua da seguinte forma:

Y la verdad, últimamente, hay personas que también ya sólo por bultitos, también se van al monte y se traen un su puño de una cosa y de otra cosa, y lo venden. Y como normalmente al menos acá no podés llegar a vender una cantidad a comparación de como en el Mayoreo o Chimaltenango. Porque normalmente, aquí en el pueblo hay compradores [finales], pero [los compradores finales] son personas que casi no van, la mayoría o toda la familia no va al campo. Porque al menos tal vez nosotros no vamos al campo todos, pero más de uno o dos de la familia sí van al campo, él trae [los alimentos del campo]. (Entrevista C01-E01II)

Essas formas de interação com o mercado que o camponês procura são uma estratégia na busca não apenas da sobrevivência, mas também de outras perspectivas, como compra de insumos (consumo produtivo), possibilidades de expansão da produção e investimento na *educação* formal de seus filhos (a escola, até faculdade), mas principalmente manter seu modo de vida autônomo. A rede de comercialização em que o camponês de Patzicía está imerso permite-lhe a subsistência, muitas vezes precária, e quase nunca lhe permite crescer.

Há décadas os camponeses do município estão em contato com a lógica da competitividade individualista, típica do capitalismo, e por causa disso os laços comunitários são rompidos ou desgastados. Nesse contexto, nenhum tipo de organização camponesa é registrado no município, nem mesmo uma organização produtiva de tipo cooperativa, exclusivamente de caráter econômica. A desculpa é o sucesso empresarial de alguns agricultores.

Enquanto o camponês não estiver organizado — que é uma das frentes do movimento camponês na Guatemala e no mundo —, ele não tem muitas possibilidades de subsistência, é nesse momento que está mais vulnerável a ataques de mercado e suas influências nacionais e globais. Uma das respostas do campesinato, em termos econômicos, é o interesse deles no mercado. Esta é uma proposta do movimento camponês que não só é viável, mas pode imprimir desenvolvimento a curto e médio prazo para as famílias. Isso pode ser lido como uma resistência ao modelo econômico que deseja expulsá-los. Mas, para conseguir uma interconexão com o mercado regional, é necessária uma infraestrutura produtiva que o próprio Estado impede.

Assim, as maneiras pelas quais a extração da renda camponesa da terra se apresenta no município não vão, única e exclusivamente, em uma direção, é claro. Pois a unidade camponesa tem objetivos próprios e específicos ao manter um relacionamento com o mercado como arrecadar fundos que lhes permitam reproduzir seu modo de vida, reinvestindo na agricultura: “Comprar diésel, bombas para irrigación, semillas, fertilizantes, bueyes, un tractor o alimentar

a la familia” (PLOEG, 2010, p. 62). Mas, no caso de Patzicía, nos processos de subordinação da circulação, os camponeses são incapazes de apresentar dinamismo, devido ao fato de se integrarem ao mercado individual e esporadicamente.

1.4. O camponês do global ao local

Ao observar que o bloco de camponeses — e pequenos produtores — que ingressaram na diversificação das culturas iniciadas no município na década de 1970 nunca cresceu em número (HERRERA, 2004), a pergunta “Por que?” deveria ser feita. Uma das razões é as dificuldades impostas pelo Estado neoliberal, e a vulnerabilidade desses pequenos produtores após a abertura dos mercados face à pequena produção. O programa da *Public Law 480* — PL480⁹⁵ é o melhor exemplo de como os pequenos produtores foram afetados, principalmente produtores de milho. A segunda razão é que, no município, aqueles que têm acesso à terra são de uma escala micro; menores que um hectare.

Por outro lado, a introdução de culturas não tradicionais em unidades camponesas sem dúvida modificou o modo de vida mantido por séculos na *aldea camponesa* e a maneira como as famílias camponesas se organizam em torno da produção. A implementação de tecnologias não tradicionais em culturas tradicionais e não tradicionais teve um impacto também no modo de vida camponês e modificou o uso e a intensidade da força de trabalho ao aumentar a produtividade. Daí surgem dois problemas para os camponeses. Primeiro, há o problema de financiar o consumo produtivo, uma vez que sua base de recursos é realmente limitada no município. E segundo, maximizar a produção significa desgaste acelerado dos *recursos naturais*, como a água e o solo, por mencionar só os mais visíveis.

Nesse contexto, a relação “comunidade camponesa” e “sociedade capitalista” é construída através de uma subordinação econômica e política diretamente ao Estado neoliberal guatemalteco; e, como o outro lado do mesmo problema, as relações assimétricas que o camponês mantém com o mercado. No sentido de que a relação constante entre *mercado* e *camponês* significa extração da renda camponesa da terra, é compreendida a maneira pela qual as unidades camponesas integram a sociedade capitalista mundializada no século XXI.

O capitalismo monopolista mundializado, a partir do modo particular em que ocorre no município de Patzicía, confere à organização local certas características; modifica e gera novas

⁹⁵ PL (Public Law) 480: “firmada por el presidente Dwight Eisenhower en 1954, fue llamada por JF Kennedy *Alimentos para la Paz* en 1961. Esta ley tenía como objetivo “combatir el hambre mundial y la desnutrición”, pero igualmente también [*sic*] “expandir el comercio internacional, desarrollar y expandir los mercados para los bienes agrícolas de EU” [...] El objetivo de la PL 480 de ayuda alimentaria a los países en situación de crisis humanitaria [...] en la mayoría de los casos sirvió para destruir la agricultura local, y convertir a muchos países en países dependientes de las importaciones agrícolas, provenientes de los países desarrollados (PD), especialmente de los EU, que con sus exportaciones, a precios de dumping, es decir a precios por debajo de los costos, continúan destruyendo la capacidad productiva agrícola en los países pobres, y de medianos ingresos” (Maya, 2008, parr. 2).

dinâmicas dentro dela. É necessário entender ao *camponês* como um processo e uma entidade histórica, com estrutura própria, mas imersa em uma sociedade geral mais ampla, que imprime características dependendo do momento histórico e o entorno geográfico em que ocorre.

A penetração do capital global no setor camponês na Guatemala pode ser registrada desde os primeiros anos de liberalização econômica em todo o planeta; no caso de Patzicía, foi a agroexportação de culturas não tradicionais sobre a existência de pequenas unidades camponesas. A partir do momento em que o município entra nessa lógica, as demandas do mercado determinam (mas não completamente) as relações econômicas, políticas e culturais locais. Baseia-se isso na estreita inter-relação econômica entre os agentes que entram na equação da agroexportação de *commodities* e os fornecedores do consumo produtivo (as vezes são a mesma pessoa jurídica).

O resultado no nível local: a criação de uma *micro* agricultura empresarial ou capitalista, uma variante da produção tipo *farmer* ou *kulak*, visando a produção para a exportação, e a criação dos canais comerciais e das “cadeias de valor” que estão completamente fora do controle desses produtores; e, por outro lado, o acesso praticamente impossível à terra para os camponeses (será detalhado no seguinte capítulo). Isso cria novas relações de trabalho que deslocam as atividades agrícolas com as quais a família camponesa se reproduzia social e comunitariamente antes da incursão da agricultura de exportação; em outras palavras, o trabalho com outros agricultores em culturas tradicionais e outras atividades agrícolas da mesma natureza estão sendo deslocados pelas relações capitalistas de produção agrícola.

Em sua totalidade, os camponeses do município são forçados a vender sua força de trabalho em tempo parcial ou integral; a tempo parcial, porque trabalham com outros camponeses na agricultura tradicional ou temporariamente na horticultura capitalista; ou em tempo integral, porque eles entram na lógica dos diaristas agrícolas regidos por uma espécie de contrato não escrito, determinado pelo acesso à terra, que os obriga a trabalhar permanentemente nas plantações de hortaliças dos agricultores capitalistas. A primeira forma de trabalho a tempo parcial também é a “tradicional”, pois responde à natureza multifuncional das unidades camponesas. Enquanto o segundo representa um deslocamento desse tipo de unidades por outros tipos de relações econômicas (capitalistas), virando assalariados agrícolas.

No nível econômico, os mecanismos de acumulação de capital são aqueles que introduzem relações de dependência e privação na produção camponesa, porque a base de recursos que o camponês precisa controlar para alcançar a autonomia é perturbada por esses mecanismos de acumulação. Isso se traduz na perda de emprego agrícola, na precariedade da vida familiar, nas migrações e na perda de terras. No nível político, a organização assume outro

caráter, fortemente determinado por um individualismo liberal. E no nível cultural, é traduzido na substituição de valores e visões de mundo, isso será discutido no Capítulo 3.

A organização da família camponesa é interrompida, ao mesmo tempo, em um nível simbólico, com efeitos na organização econômica. Ou seja, todas as racionalidades, formas de interpretação do mundo e estilos de vida da *aldeia* entram em disputa com o esquema de valores da racionalidade da economia capitalista. Mas nada do escrito anteriormente pode ser compreendido por completo sem estudar a terra e as generalidades e singularidades da questão agrária na Guatemala. Assim, tentamos dar resposta à primeira das perguntas secundárias: *Como incide a expansão da agricultura capitalista na unidade familiar camponesa em Patzicía?*

CAPÍTULO 2

DISTRIBUIÇÃO DA TERRA E PERDA DE ACESSO AOS MEDIOS PRODUTIVOS:

GENERALIDADES E SINGULARIDADES DA QUESTÃO AGRÁRIA

A discussão da terra como meio de produção, e o território como terra em disputa só podem ser entendidos a partir do estudo da agricultura guatemalteca e suas transformações recentes como um todo, e como parte dos processos de desenvolvimento do modo capitalista de produção na Guatemala. Então, depois de explicar a questão camponesa em Patzicía e as incidências gerais da agricultura capitalista e da monopolização do território na unidade camponesa, será explicada, neste Capítulo, a terra e sua relação com as generalidades e singularidades da questão agrária nacional e local. Para aprofundar na forma de acesso à terra, atividades produtivas e recursos disponíveis para a unidade camponesa; e como essas unidades se organizam e se movem no território, ao mesmo tempo que organizam seus próprios territórios.

Com este debate pretendemos demonstrar como a organização camponesa da produção acha-se contraditoriamente relacionada com o desenvolvimento capitalista de produção no campo. E como esse processo (nacional) está contido no interior da economia capitalista mundializada monopolista, construída entre estados, nações e empresas (OLIVEIRA, 1998). Assim, partimos das generalidades e acabamos com as singularidades da questão agrária. Então, começaremos a discutir a estrutura fundiária guatemalteca e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura e a internacionalização da economia guatemalteca.

2.1. Estrutura fundiária guatemalteca: uma construção histórica

No ano de 2019, segundo o Banco da Guatemala — BANGUAT,⁹⁶ o montante total de exportações da Guatemala foi de USD 11.183,9 milhões, 2,0% maior do que as exportações do ano de 2018 (USD 10.969,6 milhões). Desse total, os produtos mais importantes foram: vestuário com USD 1.397,9 milhões (12,5%); banana com USD 843,6 milhões (7,5%);⁹⁷ açúcar com USD 695,1 milhões (6,2%); café com USD 662,4 milhões (5,9%) e Cardamomo com USD

⁹⁶ <https://bit.ly/2OFpju9> [acessado em 16 de fevereiro de 2021].

⁹⁷ A banana alcançou o segundo lugar no ano 2018 nas exportações por causa da queda dos preços no mercado internacional do café e do açúcar, segundo o BANGUAT, El Periódico 28/05/2019.

648,1 milhões (5,8%). Os principais destinos da exportação foram: EUA com USD 3.625,8 milhões (32,4%); América Central com USD 3.364,8 milhões (30,1%); Zona Euro com USD 893,6 milhões (8,0%); México com USD 551,9 milhões (4,9%) e Panamá com USD 242,5 (2,2%). Os “artigos de vestuário” conseguiram se posicionar no primeiro lugar das exportações só no ano 2015. Por exemplo, no primeiro trimestre de 2014 o principal produto de exportação foi a açúcar (10,8%), seguido do café ouro (6,7%), banana (5,8%), minerais de prata (3,2%) e minerais de chumbo (3,1%). Alguns artigos de vestuário (blusas de algodão) estavam no sétimo lugar, logo depois do cardamomo.

Segundo os dados do BANGUAT no site da *Asociación de Exportadores de Guatemala* — AGEXPORT,⁹⁸ para o ano 2020 as exportações somam USD 11.563 milhões, 3,39% mais do que no ano de 2019. O setor do “vestuário” representou a produção com o maior crescimento líquido em 2019-2020 (em 2018-2019 foram as gorduras e óleos comestíveis), enquanto o cardamomo apresenta o produto com maior crescimento em valor neto. Segundo o BID, o cardamomo foi o produto de exportação de maior crescimento na Guatemala, com um aumento de 52,0% em 2019, enquanto o Ministério de Economia da Guatemala — MINECO, registra um aumento de 72,2% no 2020 (MINECO, 2020).⁹⁹ Entretanto, desde o ano 2018 o restante dos produtos tradicionais de exportação continua a apresentar alguma estabilidade em termos de porcentagem (banana, açúcar e café) sobre as exportações totais. Nas tabelas a seguir, apresentadas pelo BANGUAT, mostram-se os 25 produtos mais importante de exportação da Guatemala pelos anos 2019 e 2020, seus valores e principais países de destino.

⁹⁸ <https://export.com.gt/cifras-de-exportacion-2020> [acessado em 16 de fevereiro de 2021].

⁹⁹ <https://bit.ly/3auufe8> [acessado em 17 de fevereiro de 2021]. Desde o ano 2012 a Guatemala é a principal produtora mundial de cardamomo (MAGA, 2014). No ano 2020 a Guatemala possuía 61,0% da oferta ao nível mundial, segundo o BID.

No.	Productos	2019			2020			Variaciones 2020/2019					
		Monto	Volumen	Precio Medio *	Monto	Volumen	Precio Medio *	Monto		Volumen		Precio Medio	
								Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Totales		11,169,578.1	12,765,449.7	0.87	11,562,778.5	13,408,960.7	0.86	393,200.4	3.5	643,511.0	5.0	(0.01)	(1.4)
1	Artículos de vestuario	1,397,411.3	89,974.7	15.53	1,212,531.8	90,411.6	13.41	(184,879.5)	(13.2)	436.9	0.5	(2.12)	(13.6)
2	Cardamomo	646,943.4	36,240.2	17.85	1,134,867.9	65,109.9	17.43	487,924.5	75.4	28,869.7	79.7	(0.42)	(2.4)
3	Banano	831,933.2	2,404,772.0	0.35	826,882.6	2,405,977.3	0.34	(5,050.6)	(0.6)	1,205.3	0.1	(0.00)	(0.7)
4	Café	662,403.9	216,036.3	3.07	651,227.0	188,237.2	3.46	(11,176.9)	(1.7)	(27,799.1)	(12.9)	0.39	12.8
5	Grasas y aceites comestibles	490,233.5	949,083.1	0.52	584,406.2	888,983.3	0.66	94,172.7	19.2	(60,099.8)	(6.3)	0.14	27.3
6	Azúcar	694,575.9	2,029,190.6	0.34	576,881.2	1,657,900.3	0.35	(117,694.7)	(16.9)	(371,290.3)	(18.3)	0.01	1.7
7	Hierro y acero	359,025.6	211,212.6	1.70	434,154.9	224,303.2	1.94	75,129.3	20.9	13,090.6	6.2	0.24	13.9
8	Materiales plásticos y sus manufacturas	357,374.1	165,114.5	2.16	387,858.7	173,263.5	2.24	30,484.6	8.5	8,149.0	4.9	0.07	3.4
9	Manufacturas de papel y cartón	326,632.1	257,924.0	1.27	338,029.6	286,975.0	1.18	11,397.5	3.5	29,051.0	11.3	(0.09)	(7.0)
10	Frutas frescas, secas o congeladas	303,688.2	561,913.7	0.54	315,044.9	610,253.6	0.52	11,356.7	3.7	48,339.9	8.6	(0.02)	(4.5)
11	Bebidas, líquidos alcohólicos y vinagres	336,898.1	580,797.1	0.58	289,383.2	497,977.4	0.58	(47,514.9)	(14.1)	(82,819.7)	(14.3)	0.00	0.2
12	Productos farmacéuticos	244,993.5	7,711.8	31.77	275,085.5	9,623.5	28.58	30,092.0	12.3	1,911.7	24.8	(3.18)	(10.0)
13	Preparados a base de cereales	225,543.1	140,383.4	1.61	267,579.5	234,012.4	1.14	42,036.4	18.6	93,629.0	66.7	(0.46)	(28.8)
14	Materiales textiles (tejidos o telas)	246,034.0	37,907.2	6.49	235,357.2	38,685.4	6.08	(10,676.8)	(4.3)	778.2	2.1	(0.41)	(6.3)
15	Legumbres y hortalizas	218,829.0	327,380.4	0.67	233,572.0	358,510.6	0.65	14,743.0	6.7	31,130.2	9.5	(0.02)	(2.5)
16	Detergentes y jabones	178,466.0	208,066.3	0.86	215,172.9	246,616.9	0.87	36,706.9	20.6	38,550.6	18.5	0.01	1.7
17	Insecticidas, fungicidas y desinfectantes	157,456.9	44,332.9	3.55	209,954.0	58,464.4	3.59	52,497.1	33.3	14,131.5	31.9	0.04	1.1
18	Preparados de carne, pescado, crustáceos y moluscos	137,852.3	48,130.5	2.86	155,280.4	53,454.6	2.90	17,428.1	12.6	5,324.1	11.1	0.04	1.4
19	Productos diversos de la industria química	130,512.4	223,471.2	0.58	152,833.6	266,548.4	0.57	22,321.2	17.1	43,077.2	19.3	(0.01)	(1.8)
20	Caucho natural (hule)	144,959.1	116,964.7	1.24	145,277.4	121,258.5	1.20	318.3	0.2	4,293.8	3.7	(0.04)	(3.3)
21	Manufacturas diversas	62,246.1	18,650.7	3.34	118,056.9	21,614.2	5.46	55,810.8	89.7	2,963.5	15.9	2.12	63.7

22 Plátano	102,525.2	260,607.8	0.39	113,395.2	284,747.5	0.40	10,870.0 (150,965.0	10.6	24,139.7	9.3	0.00	1.2
23 Energía eléctrica ^{1/}	259,221.3	0.0	--	108,256.3	0.0	--)	(58.2)	0.0	--	--	--
Salsas, condimentos y sazonadores												
24 compuestos	94,855.1	60,320.0	1.57	105,239.9	64,899.9	1.62	10,384.8	10.9	4,579.9	7.6	0.05	3.1
Productos de perfumería, tocador y												
25 cosméticos	132,275.6	43,051.0	3.07	104,455.9	41,364.0	2.53	(27,819.7)	(21.0)	(1,687.0)	(3.9)	(0.55)	(17.8)
26 Otros productos	2,426,689.2	3,726,213.0	0.65	2,371,993.8	4,519,768.1	0.52	(54,695.4)	(2.3)	793,555.1	21.3	(0.13)	(19.4)

* Calculado a partir de los valores en miles de US dólares y kilos, para obtener precio medio por kilo.

^{1/} El volumen de exportación se mide en kilovatios / hora.

Nota: Cifras entre paréntesis son negativas.

Fuente: Declaraciones únicas centroamericanas (DUCA) y Facturas y declaraciones únicas centroamericanas (FYDUCA) de exportación

Tabela 3: Valor (FOB), volume e preços médios dos 25 maiores produtos para exportação, anos 2019-2020, em milhares de USD e milhares de kg.

Fonte: Banco da Guatemala, 2021.

No. Productos	2019	2020	Variaciones	
			Absoluta	Relativa
Totales	3,367,025.4	3,446,314.5	79,289.1	2.4
1 Materiales plásticos y sus manufacturas	274,570.9	306,490.8	31,919.9	11.6
2 Materiales textiles (tejidos o telas)	214,761.4	217,268.5	2,507.1	1.2
3 Productos farmacéuticos	179,684.9	193,892.8	14,207.9	7.9
4 Manufacturas de papel y cartón	163,363.2	183,688.3	20,325.1	12.4
5 Preparados a base de cereales	153,344.0	162,133.6	8,789.6	5.7
6 Detergentes y jabones	116,944.4	150,719.2	33,774.8	28.9
7 Bebidas, líquidos alcohólicos y vinagres	132,734.6	138,849.2	6,114.6	4.6
8 Grasas y aceites comestibles	111,326.4	131,937.7	20,611.3	18.5
9 Insecticidas, fungicidas y desinfectantes	89,223.7	119,974.5	30,750.8	34.5
10 Productos diversos de la industria química	98,238.6	114,210.2	15,971.6	16.3
11 Hierro y acero	112,924.3	108,055.7	(4,868.6)	(4.3)
12 Preparados de carne, pescado, crustáceos y moluscos	90,817.4	103,326.2	12,508.8	13.8
13 Energía eléctrica	176,166.5	95,443.0	(80,723.5)	(45.8)
14 Productos de perfumería, tocador y cosméticos	103,087.5	84,448.4	(18,639.1)	(18.1)
15 Alimentos preparados para animales	60,096.3	71,164.3	11,068.0	18.4
16 Tubería y sus accesorios	74,948.9	70,330.4	(4,618.5)	(6.2)
17 Aluminio	66,466.1	62,553.5	(3,912.6)	(5.9)
18 Salsas, condimentos y sazónadores compuestos	55,672.4	60,218.5	4,546.1	8.2
19 Leche y otros productos lácteos	57,117.1	58,551.1	1,434.0	2.5
20 Máquinas y aparatos mecánicos	50,695.5	57,638.7	6,943.2	13.7
21 Pinturas, barnices y tintas	51,965.3	56,069.2	4,103.9	7.9
22 Muebles para el hogar, oficina, médico quirúrgico, etc.	51,457.3	52,603.4	1,146.1	2.2
23 Manufacturas de cerámica	53,355.2	50,847.6	(2,507.6)	(4.7)
24 Otras manufacturas de metales comunes	49,192.0	49,287.6	95.6	0.2
25 Gas propano	59,854.9	48,091.4	(11,763.5)	(19.7)
26 Otros productos	719,016.6	698,520.7	(20,495.9)	(2.9)

Nota: Cifras entre paréntesis son negativas.

Fuente: Declaraciones únicas centroamericanas (DUCA) y Facturas y declaraciones únicas centroamericanas (FYDUCA) de exportación.

Tabela 4: Valor (FOB) das exportações para a América Central classificada por produto, anos 2019-2020, em milhares de USD.

Fonte: Banco da Guatemala, 2021.

No.	País	2019		2020		Variaciones	
		Monto	Estructura (%)	Monto	Estructura (%)	Absoluta	Relativa
	Totales	11,169,578.1	100.0	11,562,778.5	100.0	393,200.4	3.5
1	ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA	3,601,556.2	32.2	3,528,071.7	30.5	(73,484.5)	(2.0)
2	CENTROAMÉRICA	3,367,025.4	30.1	3,446,314.5	29.8	79,289.1	2.4
	El Salvador	1,384,010.4	12.4	1,313,970.4	11.4	(70,040.0)	(5.1)
	Honduras	1,003,736.0	9.0	1,022,614.9	8.8	18,878.9	1.9
	Nicaragua	549,799.5	4.9	662,382.9	5.7	112,583.4	20.5
	Costa Rica	429,479.5	3.8	447,346.3	3.9	17,866.8	4.2
3	EUROZONA	897,018.2	8.0	976,609.9	8.4	79,591.7	8.9
	Países Bajos	296,945.2	2.7	350,797.4	3.0	53,852.2	18.1
	Italia	204,880.7	1.8	198,372.7	1.7	(6,508.0)	(3.2)
	España	158,501.6	1.4	197,612.6	1.7	39,111.0	24.7
	Alemania	105,524.3	0.9	110,663.0	0.9	5,138.7	4.9
	Bélgica	69,747.4	0.6	65,163.6	0.6	(4,583.8)	(6.6)
	Francia	29,458.1	0.3	29,792.7	0.3	334.6	1.1
	Portugal	1,887.4	0.0	7,282.3	0.1	5,394.9	285.8
	Finlandia	10,280.3	0.1	6,713.7	0.1	(3,566.6)	(34.7)
	Grecia	10,110.5	0.1	4,180.0	0.0	(5,930.5)	(58.7)
	Irlanda	7,671.3	0.1	3,246.6	0.0	(4,424.7)	(57.7)
	Eslovenia	514.2	0.0	1,747.2	0.0	1,233.0	239.8
	Letonia	274.4	0.0	376.4	0.0	102.0	37.2
	Estonia	455.8	0.0	341.5	0.0	(114.3)	(25.1)
	Austria	282.2	0.0	279.5	0.0	(2.7)	(1.0)
	Lituania	373.4	0.0	28.0	0.0	(345.4)	(92.5)
	Malta	19.4	0.0	12.7	0.0	(6.7)	(34.5)
	Chipre	69.0	0.0	0.0	0.0	(69.0)	-.-

Luxemburgo	23.0	0.0	0.0	0.0	(23.0)	--
Eslovaquia	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	--
4 MÉXICO	553,161.7	5.0	460,905.3	4.0	(92,256.4)	(16.7)
5 ARABIA SAUDITA	191,108.0	1.7	318,802.0	2.8	127,694.0	66.8
6 REPÚBLICA POPULAR CHINA	188,890.0	1.7	238,411.0	2.1	49,521.0	26.2
7 EMIRATOS ÁRABES UNIDOS	145,806.3	1.3	237,158.9	2.1	91,352.6	62.7
8 PANAMÁ	244,560.6	2.2	226,455.7	2.0	(18,104.9)	(7.4)
9 CANADÁ	224,039.4	2.0	199,079.5	1.7	(24,959.9)	(11.1)
10 RESTO DE PAÍSES	1,756,412.3	15.8	1,930,970.0	16.6	174,557.7	9.9

* Se refiere al país que compró los bienes exportados.

Nota: Cifras entre paréntesis son negativas.

Fuente: Declaraciones únicas centroamericanas (DUCA) y Facturas y declaraciones únicas centroamericanas (FYDUCA) de exportación.

Tabela 5: Valor (FOB) das exportações classificadas por principais países compradores, anos 2019-2020 em milhares USD.

Fonte: Banco da Guatemala, 2021.

2.1.1. Ocupação agrícola do solo na Guatemala

Como visto, na economia da Guatemala o setor primário ainda é notável; a agricultura representa importantes divisas e aportes ao PIB (banana, cana de açúcar, café, cardamomo, frutas, legumes, hortaliças e borracha; nessa ordem). Porém, além da produção de *commodities*, a produção dos chamados, na Guatemala, de “grãos básicos” (milho, feijão e arroz, principalmente) para o autoconsumo, o mercado local e até o mercado nacional constituem uma dinâmica econômica, social e cultural cuja importância — local e nacional — ultrapassa as análises macroeconômicas (produzido comumente por camponeses e pequenos produtores). Estes representam a base da segurança e soberania alimentar e nutricional da população guatemalteca (INE, 2020), especialmente da população rural; ademais da importância cultural que o milho e o feijão nativo têm para as comunidades indígenas (maias) no país.

A área total da Guatemala corresponde a 10.889.000 ha. E, segundo a base de dados AQUASTAT da FAO (18/02/2017), a *área cultivada*¹⁰⁰ em 2017 era de 2.045.000 ha, ou seja, 18,78% da área total do país.¹⁰¹ É sabido que esses dados flutuam de ano agrícola para ano agrícola, a dinâmica própria da agricultura, do mercado, a conversão de terras, e o coeficiente de variação estatística impedem que a *área cultivada* apresente um crescimento lineal. Segundo as estimações do Instituto Nacional de Estatística da Guatemala — INE (2020), no ano agrícola 2019-2020, 1.002.961 ha foram cultivados com milho, representando aproximadamente 49,0% do total da área cultivada; 193.600 ha foram cultivados com feijão; e 3.460 ha com arroz.¹⁰² As estimações de produção são: 19.726.319,40 kg de milho, 1.342.720,05 kg de feijão e 112.367,53 kg de arroz.

Segundo o *Ministerio de Agricultura, Ganadería y Alimentación* — MAGA, a produção de milho está distribuída de maneira relativamente homogênea no país todo. Em 2016, a porcentagem da produção dos dez maiores departamentos produtores era: Petén 18,0%, Alta Verapaz 10,4%, Quiché 7,5%, Jutiapa 7,0%, Huehuetenango 6,0%, San Marcos 5,0%,

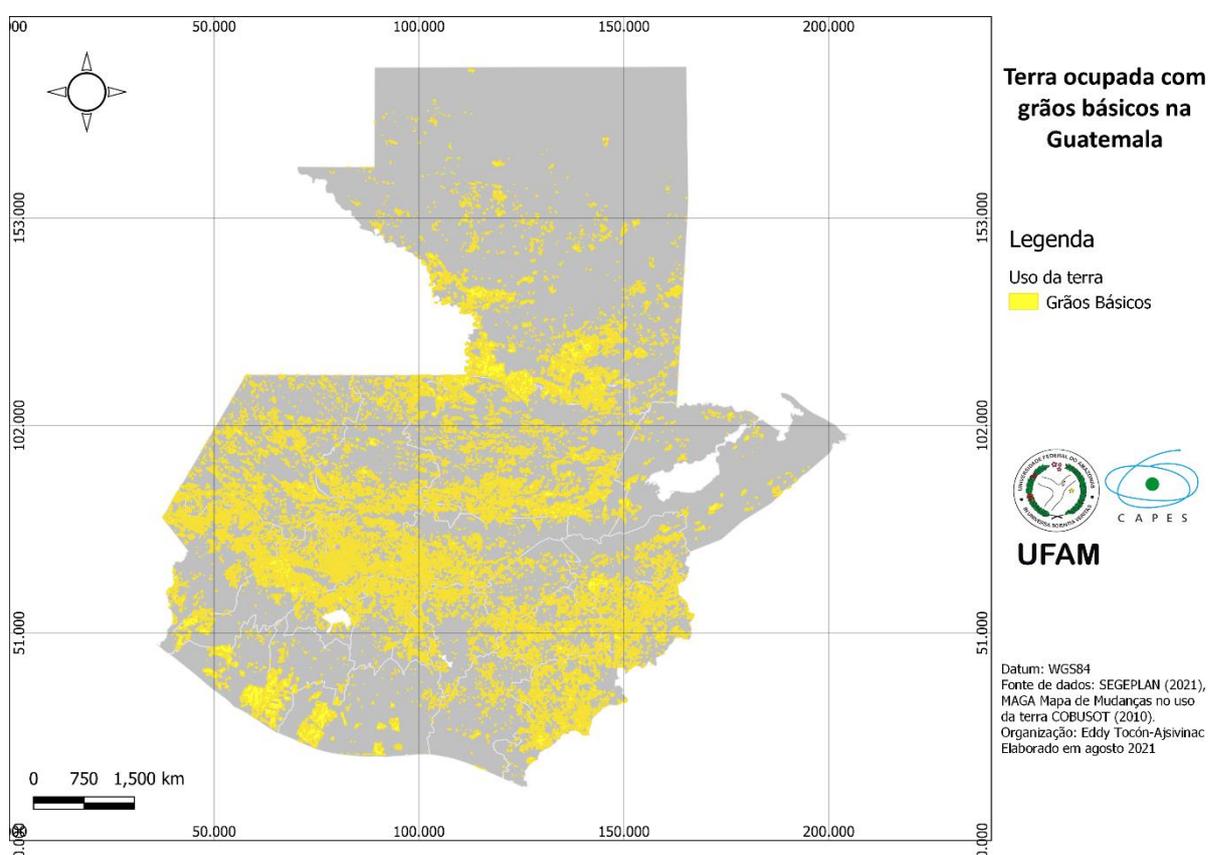
¹⁰⁰ A *área cultivada* é a soma da *área arável* e a *área de cultivos permanentes*. Os dados mais recentes na base de dados AQUASTAT-FAO, sobre a área cultivada, são do período 2013-2017. Os seguintes dados e AQUASTAT ficarão disponíveis até 2022.

¹⁰¹ Segundo a *Encuesta Nacional Agropecuaria* –ENA, (INE, 2020, p. 19), a área cultivada somada à área com potencial para a produção agropecuária totaliza 7.354.100,00 ha, ou seja, os 67,5% da área total do país. Essa exclui a “área não-agrícola”, quer dizer, solo ocupado com: infraestruturas (urbanização etc.); corpos de água; zonas úmidas (bosques etc.); e zonas áridas e de mineração.

¹⁰² Os dados sobre a superfície cultivada com milho e feijão podem se desagregar por etapas. As etapas são: julho-setembro, onde foram aportadas 567.965 ha de milho (56,6%), e 72.131 ha de feijão (37,3%); outubro-dezembro, onde foram aportados 289.965 ha de milho (28,9%), e 86.307 ha de feijão (39,4%); e fevereiro-março, onde foram aportados 145.031 ha de milho (14,5%), e 35.169 ha de feijão (23,3%) (veja INE, 2020, pp. 60-61).

Retalhuleu 5,0%, Santa Rosa 5,0%, Chimaltenango 4,0% e Escuintla 4,0%. Entretanto, Petén possuía o 18,4% da sua área total cultivada com milho, a maior do país (MAGA, 2016, p. 22-23).¹⁰³

A produção de feijão tem um comportamento semelhante. Os departamentos mais importantes em termos de volumes de produção são: Petén 27,0%, Jutiapa 13,0%, Chiquimula 10,0%, Santa Rosa 7,0%, Jalapa 6,0%, Quiché 5,0%, Alta Verapaz 5,0%, Huehuetenango 4,0%, Guatemala 4,0% e Chimaltenango 3,8%. A maior porção da superfície cultivada com feijão também acha-se em Petén (17,0%) (MAGA, 2016).



Mapa 7: Terra ocupada com grãos básicos na Guatemala.

Fonte: Elaborado por Tocón Ajsivinac a partir do Mapa de Mudanças no uso da Terra COBUSOT, MAGA e GIMBOT (2010).

A partir do estudo do comportamento estatístico que o INE (2020) fez para as culturas do milho, feijão e arroz, podemos apontar que a *área arável* da Guatemala em 2020 aumentou com relação ao 2017, que segundo a FAO (2017) tinha sido de 862.000 ha, visto que a suma da

¹⁰³ Embora esses dados tenham sido publicados pelo MAGA em 2016, correspondem a dados do Censo Agropecuário Nacional do ano 2003.

área cultivada com essas culturas corresponde a 1.200.021 ha na safra 2019-2020, que, enquanto culturas temporais, pertencem à *área arável*.¹⁰⁴

A continuação se apresenta um gráfico com a evolução da superfície cultivada com milho e feijão desde o último Censo Agropecuário Nacional — CAN, em 2003, até a última Enquete Nacional Agropecuária — ENA, 2019-2020.

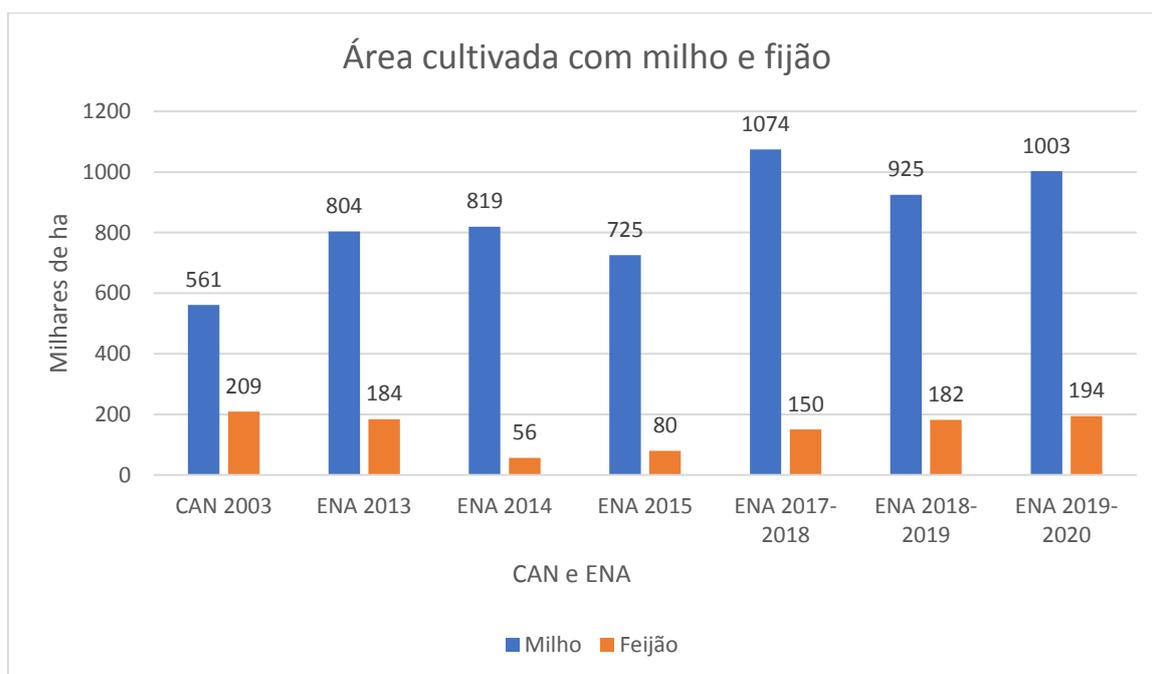


Gráfico 1: Área cultivada com milho e feijão na Guatemala, anos 2003-2020.

Fonte: INE (2020).

Por outro lado, no mesmo ano agrícola (2019-2020), a estimativa do comportamento estatístico da *área de culturas permanentes* (que segundo a FAO em 2017 eram de 1.183.000 ha) também mostra um aumento global. Levando em conta apenas os principais geradores de divisas: a área cultivada com banana foi de 69.580 ha — em 2013 —;¹⁰⁵ aumentou 3 vezes desde 2003 (23.507 ha) (INE, 2004). Essa cultura ocupa principalmente os departamentos de Escuintla (aproximadamente 46,0% da produção nacional) e Izabal (aproximadamente 33,0%) (MAGA, 2016). A área cultivada com cana de açúcar foi 265.755 ha; e o café ocupou 422.445 ha (INE, 2020, p. 70).

¹⁰⁴ A *área arável* corresponde principalmente a: (a) cultivos temporais, ou seja, que se cultivam em um ano ou várias vezes no ano (horticultura, milho, feijão); (b) prados para corte e pasto; (c) e terras de pousio (menores de cinco anos). A *área arável* não aponta à terra adequada para cultivo.

¹⁰⁵ A banana para de aparecer nas Enquetes Agropecuárias desde a ENA do 2013. Por exemplo, em nota de El Periódico datada em 28/05/2019, os dados usados correspondem ao ano 2013.

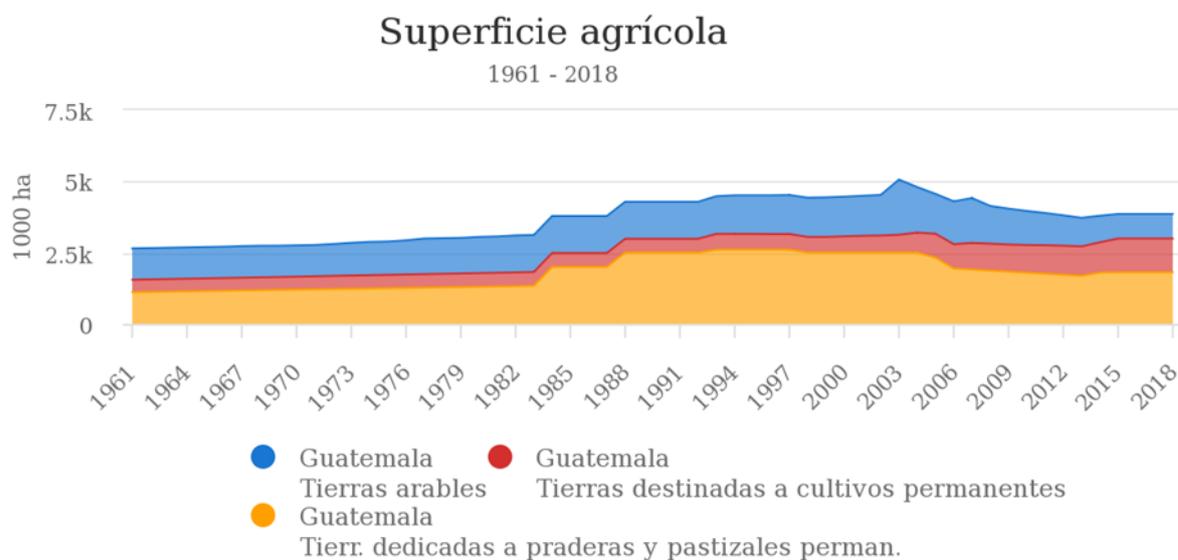


Gráfico 2: Área agrícola na Guatemala, anos 1961-2018.
Fonte: FAOSTAT, dados de 23 de fevereiro de 2021, FAO.

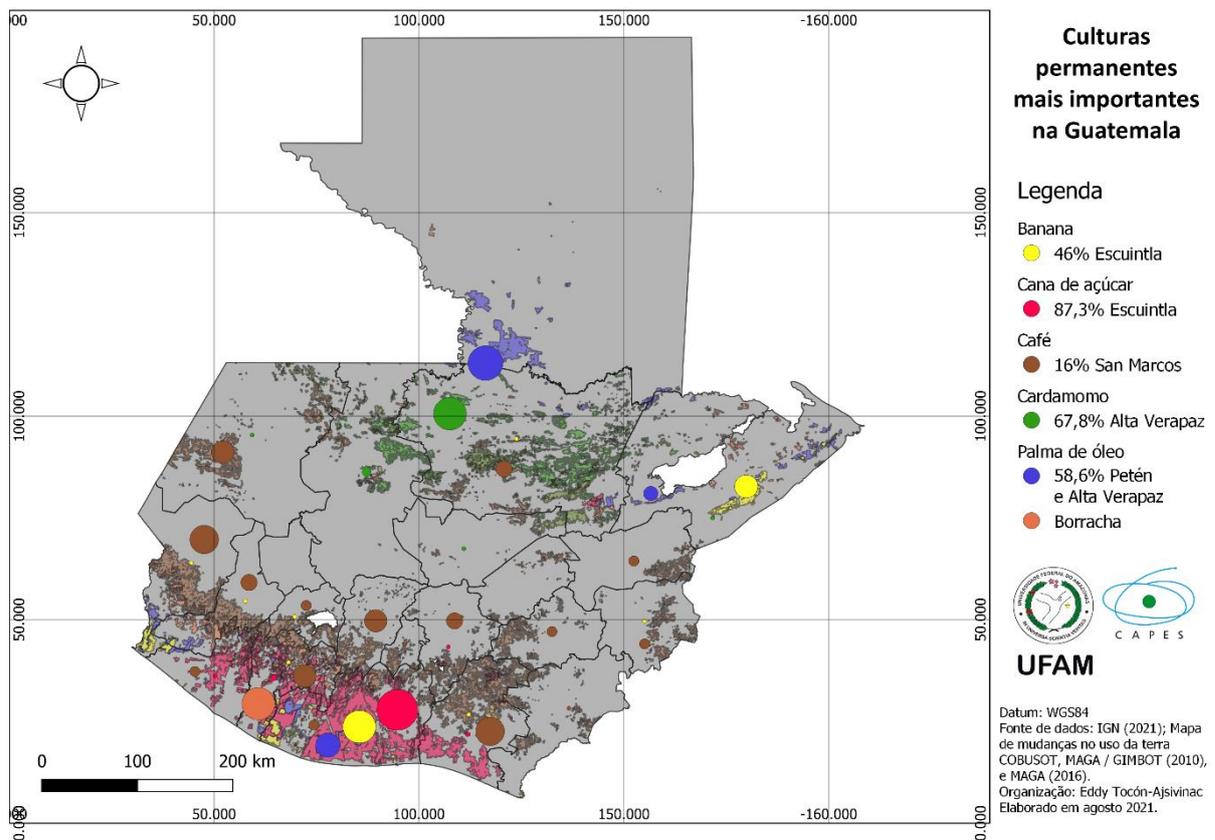
Em relação ao cardamomo, os dados estatísticos apresentam um alto coeficiente de variação devido ao difícil acesso às áreas produtoras e o alto *conflito social*¹⁰⁶ da zona onde é produzido (INE, 2015), principalmente o Vale do Rio Polochic, na *Franja Transversal del Norte* — FTN (departamentos de: Izabal, Alta Verapaz, Baja Verapaz, Quiché e Huehuetenango). Alta Verapaz concentra 67,8% da produção (MAGA, 2016). Os últimos dados disponíveis sobre essa área são da Enquete Nacional Agropecuária — ENA, 2015, segundo ela, naquele ano, 51.000 ha eram ocupados pela cultura do cardamomo, apresentando uma redução considerável com relação aos 82.000 ha cultivados em 2013; fato que só pode ser explicado pelo alto coeficiente de variação estatística, quando consideramos que a Guatemala é a maior produtora desde 2012, e concentra 61,0% da oferta mundial desse *commodity*.¹⁰⁷

É importante salientar que a área cultivada com cana de açúcar, expandida originalmente ao longo da Planície Costeira do Sul (atualmente Escuintla produz 87,3%, seguido de Suchitepequez com 8,0% da produção nacional), e logo depois para a Boca-Costa, a FTN e Petén (com aportes pouco relevantes à produção nacional), teve uma importante contração com relação ao ano 2015 onde foi estendida sobre 313.583 ha, ou seja, em 2020 apresenta-se

¹⁰⁶ Causado pela disputa de terras entre camponeses e grandes proprietários e a mineração. A área maia-q'eqchi' é, talvez, hoje a área com maior conflito territorial na Guatemala.

¹⁰⁷ A produção do cardamomo é um bom exemplo do processo de *monopolização do território pelo capital* (OLIVEIRA, 186; 1998; 2007). Segundo nota de *Inter Press Service* 16/09/2020, na Guatemala 60.000 pequenos produtores e camponeses, principalmente *maia-q'eqchi'* e *maia-poqomchi'*, estão envolvidos na produção do cardamomo.

reduzida em 47.828 ha. Porém, os departamentos dessas regiões, principalmente Suchitepequez e Escuintla, no sul, e Alta Verapaz e Petén, no norte, no passado notáveis produtores de milho de origem camponês (INE, 2003),¹⁰⁸ têm sofrido uma *conversão* e um processo de *(re)concentração da terra* (DÜRR, 2016; MINGORRÍA, 2017; WINKLER, 2013) nas mãos dos grandes produtores. Isso explica a pouca importância atual dos departamentos de Escuintla e Suchitepequez na produção nacional de milho, 4,0% e 3,4%, respectivamente (MAGA, 2016).¹⁰⁹



Mapa 8: Culturas permanentes mais importantes na Guatemala.

Fonte: Elaborado por Tocón Ajsivinac a partir do Mapa de mudanças no uso da terra COBUSOT, MAGA e GIMBOT (2010); e de dados em MAGA (2016).

¹⁰⁸ Esses departamentos viraram produtores notáveis de milho camponês a partir da Reforma Agrária de 1952, e depois da Lei de Transformação Agrária de 1962.

¹⁰⁹ Equivalente à produção açucareira e sucroenergética no Brasil, na Guatemala o setor apresenta o processo de *territorialização do monopólio* (OLIVEIRA, 186; 1998; 2007). Winkler (2013, p. 36) escreveu: “Tomando em cuenta que el valor de las mercancías se crea en el proceso de producción y que sus precios se fijan arbitrariamente en el proceso de circulación, vemos que el sector azucarero controla tanto el proceso de producción como el de circulación, y que por eso su mercado interno es cautivo”.

O café, em contrapartida, tem mostrado aumento constante, embora moderado, da área cultivada desde o ano 2003 (INE, 2004; 2013; 2014; 2015; 2018; 2020). A expansão dessa cultura hoje é relativamente homogênea no território. Os principais departamentos produtores são: San Marcos com 16,0% da produção nacional e Santa Rosa com 15,0% (MAGA, 2016).

Para finalizar, a borracha e a palma de óleo apresentam importantes dinâmicas na agricultura nacional. A expansão da borracha, principalmente pela zona sul do país, zona predominantemente açucareira (GIMBOT, 2014), representa um fenômeno importante, passou de 97.358 ha em 2013¹¹⁰ a 131.445 ha em 2020; é Suchitepequez quem aporta 45,3% da produção nacional. E, a expansão da palma de óleo, muito estudada na Guatemala (ALONSO-FRADEJAS *et al.*, 2008; ALONSO-FRADEJAS, 2011; 2012; CABALLEROS, 2015; DÜRR, 2016; MINGORRÍA, 2017), ocorre principalmente na zona norte, no Vale do Polochic (Alta Verapaz e Izabal) em território maia-q'eqchi' (centro e leste da chamada FTN) e em Petén, apresentando uma expansão acelerada importante em prejuízo das terras de pequenos produtores e camponeses. Em 2019 os departamentos de Petén e Alta Verapaz concentraram 58,62% da produção. A expansão da palma de óleo começou nos anos 2000, e passou de 115.001 ha em 2013 a 182.958 ha em 2020 (INE, 2004; 2013; 2020), como pode-se ver no mapa 8.

2.1.2. Distribuição e tenência da terra

Desde a conformação da Guatemala, mas principalmente a partir da Reforma Liberal e a expansão do café no século XIX, como visto no Capítulo 1, a terra acha-se sob controle de algumas poucas unidades econômicas (IARNA-URL, 2006; CEH, 2006). A trilha que o desenvolvimento do capitalismo guatemalteco na agricultura percorreu foi a *via prussiana*, consolidada definitivamente com o advento do Estado neoliberal (HARVEY, 2015), que começa se conformar com a Constituição de 1985 e consolida-se com o fim da guerra civil guatemalteca na assinatura dos Acordos de Paz em 1996. Em matéria de acesso à terra, por exemplo, foi consolidada a reforma agrária via mercado,¹¹¹ com o *Fondo de Tierras* — FONTIERRAS, como órgão estatal reitor.¹¹²

¹¹⁰ O ano 2013 foi o primeiro ano no qual foi implementada pelo INE a metodologia da FAO na Enquete Nacional Agropecuária.

¹¹¹ Ver, por exemplo, nota em Plaza Pública 13/07/2015, "*FONTIERRAS: Arrendamientos en lugar de créditos para favorecer a los mismos*".

¹¹² Ver Capítulo 3.

A distribuição desigual da terra é uma distribuição desigual da riqueza (PAULINO, 2012), e tem efeitos especialmente visíveis na Guatemala, onde o setor primário é ainda o mais importante, e a metade (48,9%) da população total do país é rural (INE, 2018b). A distribuição desigual da terra é a principal causa da exclusão e estratificação social, associadas à violência histórica no campo (CEH, 2006).

Segundo o IV Censo Agropecuário Nacional (INE, 2004), o último até hoje, 7,9% das fazendas (*fincas*) ocupam 78,1% da área cultivada. Enquanto o 92,1% das fazendas (menores de 7 ha) ocupam 21,9%.¹¹³ Desde o ano de 1950 (ano do primeiro censo agropecuário na Guatemala) a concentração da terra vem se intensificando e a pulverização da pequena propriedade vem crescendo. Naquele ano, 88,2% das fazendas (menores todas de 7 ha) ocupavam 14,3% da área cultivada; e o restante 11,7% ou 85,7%. Em 1950 as fazendas menores que 1 ha (menor que 1 mz ou 0,7 ha) representavam 21,2%; em 2003 essas fazendas se multiplicaram, alcançam 45,2%.¹¹⁴

Com relação a concentração da terra é destacável o setor açucareiro, onde doze firmas verticalmente integradas conformam a Associação de Açucareiros da Guatemala — ASAZGUA, atuando como um cartel.¹¹⁵ Por outro lado, apenas oito empresas nacionais, com ajuda de capital estrangeiro, dirigem o setor integrado verticalmente da produção de óleo de palma (DÜRR, 2016). Também comandadas por oito famílias da oligarquia (ALONSO-FRADEJAS, 2012). Individualizar e diferenciar às famílias da oligarquia resulta de pouca utilidade nessa pesquisa, e em sentido estrito é impossível, porque elas fazem parte de uma ampla rede interrelacionada que tem sua origem no século XVI, se estendendo e se redesenhando até o século XXI, “reciclando” famílias que perderam hegemonia nos séculos

¹¹³ Antes da implementação da metodologia da FAO nas Enquetes, Estatísticas e Censos Agropecuários, em 2013, o INE usava a unidade de mediada de área *Manzana*. Nesse capítulo, para fins de cálculo, usa-se a equivalência: 1 *Manzana* = 6.988,96 mts² ou 0,70 ha, que é a medida padrão de Mz usada pelo INE. Devido a essas diferenças foi necessária fazer a conversão das medidas de área guatemaltecas (*cuerda, manzana, caballería*) para a medida de área padrão: Hectare (10.000 mts²). Assim, todas a medidas em Hectares nessa pesquisa correspondem com a área real.

¹¹⁴ Salientamos que embora uma fazenda menor de 7 ha corresponde a uma unidade econômica de subsistência — os chamados pequenos proprietários —, nem todas as fazendas dessas dimensões são, na verdade, de subsistência. Várias delas acham-se integradas nas cadeias de valor nacionais e internacionais (DÜRR, 2016; TOCÓN-AJSIVINAC, 2018), ou, em outras palavras, cativas na *monopolização do território*, como descrito no capítulo 1. Ver gráfico da concentração e posse da terra desde o I Censo Agropecuário em INE (2004, p. 19).

¹¹⁵ Essas firmas são comandadas por dez das poderosas famílias da oligarquia tradicional rentista de origem colonial. Segundo nota em *El Faro*, desde 1983 apenas sete famílias comandam a produção de 88% da cana moída: os Herrera (usina Pantaleón e Concepción), os Leal (usina Magdalena), os Botrán (usina Santa Ana), os García (usina La Unión), os Weissenberg Campollo (usina El Pilar), os Campollo (usina Madre Tierra) e os González Bauer-Hertzsch (usina Palo Gorgo). O setor é pouco industrializado e a Guatemala *um low cost cane production country*, segundo relatório do Escritório do Representante Comercial dos EEUU (2015), que explica que isso é por causa do total descumprimento das leis trabalhistas e o desrespeito aos direitos humanos.

anteriores. Assim, passaram da incipiente produção de cacau para a produção do índigo, a cochonilha, logo depois o café, a cana de açúcar, a produção industrial, o óleo de palma etc.¹¹⁶ Desde o século XIX somaram-se ao bloco latifundiário os *caudillos* ladinos rurais, na figura de *finqueros*, eles foram a facção mais agressiva contra os camponeses, especialmente contra os camponeses indígenas.

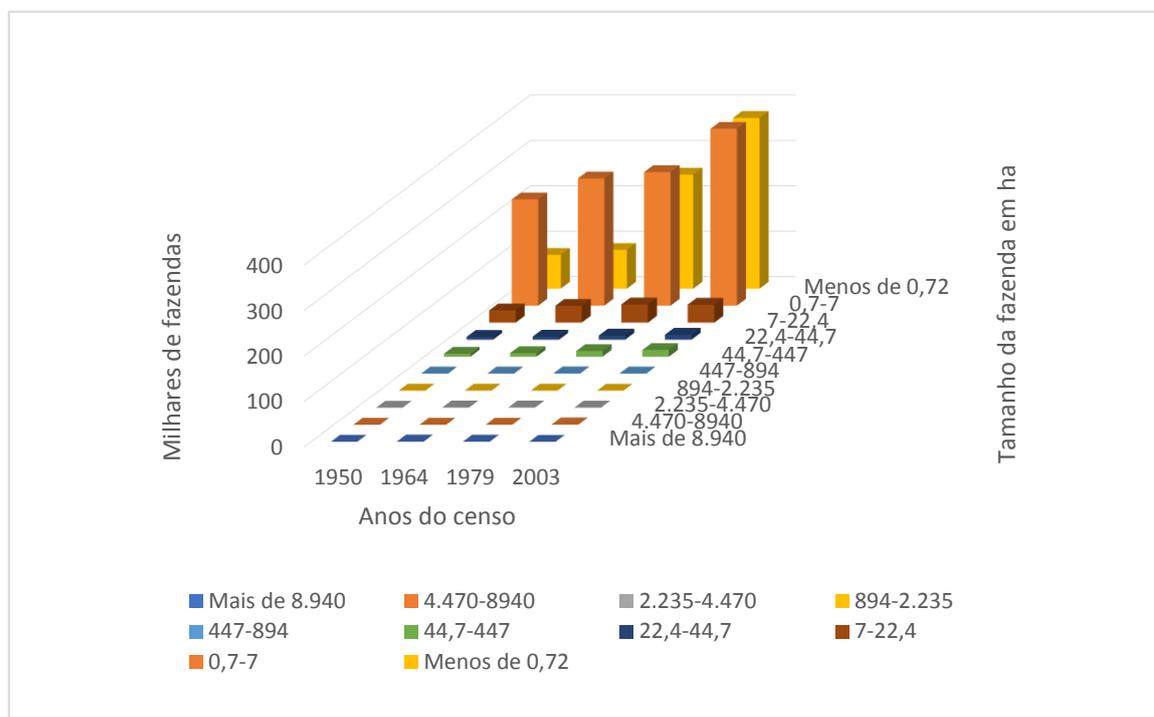


Gráfico 3: Quantidade de fazendas na Guatemala de acordo com sua área em ha, anos 1950-2003.

Fonte: INE (2004). O gráfico mostra como as unidades camponesas e / ou micro fazendas (menores de 7 ha) têm aumentado desde 1950.

¹¹⁶ Casaús Arzú (2018) afirma que em cada século é possível identificar vínculos de linhagens da oligarquia comandados por uma ou duas famílias principais: no século XVI foram os Díaz del Castillo e os Pérez Dardón; no século XVII, os Delgado Nájera; e nos séculos XVIII, XIX e XX os Aycinena, os Urruela e os Arzú; desse modo mantem o controle econômico e político. A autora mostra, a partir de esquemas de parentesco, que essas famílias estão relacionadas através de matrimônios e alianças de negócios; por exemplo os ditadores liberais (Estrada Cabrera e Jorge Ubico), comumente chamados de ladinos, ou mestiços, na verdade faziam parte dessas redes familiares oligarcas crioulas, porém mestiçadas com famílias externas às famílias crioulas tradicionais. A presença central da oligarquia latifundiária no governo acabou — embora nunca deixaram de ocupar posições de governo — com o governo de Jorge Ubico em 1944, e voltam a posições políticas decisivas só com a chegada dos governos civis após de 1986, nos governos de Serrano Elias (1991-1993), Álvaro Arzú (1996-2000) e Oscar Berger (2004-2008). Por outro lado, Álvaro Arzú foi também prefeito da Cidade da Guatemala (2004-2018) e Álvaro Arzú filho presidente do Congresso da República da Guatemala (2018-2020). A autora faz uma revisão das redes familiares das principais famílias da oligarquia, e mostra como além dessas famílias estarem relacionadas por alianças matrimônios, também integraram novos membros estrangeiros à rede familiar como tática para manter o controle político e econômico, por exemplo a integração dos bascos no século XVIII (Arzú, Aycinena, Beltranena), alemães (Boppel, Berger, Widmann, Dieseldorff, etc.) e mestiços (Barrios, Herrera, Samayoa etc.) no século XIX, ao mesmo tempo em que praticam uma constante diversificação econômica. Usando esses mecanismos as famílias conseguem se manter no poder sem ser afetados consideravelmente ao longo da história: Independência (1821), Governos Liberais (1871), Democracia Burguesa (1944), Governos pós-ditadura (1986).

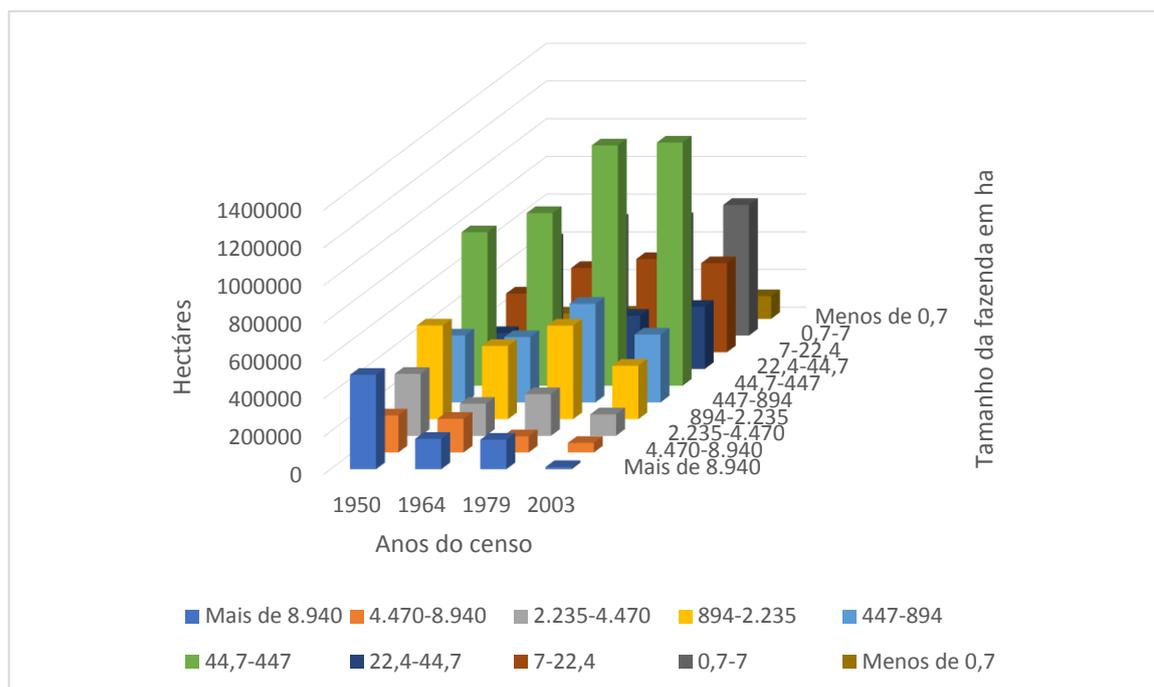


Gráfico 4: Área ocupada pelas fazendas de acordo com seu tamanho, anos 1950-2003.

Fonte: INE (2004). O gráfico mostra a concentração da terra na Guatemala desde o ano de 1950.

Os latifúndios respondem à produção de culturas permanentes e semipermanentes de exportação.¹¹⁷ No sentido contrário, na produção temporal ou anual, o minifúndio e/ou a *fazenda* camponesa contribuem de maneira mais ampla; especialmente as fazendas menores de 7 ha (92,1% do total das fazendas), elas produzem 40,6% da produção nacional de culturas temporais. O Censo Agropecuario Nacional (INE, 2004) salienta: “El énfasis en la dedicación de la superficie, de las pequeñas fincas censales a los cultivos anuales o temporales, *ha sido históricamente la característica más relevante de la agricultura guatemalteca*” (p. 13, *grifo nosso*). Em termos globais, as fazendas menores de 44,8 ha (menores de 1 *caballería*) produzem 67,9% da produção nacional de culturas temporais.

As micro fazendas são principalmente produtoras de milho e outros alimentos para o autoconsumo e/ou para o mercado local. Do total da *área arável*, 95,0% estão cultivadas com milho (principalmente branco e amarelo, dentre outras espécies), entretanto, as outras 66 culturas temporais que registra o INE (produzidas em monocultura) ocupam juntas menos que 5,0% (INE, 2004). Em outras palavras, 81,78% do total das fazendas no país (679.342 fazendas) produz milho. A esses números é necessário somar, e/ou desagregar, as culturas produzidas *em associação*, típicas da agricultura camponesa. Segundo dados do BANGUAT, o milho aportou

¹¹⁷ Por exemplo, das maiores fazendas registradas no Censo Agropecuário Nacional (INE, 2004), maiores de 2.240 ha, 77,1% dedicam-se às culturas permanentes, e só 22,9% às culturas temporais.

pouco mais de 1% do PIB em 2019.¹¹⁸ A produção do milho tem apresentado essa tendência, pelo menos desde o ano 2004 (ETTEN e FUENTES, 2004; AKIANTO, 2012).

Para exemplificar a importância da produção camponesa (especificamente de milho nativo), citamos a Dürr (2016). Ele faz uma análise sobre as consequências das culturas permanentes em monocultura extensiva na economia regional e nacional. E, a partir do *scoping model* e do *input-output model*, simula os efeitos da conversão da terra do milho e pecuária em monocultura de palma de óleo e cana de açúcar na Costa Sul e na FTN. Também faz uma comparação entre as “cadeias de valor” dessas culturas com a produção de milho e outras culturas de circulação local. Conclui que, embora a monocultura extensiva e a agroindústria criam valor acrescentado (VAA), a riqueza que gera é sempre transferida fora das regiões onde é produzida porque, além da óbvia extração da mais-valia, cria menos emprego do que a agricultura temporal dos pequenos produtores. Nesse sentido, é desejável a agricultura de pequenos proprietários sobre a grande produção para a exportação, porque cria mais emprego e a produção circula no mercado local e regional. Entretanto, na monocultura de exportação o Ingresso Regional Bruto, como um PIB regional, é mais baixo do que o Produto Regional Bruto, porque apenas os salários dos operários permanecem como parte do Ingresso Regional Bruto (p. 7).

Por outro lado, o sistema latifúndio-minifúndio e a recriação camponesa dentro do capitalismo, fazem parte do processo de desenvolvimento econômico no qual objetivamente o camponês não é “atrasado”, nem uma reminiscência do passado, nem “obstáculo” para que aconteça essa evolução econômica capitalista, muito pelo contrário, permite e facilita o desenvolvimento capitalista, tanto como força de trabalho que participa diretamente no processo de produção, como produtores de mercadorias e/ou como assalariados temporais ou permanentes mal pagos (força de trabalho necessária na exploração capitalista das empresas agrícolas); quanto como terra produtiva expropriada (perda do acesso aos meios produtivos) através da progressiva acumulação de terra camponesas em mãos latifundiárias, que no processo de reprodução ampliada do capital necessitam da exploração da força de trabalho camponesa como diarista, como assalariado “puro”, e como produtor de alimentos e matérias primas transferidos em diversos graus para todos os setores da sociedade. Assim, como afirma Flores Alvarado (1977, p. 3), o progresso e desenvolvimento da agricultura capitalista necessita

¹¹⁸ A agricultura é responsável por 13,5% do PIB na Guatemala, segundo dados de CIA, World Factbook, <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/guatemala/#economy> [acessado em 07 de março de 2021].

da terra expropriada e da compra da força de trabalho, processos que não são possíveis sem a participação direta do produtor camponês.

Do lado da classe dominante, a aliança de classe acontece ao mesmo tempo entre burguesia e propriedade fundiária da terra, e entre burguesias “nacionais” e burguesias financeiras internacionais, como afirmam Amin e Vergopoulos (1977), assim a burguesia “nacional” guatemalteca acha-se comprometida com os interesses dos monopólios imperialistas, atuando como um enclave territorial do capitalismo monopolista mundializado. Sobre a relação entre burguesia “nacional” e campesinato, e a manutenção do sistema minifúndio-latifúndio, Flores Alvarado escreveu:

Otorga salarios que apenas cubren las mínimas necesidades de la población campesina, y que no responden al gasto de la fuerza de trabajo socialmente necesario para reproducirla, pero necesitan de esta fuerza de trabajo para la explotación de sus grandes empresas agrícolas capitalistas, productoras de las materias primas exportables y generadoras de las divisas que tanto necesita para efectuar sus transacciones comerciales en el exterior (trabajo jornalero) [...]

Burguesía que en pleno desarrollo económico, *cuya política agraria se funda en la monopolización de la tierra y en la generación, fomento y mantenimiento del minifundio*, estrangula al pequeño comercio, ahoga la industria manufacturera con altas tasas impositivas y una vasta red de intermediarios. Burguesía que no entiende el idioma (cakchiquel o quiché) [*sic*], que habla el pueblo al que explota... (FLORES ALVARADO, 1977, p. 13, *grifo nosso*)

Como parte da formação social guatemalteca, a estrutura fundiária no século XXI está composta principalmente por: (a) camponeses proprietários de terra e/ou com acesso à terra por outros meios (minifúndio); (b) camponeses assalariados temporais (diaristas) ou permanentes (trabalhadores agrícolas no processo de *decamponização*); (c) os pequenos agricultores que chamamos aqui de *kulaks* (como diferenciação do camponês tradicional);¹¹⁹ e (d) os proprietários latifundiários (como parte da burguesia) (FLORES ALVARADO, 1977, p. 157). E nesse sistema minifúndio-latifúndio, o minifúndio é o mais importante a partir de: (a) o consumo da força de trabalho de reserva (não paga) nas parcelas camponesas, e (b) a *minifundização* constante da propriedade camponesa face ao avanço a concentração da terra, e ao crescimento demográfico da família camponesa sem possibilidade de acesso à terra, o que Flores Alvarado chama de *minifundização do minifúndio* até chegar à “ruína do camponês” que, liberado da terra, vira proletário (p. 166).

¹¹⁹ É importante salientar que os agricultores que chamamos aqui de *kulaks* não têm presença determinante em outras regiões da Guatemala quanto no município de Patzicá, e alguns outros municípios como Almolonga e Zunil no departamento de Quetzaltenango, onde foi introduzida a horticultura de exportação, principalmente.

2.2. A configuração da distribuição da terra em Patzicía

Hoje as terras no município estão distribuídas em próprias e arrendadas (a particulares ou terras públicas à prefeitura); em Patzicía não existe a figura da *terra comunal* desde, pelo menos, finais do século XIX (RODAS e ESQUIT, 1997).¹²⁰ Segundo o último Censo Agropecuário Nacional do INE (2004),¹²¹ no município, 4,73% da terra é acessada através de arrendamento, contra o 92,24% do uso da terra em forma de propriedade. Porém, esses dados estão desatualizados e naturalmente não correspondem com a realidade atual do município. Por exemplo, a agricultura local tem apresentado uma dinamização importante desde o começo dos anos 2000, com a inauguração da CENMA e a conseqüente criação e desenvolvimento da ASODAGPA, passando pelo assinamento do DR-CAFTA (2005), e — isso tudo como parte de — a consolidação das privatizações do Estado, fatos que não tinham mostrado todas suas conseqüências no campo em 2003, quando foi feito o Censo Agropecuário.

Contudo, uma fonte secundária não oficial (LÓPEZ, *et al.* 2011), salienta que em 2009, seis anos após o último Censo Agropecuário, o acesso à terra em forma de propriedade desceu a 53,37%, contra 44,29% da terra arrendada. Por outro lado, as terras municipais para uso agrícola, em 2009, continuavam a corresponder aos 3,34%, essas terras não têm variado significativamente nos últimos 70 anos (AMP, 2.2.13, Paq. 129). Esses dados foram pegos de um diagnóstico socioeconômico feito pela Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais da Universidad de San Carlos de Guatemala — USAC (LÓPEZ, *et al.*, 2011), levantado em 2009, e embora sejam os dados quantitativos mais recentes disponíveis para o município, salientamos, não são oficiais.

A distribuição de terras no município, em unidades de medida, está presente em: *microfazendas* (até 0,7 ha), *fazendas subfamiliares* (de 0,7 ha a 7 ha), *fazendas familiares* (de 7 ha a 44,7 ha) e *fazendas multifamiliares de médio porte* (de 44,7 ha a 894,4 ha), segundo os critérios e metodologia usados pelo INE em 2003. No período intercensos (1979-2003) houve um aumento de 67,0% de fazendas (INE, 2004), e em 2009 apresenta-se que do total das fazendas no município, aproximadamente 50% correspondem às *microfazendas*, ou seja,

¹²⁰ Em outras regiões indígenas e municípios existe, sim, a figura de *terras comunais* (de propriedade e uso comunal), principalmente florestas, na região K'iche', por exemplo, existem os famosos *Bosques Comunales de Totonicapán* ou *El Alto de Totonicapán* (33.300 ha de floresta comunal). A região kaqchikel esteve sempre sob influência direta das Cidades Capitais do país, primeiro do Reino da Guatemala, e depois da República da Guatemala. As quatro capitais que teve a Guatemala estiveram dentro do território kaqchikel, isso possibilitou que as comunidades indígenas e camponesas dessa região entrassem cedo e vertiginosamente nas transformações capitalistas do território.

¹²¹ Na Guatemala existem apenas quatro censos agropecuários: 1950, 1964, 1979 e 2003.

segundo o diagnóstico socioeconômico citado anteriormente, 50% das fazendas em Patzicía são menores que 1 ha (LÓPEZ, *et al.*, 2011). Essa extensão de terra no município é equivalente à produção camponesa, embora não exclusiva, dada a lógica da agricultura capitalista no município. Na seguinte secção (2.3) se falará sobre isso.

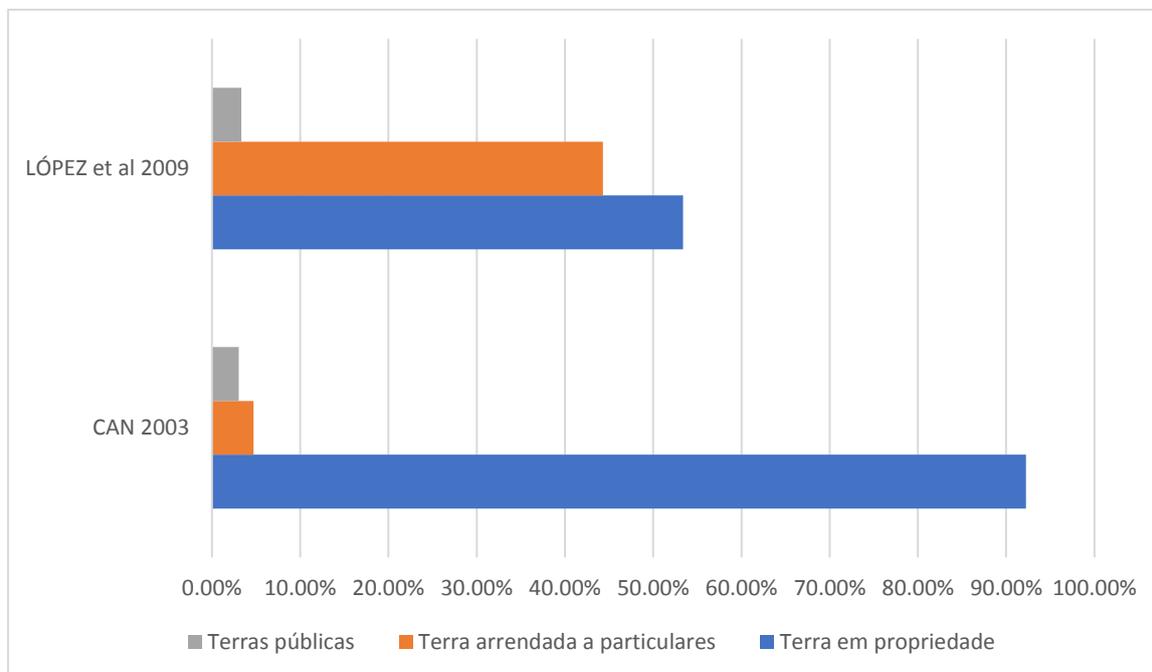


Gráfico 5: Formas de acesso à terra em Patzicía, segundo Censo Agropecuário Nacional de 2003, e Diagnóstico Socioeconómico de 2009.

Fonte: INE (2004) e LÓPEZ *et al.* (2011). O gráfico mostra a perda de posse da terra no município.

Segundo o Censo Agropecuário Nacional de 1979, 4,98% das fazendas totais do município, *multifamiliares de médio porte*, ocupavam os 10,87% do total da área do município, equivalente a 434,40 ha; e apenas 2,57% das maiores fazendas (*fazendas multifamiliares grandes*, ou seja mais de 894,4 ha) ocupavam os 44,59%, equivalente a 1.785,15 ha. No Censo Agropecuário Nacional de 2003, 0,74% das fazendas, *multifamiliares de médio porte*, ocupavam 4,31% da área do município, equivalente a 116,22 ha; e 0,34% das fazendas maiores ocupavam 22,54%, equivalente a 607,81 ha. Como se vê nos gráficos 6, 7 e 8.

Nos 24 anos que separam o III (1979) e IV (2003) Censo Agropecuário é possível ver uma desconcentração da terra. As análises quantitativas explicam isso como consequência do crescimento populacional e da falta de poder de compra (LÓPEZ, *et al.*, 2011). Isso é verdade até certo ponto. Porém, a partir da análise estrutural se identifica que o sistema minifúndio-latifúndio precisava dessa desconcentração da terra, com fundamento na necessidade da reprodução capitalista de transformar a matriz produtiva, e/ou atualização dela. Ou seja, essa

desconcentração da propriedade vista no período intercenso modificou a matriz do minifúndio consumidor e vendedor da força de trabalho à matriz do minifúndio produtor para o mercado, sem modificar a estrutura fundiária, nem afetar a grande *finca* capitalista.

Como visto no capítulo anterior, no processo de monopolização do território pelo capital, na forma que se apresenta no município, não é a quantidade de terra cultivada ou explorada a que determina, em última instância, o caráter da unidade econômica agrícola (camponesa ou capitalista). Quer dizer, por causa do intenso processo de monopolização do território visto, unicamente a dimensão relação sociedade-natureza explica o caráter da unidade econômica agrícola. Continua a ser que a diferença entre *terra de trabalho* e *terra de negócio* é o determinante final para definir uma unidade produtiva agrícola em Patzicía. Assim, nem as *micro fazendas* correlaciona-se à uma unidade camponesa, nem a *fazenda familiar* correlaciona-se aos *kulaks*, porém, a concentração da terra numa região onde o meio de produção terra está esgotado, sim, transforma-se em latifúndio, não apenas pela concentração (e/ou processo de reconcentração), mas pelo uso improdutivo. E, em média, são as *microfazendas* (em média 0,4 ha) e as fazendas *subfamiliares* (em média 6,7 ha) as que geram mais dinamismo econômico, produtivo e riqueza no nível local.

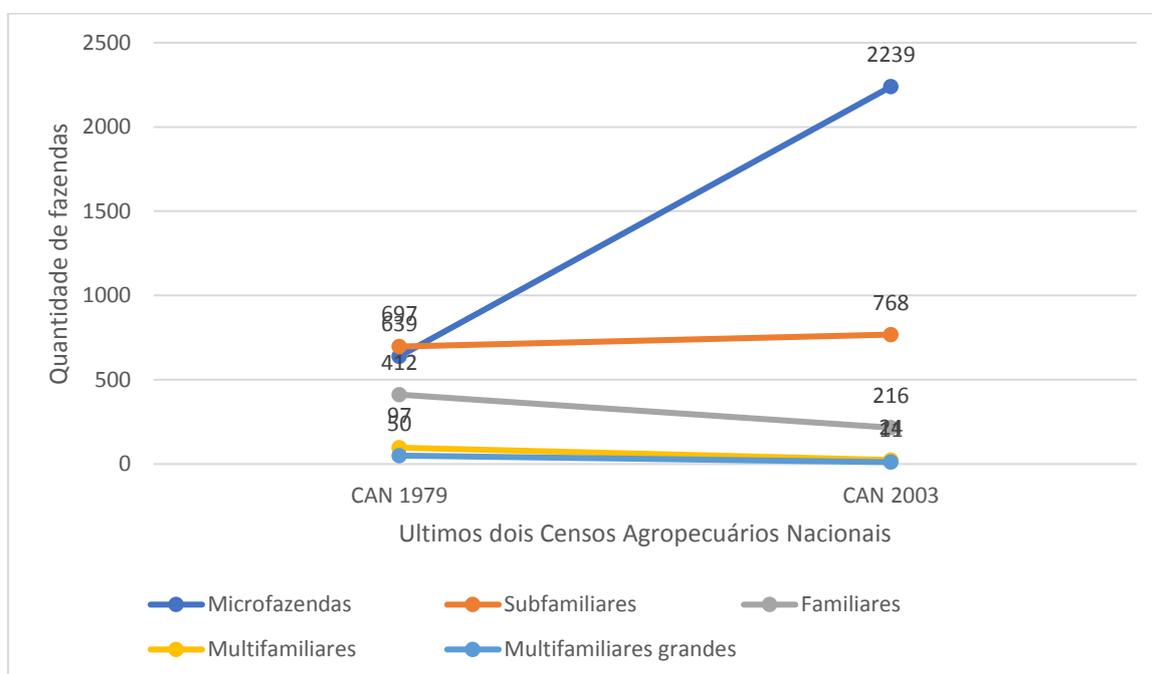


Gráfico 6: Evolução das unidades agrícolas em Patzicía, anos 1979-2003.

Fonte: INE (2004), e LÓPEZ *et al.* (2011). O gráfico mostra o importante incremento das microfazendas (menores de 0,7 ha), em relação às outras fazendas em Patzicía. Essas passaram de 693 em 1979 (CAN, 1979) a 2.239 em 2003 (CAN, 2003).

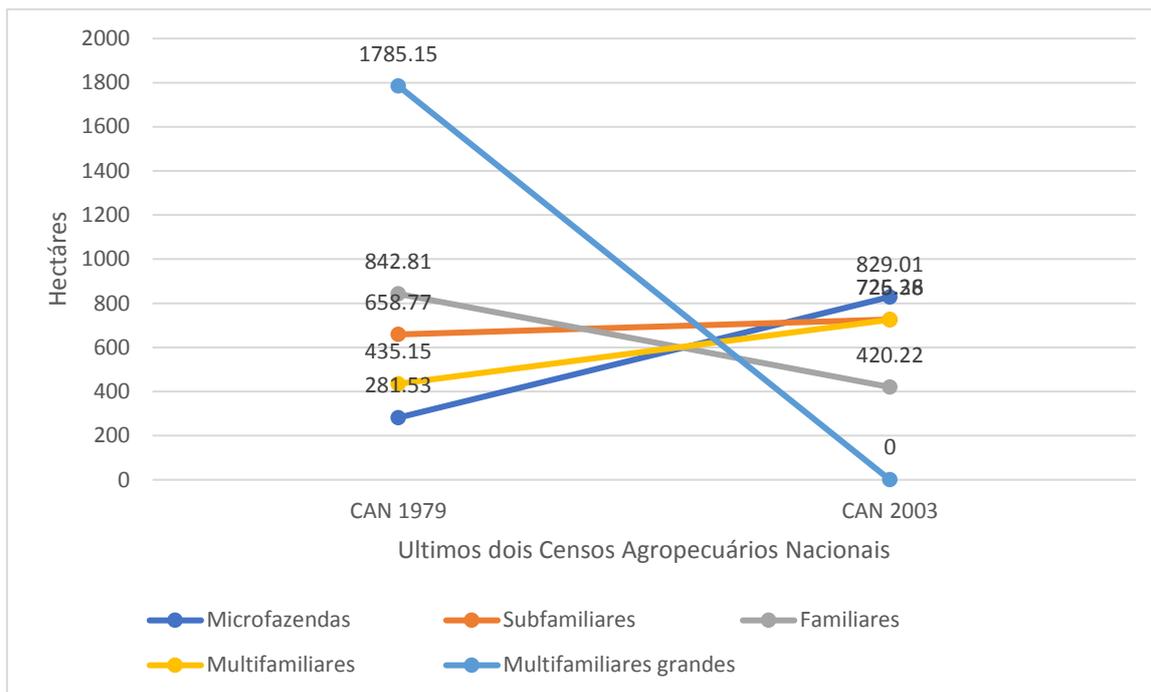


Gráfico 7: Quantidade de ha usados por tipos de fazenda em Patzicía, anos 1979-2003.
Fonte: INE (2003) e LÓPEZ *et al.* (2011).

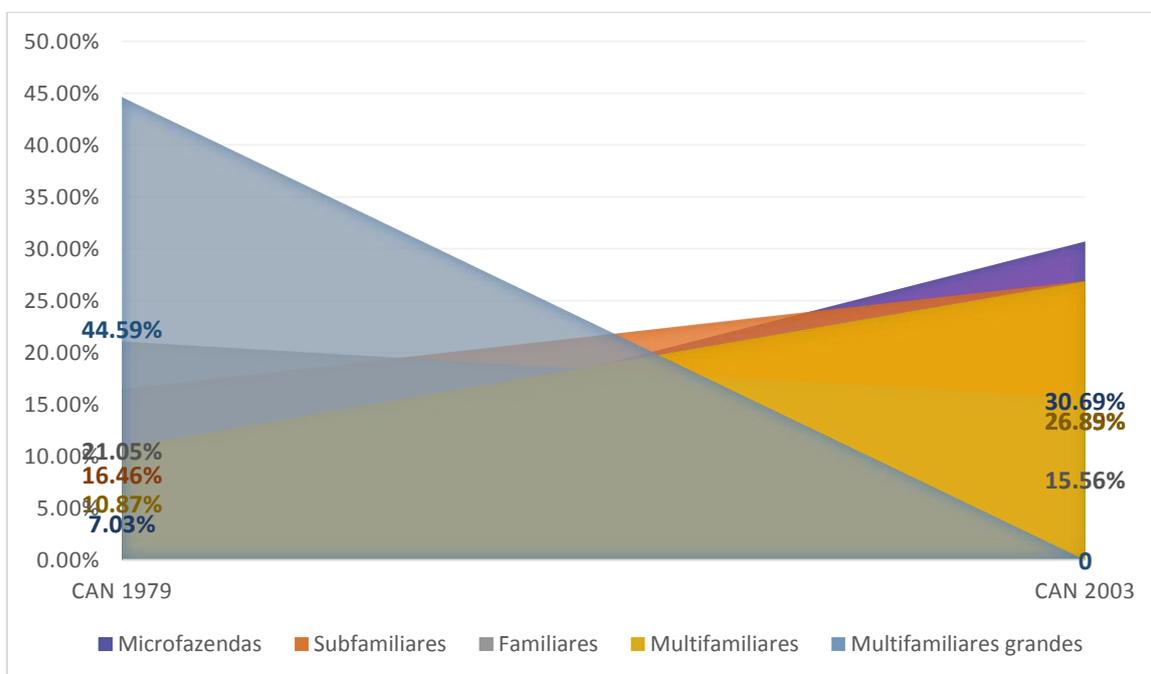


Gráfico 8: Porcentagem da terra ocupada por tipo de fazenda em Patzicía, anos 1979-2003.
Fonte: INE (2004) e LÓPEZ *et al.* (2011).

2.2.1. As terras de Pa ti Sya'¹²²

A partir da emissão das Leis Novas em 1542, e do estabelecimento dos *Pueblos de Indios*, foi dado para cada vila 36 *caballerias* (1.609,2 ha), o *ejido*, cujo centro era a praça. Como já foi dito, a quantidade de terras dadas não correspondia às necessidades, nem com a quantidade de famílias *reduzidas*. Além disso, essa *distribuição* de terras não estava vinculada com as linhagens, *chinamit* e *amaq'*,¹²³ importantes durante toda a época colonial. Patzicía, como vila colonial, foi criada em 1545, acreditamos que com ajuda dos *ajpop* de Iximche'.¹²⁴ Os primeiros habitantes, segundo uma Redenção de Terras de 1818 (AMP, 2.1.4. Paq. 42, 1818, *apud* ESQUIT, 1993, p. 21), foram Seu Pedro Ahpozotzil (*Ajpop Sotz'il*), Seu Juan Ajpozotzil (*Ajpop Sotz'il*) Oselot, Seu Juan Mexia Espan, Seu Jorge Ahpoxahil (*Ajpop Xajil*), Seu Francisco Gabriel Ahpozotzil (*Ajpop Sotz'il*) de Alvarado, Seu Martin Luis e Seu Pedro Soliz.

¹²² Embora não exista um consenso sobre a origem do nome atual do município, acreditamos, a partir do trabalho de campo, que o nome "Patzicía" vem do kaqchikel: *Pa ti Sya'*. "Pa" é um adverbio de lugar que significa "em"; "ti" é um artigo indefinido, também pode ser um adjetivo qualificativo traduzido como "pequeno ou pequena"; e "Sya'" é o nome de um córrego que nasce nas encostas do Monte Soko', e percorre de leste a oeste, ao sul da área urbana do atual Patzicía. *Pa ti Sya'* pode ser traduzido para português como: *No Sya'* (na variante local de kaqchikel). O Rio *Sya'* é importante para a população por causa do que nasce em terras antigamente sagradas do Monte Soko' (atual terra municipal e Floresta Protegida pelo CONAP). No ponto de união com o córrego chamado *Turul* há uma colina na qual existe um local cerimonial de muita importância, segundo podemos supor pelo seu nome: Casco de Tartaruga (*chwa Kök*). Chegamos nessa conclusão pela fonética de "Pa ti Sya'", mais perto do atual nome em espanhol, e pela variante dialetal local do idioma kaqchikel onde é comum se referir com o adjetivo "ti" a lugares, objetos e pessoas, por exemplo na entrevista TC P2C I-E04, nosso interlocutor usou as seguintes expressões misturando kaqchikel e espanhol: "ti lugarcito", "ti lomita", "ti pinito", "ti Warab'äl", "ti Cerro", "ti Cerrito", "ti animalito", "ti alto", "ti paredoncito", "ti lloviznita". Acreditamos que é pouco provável que, como é comumente aceito, *Patzicía* venha do simples *Pa Sya'* (*No Sya'*), embora essa seja a tradução, porque ao fazer trabalho de arquivo fica evidente que na transcrição ao espanhol dos nomes em kaqchikel, nos documentos coloniais e republicanos, a fonética continua a ser muito próxima à fonética original do kaqchikel, isso acontece também com os chamados Textos Indígenas, escritos em versões antigas e não padronizadas das línguas maias. Outra versão é *Pa Tz'i' Ya'*, que poderia se traduzir como: *Cão rodeado por água* ou *Cão de água*, porém, de novo, fica longe da fonética atual, além do que a população kaqchikel local não se identificou com esse nome no século XX, mencionando que foi uma invenção tardia da população que não falava kaqchikel (ESQUIT, 1993). Aliás, é impossível verificar isso (*Cão de água*), porque o pacote que contém essas informações, AMP, 2.3.8, não existe no Arquivo Municipal de Patzicía, além do que são informações tardias, do ano 1958 (p. 21). Por último, mas não menos importante, o gentílico em kaqchikel das pessoas nascidas em Patzicía é *Aj Sya'i'* (As pessoas de Sya'), então é improvável que o nome antigo seja *Pa Tz'i' Ya'*.

¹²³ *Chinamit* foi um grupo patrilinear endógeno, estabelecido em um território de propriedade e uso comum, sob um corpo de crenças e práticas espirituais singulares, o chefe do *chinamit* foi conhecido como *Ajpop*. Os *amaq'*, por outro lado, representam um segundo nível na organização territorial conformado por vários *chinamit*, sob alianças políticas e comerciais.

¹²⁴ Iximche' foi a "capital" do distrito dos *kaqchikel* ocidentais, de 1470 à chegada dos colonizadores em 1524 estava governada por quatro linhagens: os Xajil, os Sotz'il, os Tukucho' e os Aqajal (ou Chajoma'), sob os títulos de *Ajpop Sotz'il*, *Ajpop Xajil*, *K'alel Achi'* e *Ajuchan* (RECINOS, 2007).

Do século XVI ao século XVIII os chefes de linhagens, que as vezes foram *principales*¹²⁵ ou prefeitos das vilas, uniram sua atividade administrativa e política com a recuperação de terras por meios legais e ocupações. Na Colônia, muitas “terras do rei” foram recuperadas¹²⁶ (chamadas de “comunais” pela Coroa) por muitos mecanismos, primeiro, titulando terras em nome de uma linhagem só, e depois, ao lado da crescente identidade comunitária ao redor dos *amaq'*, como causa ou consequência da perda do poder dos chefes das linhagens,¹²⁷ titulando terras em nome das comunidades (Patzicía, Patzún, Tecpán, por exemplo). No começo do século XIX os Principales de Patzicía reivindicavam propriedade sobre mais 167 *caballerías*, ou seja, 7.464.9 ha, porém:

Es importante observar en Patzicía, la dinámica que se presentó durante la mayor parte de la época colonial española sobre este asunto de tierra. Se pueden ver los litigios sobre tierras entre españoles y kaqchikeles, mediciones de tierras para asegurar las propiedades de los pueblos o también litigios entre los mismos pueblos. Dada la colonización de tierras promovida por la corona española, durante la mayor parte de la colonia, podemos mirar a cada momento el establecimiento de los españoles en las tierras realengas cercanas a Patzicía. Esa colonización de tierras daba lugar a que los españoles, como lo manifestaban los documentos, se introdujeran en las tierras comunales ocupadas por los kaqchikeles y hasta en sus ejidos. Tenemos por ejemplo que los kaqchikeles de Patzicía en 1631 pidieron que las autoridades los ampararan en la posesión de sus ejidos en vista de que Baltazar Mejía había ocupado una parte de ellos. [...] los kaqchikeles del pueblo también fueron ocupando tierras realengas y en la oportunidad que se les presentaba, iban haciendo la composición necesaria. Sabemos por ejemplo, que en 1682 los kaqchikeles de Patzicía pedían a las autoridades que les amonjonaran y les titularan sus tierras lo cual les fue concedido. En 1785 en ocasión de que Pedro Ruíz pedía que se le adjudicara las tierras de “Tulucho” [*sic*] los kaqchikeles del pueblo dijeron que ellos tenían más derecho sobre la mencionada propiedad, por lo que pedían una composición de tales tierras a su favor. En 1818 dichos kaqchikeles

¹²⁵ Chama-se de *principales* ao Concelho de Anciãos, como autoridade tradicional, essa instituição chegou até o os primeiros anos do século XX no município.

¹²⁶ Um caso paradigmático da recuperação e reivindicação de terras, na área kaqchikel, pelas linhagens, é o caso dos *Xpantzay*, no litígio de terras com o colono espanhol Francisco de Argueta. Os chefes da linhagem dos *Xpantzay* apresentaram 5 documentos *míticos* e títulos de terras na Real Audiencia de los Confines de Guatemala. A arqueóloga Ivic (2009) escreveu: “Durante los litigios, los indígenas presentaron las historias de sus ancestros, muchas veces acompañadas de mapas con mojones, que originalmente estaban escritos en sus idiomas nativos. Para los procesos legales, estos documentos tuvieron que ser traducidos al castellano [...] De acuerdo con Heinrich Berlin, el expediente se inició a partir de 1658 a petición de los indígenas de Tecpán Guatemala, quienes demandaron al terrateniente español Francisco de Argueta, cuyas posesiones se distribuían entre Tecpán Guatemala, Santa Cruz Balanyá, Patzún y Patzicía [*sic*]. Casi noventa años antes, en 1569, el Presidente de la Audiencia de Guatemala, Francisco Briceño, las había entregado a Alonso Gutiérrez de Monsón [...] Luego de pasar por varios dueños, las tierras fueron adquiridas por Francisco de Argueta, quien introdujo vacas en ellas. Entonces, los indígenas de Tecpán, entre los que se incluyó al Alcalde Pedro López Expanxay, alegaron sus derechos de propiedad sobre las tierras de Argueta, y presentaron sus títulos de tierras, entre ellos *la Historia de los Xpantzay de Tecpán Guatemala*, que incluye mojones o linderos que marcaban la propiedad antes de la llegada de Argueta. El proceso duró por cinco años y, al final, la Audiencia de Guatemala resolvió a favor de Tecpán, restituyéndoles las tierras.” (p. 88, *grifo nosso*).

¹²⁷ Não vamos analisar esse assunto aqui, apenas diremos que do século XVII ao XVIII passou-se da identidade comunal vinculada às linhagens que permaneciam nas vilas de índios, à conformação da identidade comunal vinculada ao *amaq'* ao chegarem os *macehuales* (artesãos, camponeses e soldados livres) ao poder político local, no início do século XVIII.

también pedían la remediación de sus tierras. Podemos observar en todo este contexto que la constante remediación de las tierras del pueblo era a causa de la progresiva ocupación de tierras realengas que hacían los Patzicienses [*sic*] para volverlas comunales.

Junto a lo dicho podemos mirar los litigios entre vecinos. En 1687 los pobladores de Patzicía acusaban a Francisco Santizo de haber usurpado parte de sus tierras comunales [...] en 1818, algunos patzicienses se quejaban contra los dueños de esa misma propiedad [Nicolás de León] por haberse adueñado de una parte de sus tierras comunales. Por último, los litigios entre los mismos pueblos también era un hecho común. En 1672, por ejemplo, Patzicía y Tecpán litigaban entre ellos por sus tierras comunales. (ESQUIT, 1993, pp. 26-27).

Na análise do *Plano de las Tierras del Pueblo de Patzicía y Labores Inmediatas*, de abril de 1818 (AMP, 2.1.5. Paq. 042, 1818), pode-se observar que foi impossível *titular* e/ou conservar as mais de 167 *Caballerías* (7.464,9 ha) a mais que reivindicavam os *principales*. O plano, feito no século XIX com dado do século XVIII, apresenta as terras medidas por causa da reivindicação de terras maiores que o *ejido*, e também maior que a terra disputada entre a comunidade e fazendeiros espanhóis, crioulos e ladinos. Mostra que, ao contrário de aumentar as terras comunais, essas estavam se reduzindo a favor dos grandes proprietários.

Segundo o *Título de Terras* de 1785, em 1749, Seu Pedro Pablo de Arévalo, Subdelegado de Medições de Terras de Chimaltenango, mediu o polígono do Vale de Patzicía, que na época já era maior do que as terras “dadas” pela Coroa, essa era a única área que não estava em disputa; a porção que aparece numerada como 1 no plano (figuras 4 e 5), menor do território reivindicado pelos *principales*, *Alcalde*, *justicias* e *Escribano* no século XIX. A seção número 2 era uma terra realenga medida em meado do século XVIII, o atual estaleiro B’alam Juyu’; o 3 correspondiam à fazenda chamada de La Sierra del Agua (propriedade do Seu Nicolás de León), essa fazenda se estende pelo norte nas terras de do atual município de Patzún, e ainda hoje existe, também conhecida como Molino de la Sierra, mas do lado norte das terras apresentadas no plano; nele pode-se ler “La Sierra del Agua y el Molino”, marcado onde hoje está a área urbana da fazenda; mais tarde voltaremos a falar dela.

A seção com o número 4 corresponde à fazenda Chalabal (Chalab’al), propriedade dos Benavente, que foi estendida sobre parte das terras de Patzicía e para o sul. Atualmente, isso tudo é parte do município de Acatenango, também ainda existe essa fazenda. A seção com o número 5 é o Monte Soko’, que em 1788 foi medido por uma disputa com Seu José Fuentes. E a 6 são as terras de Tululché (Tulül Che’), possuídas pelo espanhol Seu Pedro Ruiz no momento da medição (ESQUIT, 1993)

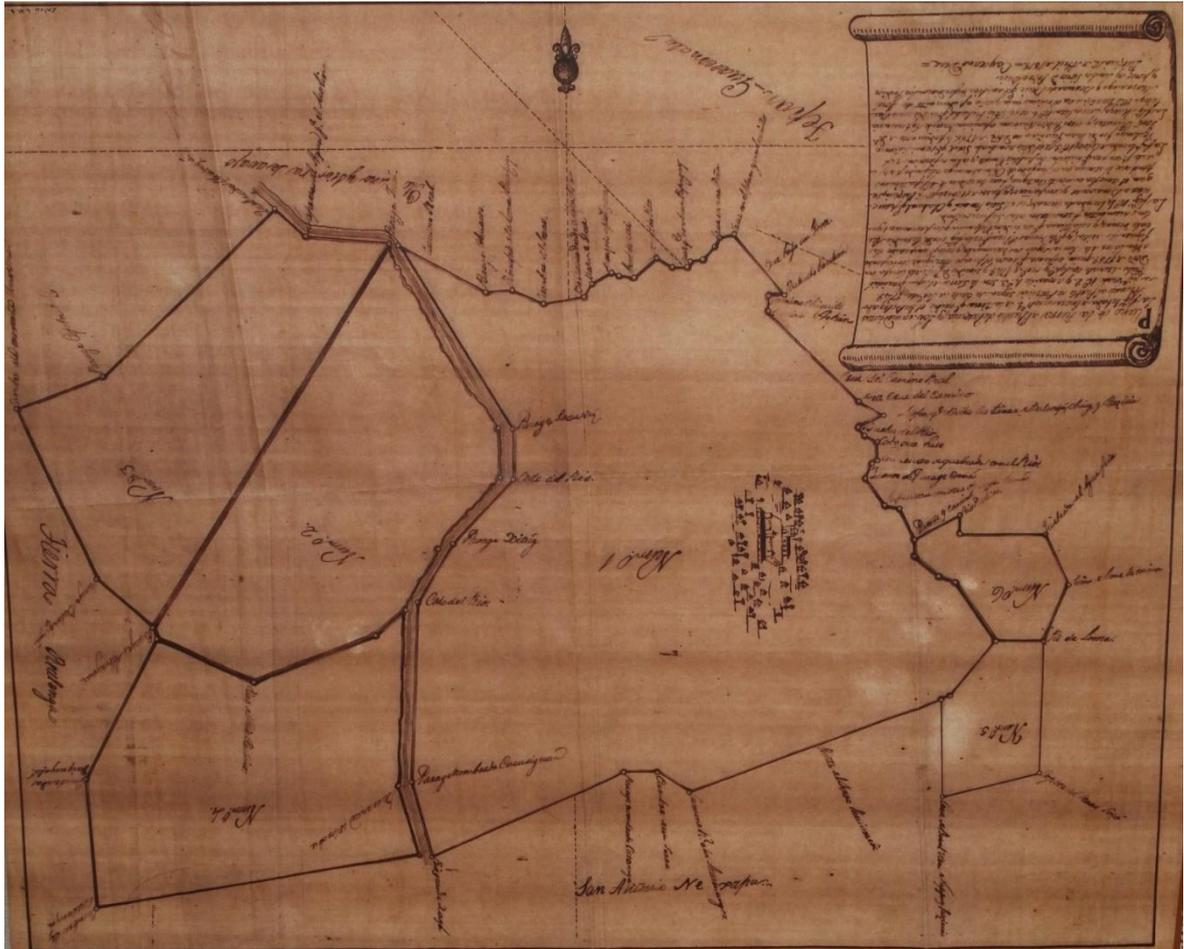


Figura 4: Plano de Terras da Vila de Patzicía e Labores Imediatas, 1818.

Fonte: Biblioteca digital do Prof. Dr. E. Esquit. Original AMP, 2.1.5. Paq. 042, 1818.

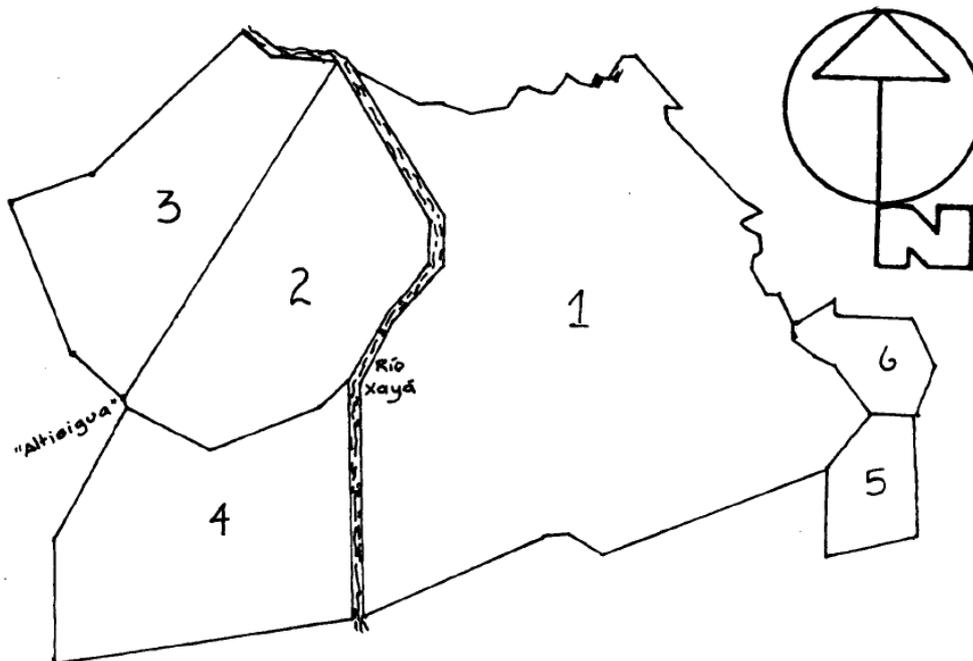


Figura 5: Esboço do Plano de Terras de Patzicía de 1818.

Fonte: Esquit, 1993, p. 28.

No ano de 1869 “a prefeitura e a população de Patzicía” (provavelmente sob comando dos *principales*) reivindicam e solicitam ao Supremo Governo da República da Guatemala o título de propriedade sobre mais de 10.000 ha, segundo nossos cálculos, a partir do plano do século XIX, umas 240 *caballerías*, bem mais que as 167 *caballerías* declaradas pela Direção Geral de Estatística em 1902 (umas 7 vezes maior que o *ejido* colonial). O ofício assinado pelo Ministro de Governação do Supremo Governo da Guatemala daquele ano salienta que, na solicitude de título de terras, os solicitantes anexaram dois documentos, o primeiro é o título de terras de Pachimulin e Pachut (a seção número 2 no plano do século XIX, figura 5), e sobre o segundo, o ofício enfatiza:

el segundo, un testimonio compulsado en diez y nueve de mayo de mil ochocientos treinta y uno, que abraza las diligencias practicadas a solicitud del Pueblo de Patzicía, en mil ochocientos diez y ocho para averiguar sus monjones, operación que no se llevó a cabo por que el comisario Don Cayetano Diaz no quiso acceder a los deseos del Pueblo *que se estendian [sic] a abrazar todo el terreno que poseía en tiempo de la conquista, sin respetar las propiedades vecinas tituladas posteriormente*, aunque se estendió [sic] un informe sobre el particular y levanta un plano para esclarecer la materia [...] A excepción de dicha copia y de dos o tres memoriales de ningún interés, no existe en el archivo de mi cargo los autos originales a que ese refiere los documentos presentados en la segunda pieza; pero los de la primera, es decir, el título del sitio de Pahuit, si obran en dicho registro, y habiéndolo conformado se encontró conforme...¹²⁸ (*grifo nosso*)

Isso representa duas coisas de muita importância. Primeiro, que a terra reivindicada pela comunidade de Patzicía, delimitada no plano do *ejido* do século XIX, com nomes de *parajes* e limites naturais — que ainda conservam o nome — é maior que a declarada e reconhecida pelas instituições coloniais e republicanas. Por exemplo, as terras de B’alam Juyu’ foram “compradas” pelas autoridades de Patzicía até 1812 (ESQUIT, 1993), provavelmente pelo seu reconhecimento como parte das terras do *amaq’*; acreditamos nisso porque nessa floresta existem vários “lugares sagrados” reconhecidos pela população camponesa e indígena local, além do que os sobrenomes das famílias das aldeias próximas (em jurisdição do município de Patzún) são sobrenomes tradicionalmente originários de Patzicía (Xicay e Miculax são extremamente comuns), o que indica um relacionamento colonial entre as pessoas e linhagens de Patzicía e as terras de B’alam Juyu’.

Segundo, que a vinculação das linhagens principais com territórios mais amplos e diversos que o atual território municipal de Patzicía estava bem definido, pelo menos, pelos

¹²⁸ Embora o Título de Terras citado esteja registrado no catalogo do Arquivo Municipal de Patzicía sob o código: AMP, 2.1.5. Paq. 042, o documento citado aqui corresponde a cópia digital do Título de Terras original, que foi perdido ou furtado do AMP. Essa cópia foi digitalizada pelo Professor Dr. Edgar Esquit. Biblioteca digital do Professor Dr. Edgar Esquit. Esses dados são inéditos até o presente trabalho.

dirigentes da comunidade: seja como reconhecimento do território pré-hispânico próprio das linhagens que habitavam Patzicía, isto é, esse era o seu território pré-hispânico. por isso era reivindicado, como cita o ofício de 1869 que diz que procuravam “abraçar todo o *terreno que possuíam em tempos da conquista* sem respeitar as propriedades vizinhas tituladas posteriormente”; seja como reconhecimento do território que foram recuperando durante toda a Colônia, isto é, na época pré-hispânica o território poderia ter sido maior ou menor, porém as terras reconhecidas e reivindicadas em 1869 faziam parte do território simbólico, ou real, ao que tinha acesso ou procuravam ter aceso e controle. E, também é um momento importante no longo processo dialético de roubo e recuperação de terras, que começou com a “redução” em 1542. Não obstante as terras comunais eram pequenas quando comparadas com as reivindicadas por outros *amaq’*, povoados ou vilas importantes da região kaqchikel, como San Martín Jilotepeque, San Juan Comalapa e Patzún, sem falar de outras regiões da Guatemala (ESQUIT, 1993; 2019).

Entretanto, no século XIX, o poder, a centralidade e a memória das linhagens antigas foi “perdida” em Patzicía, a partir do processo de municipalização (criação dos municípios como a única entidade política administrativa a nível local). Nesse processo, as poucas terras comunais restantes de Patzicía, as florestas de Soko’ (260,84 ha) e de B’alam Juyu’ (aproximadamente 178,8 ha, segundo informação do Escritório de Planejamento Ambiental da Prefeitura, e 536,4 ha, segundo os Comitês de Arrendantes e Camponeses que resguardam a floresta),¹²⁹ e as terras de cultivo de Kāman (apenas 13,42 ha, hoje a maior aldeia do município, fundada em 1840) ficaram sob controle do município de Patzicía, além das terras do *ejido* como o território municipal. Porém, em este processo todo, as terras comunais eram em aparência patrimônio da comunidade, mas aproveitado por poucos, na época colonial especialmente pelas linhagens principais (CASTELLANOS CAMBRANES, *apud* ESQUIT, 1993, pp. 53-54), e no começo da titulação da terra; no fim do século XIX, foram tituladas majoritariamente pela elite da época, como aconteceu com as terras do *vale de Patzicía*, chamado em língua kaqchikel como Chwa Taq’aj (*el llano* em espanhol).

¹²⁹ No AMP existiu o título de terras de B’alam Juyu’, mas foram perdidos com todos os pacotes sobre terras municipais e comunais. Também é de comum conhecimento que alguns ex-prefeitos têm vendido árvores e terras do patrimônio municipal (público), e embora acreditamos que alguns desses títulos coloniais de terras estejam resguardados pelos Comitês que protegem as florestas, é possível que as dimensões reais das terras municipais não correspondam com as dimensões registradas nos títulos coloniais. Provavelmente as terras municipais legalmente constituídas são menores que as terras reconhecidas pelas populações camponesas e indígenas. Finalmente, não existe nenhum registro na Prefeitura sobre essas terras, aliás as terras de Soko’ foram medidas até fevereiro de 2020 pela Prefeitura sob direção do Comitê de Arrendantes de Soko’, e planejam fazer a medição de B’alam Juyu’ até dezembro de 2021.

Outro fato importante para conhecer a configuração da distribuição atual da terra é o ingresso dos *ladinos* nas *vilas de índios*. Mesmo com as proibições da Coroa isso aconteceu no começo do século XVIII, porém, eles não tinham nenhum poder político, e ficaram inicialmente sob comando dos *principales*. No decorrer do século, algumas famílias ladinas arrendaram terras que estavam sob controle das autoridades indígenas, ao lado de leis que forçavam o arrendamento de terras comunais como a Lei da Assembleia Legislativa de 26 de agosto de 1829 ou a Lei de 02 de novembro de 1837 (ESQUIT, 1993). E, no final do século, quando adquirem certo poder político, eles (os ladinos) acreditaram no seu direito de propriedade privada sobre as terras arrendadas às comunidades indígenas. Esse foi o começo da grande propriedade fundiária em Patzicía (e nos outros municípios do altiplano central com presença importante de famílias ladinas). Com a chegada do século XIX e do projeto liberal ladino,¹³⁰ que colocou nas mãos das famílias ladinas ricas o poder local, conseguem legitimidade principalmente a partir do Decreto 170, ou Lei de Redenção de Censos de 1877.

Com o Decreto 170, o governo Liberal excluiu a enfiteuses a favor de mãos privadas¹³¹ e estipulava, nos artigos 6 e 7, a criação de listados dos posseiros de terras para legalizar a propriedade. O Arquivo Municipal de Patzicía — AMP,¹³² 2.2.13, Paq. 43, contém o registro dos títulos que representam a conformação da grande propriedade fundiária a partir do roubo legalizado das terras comunais e *ejidales*, e da divisão em pequenas parcelas entre a população indígena, sancionado pelo decreto. No fim do século XIX apenas seis proprietários podiam se considerar grandes proprietários (mais de 1 *caballería* ou 44,7 ha), nenhum deles indígena.

Em Patzicía em 1884,¹³³ segundo os *livros de protocolo de título de propriedade* mais antigos preservados ainda no AMP, a maior propriedade titulada em nome de um indígena foi de 32,5 mz, ou seja 22,43 ha, propriedade do Seu Francisco Ajuchán. Enquanto Dona Lorenza Porras, uma ladina, titula 520 *cuerdas*, ou seja, 58,15 ha, que arrendava às autoridades indígenas

¹³⁰ Chamamos de “projeto liberal ladino” porque foi explicitamente excludente em relação à população indígena, vista apenas como mão de obra barata. Isso explica como foram beneficiados os ladinos acima dos indígenas ao dar-lhes o poder local das prefeituras, além de serem os ladinos usados como grupo mediador entre a elite crioula e mestiça latifundiária e as populações indígenas.

¹³¹ Segundo dados do Arquivo Geral de Protocolos da CSJ em Esquit (1993), os grandes proprietários de Patzicía que pediram redenção de terras em 1878 foram: Agustín Alvarez, Apolinario de la Cruz, Catalino Salazar e Domingo de la Cruz. E em 1881 Manuel Turcios, Pedro Quiñonez e Isaac Aguirre.

¹³² O Arquivo Municipal de Patzicía foi resgatado e organizado em 1994 pelo Instituto de Investigações Históricas, Antropológicas e Arqueológicas da Escola de História, USAC. Porém, por causa do abandono do AMP pela prefeitura vários arquivos importantes do século XVIII foram perdidos e/ou extraídos do arquivo. Em 2007 o AMP foi resgatado de novo pela Associação Comunitária Kaqjay, e em 2010 estudantes do *Department of Central American and Transborder Studies, California State University, Northridge*, colaboraram na preservação.

¹³³ De 1871 a 1883, na Guatemala toda, o Estado tinha vendido aproximadamente 392.756,32 ha de terra sem título de propriedade, aproximadamente 3,6% da área total do país (YASHAR, 1997).

desde 1854 (AMP, 2.1.5, Paq. 43, 1884), terras chamadas de “Potrero de las Laderas”.¹³⁴ Ao ser colocada a terra no mercado, essa propriedade chegou em meado do século XX a 4 *caballerías*, ou seja 178,8 ha, três vezes maior da extensão original, como propriedade do Seu José Escobar; em 1976 foi parcelada e vendida aos *rancheros* (colonos) e camponeses do município, fazendo surgir a aldeia San Lorenzo (Entrevista: TC P2C I-E04).

A família Escobar foi uma das mais ricas do município, em 1948 Seu José Escobar era proprietário, além da fazenda San Lorenzo, da fazenda Panapac, e Dona Josefa de Escobar, provavelmente sua esposa, era proprietária das fazendas: Pacoc, Maxaxén, Sanabaj e La Ladrillera, esta última contigua à fazenda San Lorenzo. No documento citado, além das seis fazendas nomeadas, foram registradas mais duas, tituladas em nome dos Escobar, El Chuluc (atualmente uma aldeia do mesmo nome) e San José (AMP, 2.2.13, Paq. 129, 1948).

É importante salientar que, com exceção da *finca* La Sierra, que pertenceu durante os primeiros anos do século XX à família Sosa (592,66 ha ou 5.300 *cuerdas*), provavelmente nenhuma dessas fazendas, individualmente, nem nenhuma das restantes 45 grandes propriedades registradas em Patzicía em 1948 (individualmente), superava os 268,2 ha no ano de 1950, porque se assim fosse teriam sido desapropriadas pela Reforma Agrária de 1952 (PÉREZ, *et al.* 1991; AMP, 2.2.13, Paq. 129, 1954; AMP, 2.2.13 Paq. 186, 1953).¹³⁵ Porém, naquele momento Seu José Escobar era proprietário de aproximadamente 337,93 ha (3.022 *cuerdas*). Muitos dos proprietários dessas *fincas* possuíam também *fincas* em outros municípios de Chimaltenango, principalmente Acatenango (terreno propicio para o cultivo de café), até em outros departamentos, por exemplo, os Álvarez e os Godoy no fim do século XIX.

No século XX é possível ver que os proprietários das terras, das *fincas* que se conformaram no fim do século XIX, já tinham mudado. Isso pode-se explicar ao entender que a terra ingressou ao mercado naquele momento. Contudo, desde os arredamentos forçosos, com os primeiros governos liberais, no município existiu a venda do direito de uso ou posse das terras entre grandes e pequenos “proprietários” (índios e ladinos indistintamente), que podiam se revender, herdar, hipotecar, litigar e roubar. O fazendeiro José María Álvarez foi uma das

¹³⁴ A maior propriedade titulada no contexto do Decreto 170 em Patzicía foi a propriedade do Seu Nazário Godoy (72,68 ha), nas terras chamadas de Pacaño (ESQUIT, 1993). Essa fazenda (hoje 10 ha maior) ainda existe, embora os proprietários mudaram várias vezes.

¹³⁵ Em carta enviada no dia 11 de dezembro de 1954 (seis meses depois do Golpe de Estado) à Junta Agrária, Departamental de Chimaltenango, o vereador da Prefeitura de Patzicía escreveu: “Las fincas [...] propiedad de la Municipalidad de Patzicía [*sic*], desde hace muchísimos años, fueron denunciadas por campesinos, gracias a maniobras comunistas, tratando de ganar adeptos entre el campesinado” (AMP, Paq. 129, 1954).

peessoas que mais se beneficiou desse sistema, tinha terras em Patzicía, Nejapa e em San Andrés Itzapa (ESQUIT, 1993, p. 55-56).¹³⁶

O século XIX e a primeira parte do XX foram os séculos de transformação da propriedade e uso da terra. Como salienta o professor Esquit:

El proceso de apropiación privada de la tierra comunal [...] se produjo en un tiempo largo que abarcó los siglos XIX y XX. Durante el siglo XIX, muchos municipios del altiplano occidental, principalmente los de Huehuetenango y Quiché, conservaron la propiedad colectiva sobre la tierra que habían poseído en la época colonial. Fue la Reforma Liberal de finales del siglo XIX la que obligó a los indígenas, muchas veces de manera violenta, a despojarse de este bien para establecer poco a poco la propiedad privada sobre la tierra, que quedó en manos de ladinos, *indígenas de las élites* y finqueros extranjeros. En los municipios del altiplano central y occidental, las tierras comunales empezaron a ser desestructuradas desde mediados del siglo XVIII. A pesar de que durante todo el siglo XIX se habló de tierras comunales en los municipios del altiplano central, muchas de las tierras en realidad ya estaban bajo el control individual de indígenas y ladinos. [...]

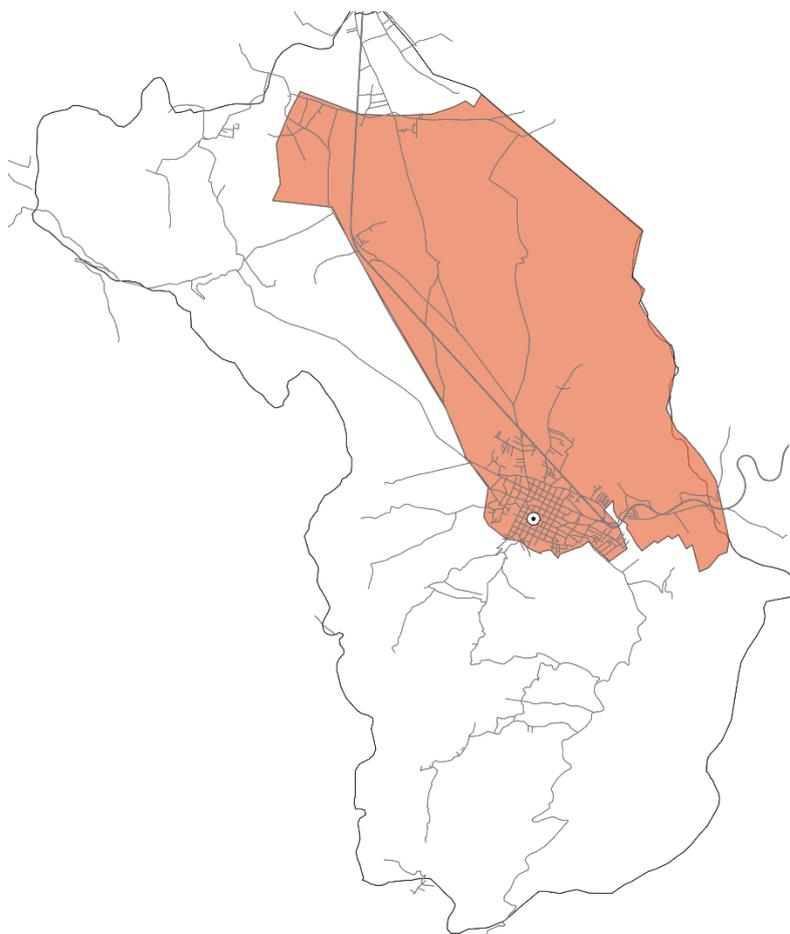
En la primera parte del siglo XIX, algunos miembros de las elites ladinas de los pueblos del altiplano chimalteco, aprovechando su control sobre la municipalidad, se apropiaron de las tierras comunales al denunciarlas como baldías, aun si en ellas había población indígena que las usaba de manera permanente. Este procedimiento trajo muchos alegatos a nivel local, pero la mayoría de los ladinos lograron tomar en propiedad las tierras denunciadas. [...]

Aunque tuvo diferentes características según cada lugar la transformación que produjo la Reforma Liberal atravesó de manera impactante la vida de los mayas. Muchos pueblos que tenían tierras en la boca costa, un espacio adecuado para el cultivo de café, las perdieron, pues dichas propiedades pasaron a las manos de personas guatemaltecas y extranjeras que empezaron a cultivar el grano en las fincas que establecieron. También afloraron conflictos con finqueros, y la violencia resultante se presentó como asaltos, destrucción de monjones, robos e incendios. Cuando los finqueros tuvieron dificultades para obtener tierras, ellos mismos atacaron a sus vecinos ladinos e indígenas pequeños propietarios, quienes les hicieron lo mismo a los finqueros cuando se vieron agredidos. (ESQUIT, 2019, pp. 42-44, *grifo nosso*)

A conformação da propriedade privada começou no século XVIII, a partir do usufruto — sob autorização dos *principales* — de parcelas das terras comunais e *ejidales*, por camponeses (ladinos e indígenas) e fazendeiros. Enquanto à população camponesa indígena, os *principales* outorgaram “testamentos” de terras para as famílias usufrutuárias; que mais tarde, no século XIX, foram considerados como “simples papéis” sem valor nenhum legal pelos liberais (Entrevista: TC P3E IV-E02). Essa foi a base dos títulos de propriedade individual no fim do século XIX. Aliás, desde as leis da Assembleia Legislativa de 26 de agosto de 1829 os

¹³⁶ No texto a seguir, apresenta-se um caso de litígio por esses direitos de uso: “...Mara Santizo alegaba propiedad en 1846 sobre las 40 cuerdas de tierra que poseían los kaqchikeles Mario y Manuel Alonso. Dicha señora decía tener el “título” antiguo, escrito en idioma kaqchikel, de más de cien años de antigüedad en donde constaba que la familia de los Alonso [...] había vendido dichas tierras ubicadas en el lugar llamado Chiché, a Antonio Álvarez tío del padre de Santizo [...]. Uno de los testigos del caso dijo que el terreno de Chiché lo poseían los Alonso desde hacía cincuenta años, que jamás habían sabido que Antonio Álvarez tuviera derecho sobre dichas tierras.” (ESQUIT, 1993, p. 56).

ciudadãos do município (ou seja, na época apenas os indígenas e os espanhóis) tinham o direito do usufruto dos *ejidos* sem pagar nenhum cânon. Naquele momento o uso das terras já era privativo, embora sem posse privada legalmente estabelecida, isso significou o acesso à terra de forma desigual. Até dentro da população indígena houve algumas poucas pessoas com posse de terra considerável face a maioria das famílias camponesas com terra insuficiente e sem-terra (AMP, 2.2.13, Paq. 43,1881-1890).



Cartograma 2: Planície de Patzicía, *Chwa Taq'aj* ou *El Llano*.

Fonte: Organizado por Tocón-Ajsivinac, a partir de dados de campo 2021.

Resultado muito interessante, ao fazer trabalho de arquivo no AMP, que as terras de cultivo da época colonial, ou seja, a planície de Patzicía, terra ideal para o cultivo de milho, foram parceladas principalmente entre a população camponesa indígena, e as terras, marginas na Colônia (das margens da planície), no sul do ejido, baixando pela Boca-costa, e na bacia do

Rio Xayá (que percorre de norte ao sul e serve de limite entre os atuais Patzicía e Patzún), foram tituladas como grandes propriedades em nome da nova elite proprietária local ladina, a partir do arrendamento de terras menores às tituladas. Muitas dessas terras ao sul eram aptas para o cultivo de café. Enquanto as terras da planície são as principalmente exploradas hoje na produção de hortaliças para o mercado, virando as mais caras do departamento todo (ver Capítulo 1, itens 1.2 e 1.3).

No que segue, traduzimos de kaqchikel para português um testamento de terras do ano de 1812 sobre as terras de cultivo na planície de Patzicía, provavelmente de um Principal, ou chefe de linhagem, Seu Andrés Xobín. Toponímias antigas aparecem nele, além de apresentar uma relação espiritual e sagrada com a terra e o entorno, que é bem mais profunda e vai muito além da aparente parafernália cristã e, aliás, refere-se à concepção sagrada dos espíritos e dos ancestrais, apresentados com o sincretismo religioso colonial:

Jesus, Maria e José. Em nome de Deus o pai, o filho de Deus, Espírito Santo. Nós agradecemos, amém, Jesus. E aqui o dia 1º. Nesta data de abril no ano de 1812. Eu dei aqui, na sua frente, meu conselho. Eu, Andrés Xobín, uma vez que eu vou te dizer, aqui na frente do Senhor Deus e na frente da nossa Santa Mãe Maria; acreditem, eu carrego a palavra de Deus. Assim seja, amém Jesus. O lote aqui pertence ao meu pai São Lucas, uma vez meu filho está aqui. Eu dei ele, em suas mãos, em seu nome, aqui a esposa dele Maria Män apenas uma vez levou, o que fizemos bem diante de Deus, grande Senhor, que não vão perturbá-lo. Eu só uma vez tive a autorização do governador, eu dei a dez pessoas um peso do valor nas mãos dos *justicias*, diante do meu filho Vicente com meu neto José Maria, que eles recebam com meu filho. É a coisa certa que se fazer diante de Deus. Aqui um pedaço de terra na frente dos Ciprestes, entre a água, na costa da terra de São Marinho. Entra-se e sai-se na costa do Saqkab'i Ya'. Aqui está um Tzob'aj no limite da vila, no limite da terra de São Diego, que tem dois donos, meu pai São Lucas. Aqui está outro pedaço de terra em Chwa Ta'qaj¹³⁷ atrás da terra de Gregorio Gómez; há também um pedaço de dezoito *cuerdas*,¹³⁸ estão ao lado da estrada, também na costa da terra de São Jorge. Há outro pedaço de terra na costa de Santa Teresa, vinte e seis *cuerdas*.¹³⁹ Aqui, tem oito *cuerdas*, na encosta da terra de São Bernabé, a terra do meu pai São Lucas. Há outro pedaço em Tzikib'al Ya' na encosta da terra de Santa Elena, e no limite da terra de São Gaspar. Também há trinta e cinco *cuerdas*.¹⁴⁰ em Chwa Kòk, na encosta da terra de Antonio Cujcuj. Só essas são minhas palavras (só aqui termino minhas palavras), meu conselho diante de Deus, o grande Senhor, na frente de vocês minhas testemunhas. Diante de mim. Aqui está meu irmão Martín Xobín e também meu pai Lucas Xobín, também o Senhor Governador Seu Martín Mututz, também o Primeiro Prefeito Bartolomé Muj, também o notório Mestre Isidro Alonso. *Escribano*.¹⁴¹

¹³⁷ Chwa Ta'qaj é traducida para espanhol como *el llano* (o plano), refere-se à planície de Patzicía.

¹³⁸ Aproximadamente 2 ha.

¹³⁹ Aproximadamente 2,90 ha.

¹⁴⁰ Aproximadamente 3,91 ha.

¹⁴¹ Tradução para português feita pelo autor, a partir do texto paleografado e escrito em kaqchikel padrão moderno por Esquit (KAQJAY, 2018).

A concentração da terra em Patzicía, e nos municípios de altiplano central e ocidental da Guatemala, consolidou-se na primeira metade do século XX, como já vimos com o caso das terras da família Escobar.¹⁴² Por outro lado, no século XVIII os camponeses ladinos já tinham um peso importante em Patzicía, essa população permaneceu nas terras marginais do leste e nas fazendas de espanhóis e crioulos que cercavam o povoado, como colonos. Existiu um enclave importante no atual município de Zaragoza, município que foi separado de Patzicía em 1769, nas terras da fazenda Tuluché; no vale de Durazno, terras marginais, atualmente parte do município de Itzapa (RODAS e ESQUIT, 1997); e nas terras chamadas de El Sitán, ou seja, nas margens da fazenda Tuluché ou Tululché (Tulül Che'), agora uma aldeia do mesmo nome. Todas essas vilas ao leste de Patzicía. Esquit (1993) registra que 53 famílias “moravam no vale da Sierra del Agua” no extremo norte de Patzicía, seguramente como colonos da fazenda La Sierra, e na periferia ao lado da Caminho Real que comunica Patzicía e Patzún.

É a partir das Leis Municipais de 1839 que se permite o ingresso legal da população ladina às vilas de índios. Esse é o momento em que vários ladinos ricos provenientes de Antigua, Quetzaltenango e Chiapas (México) incorporam-se ao município a partir de arrendamentos de terras à comunidade indígena. Por outro lado, no século XX uma quantidade significativa de camponeses e artesãos ladinos já habitava no atual bairro El Calvário, principalmente emigrantes de Tulül Ché (RODAS e ESQUIT, 1997).

Segundo dados em Rodas e Esquit (1997), em meados do século XX, 3.561,22 ha (31.847 *cuerdas*) correspondiam ao total das terras agrícolas do município. Na época existiam 46 grandes propriedades registradas na Prefeitura, e 39 dessas propriedades estavam tituladas em nome de 20 famílias de ladinos ricos com poder e influência na política local (AMP, 2.2.13, Paq. 129, 1948), que ingressaram no município no começo do século XIX. Os autores também identificam que, a partir do ingresso das terras no mercado, durante a primeira metade do século XX, as 19 maiores propriedades chegaram a ter entre 89,45 e 1.341,7 ha (p. 42), antes de 1944. Para 1930, os 31 maiores proprietários acaparavam 93% da terra (p. 165). Sobre os títulos de propriedade no final do século XIX, que pudessem nos falar em pormenor da conformação da

¹⁴² Em entrevista com o historiador Esquit sobre a configuração da distribuição atual da terra em Patzicía, ele salienta: “[Por ejemplo] los ladinos que estaban gobernando a principios del siglo XIX [en Tecpán] hacían una especie de “tierra arrasada”, es decir, quemaban las casas de alguna gente que vivían en las aldeas, no había aldeas exactamente en ese tiempo, pero en esas comunidades dispersas, a veces quemaron sembrados, quemaron casas, para echar a la gente y entonces decir que esas eran tierras baldías. Prácticamente para los ladinos de los pueblos, todas esas tierras fueron tierras baldías porque la ley los amparaba [para el robo legalizado de tierras]. [...] durante la primera mitad del siglo XIX [las élites ladinas] logran echar a muchos indígenas de sus tierras e hicieron documentos en la municipalidad para afirmar la propiedad que tenían sobre ciertas tierras” (Entrevista: TC P3E IV-E02).

grande propriedade, não existe muitos dados porque os pacotes do AMP, 2.1.5, sobre Patrimônio, que continham essas informações, junto com os pacotes sobre a propriedade comunal e municipal desde o século XVIII: Paq. 042 dos anos 1789-1927, Paq. 010 ano 1893 e Paq. 011 dos anos 1894-1898, não existem no AMP.

A metade do século XX é determinante na história de Patzicía. Entre muitas outras transformações que não podemos aprofundar aqui, marcamos apenas dois. Primeiro, o Massacre de Patzicía de 1944, um conflito étnico político (RODAS e EQUIT, 1997),¹⁴³ transforma a dinâmica de tenência e uso da terra quando indígenas e ladinos (principalmente camponeses indígenas) fogem do centro povoado de Patzicía, por medo das represálias de ambos os lados. Os camponeses indígenas, e alguns proprietários ladinos, que fogem e perdem suas terras no local, acontece, então, uma *reordenação* da posse e acesso à terra (HERRERA, *et al.* 2004).¹⁴⁴ Por exemplo, naquele momento, com a população que nunca voltou, conforma-se as aldeias camponesas do sul de Patzicía nas ravinas e vale pluvial do Rio Xayá: Pahuit Bajo, que posteriormente vira simplesmente Pahuit (Pa Wit) ao se reassentar fora das ravinas, e Santa María Cerro Alto que se separa de Pahuit em 1984 (Entrevistas: TC P1A GF; TC P1B p).

E segundo, a partir das transformações da Revolução de 1944, conformam-se vilas e aldeias, como consequência da Reforma Agrária. Um caso paradigmático em Patzicía é a aldeia Las Parcelas no norte do município, fundada em 1956. Essa comunidade camponesa surge como resposta dos fazendeiros à pressão dos camponeses organizados nos CAL. Os proprietários da época da *finca* La Sierra — a família oligarca Castillo Love tinha comprado a fazenda aos Sosa —, com medo das “invasões” de camponeses nas fazendas e da desapropriação de terras naqueles anos, dá terras aos *rancheros* (colonos) da sua fazenda; 28,98 ha (42 mz) para 22 famílias, ou seja 1,32 ha para cada família. A *finca* La Sierra atualmente ocupa 625,8 ha (14 *caballerías*), entre os municípios de Patzicía e Patzún, no vale do Rio Xayá (Entrevista: TC P4G I-E05). Na consolidação da concentração de terra no começo do século

¹⁴³ Sobre os problemas políticos no âmbito local, os autores escreveram: “la clausura de todos los espacios de participación pudo haber exacerbado el ánimo de muchos kaqchikeles, y pudo haber sido uno de los detonantes de la violencia que vivió el pueblo nueve años después de la instauración del régimen de intendentes [...]. El único motivo por el que dentro del sistema del regidor hubieran [*sic*] espacios para indígenas era para administrar las tierras municipales y dirigir las “agarradas” [trabajo forzado en las fincas]”, desse modo o problema da administração local assumiu um caráter étnico-político (RODAS e ESQUIT, 1997, pp. 72-73).

¹⁴⁴ Herrera *et al.* (2004, p. 22) escrevem: “A partir de entonces en Patzicía se han llevado a cabo dos redistribuciones agrarias indirectas significativas. La primera de ellas se concretizó en 1944, debido al terror por la violencia desatada que se expresó en la matanza de Patzicía y la migración masiva de los propietarios. fundamentalmente ladinos, hacia la capital. Estos vendieron la tierra o la dejaron arrendada o abandonada, lo que posibilitó el acceso a esta por parte de los campesinos patzicienses.”

XX foi a maior propriedade particular, herança colonial, e atualmente continua a ser a maior propriedade particular no município.

Para finalizar, um fato que marcou o processo de luta pela terra no município durante o fim do século XIX e a primeira metade do século XX, e que marcou os acontecimentos de outubro de 1944 no município, foi a transferência de 178,8 ha (4 *caballerías*) de terras de Nejapa, uma comunidade camponesa ao sul, feita pelo presidente Justo Rufino Barrios em 1881 à Prefeitura de Patzicía, para distribuí-la entre a população como demonstração de deferência à comunidade onde aconteceu o começo da Reforma Liberal com a assinatura da Ata de Patzicía (3 de junho de 1871). Segundo o vereador de 1885, era para ser distribuí-la em lotes de 2,8 ha (25 *cuerdas*), porém, em 1887, alguns dos grandes proprietários se apropriaram de quantidades maiores, em prejuízo dos camponeses (ESQUIT, 1993, p. 64). Isso gerou confrontos e rancores entre a população indígena e mestiça, porque foi o prefeito indígena (da instituição paralela da Prefeitura Indígena), Seu Hipólito Guoz, e não o prefeito ladino (da Prefeitura oficial), quem recebeu ao geral Barrios em 3 de junho de 1871. Em 1880, essas terras passaram sob controle definitivo dos grandes proprietários.¹⁴⁵

¹⁴⁵ “En abril de 1877 un grupo de kaqchikeles del pueblo envió un escrito al Presidente de la República en donde manifestaban que ellos eran los dueños del terreno que el General Barrios había otorgado al pueblo en años anteriores, pero debido a que no habían podido pagar los costos de medición la “municipalidad ladina” había mandado dividir el terreno en lotes y los había otorgado a los vecinos que pagaran cinco pesos por lote. [...] La municipalidad informó lo siguiente “es del todo falso que el expresidente Barrios haya cedido a la parcialidad indígena tales terrenos, sino a los vecinos ladinos que se la pidieron”. Continuaba diciendo el informe que los gastos realizados en la medición de las tierras lo [sic] habían pagado los mestizos y que ellos poseían las tierras quieta y pacíficamente desde 1880. En esta razón los kaqchikeles, según opinión de la municipalidad, ni habían sido beneficiados con ninguna concesión de tierras por parte de Barrios” (ESQUIT, 1993, p. 64).

2.3. As parcelas camponesas face à agricultura capitalista

A transformação e atualização capitalista do uso e acesso camponês à terra começou bem mais cedo nos municípios do altiplano central chimalteco (Chimaltenango, San Andrés Itzapa, Zaragoza, Santa Cruz Balanyá, Tecpán, Patzún e Patzicía), que em outras regiões da Guatemala. Além do que — especialmente estes municípios —, foram desde a Colônia “um território para os colonizadores”, usados como um espaço de abastecimento de bens e força de trabalho (ESQUIT, 2021) para a cidade de *Santiago de los Caballeros de Guatemala* (a capital do Reino da Guatemala) e dos grandes proprietários de *Corregimiento del Valle de Guatemala* (ver cartograma 1).

Na maioria dos municípios rurais, indígenas e camponeses, do norte e ocidente da Guatemala, as *transformações capitalistas comunais e locais* começaram no final da década de 1970, com a repressão e a violência perpetrados pela ditadura militar, principalmente nos governos do General Romeo Lucas García (1978-1982) e o General Efraín Ríos Montt (1982-1983), a partir do controle militar do território. Porém, todas essas modificações, embora com menos intensidade, aconteceram no município de Patzicía desde meados do século XX, a partir dos acontecimentos de outubro de 1944. E só foram reforçados na década de 1980, como visto.

Em Patzicía, nas décadas de 1960 e 1970, quando mudou a matriz produtiva local (da produção em pequenas parcelas para o autoconsumo à produção agrícola não tradicional para o mercado), a relação minifúndios-terra também mudou.

2.3.1. O uso do solo em Patzicía

No ano de 2020, os maiores volumes de produção agrícola no município corresponderam a repolho, cenoura e alface. Segundo dados de ASODAGPA, para o ano agrícola 2019, a produção foi aproximadamente de: 87.566.000,00 kg de repolho, 36.972.000,00 kg de cenoura e 41.512.770,00 kg de alface. Porém, esses dados estão muito por abaixo da realidade porque não contemplam aos produtores não associados, nem os camponeses e pequenos produtores que eventualmente cultivam essas hortaliças, e também não aos pequenos produtores associados que transportam seus produtos em transporte coletivo, nos ônibus que vão para a CENMA.

O cálculo foi feito a partir da colheita diária. Por exemplo, nos dias de mercado em CENMA (segunda-feira, quarta-feira, sexta-feira e domingos), são colhidos e transportados 6.000 fardos de repolho cada dia, e 3.000 o resto dos dias (terça-feira, quinta-feira e sábado);

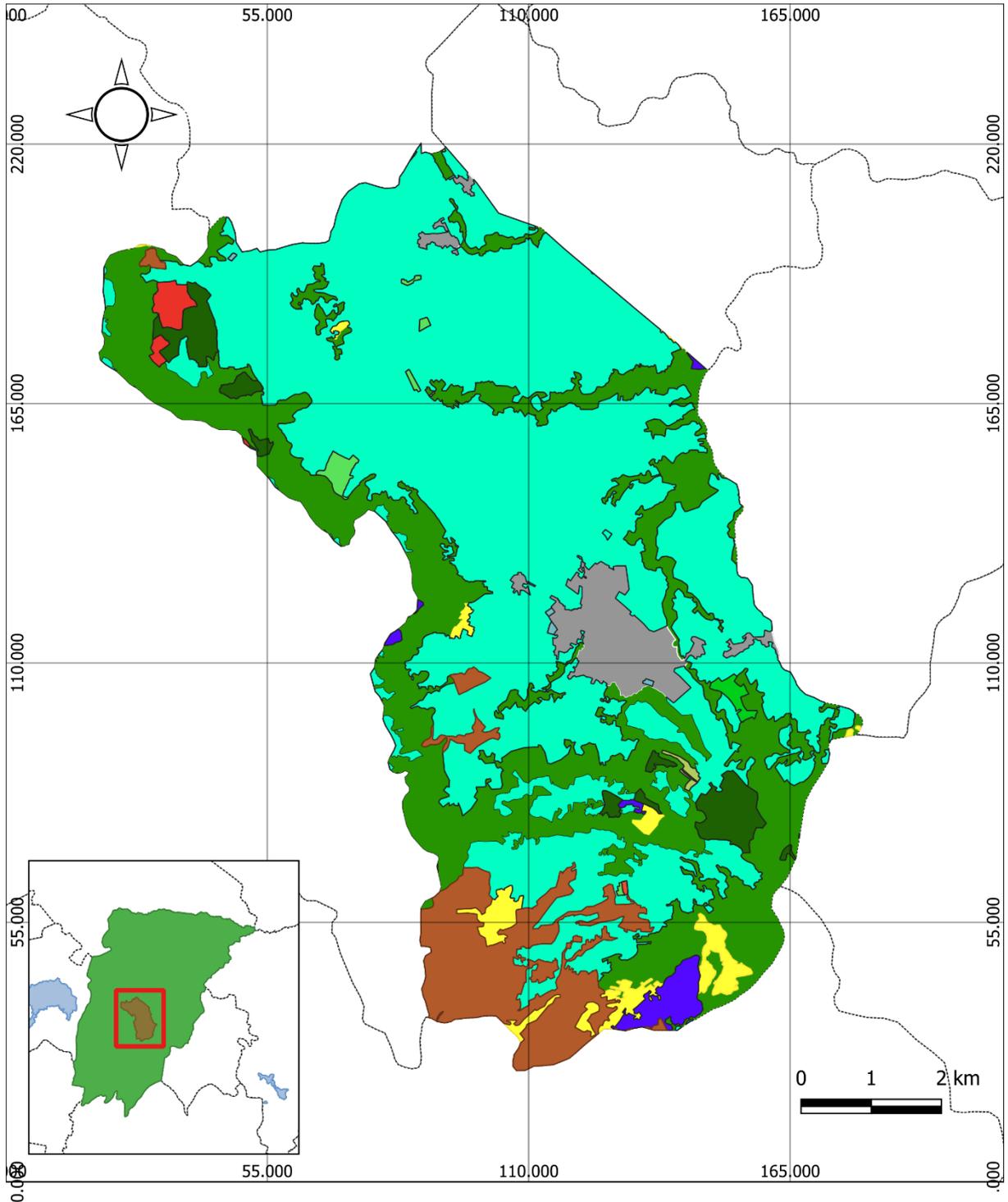
cada fardo tem um peso aproximado de 51,02 kg. 1 *cuerva* (1.118,23 mts²) produz 300 fardos a cada 3,5 meses, então, em média são necessários 1.68 ha cada dia durante todo o ano, ou seja, uns 178,28 ha (1.593,82 *cuervas*) ao ano para suprir a demanda do mercado. Na produção de cenoura são necessários uns 111,63 ha (997,97 *cuervas*) por ano, e na produção de alface uns 143,78 ha (1.285,39 *cuervas*) ao ano. Isso quer dizer que é necessária a disponibilidade de umas 3.877,09 *cuerva* por ano só na produção dessas três culturas da ASODAGPA, umas 433,63 ha ocupadas permanentemente durante o ano.

	Segund a-feira	terça- feira	quarta- feira	quinta- feira	sexta- feira	sábado	domingo	Total anual 2019, em kg
Repolho	306.120,0	153.060,0	306.120,0	153.060,0	306.120,0	153.060,0	306.120,0	87.566.000,0
Cenoura	129.300,0	64.650,0	129.300,0	64.650,0	129.300,0	64.650,0	129.300,0	36.972.000,0
Alface	172.400,0	86.200,0	172.400,0	86.200,0	129.300,0	86.200,0	172.400,0	41.512.770,0

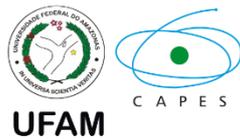
Tabela 6: Volumes de produção semanal dos três maiores produtos agrícolas de ASODAGPA, ano 2019.
Fonte: ASODAGPA, trabalho de campo 2021.

Segundo o presidente da ASODAGPA, em Patzicía há aproximadamente 5.000 produtores individuais, 2.000 deles associados a ASODAGPA (desde 2013 a Associação deixou de aceitar membros). Desses, uns 500 poderiam se considerar *comerciantes*, e 1.000 se considerar grandes produtores, todos produtores de hortaliças. Na mesma entrevista nosso interlocutor também disse que nos “dias de mercado” (segunda-feira, quarta-feira, sexta-feira e domingo) saem do município com “verduras várias”, 20 caminhões grandes, 80 caminhões levianos e 15 ônibus (Entrevista: TC P3E II-E01) relacionados a ASODAGPA.

Por outro lado, sem estatísticas oficiais atualizadas é difícil calcular a ocupação agrícola do solo hoje no município. Porém, a partir da análise do *Mapa de bosques y uso de la tierra 2012* e do *Mapa de cambios en uso de la tierra 2001-2010* — COBUSOT, do *Grupo interinstitucional de monitoreo de bosques y uso de la tierra* — GIMBOT e MAGA (2014), se pode afirmar que o solo no município de Patzicía está ocupado assim: abacate (1,30 ha), floresta mista (3.051,46 ha), café (1.834,70 ha), cana de açúcar (41,17 ha), conífera (181,28 ha), frutíferas decíduas (27,79 ha), milho e feijão ou “grãos básicos” (190,76 ha), floresta latifoliada (7,0 ha), hortaliças (9.503,88 ha), pasto natural (16,07 ha), tecido urbano contínuo (251,40 ha) e arbustos baixos (118,87 ha). A continuação se apresenta o mapa do uso do solo em Patzicía para ilustrar isso.



Uso do solo em Patzicía



Datum: WGS84
Fonte de dados: IGN (2021); Mapa de mudanças no uso da terra COBUSOT, MAGA e GIMBOT (2010).
Organização: Eddy Tocón-Ajsivinac.
Elaborado em agosto 2021.

Legenda

- | | | |
|----------------|---------------------|------------------------|
| Abacate | Conífera | Pasto natural |
| Floresta mista | Frutíferas decíduas | Tecido urbano contínuo |
| Café | Grãos básicos | Arbustos baixos |
| Cana de açúcar | Latifoliado | |
| | Hortaliças | |

Mapa 9: Uso do solo em Patzicía
Fonte: Elaborado por Tocón Ajsivinac a partir do Mapa de mudanças no uso da terra COBUSOT, MAGA e GIMBOT (2010).

Por outro lado, as parcelas camponesas são marginais e de baixa produtividade em relação à agricultura capitalista (horticultura) que *possui* as “melhores” terras do município. Ou seja, “devido à alta produtividade que torna desejáveis certas terras em Patzicía, os camponeses que agem sozinhos não têm acesso à terra ou terra de qualidade” (TOCÓN-AJSIVINAC, 2018, p. 88). As terras da Planície de Patzicía (Chwa Taq’aj) são as mais produtivas, os altos volumes de produção não são por acaso, o solo, a humidade, a altitude e o clima, ao lado dos insumos e do trabalho intensivo favorecem esses volumes. Aliás, essas terras usadas na agricultura desde o período Clássico Maia (250–900 d. C.), mesmo desde o período Pré-Clássico Maia (1000 a. C. — 250 d. C), foram modificadas, por séculos de trabalho, para a agricultura desde a época pré-hispânica.

Mas, desde que a terra ingressou no mercado, e especialmente desde a intensificação dos processos de monopolização do território, que geraram *kulaks* dentre das fileiras dos camponeses próprios, a maioria das famílias camponesas pobres foram empurrado às terras marginais das comunidades rurais e às terras municipais como arrendantes, ver, por exemplo, as terras ocupadas com grãos básicos no mapa 9, essas é produção camponesa.

As terras de Patzicía viraram as terras mais caras do altiplano de Chimaltenango, por exemplo, enquanto o arrendamento anual de 1 *cuerda* (1.118,23 mts²) pode chegar a USD 193,58 na Planície de Patzicía, no município de Zaragoza (município vizinho) o arrendamento de 1 *cuerda* é de apenas USD 38,72 anual, e, por exemplo, na aldeia Santa Maria Cerro Alto, USD 51,62. Soma-se isso aos altos preços da terra no mercado (que pode chegar a custar mais de USD 12.000 1 *cuerda*), e à falta de poder de compra do camponês (o dia de trabalho agrícola no município em média é de USD 7,64).

Assim a *terra de trabalho* está sendo sufocada face ao avanço da *terra de negócio*. Neste contexto de distribuição desigual de terras, abastecê-las no mercado é, no mínimo, difícil. Shanin (1976, p. 23) salientava: “la provisión de tierra en el mercado es muy limitada e inflexible en términos del mismo mercado, o totalmente nula”. Além do que terra apresenta o fenômeno da pulverização, em primeiro lugar devido ao crescimento demográfico natural da família; mas, neste caso, o acesso à terra é difícil porque é o mercado que, em última instância, determina a oferta desse meio de produção (TOCÓN-AJSIVINAC, 2018). A expansão do uso da terra para hortaliças, embora desde a década de 1970 não elimine as culturas tradicionais, a base de formas alimentares e culturais, sim modificou a posse e acesso à terra, seu uso e a concepção do seu uso, e minou a capacidade produtiva das unidades camponesas.

2.4. Posse, propriedade e uso da terra em Patzicía

Neste Capítulo procuramos responder às seguintes perguntas secundárias: *Como a configuração (histórica) da distribuição da terra afeta a organização espacial camponesa no município?* e *Quais fatores favorecem a mercantilização da terra e como isso afeta na produção e reprodução camponesa?* Na análise da terra e território camponês, partimos da proposição teórica de Paulino, que salienta que a terra em disputa gera o território, e que o acesso à terra equivale ao acesso à partilha da riqueza.

Em Patzicía encontramos uma realidade altamente complexa, à divisão analítica clássica da agricultura, entre camponeses, proletários rurais, e latifundiários somam-se os agricultores que chamamos de *kulaks* como uma das transformações da agricultura guatemalteca, apenas como abstração analítica, mas que não podem ser inclusos dentro de nenhuma outra das categorias clássicas. Isso gera uma nova forma de relação com a terra como meios de produção no nível local. Esse *novo* elemento visível, e relativamente desenvolvido hoje, é o resultado da exacerbação da desigualdade social local, a partir do desenvolvimento da monopolização do território pelo capital, que teve sua origem na década de 1960, e que como projeto político-econômico (oligárquico-burguês) apenas procurava atualizar as relações sociais sem mudá-las, nem estabelecer relações realmente novas ou diferentes.

Sobre a configuração histórica da distribuição da terra, e como isso determina a organização espacial camponesa local, podemos dizer que essa configuração da terra respondeu ao processo histórico da necessidade de acumulação e *produção* de capital do sistema capitalista mundial ascendente no século XVI. Assim, tanto a burguesia mercante europeia quanto a oligarquia “nacional” conseguiram acumular riqueza em dinheiro a partir do sistema feudal-colonial e do comércio pré-capitalista e, depois, através de alianças de classes (nacionais e mundiais), foram construídas formações capitalistas “nacionais” que foram integradas como enclaves territoriais do capitalismo a um sistema capitalista mundial, nos séculos XIX e XX. Na cena nacional o camponês foi *recriado* desde a recriação e manutenção do sistema minifúndio-latifúndio, no qual o minifúndio suportou todo o peso do desenvolvimento do latifúndio. E na cena local se viveu um processo de luta pela terra que tomou diversos caracteres segundo as ferramentas disponíveis em cada período histórico, legais e/ou ilegais, tanto no *roubo* quanto na *recuperação* de terras.

Enquanto à mercantilização da terra, esse processo teve várias etapas ao lado da modernização da propriedade privada da terra. Porém, o que é de maior interesse para nossa pesquisa é a criação do mercado de terras (o que chamamos aqui de “reforma agrária via

mercado”) que, junto com o intenso processo *de monopolização do território pelo capital* no município, fizeram praticamente impossível o provisão camponês de terra pelo mercado. E sobre como isso afeta à produção e reprodução camponesa, achamos principalmente dois processos: por um lado, quando a unidade camponesa já esgotou toda possibilidade, dentro desse contexto, de acesso à terra, ela entra em um ciclo de autoconsumo (minifundização do minifúndio) e sobrevivência que lhe impede viabilizar projetos políticos de transformação material da sua condição camponesa, nesse momento a tendência é a decomposição camponesa na que acabaria por virar proletário ao se “liberar da terra”. E por outro lado, quando a unidade camponesa consegue, de qualquer jeito, acessar terra o suficiente para a reprodução social da unidade camponesa acontecem processos mais dinâmicos de territorialização que incluem o reforço da consciência de classe e, no caso da Guatemala, até reforço da consciência étnica.

Mas, outros elementos intervêm na dinamização da produção e reprodução camponesa, nesse contexto de privatização do Estado onde não existe política pública agrária de nenhum tipo focada nos camponeses (como será visto no capítulo a seguir), que tem mais a ver com as características próprias do modo de vida e da classe camponesa enquanto classe social pré-capitalista, que com elementos incorporados com o capitalismo (por exemplo, consumo produtivo ou cadeias de valor etc.). É o uso e acesso diverso ao entorno e à *paisagem*. Ou seja, a unidade camponesa quanto mais diversa seu entorno natural e comunal acesso, mais diversa sua concepção desse entorno natural e social, e maior seus esforços pela conservação dos laços comunitária e do ecossistema. Eis o ecologismo camponês que, na maioria das vezes, acha-se enterrado sob relações capitalistas de produção, mas que no fundo representa uma potencialidade do uso sustentável e produtivo dos recursos naturais e do solo.

O acesso camponês à terra é bem mais profundo que a discussão aqui apresentada, por exemplo, a dimensão econômica que não era possível desenvolver em pormenor nessa pesquisa, mas da que falamos no primeiro capítulo (1.2 e 1.3), e a mais importante, acreditamos, relacionada intimamente à econômica, é a liberdade e autonomia que significa possuir seu próprio meio de produção (terra) sob a racionalidade camponesa de *terra de trabalho*, o que explica ao mesmo tempo a *resistência* e a *rebeldia camponesa* face, praticamente, a qualquer ordem social que atente contra essa autonomia ou contra essa forma de ordenamento espacial e social doméstico. Porém, a *distribuição* capitalista dos meios de produção, o provisão dos meios de produção e qualquer outro recurso via mercado impede a organização camponesa plena da produção e reprodução social.

Nesse contexto local e mundial descrito, depois de tentar responder às perguntas sobre como se apresenta a posse, propriedade, acesso e uso da terra camponesa, e sobre as dinâmicas

loais da unidade camponesa (Capítulo 1), só queda, seguindo nossos objetivos de pesquisa, identificar como o Estado, como mais um ator territorial determinante na sociedade de classes, arbitra os processos de territorialização, desde a ação e/ou a omissão, e a relação de papel desse Estado nos processos de territorialização concreta camponesa em Patzicía. Mas, também como estão acontecendo processos de luta resistência e territorialização camponesa no município.

CAPÍTULO 3

TERRA EM DISPUTA: MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL E TERRITÓRIO-REDE CAMPONÊS

O território, enquanto produto das relações sociais de produção, pode ser criado e destruído ciclicamente (SOUZA, 1995; 2018), pois representa a terra em disputa; e essa disputa também acontece nas dimensões representativas e/ou simbólicas. Se entendemos que o território é indissociável das relações políticas (RAFFESTIN, 1993; SACK, 1986), os aparatos políticos do sujeito que domina o território são determinantes na conformação desse território, bem como nos processos de territorialização subalternos (nesse caso, camponeses). Assim, entendemos que o Estado, enquanto mediador dos conflitos agrários e de interesses na sociedade de classes (PAULINO, 2012), ordena o território segundo as necessidades de dominação da classe que o dirige. E, através do seu aparato político-jurídico, o Estado guatemalteco construiu uma narrativa única (capitalista) do *território nacional*, fisicamente delimitado e fortemente controlado. Paulino, sobre as políticas públicas salienta:

Em última análise, os mesmos revelam posturas de classe, cujos desdobramentos podem ser verificados na realidade, nos avanços e recuos que marcam o processo de territorialização. Enfim, essa dinâmica reflete-se no caráter contraditório desses programas que, por sua vez, refletem a história daqueles que os idealizaram e os instituíram.

Contudo, o Estado não é um, bloco monolítico, mas a materialização do poder que se constrói no jogo de interesses divergentes e forças sociais contrárias que, circunstancialmente, não se encontram apartadas territorialmente. Assim, as políticas públicas não devem ser entendidas como concessões a essa ou aquela classe, mas como termômetro do seu respectivo gradiente de força, que acaba sinalizando para diferentes intervenções... (PAULINO, 2012, p. 303)

A partir dos resultados da pesquisa podemos afirmar que as declarações de Paulino são válidas para o caso da Guatemala. Assim, também entendemos que os processos territoriais desde o sujeito dominante, nesse caso, o Estado oligárquico-burguês militarizado (YASHAR, 1997) expressa sua relação de poder através do *direito*. As territorializações oligárquico-burguesas acham-se implícitas nas leis do Estado, que desenham o escopo do Estado e as intenções de limites físicos e sociais para pessoas, recursos e fenômenos dentro do território. Acreditamos que é possível identificar os processos de territorialização e interesse de controle espacial do Estado (como mais um ator no território) ao identificar os limites que as leis impõem sobre o uso e controle do território; o *direito* expressa a intenção de controle sobre o território e coletividades, enquanto desenha os seus contornos limítrofes.

3.1. Processo de privatização da terra e mudanças no uso do território: política pública, terra municipal e comunidade camponesa

A partir de 1871 o Estado da Guatemala concentrou o poder político, e assumiu um papel ativo no controle social e econômico, permitindo o desenvolvimento do capitalismo agrário, através de promover a concentração da terra e regulação do trabalho semiescravo. Yashar (1997) salienta que o Estado liberal na Guatemala, pela sua característica coercitiva militar, conformou-se sob autonomia, quer dizer, a oligarquia latifundiária e a burguesia não foram independentes economicamente do Estado, entretanto dependeram extremadamente do seu aparato burocrático-repressivo para controlar e regular a força de trabalho, a concentração da terra e a construção de instituições financeiras.¹⁴⁶ A autora explica que o papel do Estado inicialmente ajudou a agudizar a rivalidade entre as elites proprietárias de terra e camponeses e trabalhadores rurais; e acabaria por tornar em rivais à maior parte da sociedade e o Estado.

3.1.1. Terra e força de trabalho cativas: decreto 170 e 177¹⁴⁷

O primeiro grande momento na política agrária do Estado moderno da Guatemala está baseado principalmente nos Decretos 170 ou *Ley de Redención de Censos*, e o Decreto 177 ou *Ley de Jornaleros*, ambos do ano 1877. O Decreto 170 estabeleceu as bases jurídicas da modernização liberal da propriedade, ou seja, dá sustento legal à propriedade individual da terra, e ao ingresso no mercado da terra — como mercadoria — e, conseqüentemente, à concentração da terra, sem função social, cultural nem ambiental, como já vimos nos capítulos anteriores. Esse o ponto de partida da propriedade privada da terra a partir do qual o Estado ingressa diretamente na vida comunitária camponesa, junto com a criação de Instituições e outras leis. E, embora não destruiu a vida comunitária nem a propriedade comunal colonial da terra por completo, começa erodi-la se apoiando em outros processos jurídicos.

¹⁴⁶ Yashar (1997) salienta que por causa da militarização do poder, os grandes produtores de café, durante o período liberal, eram completamente dependentes do aparato burocrático do Estado, e dos seus poderosos ditadores: Barrios (1873-1885), Estrada Cabrera (1898-1920) e Ubico (1931-1944). Embora os ditadores fizessem parte da classe proprietária, as elites como grupos coesos participaram menos na organização política e econômica da república do que em outras repúblicas da América Central, virando uma oligarquia economicamente poderosa, mas politicamente débil. Por exemplo, Ubico proibiu todo tipo de organização cívica ou popular, incluindo as organizações elitistas dos grandes proprietários.

¹⁴⁷ Decretos disponíveis em Recopilación de Las leyes emitidas por el Gobierno Democrático de la República de Guatemala, Tomo II. <https://archive.org/details/recopilacinde02unseguat/page/n5/mode/2up>

Se o Decreto 170 pode parecer uma tentativa reformista de modernização liberal da propriedade da terra, o Decreto 177 estabelece as bases jurídicas do trabalho servil e da semiescravidão. O decreto estabelece o trabalho nas fazendas por dívida, legaliza e regulariza o colonato e estabelece o poder, uma quase propriedade, dos fazendeiros sobre os colonos¹⁴⁸ e diaristas. O decreto também estabelece como autoridades competentes no cumprimento da lei e na *facilitação* da entrega de diaristas a: Chefes Políticos, Governadores, Prefeitos Municipais, Juízes de Paz, Juízes Preventivos e Prefeitos Auxiliares. Essa era a hierarquia do poder Estatal nos municípios e nas comunidades camponesas, e desencadeou um amplo aparato repressivo que começava com os grandes proprietários que *solicitavam* “mandamento de diaristas” ao Chefe Político (uma espécie de Governador Provincial), até chegar aos Prefeitos Auxiliares, que no caso de Patzicía, como em muitos outros municípios do altiplano, eram indígenas camponeses, às vezes esses utilizavam a violência nas *agarradas*.¹⁴⁹ O fazendeiro podia até solicitar a permanência de um Prefeito Auxiliar para controlar aos trabalhadores dentro da propriedade particular.

A Lei, sem consideração nenhuma, e com claro racismo e classismo, estabeleceu a servidão dos trabalhadores rurais, onde os fazendeiros podiam dispor deles como se fossem da sua propriedade. No Art. 32 da lei pode-se ler: “Cuando sean comprendidos en un mandamiento jornaleros habilitados por otro patrón, este tiene el *derecho de reclamarlos* y la autoridad está en la *obligación de entregarlos...*” (*grifo nosso*); o Art. 33 diz: “El jornalero habilitado que sea separado de un mandamiento para *entregarlo* á su patrón, deberá devolver á la autoridad la habilitación que hubiese recibido, ya sea para habilitar con ella otro jornalero en su lugar ó ya para *devolverla* al dueño del mandamiento.” (*grifo nosso*). E o Art. 38 Subseção 5 estabelece: “Autorizar á los dueños de las fincas que ofrezcan las garantías convenientes para que tengan una *pieza de encierro* para asegurar á cualquiera que cometa un delito ó falta, mientras se pone a disposición de la autoridad...” (*grifo nosso*). Por último, o decreto também obrigava aos diaristas carregarem um caderno para acompanhar seu trabalho nas fazendas, *La libreta de jornaleros*. Isso assegurou o controle da terra, e como consequência, a provisão e controle da força de trabalho.

Ao redor dessas leis foram implementadas outras muitas, como o Código Fiscal (Decreto 263) de 1881, que regulava a cobrança de impostos e as despesas nacionais, dentro do

¹⁴⁸ O surgimento do colonato aconteceu, na maioria das vezes, com a chegada dos trabalhadores rurais sem-teto às fazendas, através do sistema de dívida por trabalho, ficando amarrados as fazendas para o resto da sua vida.

¹⁴⁹ Em português “pegar”, refere-se ao momento em que os funcionários do município tiveram que pegar aos diaristas para enviá-los aos trabalhos forçados nas fazendas.

contexto de expansão da produção de café, e que serviu como lei que beneficiava a conformação da grande propriedade privada da terra e da agricultura de exportação. Também foram importantes para esses objetivos o Decretos 483 ou Lei Agrária, que é uma primeira lei de agrimensura e sobre terras devolutas; e o Decreto 243 ou Lei de Serviço dos Trabalhadores, ambos de 1894, que procuravam preencher os vazios legais do Código Civil e dos decretos 170 e 177, onde se estabeleceram os procedimentos administrativos não contemplados e as normativas de apropriação *legal* dos *ejidos* municipais.

3.1.1.1. A retórica de modernização: decretos 1996, 1974 e 1786

Na década de 1930 a legislação sobre o trabalho forçado apresenta uma retórica modernizante, a partir do Decreto 1996 ou *Ley Contra la Vagancia* que, no fundo, cria uma forma sistemática e mais barata de controlar a força de trabalho, ao determinar arbitrariamente quem era considerado “vadio”. O decreto, do ano 1934, publicado em língua kaqchikel um ano depois, estipulava que — dentre outros indivíduos — não era considerado *vadio* quem: (1) cultivasse pelo menos 3 *manzanas* (2,07 ha) de café, cana de açúcar ou tabaco; (2) quem cultivasse 2,07 ha de milho de duas colheitas por ano em *terra quente*; ou (3) quem cultivasse em *terra fria* 2,76 ha de milho, trigo, batata, hortaliças etc. O camponês que cultivasse áreas menores, para não ser considerado *vadio* tinha que trabalhar obrigatoriamente 100 dias por ano em uma *finca* de café ou açúcar, o diarista e o camponês sem-terra era obrigado a trabalhar 150 dias por ano. Esse decreto se seguiu ao Decreto 1995, do mesmo ano, que aboliu as *habilitações*, mas apenas para sistematizar melhor o trabalho servil com o Decreto 1996.

Se as *habilitações* (pagamentos adiantados) eram apenas uma desculpa para forçar o trabalho (através da dívida), a mão de obra, a partir de 1933, foi gratuita para os trabalhos públicos de infraestrutura rodoviária, que beneficiavam diretamente aos grandes produtores de café e banana, produção que representava mais de 90% dos ingressos das exportações da Guatemala na década de 1920 (YASHAR, 1997). Isso foi conseguido com o Decreto 1974 ou *Ley de Vialidad*. O decreto estabelecia que todo *homem apto* estava obrigado a trabalhar duas semanas por ano na construção e manutenção das rodovias. Foi o Ministério de Agricultura a entidade governamental que regulamentou a lei.

Como se fosse pouco, outra das leis que se destacam é o Decreto 1816, do ano de 1932, anterior às duas leis mencionadas. Essa lei legalizou o assassinato; deu o direito aos proprietários de portar armas e assassinar *jornaleros* dentro das propriedades privadas sob desculpa da defesa da propriedade.

Por último, o Decreto 1786 ou Lei Regulamentar para Obras de Agrimensura, do ano 1936, ainda vigente, além de estabelecer os procedimentos topográficos e de agrimensura, estabelece os procedimentos administrativos a serem seguidos no repensar e execução de medidas judiciais, como apoio à Lei Agrária. Basicamente, essa foi a política agrária das ditaduras liberais, que não apenas legalizava, mas naturalizava a subordinação dos camponeses e trabalhadores rurais à oligarquia e aos ladinos grandes proprietários (ESQUIT, 2019, p. 49).

3.1.2. Reforma e Contrarreforma: decreto 900 e 1551

A Reforma Agrária começou com o Decreto 712 ou Lei de Arrendamento Forçado, do ano 1949. A lei forçou aos proprietários arrendar terras ociosas sob pagamento de 10% da produção (em espécie) dos arrendatários, e o Decreto 853 reformou o arrendamento forçado, baixando o pagamento a 5%. Se apoiando nesses decretos, em 1952 o Decreto 900 ou Lei de Reforma Agrária foi a primeira lei na Guatemala que estabeleceu a função social da terra, desde o Estado sob controle de uma elite progressista. O objetivo foi redistribuir terras de propriedades privadas e públicas ociosas, com produtividade e extensão adequada para camponeses. Porém, a partir da derrubada do governo de Árbenz Guzmán foi criado o *Consejo de Planificación Económica* — CNPE, sob orientação do Banco Mundial e da *International Cooperation Administration* — ICA, do governo dos EUA. O CNPE criou a Direção Geral de Assuntos Agrários — DGAA, a partir do Decreto 31 do ano 1954, e posteriormente com apoio legal do Decreto 559 do ano 1956, ambos procuravam desmantelar os efeitos do Decreto 900 (ver Capítulo 1, ponto 1.1.3).

No município de Patzicía os decretos 712 e 853 foram os únicos do processo de Reforma Agrária a ter algum tipo de repercussão nas comunidades camponesas. No AMP existem expedientes onde ficam registradas as solicitudes dos camponeses de arrendamentos forçados, e renovação do arrendamento forçado, nas grandes propriedades privadas do município (AMP, 2.2.13, Paq. 186, 1953).

Em 1962, o Decreto 1551 ou Lei de Transformação Agrária criou o Instituto de Transformação Agrária — INTA, que por sua vez substituiu a DGAA. A partir dessa lei foi institucionalizada a política de colonização de terras nacionais e a privatização das terras devolutas. Assim, foi desenvolvido um sistema e uma política agrária que não iria entrar em conflito nem impedir a grande concentração de terra. Essa lei apoiou-se no Código Civil de 1963, aprofundando a dependência dos assuntos agrários ao Direito Civil, reduzindo a *legislação agrária* à legislação de bens imóveis.

A desarticulação da noção de propriedade comunal¹⁵⁰ (embora *produto* colonial-oligárquico, mas apropriado e ressignificado pelos camponeses e comunidades indígenas), como um processo longo liberal consegue alguns êxitos no altiplano central — e em Patzicía — com as modificações dos governos revolucionários a partir de 1944, principalmente após as modificações no sistema laboral e nos direitos cidadãos individuais, como os de participação política, durante o período do liberalismo democrático.¹⁵¹ A regularização do trabalho com a emissão do Código de Trabalho de 1947 (embora o trabalho forçoso não tenha sido totalmente abolido); a introdução dos partidos políticos; o voto universal só para homens; e a *Ley de Municipalidades*, Decreto 226 de 1946, que criou as prefeituras no sentido moderno, concedendo-lhes autonomia, modificaram a organização rural tradicional, enquanto a ideologia da cidadania e o individualismo liberal estavam ganhando terreno dentro das comunidades rurais e camponesas. Grandin (2007, p. 674 *apud* ESQUIT, 2019, p. 71) salienta que embora a introdução massiva dos partidos políticos na vida rural tenha trazido alterações na política local (alteração na política local que controlava a terra), também os partidos políticos contribuíram na conformação de comunidades agrárias, das ligas camponesas, das federações de trabalhadores e dos CAL, que foram a base da Reforma Agrária. A organização social (a nova e a antiga)¹⁵² ao lado da política agrária progressista do governo (embora burguês) outorgaram melhores condições de vida para os camponeses e trabalhadores rurais, como resultado desse gradiente de forças (PAULINO, 2012).

¹⁵⁰ Segundo trabalho de campo, embora a *propriedade comunal* da terra tenha começado ser desarticulada a partir da privatização da terra desde a Reforma Liberal (1871), a noção da *terra comunal* no altiplano central não foi destruída até a introdução da ideologia burguesa da cidadania de direitos individuais, que em municípios como Patzicía aconteceu na década de 1960, e em municípios distantes da Cidade da Guatemala na década 1980. Em Patzicía, apesar de não existir *terras comunais* para 1944, ainda existia a noção de *terra comunal* como pode-se ver nos conflitos daquele ano. Não acontece o mesmo no altiplano ocidental e também não no norte, onde ainda existem terras de uso comunais.

¹⁵¹ Para diferenciar a política do primeiro período liberal republicano da política dos dez anos da Revolução (1944-1954), chamamos este de *período liberal democrático*, fazendo a diferença do *período liberal autoritário* (1871-1944).

¹⁵² Queremos deixar claro que a organização social camponesa, rural e indígena não foi exclusiva dessa época, nem surgiu naqueles anos, o que aconteceu foi o surgimento de plataformas organizativas próprias das democracias burguesas, como o sindicato, o partido etc. Entretanto, a organização camponesa, indígena e dos trabalhadores rurais, a resistência, e a luta tem existido, para nossos interesses e objetivos de pesquisa, desde o contato com os peninsulares em 1524. E essa organização, resistência e luta tem sido dinâmica e plural com um projeto político claro: o controle da terra e o território; e com dimensão de classe. No processo histórico e com o desenvolvimento contraditório do capital, a organização de classe (camponesa) tem persistido (se imbricado com identidades étnicas diversas) desde a conformação do campesinato na Guatemala, até hoje. A existência de burguesias e pequenas burguesias indígenas, proprietários indígenas e, nos últimos 30 anos, de produtores capitalistas agrícolas indígenas, nos faz insistir nas complexidades da sociedade guatemalteca, mas principalmente nos faz insistir na análise e estudo do *campesinato* (como abstração das ciências sociais), sem adjetivos, porém com características particulares e, principalmente, como categoria histórica.

A Reforma Agrária, como política de governo, procurava o desenvolvimento das relações capitalistas no campo a partir da destruição do trabalho servil, da redistribuição de terras entre camponeses e trabalhadores rurais, e da introdução de novos métodos e tecnologias na agricultura, e créditos. Nesse processo foram combinadas formas distintas de posse (latifúndio, minifúndio, individual e comunal), acesso (adjudicação, arrendamento, expropriação, *invasão* etc.) e uso (subsistência, mercantil, capitalista etc.) da terra, no qual o Estado foi um ator importante.

Ao acontecer a contrarrevolução em 1954, foram estabelecidos os limites da revolução e da Reforma Agrária, e a partir desse momento a oligarquia, os grandes proprietários e a burguesia conservadora (sob comando do Estado militarizado) dirigem uma modernização conservadora. Porém, naquele período existiu ainda a entrega de terras aos camponeses e comunidades indígenas pelo Estado através do INTA, que foi um híbrido entre reforma agrária e colonização de terras devolutas.

A economia na Guatemala, de 1960 a começos da década de 1970, manteve a vigência do modelo econômico onde o Estado tinha um papel central, como continuação da intervenção do Estado (1944-1954) na integração do mercado, na industrialização, e na inversão social. Porém, em meados da década de 1970, o modelo muda para um modelo “*mercado-centrico*”, de mercado externo (INFANTE, 2011, p. 68). Mas, a partir do ajuste estrutural, consequência da liberalização da economia mundial, ou *mercantilização do Estado*, e principalmente da experiência estadunidense de crescimento econômico, expande-se na América Latina a ideia do que a participação na economia mundial era a única opção viável para atingir o desenvolvimento. Em Patzicía, a participação da agricultura no mercado mundial começou na década de 1960 (HERRERA, *et al.*, 2004), através de um processo de inovação técnica patrocinado inicialmente pelo Estado; como parte da *Alianza para el Progreso*; esse foi o plano estratégico dos EUA para América Latina na década de 1960, que buscava repelir o “comunismo” por meio do combate à extrema pobreza no campo. Instituições como o Ministério da Agricultura, USAID, BID e AGEXPORT foram atores importantes no processo, que foi mais intenso após o Terremoto de 1976.

Esquit (2019) salienta que em muitas comunidades camponesas e municípios do altiplano central e ocidental, a abolição do trabalho forçado (com os decretos desde o ano 1934) permitiu aos camponeses e trabalhadores rurais deixar paulatinamente os trabalhos nas *fincas* de café, e trabalharem suas próprias terras (quando as possuíam). Isso foi potenciado com o Decreto 900. Por outro lado, em Patzicía o fim definitivo do trabalho forçado — ao lado da inserção intensa no mercado mundial — começou na década de 1960, com a modernização

conservadora dos governos daqueles anos e não com os processos revolucionários de meados do século XX (Entrevistas: TC P1A I-E02; TC P2C I-E07).

A política agrária guatemalteca desde 1960, embora como parte de uma política contrainsurgente maior, ainda teve o Estado como tutor e garantia central na introdução de inovações técnicas no campo e na diversificação produtiva, com vistas ao mercado externo. Por exemplo, o Decreto 101-70, de 1970 cria o Instituto Nacional de Comercialização Agrícola — INDECA, que tinha o objetivo de: “aplicar as políticas de comercialização, estabilização de preços e abastecimento de produtos agrícolas que o Governo determinou através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Alimentação.”¹⁵³ INDECA junto com BANDESA (criado em 1971) comandaram os subsídios agrícolas aos camponeses no período de 1960 a 1996 (os mesmos 36 anos que durou a guerra civil na Guatemala).

A partir de 1982, com o Plano Nacional de Segurança e Desenvolvimento, foram integrados outros atores e ideologias, foi consolidado o modelo que Infante (2011) chamou de “*mercado-centrico*”, ou neoliberalismo, e como consequência agudizou-se a *monopolização do território pelo capital* em Patzicía, e a consolidação do capitalismo agrícola tipo *farmer* ou *kulak*, em prejuízo da maioria camponesa. No governo da Democracia Cristã (1986-1990) o *Plan Guatemala 2000: Una Estrategia para la Paz y el Desarrollo* continuou com a abertura dos mercados e com o impulso da exportação de produtos não tradicionais. No plano internacional isso foi sustentado pela *Iniciativa de la Cuenca del Caribe* — ICC, dos EUA (1983), que procurava a “recuperação econômica” a partir da tarifa zero dos produtos da América Central e das Ilhas do Caribe. E, o que finalmente explica a retirada das agroexportadoras de Patzicía no começo da década de 1990 foi a implementação da *Iniciativa para las Américas* — IPA, do Governo dos EUA (1990), que não era um plano de ajuda econômica e desenvolvimento como a *Alianza para el Progreso* foi, mas um plano de reformas estruturais para conseguir a abertura total da América Latina ao mercado e a circulação de capitais.

3.1.3. Acordos de Paz e a total privatização da terra: decretos 24-99 e 41-2005

Desde finais da década de 1970 acontece uma desestruturação paulatina do papel do Estado na *tutelagem*, apoio à agricultura local e regulação de política pública agrária.

¹⁵³ Traduzido para português pelo autor, do site de INDECA: <http://indeca.gob.gt/index.php/mision-y-vision/>

Lembrando, sobre como o neoliberalismo e a mundialização do capitalismo monopolista modificaram a agricultura, Oliveira afirma:

É necessário esclarecer que antes do neoliberalismo, ela [a agricultura] estava sustentada pela produção particularmente, dos camponeses apoiada por fortes subsídios agrícolas, na agroquímica, no sistema de estoques governamentais e, a FAO era seu órgão mundial. [...]

Com o neoliberalismo, passou a ocorrer, em primeiro lugar, a pregação neoliberal contra os subsídios, obviamente, uma postura clara contra a agricultura de base familiar camponesa. Em segundo lugar, os governos neoliberais passaram a reduzir os estoques governamentais de alimentos, a través de uma sub-reptícia substituição das políticas de soberania alimentar, pela política de segurança alimentar. [...] Em terceiro lugar, as políticas públicas de segurança alimentar dos estados neoliberais passaram a substituir os estoques governamentais pelos estoques das empresas monopolistas mundiais, tornando o mercado como regulador único do abastecimento alimentar das populações nacionais. Em quarto lugar foi criada em 1994 a Organização Mundial do Comércio — OMC, como órgão mundial de regulação e de decisões mundiais entre os países com contendas comerciais.

Assim, a agricultura [...] passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais. (OLIVEIRA, 2016, p. 123, *grifo do autor*)

O Estado, a partir dos Acordos de Paz (1996), porém ainda sob uma política contrainsurgente, gera instrumentos legais encaminhados para concluir o processo de privatização da terra, e acabar com a *tutelagem* do Estado na agricultura. Em 1997, de acordo com o Decreto 57-97, o *Banco Nacional de Desarrollo Agrícola* — BANDESA deixou de ser um banco com capital público para virar um banco com capital misto quando se tornou o atual *Banco de Desarrollo Rural* — BANRURAL, esse foi um ponto de inflexão para a agricultura guatemalteca porque o Estado rompeu o crédito para a produção de grãos básicos.

Em 1999, o Presidente da Guatemala, Álvaro Arzú Irigoyen, assinou o Decreto 24-99, ou Lei do Fundo de Terras, também no âmbito dos Acordos de Paz, e como lei substituta da Lei de Transformação Agrária (1962) e do INTA. Assim, foi institucionalizado o *Fondo de Tierras* e regulamentado o acesso de terra via crédito (mercado), ou o que chamamos de “reforma agrária via mercado”.

O Decreto 41-2005, ou Lei do Registro de Informação Cadastral, emitido no governo de Oscar Berger Perdomo, procura modernizar o ordenamento territorial do Estado, conforma o *Registro de Investigación Catastral* que busca garantir a posse e privatização da terra. Também como parte dos Acordos de Paz, a lei não representa avanços nem modificações importantes com relação à Lei de Agrimensura de 1936, entretanto apresenta avanços técnicos como a introdução da rede geodésica nacional (Sistema Geográfico Nacional) para evitar sobreposições no processo de registro. Representa um duplo esforço de ordenamento territorial

porque coordena os processos cadastrais e sua legalização no Registro da Propriedade (Entrevista: TC CDGT IV-E01).

Principalmente a partir dessas duas leis se reforçam os dois processos que, acreditamos, consolidam a privatização da terra: o *mercado de terras*, que significa que o acesso a terras é unicamente através do mercado; e a *regularização de terras*, que deu certeza jurídica aos posseiros, mas através de título de terras individuais que acabou rompendo a noção de terra *coletiva* das comunidades agrárias surgidas com a Reforma Agrária e com a Transformação Agrária. E, embora esses processos tenham começado na década de 1980, como parte da política contrainsurgente do Estado, foram concluídos com a criação do FONTIERRAS. Eis é a política agrária guatemalteca na procura da “modernização agrícola” e de “aliviar as condições do camponês” (HERRERA, *et al.*, 2004).

Estamos face um Estado neoliberal, oligárquico militarizado, com poucas características de Estado público. Mas, naturalmente, o escopo do Estado e sua intenção de controle do território não se expressa só nas leis, também expressa-se na omissão de leis e negação de direitos. Aconteceu com a Iniciativa de Lei 4048, ou Lei de Desenvolvimento Rural Integral, do ano de 2009, iniciativa de lei surgida dos movimentos camponeses que, mesmo após modificações da Comissão Agrária do Congresso, nunca foi aprovada. Essa Iniciativa de Lei, no ano 2015 virou a Iniciativa 4947, ou Lei de Agricultura Familiar, que hoje, seis anos depois, também não foi aprovada. Outro caso paradigmático é a inexistência de uma lei que regule o uso e acesso à água, a Lei de Águas (13 iniciativas de lei desde 1985)¹⁵⁴ leva 35 anos esperando o começo do debate no Congresso da República. Assim, vemos que as ações e omissões do Estado resultam no uso privatizante e desregulado da terra, água e dos “recursos naturais”. Por exemplo, o regime legal e institucional do uso da água: “se integra por un conjunto de disposiciones dispersas en leyes generales, ordinarias y especiales (...) basadas en principios políticos, económicos, sociales y ambientales disímiles, que no favorecen la gobernanza eficaz del agua pues presentan importantes vacíos, contradicciones, pasajes oscuros y ambigüedades.” (COLOM e MORALES, 2010, p. 10, *apud* PADILLA, 2020, p. 24).

Segundo o diretor da Coordenação de ONG e Cooperativas — CONGCOOP, (Entrevista: C CDGT IV-E02) o projeto de redução do Estado, e por conseguinte de redução de qualquer subsídio ao campesinato na Guatemala, toma corpo em 1994, no governo de Ramiro

¹⁵⁴ A Constituição Política da República da Guatemala, no Art. 127 e 128, tipifica a água como um bem público, porém não existe uma lei que regule esses artigos. As 13 iniciativas de *lei de águas* que mencionamos estão diretamente relacionadas na busca de estabelecer um regime, reitoria definitiva, parâmetros de uso e extensão do direito para regular a planificação hídrica no país todo.

de León Carpio.¹⁵⁵ Naquele momento se fizeram reais as demandas do Banco Mundial, do BID e do FMI, do corte aos subsídios do Estado, sob a ideia de que todos os produtores agrícolas são “empresários” e, como tais, devem ser capazes de pagar o acesso à assistência técnica, ao consumo produtivo, terra, etc. No governo do oligarca Arzú Irigoyen (PAN)¹⁵⁶ a privatização se sucede com maior ímpeto. O acontecimento marcante desse período, e que melhor desenha o processo, foi a redução do MAGA durante o governo do PAN (1996-2000), que passou de 18.000 funcionários a apenas 2.000 com ajuda de um empréstimo de GTQ 60 milhões do BID.¹⁵⁷ Enquanto no plano regional foi assinado o DR-CAFTA, em 2005, que:

Acompañando a la liberalización de las importaciones y el fenómeno de la inversión extranjera en el país [...] promueve una visión social que identifica a las y los campesinos como un sector retrógrado y carente de visión. Se avala consecuentemente desde las instituciones públicas, un modelo alimentario que le quita al campesino/a su excedente, al mismo tiempo que su sentido social y cultural y se proclama la caducidad del sistema productivo autogestionario de carácter familiar y comunitario. Se espera entonces que las y los pequeños productores enmarcados en la agricultura familiar campesina, o bien abandonen la actividad agrícola y se ocupen como mano de obra barata en la agroindustria y/o maquilas textiles, o bien pasen “por decreto” a cultivar productos de exportación no tradicional, generando las rentas necesarias para comprar alimentos y otros bienes [...] establece la eliminación de aranceles a los productos agrícolas, la mayoría desde el primer año de vigencia (más del 50%), otros, más sensibles, con periodos de desgravación hasta 10, 15 o máximo 18 años. Dentro del tiempo de desgravación, a algunos productos se puede aplicar una Salvaguardia (Salvaguardia Agrícola Especial) y en algunos se establecieron contingentes de “cero arancel” desde el inicio. Estos contingentes van aumentando durante el periodo de reducción arancelaria hasta llegar a una liberalización total al final del proceso. Al no tratarse el tema de los subsidios estadounidenses [...] que distorsionan los mercados de la región, se mantienen las ventajas para el socio poderoso (EEUU), y se acaba (al eliminar los aranceles) con el único mecanismo de protección de los socios empobrecidos (Centroamérica y República Dominicana)... (ALONSO e GAUSTER, 2006, pp. 5-6)

Nesse contexto e marco legal se desenvolvem os processos de territorialização camponeses que estamos estudando. Os aparatos legais do projeto político-econômico oligárquico-burguês conseguem, no começo dos anos 2000, a privatização do Estado e a consolidação da privatização da terra. Assim, o Estado da Guatemala, pelo menos, já não atua como um Estado público, como veremos na continuação.

¹⁵⁵ Ramiro de León Carpio chega ao poder sem fazer parte de nenhum partido político, após o Autogolpe de Estado de Serra Elias (ligado a Democracia Cristã) em 1993.

¹⁵⁶ O Partido de Avanzada Nacional é um partido conservador fundado Álvaro Arzú Irigoyen.

¹⁵⁷ GTQ 60 milhões em 1997 é equivalente em poder de compra de mais de GTQ 221,5 milhões (USD 28,5 milhões), segundo Calculadora de inflação de DatosMundial.com. Em entrevista, o diretor de CONGCOOP, Helmer Velasquez, relata o seguinte: “y al día de hoy el BID dice -nos equivocamos. Entonces, como nosotros le decíamos al señor del BID: -Que usted diga “nos equivocamos” está bien como acto de constricción. Pero se llevaron adelante a miles de familias que fueron a parar a Estado Unidos para poderse ganar la vida [como migrantes ilegales], porque su producción simplemente en vez de avanzar iba [decaendo]...” (Entrevista: C CDGT IV-E02).

Projeto político-econômico	Norma legal	Ano de emissão	Governo	Objetivo
Estado liberal autoritário	Decreto 170 (Redención de Censos)	1877	Justo Rufino Barrios, José María Reina Barrios, Manuel Estrada Cabrera, Jorge Ubico	Estabelecer as bases jurídicas fundamentais do regime de propriedade, com base em uma ideologia de sustentação da propriedade individual e na concepção mercantilista do valor da terra, sem considerações sociais, culturais e ambientais.
	Decreto 177 (Ley de Jornaleros)			
	Código Civil			
	Decreto 263 (Código Fiscal)	1881		Regulava a cobrança de impostos e as despesas nacionais, dentro do contexto de expansão da produção de café, e como lei que beneficiava a conformação da grande propriedade privada da terra e da agricultura de exportação.
	Decreto 1974 (Ley de Viabilidad)	1933		Cria um fluxo gratuito de mão de obra para os trabalhos públicos de infraestrutura rodoviária, que beneficiavam diretamente aos grandes produtores de café e banana.
	Decreto 1996 (Ley contra la vagancia)	1934		Cria uma forma mais sistemática e barata de controlar a força de trabalho, ao determinar arbitrariamente quem era considerado vagabundo.
	Decreto 1786 (Ley Reglamentar de Obras de Agrimensura)	1936		Estabelece os procedimentos topográficos e de levantamento topográfico, bem como o procedimento administrativo que deve ser seguido no processo de repensar ou executar as medidas judiciais.
Estado liberal democrático	Decreto 900 (Ley de Reforma Agrária)	1952	Jacobo Árbenz Guzmán	Redistribuir terras de propriedades privadas e públicas, ociosas, com produtividade e extensão adequada para camponeses e trabalhadores rurais.
Dictadura militar Contra-insurgente	Decreto 31	1954	Carlos Castillo Armas	Desmantelar os efeitos do Decreto 900.
	Decreto 559	1956		
	Decreto 1551 (Ley de Transformación Agraria)	1962	Idígoras Fuentes	Institucionalizar a política de colonização de terras nacionais e a privatização das terras devolutas. Assim, foi desenvolvido um sistema e uma política agrária que não iria entrar em conflito nem impedir a grande concentração de terra. Essa lei apoiou-se no Código Civil de 1963, aprofundando a dependência dos assuntos agrários ao Direito Civil, reduzindo a legislação agrária à legislação de bens imóveis.
Estado neoliberal	Decreto 24-99 (Ley del Fondo de Tierras)	1999	Álvaro Arzú Irigoyen	No âmbito dos Acordos de Paz, é a lei substituta da Lei de Transformação Agrária (1962) e do INTA. Assim, foi institucionalizado o Fondo de Tierras e regulamentado o acesso de terra via crédito (mercado), como única forma possível de acesso à terra.
	Decreto 41-2005 (Ley de Registro de Información Catastral)	2005	Oscar Berger Perdomo	Modernizar o ordenamento territorial do Estado, conforma o <i>Registro de Investigación Catastral</i> que busca garantir a posse e privatização da terra. Também como parte dos Acordos de Paz, a lei não representa avanços nem modificações importantes a Lei de Agrimensura de 1936, entretanto apresenta avanços técnicos como a introdução da rede geodésica nacional (Sistema Geográfico Nacional) para evitar sobreposições no processo de registro. Representa um duplo esforço de ordenamento territorial porque coordena os processos cadastrais e sua legalização no Registro da Propriedade

Quadro 1: Leis que comandam o processo de uso e acesso à terra e território na Guatemala.

Fonte: Proporcionado pela Profa. Olga Pérez (Escuela de Historia, USAC). Modificado e acrescentado por Tocón-Ajsivinac (2021).

3.1.4. O ordenamento territorial municipal

O Código Municipal, Decreto 12-2002, estabelece que as prefeituras têm a obrigação legal de atender os serviços públicos, o *planejamento territorial*, e o fortalecimento econômico; através de formular, aprovar e executar os projetos de planejamento e “desenvolvimento integral” territorial. No planejamento territorial municipal, o Código Municipal fala do solo apenas como solo urbano e solo cultural (“lugares sagrados” ou de significação histórica ou cultural).

Segundo o documento *Propuesta Técnica del Plan de Desarrollo Municipal y Ordenamiento Patzicía, Chimaltenango, 2019-2032* (s.d.), elaborado pela Prefeitura sob assessoramento da Secretaria de Planejamento e Programação da Precedência — SEGEPLAN, e alinhados aos planos nacionais de desenvolvimento *K’atun, Nuestra Guatemala 2023*¹⁵⁸ e a Agenda 2030 da ONU, contempla-se “o uso futuro do território urbano e rural” como parte do ordenamento e planejamento territorial municipal, a partir das categorias de *uso permitido*, *uso condicionado* e *uso proibido*. Porém, o ordenamento territorial municipal atual apresenta um total abandono do Estado e a ineficiência da Prefeitura, a continuação citamos uns trechos do documento:

[...] las fuentes de trabajo son escasas, las oportunidades para emplear a los nuevos profesionales son baja [sic], los salarios no llegan al mínimo, situación por la cual las personas se dedican al comercio informal, las personas de la tercera edad, o menores de edad no tienen oportunidades laborales, más que a la agricultura [sic].

[...] em el 2015 [la desnutrición afectó] a 17 niños, los datos más altos de desnutrición aguda, pero las causas siguen siendo las mismas inadecuada agua apta para consumo [sic], la cobertura del servicio de agua es para 1.518 hogares, 483 en el área urbana y 1.053 en el área rural [...]

Dentro del municipio de Patzicía solo en el casco urbano tienen cobertura en los servicios [sic] básicos como lo son: agua potable, servicios de alcantarillado sanitario, planta de tratamiento de aguas residuales,¹⁵⁹ y un sistema de recolección de basura, servicio de seguridad por la policía nacional civil, servicios bancarios, salud y educación. [...]

El resto del área rural solo son atendidos con los servicios de educación pero solo a nivel primaria, y en salud solo con centros de atención cuando hay campañas. [...].

Estos datos reflejan que los servicios básicos son reducidos, como la inexistencia de un relleno sanitario, planta de tratamiento de desechos sólidos, clasificación de basura, razón por la cual existen vertederos a cielo abierto, afectando a toda la población. (CONSEJO MUNICIPAL e SEGEPLAN, s.d., pp. 23-26).

¹⁵⁸ É um plano de desenvolvimento nacional do Estado a longo prazo que procura o “desenvolvimento global do país”, procurando reduzir a pobreza e a discriminação, em tese. Dentro dos eixos que sobressaem, segundo o próprio plano, estão: a sustentabilidade, o respeito aos direitos humanos e a multiculturalidade. O plano propõe as diretrizes das políticas públicas, mas não as políticas públicas em si. O plano foi construído sob direção de SEGEPLAN e CONADUR.

¹⁵⁹ Existem duas estações de tratamento de esgoto, mas devido ao uso indevido de fundos da prefeitura, uma delas nunca foi concluída.

O município acha-se na posição número 281 do Ranking de Gestão Municipal de SEGEPLAN (2018), de 340 municípios em total na Guatemala; 72 postos por abaixo de 2016, quando estava na posição número 209. Os índices medidos são a participação cidadã, acesso à informação, serviços públicos, gestão administrativa, gestão financeira e gestão estratégica.

O documento *Propuesta técnica del plan de desarrollo municipal...* salienta que as maiores ameaças e vulnerabilidades no município são produto dos lixões clandestinos, a falta de tratamento de resíduos sólidos e de esgoto, e a deflorestação e ameaça de deflorestação desregulada, principalmente nas florestas de Soko', B'alam Juyu' e La Canoa, causando, junto com a mudança climática global, um evidente esgotamento dos aquíferos.

São três os elementos que fazem da vulnerabilidade ambiental uma ameaça local alta: (a) a falta de gestão do recurso hídrico com uma abordagem da bacia, devido a intensidade do uso do solo na agricultura de hortaliças; (b) o *cultural* — a falta, generalizada na população, da percepção sobre os desastres, ou atitude face a ocorrência de desastres; e (c) o político institucional — a pouca vontade política local na alocação de recursos no combate ao problema. O documento citado enfatiza que aproximadamente 90% das famílias do município não identificam as causas naturais e sociais dos desastres, nem tem uma atitude preventiva face esses acontecimentos.

Porém, esse documento que, segundo a Prefeitura atual (2020-2024), ainda está em avaliação, além de identificar a falta de gestão de recurso hídrico como a maior ameaça e vulnerabilidade no município, também apresenta deficiências importantes na identificação geográfica desses recursos hídricos. No entanto, esse é o único documento existente que define os planos de ordenamento territorial local desde a Prefeitura (desde a política pública), e que contém a visão de desenvolvimento, a organização e o uso futuro do território entendido desde as instituições estatais. E embora o documento afirme que Patzicía é uma das maiores áreas agrárias da Guatemala (p. 32), não define nenhum uso futuro, nem regularização, nem apoio à agricultura local, muito menos para o campesinato; pelo contrário, limita-se a enumerar usos agrícolas que não são diferentes dos usos atuais. E, finalmente, descreve as tendências futuras como se os problemas de insegurança cidadã, limitado acesso ao serviço saúde, limitado acesso à água potável, a desnutrição crônica, o tratamento de resíduos sólidos e esgoto fossem problemas isolados e não problemas estruturais, que podem ser superados a partir de ações isoladas.

3.2. Sistemas locais, acesso e uso da terra: terra de trabalho, terra de negócio e a presença negativa do Estado

Quando entendemos o campesinato como uma classe social com consciência de classe, entendemos que tem um projeto político. Então, compreendemos que apesar da política de dominação (ausência de política pública agrária), existem também resistências e expressões do dominado (o que chamamos de sistemas locais) especialmente visíveis nos processos de territorialização. Entretanto, propomos, seguindo a Oliveira (1986; 1998; 2007), que o campesinato deve ser entendido como um trabalhador recriado pela expansão capitalista e definido pela sua condição de expulso da terra, porém na luta para retornar e mantê-la. E, que a reprodução da unidade camponesa não ocorre como dádiva do capital (PAULINO, 2012), nem suas características estão completamente ligadas aos processos de *territorialização do monopólio*, nem de *monopolização do território*, mas o campesinato é definido finalmente pela sua própria *existência social*, que é independente de formações sociais e do modo de produção capitalista, e também pelas relações que pudesse construir com o sistema social todo (SHANIN, 1976; VERGOPOULOS, 1977).

Em Patzicía é possível identificar nas unidades camponesas dinâmicas, mas limitadas pelo difícil acesso à terra, um problema presente desde a década de 1980, e pelo inexistente apoio estatal. Nas enquetes realizadas¹⁶⁰ foi inclusa a pergunta “*Que instituição, organização ou pessoa proporcionou assistência técnica, capacitação, crédito e comercialização?*” e a resposta achada em todos os casos indagados foi que nenhuma instituição pública ou privada tinha brindado apoio para os camponeses.

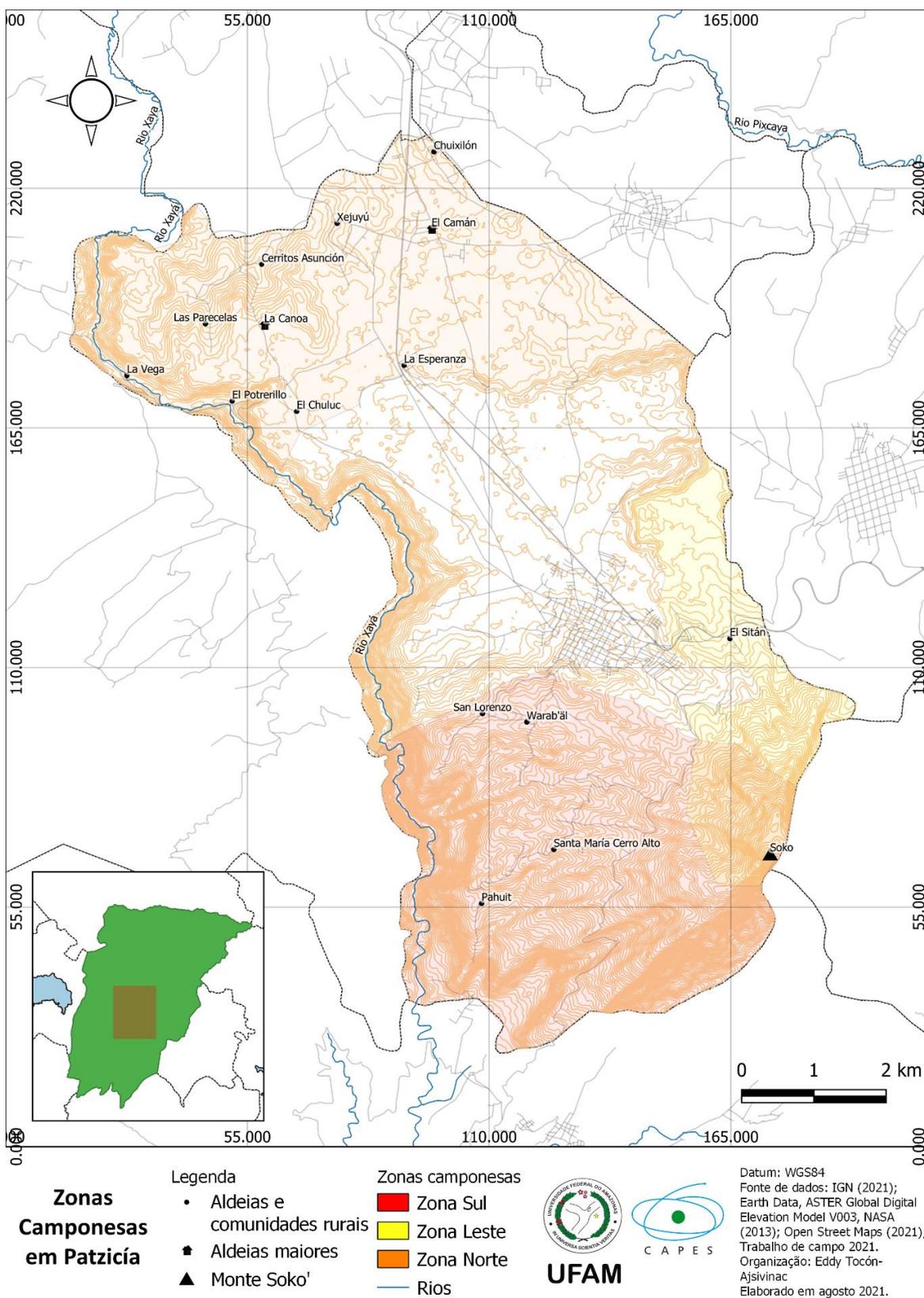
Por outro lado, os preços da terra no mercado são proibitivos.¹⁶¹ Porém, o problema não é o total esgotamento da terra, mas a presença do mercado através da horticultura de exportação no município. Que, conseqüentemente, trazem uma organização complexa no consumo produtivo e nas inovações técnicas que são introduzidas paulatinamente na agricultura local (capitalista e camponesa).¹⁶² Mas, para entender finalmente como acontecem os processos de territorialização camponesa em Patzicía dentro desse contexto histórico, econômico, jurídico e político é preciso mostrar de maneira geral a forma de acesso das comunidades camponesas à terra, à água e aos recursos materiais disponíveis.

¹⁶⁰ As enquetes foram suspensas devido às contingências da Pandemia de Covid-19, foram aplicadas apenas aos entrevistados, não para coletar dados de campo, mas como suporte nas entrevistas.

¹⁶¹ Ver Capítulo 2, ponto 2.3.

¹⁶² Ver Capítulo 1. Ponto 1.3.

3.2.1. As territorialidades camponesas em Patzicía



Mapa 10: Zonas camponesas em Patzicía.

Fonte: Elaborado por Tocón Ajvinac a partir de dados de ASTER Global Digital Elevation Model V003, NASA (2013); Open Street Maps (2021); e trabalho de campo 2021.

Embora exista uma multiplicidade de usos e processo de territorialização camponesa em Patzicía, como exemplificação identificamos quatro sobressalentes, delimitadas em quatro zonas rurais diferenciadas pela história, relevo, características sociais, recursos e terras disponíveis. A primeira a chamamos simplesmente como “zona sul” do município, na bacia do Rio Xayá; como sub-bacia do Rio Coyolate, que percorre para o Oceano Pacífico. Localiza-se nas terras em encosta do município, de 2.100 AMSL — do limite sul da área urbana de Patzicía, no sul do Rio Sya’ — (N14°12’39.215” O90°55’52.401”), para os 1.700 AMSL, até o Rio Katanayá (K’atän Yá), no limite com o município de Acatenango (N14°35’00.2” O90°56’12.2”). Esta zona acha-se limitada no leste pelo Monte Soko’ (2.650 AMSL), e o vértice mais ao oeste é o pico do Monte B’alam Juyu’ (2.463 AMSL), em jurisdição do município de Patzun, passando pelo Rio Xayá (em média nos 1.700 AMSL) que divide os municípios de Patzicía e Patzun de noroeste para o sudeste. As maiores comunidades na zona sul são San Lorenzo, Warab’äl, Santa María Cerro Alto e Pahuit (ver mapa 10).

A segunda corresponde a aldeia El Sitán, na bacia do Rio Pixcayá (o sistema do aqueduto Xayá-Pixcayá), como sub-bacia do Rio Motagua, que desagua no Mar do Caribe. Localiza-se no leste da área urbana do município, no altiplano central de Chimaltenango, e que por sua vez estende-se — ao leste — sobre o município de Zaragoza, ultrapassando o córrego Tululché que serve de limite entre os municípios de Patzicía e Zaragoza. Essa zona limita ao sul com a fazenda Pacaño e o Monte Soko’, o que limita a mobilidade para além deles, e para o norte estende-se sobre as terras chamadas de Xecampana, até a confluência dos córregos Xecampana e Tululché (N14°39’13.032” O90°54’42.544”), ambos descem das encostas do Monte Soko’ e percorrem para o noroeste até sua confluência.

O terceiro se desenvolve no norte do município, as maiores comunidades são: El Camán, La Canoa e Cerritos Asunción; os maiores centros povoados rurais e mais desenvolvidos do município. Porém, nessa zona também se incluem La Esperanza, El Chuluc, El Potrerio, Las Parcelas, Xejuyú (Xe’ Juyu’) e Chuixilon (Chwi’ Xilon), dentre outros menores. Localiza-se ao norte da área urbana de Patzicía e inclui parte das terras da planície de Patzicía, ou Chwa Taq’aj, mas principalmente as terras ao norte do Rio Balanyá (B’alam Ya’) (N14°39’52.074” O90°56’57.714”); ao oeste até o Rio Xayá (N14°39’38.03” O90°58’33.862”); e faz fronteira no limite norte com aldeias do município de Tecpán, e no leste com o município de Santa Cruz Balanyá.

Um quinto território camponês poderia ser o território vivido pelos camponeses que moram na área urbana do município, acreditamos que este representa o processo de territorialização camponesa mais fragmentado no município porque sua dinâmica espacial

acha-se enfrentando mais agudamente com o avanço agricultura capitalista (na verdade isso acontece no município todo) mas, além disso, com transformações no uso da terra e território, como uma urbanização mais intensiva e extensiva que nas outras zonas rurais descritas.

No contexto atual, como consequência, mas também como alternativa face à territorialização e à monopolização do território pelo capital, o processo de territorialização camponês deve ser estudado desde a compressão da interconexão complexa entre territórios-zona (territórios contínuos), territórios-rede (territórios descontínuos ou fragmentados) e *aglomerados de exclusão* (os grupos sociais expulsos ou *desterritorializados*). Ou seja, um território marcado pela descontinuidade e fragmentação. Que possibilita a passagem constante de um território para outro, mas isso entendido não exclusivamente como resultado ou resposta ao capitalismo monopolista mundializado, mas como estratégia e/ou organização territorial não capitalista. Haesbaert (2011) chama isso multiplicidade dos territórios ou territórios múltiplos. Esse é o processo de territorialização que os compenses e/ou comunidades camponesas de Patzicía desenvolvem; pois é possível ver como o uso e simbolização dos territórios camponeses não se circunscreve às zonas descritas, e também não aos limites políticos administrativos municipais.

3.2.1.1. Os territórios camponeses da zona sul de Patzicía

Essa zona, segundo trabalho de campo (entrevistas e trabalho de arquivo), surgiu com colonos e a partir da desintegração de fazendas de espanhóis e ladinos, conformadas principalmente durante o século XIX, que ocupavam grandes áreas da zona chamada por nós como “zona sul de Patzicía”, incluindo algumas fazendas do município de Acatenango. A zona começa desde o fim da área urbana do município (no sul) até, pelo menos, o rio K’atän Ya’, para o sul. As comunidades surgiram com as terras das grandes propriedades vendidas aos camponeses no começo da segunda metade do século XX.

Sobre Pahuit e Santa Maria Cerro Alto, provavelmente como uma lembrança coletiva dos antigos sítios povoados, durante os acontecimentos de outubro de 1944 em Patzicía, muitas famílias camponesas refugiaram-se nas ravinas e vale pluvial do Rio Xayá ao sul, perto do sítio arqueológico (ou lugar antigo) Chuwalax.¹⁶³ Somaram-se a esses primeiros moradores, quando foram vendidas as terras das fazendas que ocupavam a área das atuais aldeias Pahuit e Santa

¹⁶³ O sítio arqueológico, ou lugar antigo, Chuwalax ainda não está registrado no Instituto de Arqueologia e História da Guatemala –IDAEH. Foi identificado durante o trabalho de campo em 2021.

Maria Cerro Alto, camponeses e colonos vindos de mais ao sul, das fazendas e aldeias do município de Acatenango. Pelo contrário, em San Lorenzo e Warab'äl, pela sua proximidade à área urbana de Patzicía, 2,2 km e 1,8 km respectivamente, foi originalmente povoada por camponeses vindos do centro urbano e por colonos que moravam no mesmo lugar quando essa área estava ocupada por fazendas. No caso da aldeia San Lorenzo, a família Chutá foi a única família de colonos que conseguiu comprar as terras nas que morava como colonos e permanecer no mesmo lugar quando foi parcelada e vendida para a fazenda San Lorenzo. Os centros povoados de San Lorenzo e Warab'äl também acham-se perto de, pelo menos, dois montículos e sítios arqueológico não registrados. Nesse caso, provavelmente como uma continuação do padrão de assentamento rural, porque existiram várias fontes de água que foram usadas no abastecimento, primeiro, para as famílias de colonos, e mais tarde para as famílias camponesas das aldeias.



Foto 2: Vista para o topo do monte B'alam Juyu', para o oeste, desde Chuwalax.

Fonte: Trabalho de campo julho 2021.

Entendemos que o entorno social e natural condiciona as potencialidades das unidades camponesas (AVANCSO, 1999); entorno social já foi discutido amplamente no primeiro e segundo capítulo. Para o caso de Patzicía, o entorno natural e as diferenças nos territórios camponeses estão determinadas pelo *clima* e *altitude*, segundo os próprios camponeses, e a

zona sul é a que representa o acesso mais variado a condições diversas. Nessa zona é cultivado café, cultivo de clima temperado (até 2.100 AMSL), assim como cultivos de clima “frio” (até 2.400 AMSL), como cereais, hortaliças e tubérculos, principalmente.



Figura 6: Perfil de elevação do território acessado pelos camponeses da zona sul de Patzicía.

Fonte: Organizado por Tocón-Ajsivinac, no aplicativo Gaia GPS. A elevação máxima à esquerda do perfil (2.463 AMSL) corresponde ao topo do monte B’alam Juyu’, a elevação mínima (1.573 AMSL) corresponde ao Rio Xayá, e a elevação máxima à direita do perfil (2.652 AMSL) corresponde ao topo do monte Soko’.

O acesso à floresta é também variado (floresta latifoliada), desde as florestas do desfiladeiro do Rio Xayá até o topo dos picos do Soko’ e B’alam Juyu’, acima dos 2.400 AMSL, usadas de forma comum. Aproximadamente 700 ha de floresta, onde a deflorestação desregulada ou ilegal é uma ameaça importante, especialmente na floresta de B’alam Juyu’, e soma-se a deflorestação legal, autorizada e até encorajada pelas prefeituras.

Por causa da deflorestação nas terras municipais e privadas (nas *fincas*), as fontes de água mais importantes para as comunidades rurais, os córregos (ao leste do Xayá), estão extintos — os córregos Cucoabaj,¹⁶⁴ Saqkab’ Ya’ e Tulül Che’. Isso pode-se explicar como resultado de uma concatenação de fatores: as mudanças climáticas globais, o uso intensivo da água na agricultura não camponesa, a privatização da água nas fazendas, a deflorestação, lixões clandestinos e a desregulamentação do uso urbano da água. Os três córregos desaguavam no Xayá, e nasciam no auge da estrada que vai de Patzicía para Acatenango, passando imediatamente dentro das fazendas Paché, Panapac e La Muchacha (ainda existentes hoje) e depois nas terras das aldeias dessa zona.

¹⁶⁴ Não foi possível identificar a origem kaqchikel ou castelhana, e o significado completo, do nome “cucoabaj”, embora “ab’äj” significa pedra, não conseguimos achar o significado da palavra “cuco”.

Com exceção da área circundante de Warab'ál (terras de produção de hortaliças) e das fazendas (florestais ou cultivadas com abacate principalmente), as terras são majoritariamente cultivadas com agricultura camponesa de subsistência, milho, feijão, abóbora e café. Os posseiros são camponeses e agricultores locais da zona e da área urbana de Patzicía. A quantidade de terra que as famílias camponesas locais acessam são, em média, 4 *cuerdas* (0,45 ha), em *propriedade* e/ou arrendada, trabalhada individualmente/familiar, além da vivenda como espaço privado, onde pode coexistir uma família extensa. A agricultura camponesa gira ao redor do cultivo de milho, sendo as outras atividades agrícolas complementares.



Foto 3: Milho e abacate camponês ao sul da aldeia Pahuit, no fundo o monte B'alam Juyu'.
Fonte: Trabalho de campo julho 2021.

Segundo Diegues (1994, p. 58, *apud* CRUZ, 2007, p. 69), as áreas de uso comum, no contexto capitalista atual, só apresentam importância marcante nos próprios contextos locais, principalmente nas comunidades chamadas de tradicionais e sob usos também tradicionais, como a coleta e extrativismo de recursos vegetais e animais. Nos contextos sociais e políticos de fora dessas comunidades, os usos comuns da terra e dos recursos naturais são invisibilizados e/ou apagados por causa do avanço do uso da terra como *terra pública* ou *área protegida*, mas na realidade as *áreas de uso comum* acontecem sobrepondo-se e justapondo-se com outros usos e racionalidades distintas as jurídicas da terra e território.

As terras e florestas dos Montes Soko' e B'alam Juyu' são as únicas áreas de uso verdadeiramente comum no município (e que contêm uma história remota de uso comum e simbólico/sagrado), e são as comunidades da zona sul do município as que aproveitam melhor essas áreas devido a sua proximidade. Mas não são exclusivas de uso das comunidades camponesas de Patzicía, naturalmente. Enquanto áreas de uso comum, tanto as terras do Soko' quanto as terras do B'alam Juyu' são aproveitadas pelos camponeses do município todo, especialmente aqueles que tem acesso fácil para essas áreas, e camponeses de municípios vizinhos. O topo do Monte B'alam Juyu' (hoje terras públicas, municipais, antigamente terras comunais) serve de limite entre os municípios de Patzún, Pochuta e Acatenango, porém é majoritariamente aproveitado por camponeses de Patzun e Patzicía porque, segundo informações dos camponeses de Patzun, a encosta sul do B'alam Juyu' (municípios de Acatenango e Pochuta) está ocupada por fazendas florestais; difíceis de especificar sua extensão pelo sigilo que existe na Guatemala sobre as grandes propriedades. Entretanto, do lado de Patzun e Patzicía, o Monte corresponde a terras de uso comum, administrado por comitês camponeses e indígenas.



Foto 4: Produção camponesa de milho, abacate e café, no lugar antigo, e/ou arqueológico, Chuwalax.
Fonte: Trabalho de campo julho 2021.

Um caso similar acontece com o Monte Soko', a crista da montanha serve de limite entre os municípios de Patzicía e San Andres Itzapa, e a encosta leste é majoritariamente aproveitada pelas comunidades rurais desse último. Mas, para o noroeste do Soko', se desenvolvem os processos de territorialização da zona central e aldeia El Sitán.



Foto 5: Trilhas de B'alam Juyu'
Fonte: Trabalho de campo abril 2021.

3.2.1.2. Os territórios camponeses da aldeia El Sitán

O segundo território camponês identificado em Patzicía, a partir dos usos constantes e histórico de certas áreas compartilhadas, e das características surgidas a partir desses usos, é a aldeia El Sitán. Devido à antiguidade da aldeia, surgida como centro povoado aproximadamente no último quartel do século XIX (Entrevista: TC P6I I-E11), é difícil coletar dados empíricos no campo sobre a história da aldeia. Porém, segundo algumas entrevistas, trabalho de arquivo e revisão da literatura histórica e antropológica sobre o município (RODAS e ESQUIT, 1997), podemos afirmar que a atual aldeia El Sitán surgiu da união de duas comunidades camponesas em meados do século XX; uma, do lado oeste, predominantemente indígena, chamada de

Chupumay (Chi Pumay), e a outra, o lado leste, predominantemente ladina, chamada El Sitán. Segundo a tradição oral, a família Callejas-Tajtaj foi a primeira em ocupar essas terras no fim do século XIX. Porém, o lado leste, o mais antigo, acreditamos que surgiu a partir da instalação na área de algumas famílias ladinas camponesas na metade do século XIX, até mesmo habitada de maneira desregular um século antes, em meados do século XVIII, porque naquela época camponeses mestiços já ocupavam as terras de Tululché, aldeia vizinha de El Sitán. Aliás, os primeiros habitantes dessas comunidades possivelmente estavam relacionados ao trabalho na fazenda Tululché e nas fazendas que contorneavam o centro de Patzicía no século XVIII, como podemos afirmar a partir do trabalho de Rodas e Esquit (1997), Esquit (1993) e do Título de Terras de Patzicía do ano de 1785. Outro fato importante é o nome “Sitán”, que é o nome de uma linhagem kaqchikel pré-hispânica recorrente nos *textos indígenas* coloniais, disso podemos deduzir que as terras pudessem estar relacionadas a essa linhagem antes da conformação das ladeiras camponesas.



Foto 6: Milho perto do topo do Monte Soko’.

Fonte: Trabalho de campo julho 2021.

A aldeia localiza-se na encosta noroeste do Monte Soko’, entre os córregos Tululché e Xecampana, mas o uso da terra vai além das fronteiras político administrativas municipais. Na aldeia, que visivelmente tem uma maior população ladina que as aldeias do sul, apresenta uma

relação fluida com o município de Zaragoza (predominantemente ladino) pela sua proximidade, tanto trabalhando terras arrendadas ou próprias dentro da jurisdição desse município, quanto trabalhando como assalariados rurais nas terras e fazendas de proprietários *zaragozeños* (Entrevista: TC P6I I-E09).

A única área de uso comum que os camponeses dessa aldeia acessam é a floresta pública do Monte Soko' (260,84 ha) e as ravinas dos córregos (antigamente rios). Entretanto, as terras de cultivo são trabalhadas e possuídas de forma individual/familiar, comumente dentro do território imediato acessado pelos camponeses da zona que corresponde ao pequeno vale que se estende para o norte noroeste da aldeia, conhecido como Xecampana, e para as terras de Zaragoza, sem ultrapassar o Rio Pachoj nesse município. A inclinação desse território vai de 2.000 AMSL (nas ravinas dos córregos) ao topo do Soko', 2.650 AMSL aproximadamente. E por causa do clima, altitude e o avanço da agricultura capitalista de hortaliças, a agricultura camponesa se desenvolve ao redor do milho como cultura principal, e às vezes única. Algumas famílias camponesas quando acessam mais de 1 ha costumam, hoje, cultivar apenas milho e feijão, e entram nos circuitos mercantis de cereais no mercado local, devido a pouca capacidade técnica e limitado acesso ao mercado que os camponeses têm, que os impedem de cultivar hortaliças tão comum na zona (Entrevistas: TC P6I I-E08; TC P6I I-E09). Na continuação, citamos as palavras do Seu Tereso Ramos, camponês ladino:

Entonces ahí, yo si cultivé un poco las verduras, pero el mercado era la Terminal. Toda verdura y todo, era la Terminal, ahí sí trabajé yo. Pero ya después que me dedique a trabajar solo así lo del patio y todo, y como ya hay muchas ventajas de que ya se aumentó mucho agricultor, que ya sembraba por mayor como está ahorita. Entonces ya no le tiene a uno cuenta, digamos pues, si siembra un poquito, ya cuesta un poquito la venta en el mercado. Ahorita ya nos hemos dedicado al cultivo de maicito, nuestra alimentación, y cuando, por lo menos, tanteamos que nos sobra un poquito, vendemos, y ahí la vamos pasando. (TC P6I I-E08)

O entorno social vivido nesta aldeia é diferente do entorno social vivido nas aldeias do sul, por causa da coexistência de camponeses mestiços e indígenas, pois os primeiros, devido a adoção de costumes ocidentais, acham-se mais próximos do camponês tradicional da literatura camponesa que o camponês indígena, que pratica costumes e tradições próprias dos povos originários que não são costumes exclusivos nem próprios da classe ou modo de vida camponês. A característica marcante é a construção de uma relação ritualizada com a terra, o entorno e até mesmo com a história (e o passado, que não são equivalentes), embora essas diferenças hoje, no avanço do processo histórico todo, são sutis. Outro dado interessante é que na tradição oral, segundo trabalho de campo, existem poucas referências a lugares “assombrados” na *natureza*,

relatos que muitas vezes têm ligações com sítios sagrados, lugares antigos, e/ou arqueológicos, isso pode ser explicado pela história da conformação da aldeia, que esteve mais relacionada com processos econômicos coloniais, que com padrões de assentamento camponeses ou rurais independentes. Entretanto, foram coletados alguns relatos sobre lugares *assombrados* perto de alguns pequenos morros no vértice norte onde o córrego Tululché e Xecampana confluem, esses lugares estão relacionados diretamente com lugares de abundante evidência arqueológica dos períodos maias Clássico e Pós-clássico.



Figura 7: Perfil de elevação do território acessado pelos camponeses da aldeia El Sitán.

Fonte: Organizado por Tocón-Ajsivinac, no aplicativo Gaia GPS. A elevação máxima corresponde ao topo do monte Soko' (2.652 AMSL) e a elevação mínima (2.019 AMSL) corresponde aos córregos Xecampana e Tululché.

3.2.1.3. Os territórios camponeses da zona norte de Patzicía

Nesta zona englobamos à maioria das comunidades camponesas e/ou rurais do município. E situamos esse território-rede ao norte do Rio Balanyá até as terras das aldeias de Tecpán. E, no oeste, desde as terras do vale do Rio Xayá, na fronteira com o município de Patzún até a área urbana do município de Santa Cruz Balanyá, no leste. A principal característica comum nesse caso é a ligação histórica de aldeias rurais menores às aldeias centrais, hoje consideradas pela prefeitura como “centralidades urbanas secundárias” do município: La Canoa e El Camán.

Devido à grande quantidade de comunidades rurais na zona (dez),¹⁶⁵ e ao fato de que essa zona rural é a mais antiga, desenvolvida, e com melhores interconexões rodoviárias entre comunidades, indagamos ao redor de apenas duas das aldeias camponesas ou comunidades rurais como desculpa para falar da “zona norte de Patzicía”, escolhidas cuidadosamente,

¹⁶⁵ As comunidades rurais de Patzicía ao norte do rio Balanyá são: La Esperanza, Chuixilon, El Camán, Cerritos Asunción, La Canoa, El Potrerio, La Parcela, La Vega, Xejuyú e Chuluc.

baseando-nos em quatro características principais importantes: (a) a idade das aldeias, que tenham surgido a partir da segunda metade do século XX; (b) que a população hoje fosse predominantemente camponesa; (c) que tenham surgido como subcomunidade, ou comunidades sem poder político local independente, dependentes de uma das aldeias centrais mencionadas como mediadora entre elas e o poder central da prefeitura de Patzicía; e (d) que estejam relativamente isoladas com relação ao seu centro político rural (El Camán ou La Canoa). Assim, a pesquisa se concentrou nas comunidades de La Esperanza e Las Parcelas, como casos paradigmáticos.



Foto 7: Rua da aldeia Las Parcelas, do lado Izquierdo uma casa camponesa e do lado direito uma fazenda de abacate.

Fonte: Trabalho de campo abril 2021.

No leste da zona localiza-se a aldeia El Camán. Segundo informação sistematizada pela Prefeitura Auxiliar de El Camán, a aldeia foi fundada em 1840, como uma aldeia camponesa indígena que trabalhava as terras comunais sob administração da Prefeitura de Patzicía (13,42 ha ou 120 *cuerdas*), daí seu nome kaqchikel *pa kamán*, como uma *kaqchikelización* de “comum” ou “comunidade” (*común* ou *comunidad* em espanhol). Segundo essas informações, durante os

primeiros anos essas terras foram cultivadas completamente para os cofres da prefeitura, em meados do século XIX. Hoje é a aldeia melhor organizada politicamente, e o segundo centro povoado em importância do município após a área urbana. Está localizada na CA-1, a exatamente 7,6 km da cidade de Patzicía, no extremo norte da planície de Patzicía, e mantém relações econômicas importantes com a área urbana do município de Santa Cruz Balanyá (a 3,8 km), com a aldeia Chimazat do mesmo município (a 2,9 km), com quem compartilha um amplo sistema de caminhos, e com a aldeia Chirijuyú do município de Tecpán (a 3,2 km); além dos caminhos que conectam a aldeia com as ladeiras La Esperanza, Cerritos Asunción, Xejuyú, La Canoa etc. Devido a essa conexão profusa (comum na área) com outros centros povoados, à densidade demográfica da área, e a sua localização à beira da CA-1, El Camán apresenta dinamismo, complexidade política e econômica importante; achando-se mais perto de uma pequena cidade que de uma comunidade rural tradicional.



Foto 8: Seu Ramón Perobal, aldeia Cerritos Asunción.
Fonte: KAQJAY (2016).

Algo parecido acontece com os outros grandes centros povoados: a aldeia La Canoa, no extremo oeste da zona, e Cerritos Asunción, que tornou-se independente de La Canoa em 1976,

após o terremoto daquele ano.¹⁶⁶ Sobre a fundação e/ou povoamento da aldeia La Canoa, não existe um consenso entre os habitantes da aldeia acerca de uma data média de fundação, o que significa que a aldeia, como centro povoado, faz mais de 100 anos. Mas, a partir de entrevistas, podemos afirmar que em 1920 já estava habitada essa área por várias famílias camponesas ladinas e indígenas, e pelas famílias dos fazendeiros locais, que, segundo os idosos da aldeia, faziam parte da comunidade naqueles anos;¹⁶⁷ a família Sosa, proprietária da fazenda El Molino de la Sierra, e a família Santizo, proprietária de uma pequena fazenda de aproximadamente 40 ha no centro povoado atual da aldeia (Entrevista: P P45 II-E02). Outro relato referente à família camponesa indígena Canú, proveniente de Patzún, salienta que essa família se assentou nas terras de atual aldeia no ano aproximado de 1890, fato que consideramos viável levando em consideração o padrão de assentamento rural de finais do século XIX, ao redor das grandes fazendas coloniais (Entrevista: P P45 II-E03). Segundo dados de campo, todas as comunidades na zona norte, com exceção de El Camán e Chuixilón, foram parte da aldeia La Canoa, durante mais de meio século XX, tanto como assentamentos dispersos, não realmente aldeias, quanto como terras “desabitadas” naquela época.

Como exemplo de outra aldeia dessa zona, La Esperanza, surgiu com colonos e camponeses a partir do parcelamento de uma pequena fazenda, de umas 49 ha que, segundo informações coletadas no campo, se estendia sobre a mesma área que agora ocupa o centro povoado da aldeia; ainda existe evidência material dos limites da fazenda. Segundo informações coletadas em outras comunidades rurais da zona, as famílias que conformaram a aldeia camponesa em meados do século XX, principalmente os chefes das famílias Muj e Solomán, já moravam na fazenda como capatazes e colonos por volta do ano 1920. O parcelamento aconteceu aproximadamente em 1952, segundo nossos próprios cálculos a partir dos relatos dos povoadores.

A aldeia situa-se na nascente do Rio Balanyá (afluente do Rio Pixcayá), no meio da planície de Patzicía, no mesmo sítio onde se localizava a casa patronal da antiga fazenda, devido ao acesso à água. Nos primeiros anos dependeu da Prefeitura Auxiliar da aldeia El Camán. O nome antigo do sítio é Tzikib'al Ya', que poderia se traduzir como “O fim das águas”, por causa da antiga existência de um grande número de poços naturais de água de fácil acesso no lugar

¹⁶⁶ A aldeia Cerritos Asunción localiza-se sobre um platô no noroeste do Vale de Patzicía (sobre o lugar antigo e/ou arqueológico Kaqjay), tem três rotas de acesso: pela CA-1 passando por El Camán, pela RN-1 passando por La Canoa, e pela estrada antiga não pavimentada que vai de Patzicía para Tecpán.

¹⁶⁷ Seu Fermin Tiney da aldeia La Canoa relata que no começo do século XX os filhos da família Sosa assistiram à escola junto com os filhos dos camponeses indígenas, embora os ladinos proprietários fossem “milionários”, como ele salienta (Entrevista: P02 I-E2).

(Entrevista: TC P5H III1-E02). O território que estes camponeses acessam se estende sobre tudo o que chamamos de a zona norte do município de Patzicía. E dentro dessa zona toda não existem áreas de uso comum, apenas terras municipais, mas que são usadas de forma individual/familiar como terra arrendada para usos agrícolas por camponeses, estamos falando das terras e a pequena floresta chamada Asoliadero, no vale do Rio Xayá, ao norte da aldeia Cerritos Asunción.



Foto 9: Produção de cenoura de agricultura capitalista, na planície de Patzicía, próximo à aldeia La Esperanza.
Fonte: Trabalho de campo julho 2021.

A dinâmica agrícola camponesa em La Esperanza é interessante por causa do intenso processo de *monopolização do território* sofrido na zona, que ao lado da relativamente alta quantidade de terras que as primeiras famílias da aldeia possuíam (HERRERA *et al*, 2004), fez que alguns dos camponeses conseguissem ingressar na produção de hortaliças para o mercado, junto ao avanço da agricultura empresarial, ao mesmo tempo que alguns deles viraram agricultores capitalistas. Porém, aqui a agricultura camponesa segue girando ao redor do milho e do *sistema milpa*, caracterizado pela escassa tecnificação e logística muito simples em comparação com a agricultura capitalista destacada na *paisagem* da aldeia e da zona. Especificamente na aldeia da que estamos falando é pouco visível a agricultura camponesa

(identificável com a cultura de milho) que foi empurrada a terras marginais e distantes pelo avanço cada vez mais tecnificado da agricultura capitalista.



Figura 9: Perfil de elevação do território acessado pelos camponeses da zona norte de Patzicía.

Fonte: Organizado por Tocón-Ajsivinac, no aplicativo Gaia GPS. A elevação máxima corresponde à localização da aldeia Cerritos Asunción (2.282 AMSL), a elevação mínima (2.061 AMSL) à esquerda corresponde à localização da aldeia El Potrerio, e a elevação mínima à direita do perfil corresponde a aldeia La Esperanza (2.118 AMSL).

3.2.2. A presença negativa do Estado e a transformação no uso da terra e o território camponês em Patzicía

O melhor exemplo das transformações no uso da terra em Patzicía face ao avanço da monopolização do território pode ser estudado nas terras municipais (públicas). Majoritariamente florestas e pastagens até meados do século XX, quando foram transformadas em produtivas por camponeses sem-terra que receberam terra em arrendamento para a subsistência. O pago por *cuerva* arrendada é ínfimo, ao redor de USD 1,54, em média, por ano.

Até o ano 2016 foram 208,04 ha de terras municipais destinadas para camponeses sem-terra, principalmente, distribuídos nas terras chamadas: (a) Asoliadero, onde foram dadas em arrendamento apenas 1 *cuerva* por família, beneficiando a 210 famílias (23,48 ha), entretanto em 2021 foram apenas 106 as famílias beneficiadas; (b) Pachut, representa o segundo maior grupo de terras dadas em arrendamento — depois das terras do Soko’ —, com aproximadamente 66,14 ha de terra (591,5 *cuervas*), beneficiando a 93 famílias camponesas naquele ano com 6,36 *cuervas* (0,71 ha) em média cada, em 2021 foram 98 as famílias beneficiadas, principalmente de Patzún porque as terra de Pachut fazem parte das terras do B’alam Juyu’ dentro da jurisdição desse município; (c) B’alam Juyu’, com só 19 ha (170 *cuervas*), beneficiando a 30 famílias camponesas de Patzún com 0,63 ha (5,66 *cuervas*), em média, cada, em 2021 foram 31 famílias; (d) Rastro, localizado ao sul da área urbana de

Patzicía, beneficiou a 30 famílias camponesas naquele ano com 1 *cuerda* cada, em média (3,52 ha no total); desde o ano 2021 essas terras deixaram de fazer parte da “política agrária” do município, o novo uso dessas terras ainda não foi clarificado pela prefeitura; e, finalmente (e) Soko’, em 2016 com uma extensão de 95,88 ha de terra cultivada (857,5 *cuerdas*), destinada principalmente para camponeses sem-terra (beneficiando a camponeses da zona central urbana principalmente), no total de 277 famílias, em média 0,34 ha cada. Entretanto em 2021, segundo próprios dados da Prefeitura, foram apenas 123 famílias, isso se explica pela concentração de terras públicas em mãos dos empreendedores agrícolas.



Foto 10: Vista aérea para o leste, parte da planície, área urbana de Patzicía, Monte Soko’, e no fundo vulcões Agua e Acatenango.

Fonte: José Eduardo Valdizán Mendoza.

As terras do Soko’ exemplificam muito bem como está acontecendo o processo de monopolização do território através do avanço da terra de negócio. Embora, desde os primeiros registros que apresentamos aqui, em 2016, já existisse o subarrendo de algumas dessas parcelas que eram usadas para produzir hortaliças, durante o trabalho de campo em 2021 foi possível observar as mudanças no uso das terras do Soko’. Os casos mais ilustrativos achados foram as unidades camponesas expulsas das terras municipais (Entrevista: TC P3E I-E10) pelo avanço da agricultura capitalista sobre terras tradicionalmente camponesas. Virando proletários rurais.

Nesses casos, os agricultores capitalistas acessam via subarrendo ou *comprando* o direito ao uso dessas terras públicas aos camponeses, a partir de diversos mecanismos, às vezes a partir de relações fraudulentas com os vereadores da prefeitura, o que afinal significa para os camponeses ingressos líquidos imediatos, mas a perda de acesso à terra.

3.2.2.1. A organização camponesa face à perda de acesso à terra

Segundo dados coletados no campo nessa temporada (2021), e na temporada anterior (2016-2017), a terra é insuficiente, segundo os próprios camponeses. As nuances existentes dentro do campesinato local nos falam da pouca utilidade das generalizações quantitativas ao estudar os processos de territorialização camponesa. Enquanto, em média, a terra cultivada pelos camponeses no município é de 6,33 *cuerdas* (0,70 ha), quantidade suficiente para não se considerar camponês com “pouca terra” ou camponês *pobre*, segundo o FONTIERRAS. Entretanto, a realidade qualitativa apresenta uma dinâmica bem mais complexa que a simples aproximação tecnicista.

Por exemplo, isso poderia se considerar como terra suficiente (forçando o conceito de *terra suficiente*) se os produtores do campo em geral (não apenas camponeses) tivessem algum apoio técnico estatal de qualquer tipo. Porém, desde a consolidação do processo de privatização do Estado da Guatemala em 1996, não existe apoio nenhum sob política pública para os camponeses, sequer para os pequenos agricultores capitalistas (Entrevista: TC P3E II-E01). A única política agrária do Estado da Guatemala não é o parcelamento de terras pelo FONTIERRAS (que virou uma “reforma agrária via mercado”), e sim o *arrendamento de terras públicas* para os camponeses pobres por meio das prefeituras. E mesmo essa política tem se perdido em meio aos avanços do processo de monopolização do território.

Até o ano de 2016 as terras municipais do estaleiro Soko’, como todas as terras municipais (Rastro, Pachut, Asoliadero e B’alam Juyu’), eram arrendadas a camponeses pobres (sem-terra) do município, e também do município vizinho de Patzún. Contudo, com a pressão dos agricultores capitalistas, na procura de incrementar a produção, ou de se inserir na produção para o mercado de hortaliças, começaram a se expandir sobre as terras tradicionalmente camponesas (cultivo de milho e feijão, principalmente), como eram as terras do Monte Soko’. Assim, ficaram muitos camponeses sem-terra sem a possibilidade de continuar reproduzindo a sua vida, ao ser expulsos das terras públicas que acessavam através de arrendamento. Um camponês de, pelo menos, uma segunda geração de camponeses sem-terra nascidos em Patzicía,

salienta como passou de arrendar terras particulares a ficar sem terra, passando pelo arrendamento de terras públicas, até virar proletário rural, voltando à condição dos seus pais:

Nunca, nunca [he tenido terreno]. Como mis padres fueron pobres, nunca. Solo durante mi vida que he vivido, solo empresté [*sic*] un poco de terreno, así mientras pasa el tiempo. De ahí cuando yo sentí que no muy me sale bien donde yo presto terreno, entonces pedí en la Montaña [Soko'], terreno municipal. Pero solo fue un tiempo cuando me salió bonito. Después empezaron a... póngale los del comité, después ya los comités, ya un arrendante ya no les importa nada, si la persona tiene su matita de milpa, solo van con el síndico, le piden camino y lo van a ir a hacer [el camino sobre los terrenos cultivados]. Así me hicieron hace dos años. Yo había tenido ese terrenito ¡qué! Hay un señor, vive ahí en la finca la Muchacha, sólo llegó, como él es de terreno [propietario], de billete [de dinero], agarró [arrendó] 8 cuerdas ahí, le dejaron en el astillero municipal [...] Ta bueno, dije. Más 4 metros me sacaron de la cuerda de largo [donde pasaba el camino]. [...] . Y así año con año, igual a derrumbar el paredón. Cuando pasa el agua, hace barranco, al paredón lo derrumba para rellenar donde hizo barranco el agua. Así, mejor pensé yo, y otra cosa como se enfermó mi señora, mejor lo voy a dejar para que... que voy a hacer yo, ella tirada en cama y yo en el monte, y quien la va cuidar, dije yo. En fin, lo dejé. Ya no sembré, el 2019 dejé ese terreno. No sembré el pasado, ni este año voy a sembrar, nada (Entrevista: TC P3E E-10).

Na entrevista se explica que um agricultor, proprietário rico, subarrendou 0,89 ha (8 *cuerdas*) nos terrenos do Monte Soko' para cultivar cenoura e, a partir de alianças corruptas com o vereador da prefeitura, conseguiu uma ampliação do caminho que significou a redução dos terrenos do Seu Félix Per, nosso entrevistado. Além disso, esse agricultor seguiu ampliando o caminho com fins pessoais.

Esse é apenas um exemplo de como os camponeses mais empobrecidos do município começam a diluir-se no grosso dos trabalhadores informais, e como as desigualdades locais exacerbam-se, ainda mais. Mas, embora isso continue ocorrendo, não poderíamos dizer que essa é a tendência geral da agricultura em Patzicía. Segundo dados de campo, como consequência do processo histórico, dentro do campesinato existem duas tendências gerais de organizar a produção face a dinâmica capitalista circundante.

3.2.2.1.1. Os camponeses sem-terra ou com terra insuficiente

Primeiro, a partir das incertezas territoriais a que foram submetidos os camponeses desde várias gerações atrás,¹⁶⁸ identificamos aos camponeses com terra insuficiente e sem-terra.

¹⁶⁸ No trabalho de campo, pesquisamos ao redor do processo de formação social e econômico das unidades camponesas, desde duas gerações atrás para, seguindo o procedimento de AVANCSO (1999, p. 20-21), reconstruir o passado social e econômico, mas, neste caso, também para identificar se a unidade camponesa está no processo de *re-territorialização* ou de *des-territorialização* dentro do território camponês estudado.

¹⁶⁹ No trabalho de campo procuramos identificar o grau de territorialização no nível local, e descobrimos que em Patzicía esse nível diminui ao existir um processo de longa data de *deslocamento* territorial a partir da perda de posse e acesso à terra, principalmente desde o avanço da agricultura capitalista de hortaliças, que, ao se relacionar com as ideias de produtividade e competição individual, substitui a noção de *terra de trabalho* pela relação de *terra de negócio*. E, quanto mais deslocados, quanto menos porções do território acessarem os camponeses, mais difícil reproduzir o modo de vida camponês enquanto classe social com consciência de classe.

Um caso ilustrativo é o caso da unidade camponesa Chacaj-Sir¹⁷⁰ da aldeia Santa María Cerro Alto. O chefe da unidade, Seu Tomás Chacaj, vem de uma família de pastores sem-terra e colonos da fazenda Teguyá (Tew Ya') em Acatenango, que ficaram sem lugar para viver por causa da erupção do Vulcão de Fogo de 1959. Ao longo dos seus 73 anos conseguiu comprar apenas 3 *cuerdas* (0,35 ha). Ao possuir uma quantidade de terra insuficiente, acha-se por baixo da linha da pobreza. Em casos como esse, a percepção da terra como terra de trabalho é ambivalente, porque na procura desesperada da subsistência os vínculos com a terra se utilizam. Por exemplo, o uso de sementes melhoradas de milho, ou até transgênicas, impensável para os camponeses com forte consciência de classe, não só não é questionado por Seu Tomás, mas é desejável por ele, dada sua condição de vida de pobreza e sua idade avançada que o impede de trabalhar como diarista agrícola. Embora ele cultive milho e feijão, salienta:

...No sé, porque yo tengo un mi patojo que tiene su mujer de la aldea. Y a su suegro dicen que *le dieron maíz mejorado*, salió así la milpita, pero cargó bien. Eso es lo que yo digo también, a nosotros nada nos han dado, solo cuando estuvo, no me acuerdo que institución estuvo ahí con nosotros, nos trajo semilla de frijol. Y lo sembramos. Primero, lo que hicimos, sembramos media cuerda del grupo, para ver si sale bien, después nos dieron semilla a cada uno. [...] Por eso digo yo, si por un caso que consiga un poco *semilla así de maíz o de frijol*, tómenos un poco en cuenta porque, así como digo yo, frijol que tanto venden así en la plaza para sembrar, pero no sabe uno que calidad de frijol es. La vez pasada yo mandé a comprar unas mis dos libras con la señora, para comer lo compré, pero se cuece bien, saqué un puño, media libra para sembrar, pero no sirvió, hay que echarle pita porque solo bejuco es. [...] Yo lo que quiero también, es que nos ayude con un poco de *fertilizante, alguna semilla, fertilizante*, porque ya llega el tiempo y no hay pinto para comprar abono, ese es el problema más que tenemos nosotros los ya de la tercera edad, porque yo por mi parte ya voy para 73 años. El 02 de enero de 1949 nací yo. Ya ninguno que me dice “querés un tu medio día o un tu día, o un par de horas si quiera para [comprar] un tu tortrix” ya ninguno. Sí se desean las cosas también, pero como no hay, hay que aguantar (Entrevista: TC PIB I-E01).

¹⁶⁹ Segundo o FONTIERRAS, uma quantidade suficiente de terra para uma família nuclear (para não se considerar pobre) são 7 *cuerdas* (0,69 ha), e embora no trabalho de campo identificamos que essa quantidade de terra outorga algum grau de segurança e soberania alimentar a uma família nuclear, continua a ser terra insuficiente para uma unidade camponesa sair da pobreza. Porém, para explicar os dados coletados no campo, dividimos as unidades camponesas entre as que possuem mais de 0,7 ha e as que possuem menos de 0,7 ha.

¹⁷⁰ Os chefes da unidade camponesa são Seu Tomás Chacaj e Dona Albertina Sir.

Na entrevista toda, Seu Tomás fala inúmeras vezes sobre sua vontade de semear semente melhorada de milho, como se pode ver no trecho anterior. Nesse caso, sua condição camponesa como *proceso mental* (AVANCSO, 2000), ou em nossos termos como modo de vida e com forte consciência de classe, é ambivalente porque ele não se questiona a procedência nem as consequências do uso dessas sementes, nesse caso o que une o agricultor à terra não é tanto o trabalho (enquanto atividade humanizante), mas a produtividade das micro parcelas em busca da sobrevivência, por causa das incertezas produtivas causadas pela perda de acesso ao meio de produção — a terra.

Através do avanço da agricultura capitalista no processo de monopolização do território, ao deslocar as unidades camponesas mais vulneráveis (enquanto menos terra mais vulnerável), é possível ver uma mudança no território, na terra, e na concepção do seu uso, não só na agricultura capitalista, mas também na agricultura camponesa de subsistência. Isso muda a visão da terra porque muda a maneira como eles (unidade camponesa-terra) estão se relacionando. Nesse processo muda também a concepção de terra dos trabalhadores agrícolas (alguns deles camponeses) que seguram a agricultura capitalista local. Assim, a grande noção da “terra a ser defendida”, relacionada com a raiz e com o projeto político camponês perde eco dentro as unidades camponesas vulneráveis.

Na Guatemala, o processo de privatização da terra em termos modernos começou com a Reforma Liberal. Porém, no século XX ainda era possível encontrar formas tuteladas desde o Estado sobre o uso e acesso à terra, como a propriedade comunal, apesar de vilipendiadas pela propriedade individual da terra. Houve entrega e devolução de terras aos camponeses a partir da Reforma Agrária, e posteriormente a partir do INTA que cedeu terras a camponeses, embora sem afetar a grande propriedade. A partir dos Acuerdos de Paz (1996), o Estado gerou instrumentos legais destinados à consolidação da privatização da terra e acabar com a tutela do Estado. Primero, através do mercado de terras, que começou como projeto militar de Estado na década de 1980, quando os grandes proprietários começaram a vender terra esgotada ou marginal, que tinha sido despojada dos próprios camponeses (Entrevista: TC CDGT IV-E01).

E segundo, a regularização de terras, onde o que aconteceu foi a entrega de títulos individuais aos camponeses que trabalhavam a terra de forma coletiva. Por exemplo, isso aconteceu na comunidade camponesa Las Parcelas em 1995, quando procuraram obter títulos individuais de propriedade:

Éramos 22, como dijéramos, arrendantes, que teníamos que sembrar el terreno, y *nadie se tenía que ser dueño de nada*. Pero ya con el tiempo empezó que mejor se dividiera para que cada uno tuviera su parte, para ver qué es lo que hace, según cada inteligencia,

cada uno. Porque como en ese tiempo todavía se sembraba trigo, se sembraba cebada, se sembraba frijol, se sembraba maíz, se sembraba papa. Y dijeron que mejor hagamos nuestro lugarcito cada uno. Y cada uno que va trabajar su terreno lo trabaja y el que no, no, así se quedó. [...]

Y un compañero mío que se llamaba Candido Sisimit, ese era el tesorero. Como crecieron sus hijos y seguro le pidieron escrituras, que ya repartió el terreno. Entonces vino él, mandó a hacer una escritura con el licenciado [abogado]. Pero el licenciado le dijo, “este no lo puedo hacer yo, esto tiene que ser de donde ha venido esto”. Y fue cuando vinieron algunos licenciados del INTA. Vino un licenciado de apellido Cruz, y después vino don Luis Villatoro Xac (Entrevista: TC P4G I-E05).

A regularização de terras deu certeza jurídica dos títulos individuais de terras. Esses dois processos atacaram diretamente a noção coletiva da terra, que perdurou até o século XX. No contexto de Acuerdos de Paz, foram criadas as instituições que seguram *o mercado* e a *regularização de terras*, como o FONTIERRAS, o Fondo Para la Paz — FONAPAZ e o Registro de Información Catastral — RIC. Vemos que, nas primeiras duas décadas do século XXI, a partir das disputas territoriais, arbitradas pelo Estado em prejuízo dos camponeses e do próprio Estado,¹⁷¹ entre a grande propriedade, a agricultura capitalista local e o campesinato, muitas das possibilidades de consolidar os processos de territorialização camponesa são quebradas, porque a agricultura sob o capitalismo industrial necessita da *recriação* da unidade camponesa de subsistência, visto que o capitalismo necessita da capitalização da renda fundiária (VERGOPOULOS, 1977), através da viabilização do sistema minifúndio-latifúndio.

3.2.2.1.2. A luta camponesa por acesso a partilhas do território

Segundo, enquanto consideramos o campesinato como classe social com consciência de classe marcamos sua relação antagônica com o capital; mas também sua capacidade de incorporar técnicas próprias do capitalismo (consumo produtivo), produzir mercadorias, usar o sistema financeiro (créditos) e manter o controle do seu meio de produção (terra), sem tornarem-se capitalistas. Por outro lado, também “sem tornarem-se proletários, ainda que o trabalho familiar seja o fundamento de sua reprodução” (PAULINO, 2012, p. 74).

¹⁷¹ A partir do FONTIERRAS e seu projeto de reforma agrária via mercado, o Estado é o único perdedor quando os camponeses se recusam a pagar a dívida agrária, nesse caso o Estado não tem mais opção de reduzir a dívida. Pois “todas [las instituciones del Estado, como FONRIERRAS y FONAPAZ] se coaligan para la cuestión del gran despojo y benefician a los grandes empresarios. ¿Y quienes se quedan fregados? los campesinos, con deuda agraria, por eso es que la gente nunca pensó en pagar la deuda agraria, el gran perdedor fue el Estado. Porque al final es un Estado oligárquico militarizado, no es un Estado público, porque tal vez tú podés ver en otros países, el Estado recoge impuestos y los re distribuye, aquí no es eso. Aquí la oligarquía y el ejército [se sirven del Estado]” (Entrevista: TC CDGT IV-E01).

O total das entrevistas, sobre a terra, feitas aos camponeses do município coincidem em um ponto. Que está acontecendo uma perda do acesso à terra, e que isso significa dificuldades para reproduzir a vida, como foi visto no ponto anterior (3.2.2.1.1). Na continuação, apresentamos alguns exemplos:

Ah no. Nosotros también aquí lo que falta es terreno. Aquí son pocos los que tienen terreno grande, de ahí casi solo dos, tres, cuatro, si mucho, cinco, seis cuerdas, si mucho, de ahí, los que más tienen, unas 15 [1,68 ha], lo más. De ahí todo ya son pedacitos nada más, no hay más terreno. No hay. Casi la mayor parte, alquilan, muchos de aquí van al pueblo a alquilar terreno, como le digo no hay terreno, todo ya tiene dueño. No es como cuando nosotros crecimos, ¡hay Dios! Aquí ni leña se consigue también. No hay leña. (Entrevista: TC P1B p)

Es triste, porque solo así pues buscando posada [arrendar terreno], y uno se haya, y después le dicen “ahora tenés que desocupar el lugar”, quiere ganas, sí cuesta. (Entrevista: TC P1B I-E01)

Sí hay unas cuerdas [de terreno] también, pero está por allá también, solo eso nada más. Y así como digo yo también, que tanto como a mí, yo me enfermé 2 años, estuve en cama. Acabo de juntar con mi señora cuando em enfermé, después me recuperé yo, mi señora calló 8 años, después recuperamos un poco nosotros, tuvimos unos familias, tuvimos la escuela, otro mi pobre hijo ganó su tercero básico, le agarro la enfermedad, se murió, así estamos. Quiere ganas la vida. Cuesta un poco. Tal vez la suerte de uno, hay otros que dicen que es la suerte de uno, pero saber, no sé bien. (Entrevista: TC P2C I-E04)

Ya del cultivo que estamos haciendo la mayoría de la gente es alquilado. Siempre alquila el terreno aquí la gente. Pocos los que tienen. Tal vez unas sus 4 cuerdas, si mucho, lo que tienen la gente aquí, propio. La mayoría, miro yo que alquila el terreno. Unas sus 4 [cuerdas]. Porque más que todo, lo que siembran aquí solo milpa y frijol, un poquito de verduras, unas sus 4 cuerdas. (Entrevista: TC P1A I-E02)

Dentro de nossa indagação sobre os processos de territorialização camponesa no atual contexto de capitalismo mundializado e capitalização da renda fundiária (consumo produtivo e circulação das mercadorias), tivemos interesse especial na prática concreta da unidade camponesa. Seguindo o procedimento de AVANCSO (1999; 2000; 2006; 2007), nosso objetivo foi conhecer seus vínculos territoriais, enquanto pertencem a um grupo territorial que estabelece relações e compromissos recíprocos, não apenas com a comunidade rural circundante, mas com a natureza através do seu aproveitamento para a reprodução material e cultural ao mesmo tempo.

A prática concreta da unidade camponesa pode nos mostrar como estão acontecendo as disputas pela terra e os processos de territorialização na agricultura local. Aqui é preciso lembrar que uma mudança no regime político-econômico introduz mudanças na quadrícula territorial. Vemos hoje que o capitalismo mundializado provocou modificações nas territorializações locais através da manipulação dos códigos de hierarquia e de centralização, e

através da mudança vertiginosa pela acumulação. Nos processos territoriais camponeses, são úteis as afirmações de Raffestin quando salienta que, nas territorialidades das comunidades agrícolas:

[...] verifica-se a permanência das tessituras antigas que sobrevivem, por elas são sustentadas pelas relações vividas pelas populações, pelas relações econômicas, pelos laços de solidariedade e pelas conformidades entre linguagem e costumes. *Destruir ou apagar os limites antigos é desorganizar a territorialidade e, em consequência, questionar a existência cotidiana das populações.* Uma transformação drástica dos limites teria conduzido a um confronto com o novo poder (RAFFESTIN, 1993, p. 173, grifo nosso).

Pela necessidade de entender as permanências, resistências, mudanças e estratégias camponesas é que abordamos a *prática concreta* da unidade camponesa. Os processos de territorialização camponeses estão intimamente ligados ao uso variado de recursos e de relações, e quanto mais variada a relação com o seu entorno social e natural, mais pode se desenvolver materialmente. Acreditamos que: se os vínculos com a natureza são diversos, mais complexa será a visão do que ela fornece e farão um uso integral do apropriado e produzido, e assim será menos *artificializado* o seu sistema produtivo. Uma relação oposta resultaria em um processo de erosão da racionalidade ecológica do campesinato (MERSKY, *apud* AVANCSO, 2006, p. 14) e da visão e relação com a terra, como acontece nos casos que identificamos com terra insuficiente ou sem-terra (item anterior).

Embora a terra seja insuficiente para todos os camponeses entrevistados no município, as relações variadas e diversas com o entorno é evidente na maioria das unidades camponesas, especialmente nas que possuem uma *paisagem* (SOUZA, 2018) mais extensa e variada, como acontece com as comunidades rurais do sul do município, mais ligadas a um território variado e que reconhecem como *antigo*. As quatro maiores comunidades que habitam o sul (San Lorenzo, Warab'äl, Santa María Cerro Alto e Pahuit) compartilham e estão ligadas a um território de aproximadamente 1.200 ha que, poderíamos dizer, se estende desde o Rio Sya' para o *paraje* Catanayá, de norte a sul; e pelo menos do Rio Xayá à inclinação oeste do Monte Soko', de oeste a leste. Enquanto nas áreas mais elevadas se cultiva milho, feijão e hortaliças, as terras descem para o sul criando uma área cálida, apropriada para o cultivo de café. Identificamos esse território como compartilhado e comum, a partir da nomeação de lugares de

trabalho e lugares rituais antigos reconhecidos pelas comunidades, durante o trabalho de campo.¹⁷²

Um bom exemplo do uso diverso do entorno camponês em Patzicía acontece na unidade camponesa Xiquín-Xicay¹⁷³ da aldeia Pahuit. A unidade possui terras no vale fluvial do Rio Xayá, 0,45 ha (4 *cuerdas*), nas que cultiva-se café, verde e maduro; e terras na encosta do Monte Soko', onde a aldeia está localizada, 0,35 ha (3 *cuerdas*), nas que cultiva-se milho e feijão. A lenha que a unidade usa é obtida das árvores (*Grevillea robusta*) que fazem sombra ao café, e a água é obtida de um *poço artesanal* (como todas as unidades camponesas do município) localizado na vivenda da unidade camponesa. Em total possui apenas 0,78 ha, porém, entre cultivar milho e feijão e a venda do café — que também cultiva — consegue reproduzir a vida da unidade doméstica, que consiste em dois chefes da unidade, adultos, e três crianças menores de 15 anos. Seu Benjamin Xiquín (o chefe da unidade) também vende sua força de trabalho como diarista agrícola. Ele vem de uma família camponesa sem-terra que trabalhava terra arrendada na mesma aldeia; e seus avós paternos foram colonos da fazenda Santa Feliza em Acatenango, onde nasceram e morreram.¹⁷⁴ Esse é um caso claro que exemplifica como a relação proporcional *tamanho da família–extensão de terra* concede perspectivas diversas sobre a relação que a unidade camponesa constrói com a terra e o entorno no processo de territorialização. E, embora a pressão sobre a terra cresça ao crescer a família Xiquín-Xicay, por enquanto, a possibilidade de reproduzir o modo de vida camponês sem dificuldades extenuantes (CHAYANOV, 1974) reforça a relação com a terra como *terra de trabalho*, e à unidade camponesa como unidade com forte consciência de classe, como pode-se entender no trecho a seguir:

Un avión vino a tirar unas moscas, en cajitas así, vinieron a tirar, y toda esa parte cuando lo arruinaron todo eso. En ese tiempo compramos insecticida, fungicida. Pero lo que vimos nosotros es que ese tomate [hicieron eso] para que ya no dara el tomate, que

¹⁷² Hoje, muitos desses lugares que chamamos de “rituais antigos” permanecem na memória da maioria população jovem como lugares “mágicos”, de “bruxaria”, ou “assombrados”, sob influência do cristianismo. Porém, alguns camponeses falam desses lugares como lugares que tem que se respeitar ou lugares “especiais”.

¹⁷³ Os chefes da unidade camponesa são Seu Benjamín Xiquín e Dona Feliza Xicay.

¹⁷⁴ As famílias camponesas na Guatemala são patrilineares majoritariamente, isso dificulta ter acesso ao lado materno da família, porque mais importância é dada a linha paterna; por outro lado, a terra em herança circula normalmente pela linha paterna; quando houver filhos homens, as mulheres não recebem terra ou recebem pouca terra em herança (TOCÓN-AJSIVINAC, 2018). Nesse caso, os dados coletados em campo sobre a linha paterna são mais ricos que os dados coletados sobre a linha materna. E principalmente por causa das contingências da Pandemia de Covid-19 não foi possível fazer trabalho de campo mais aprofundo (fazer estadias de campo mais longas) sobre o processo de conformação social e econômico da unidade camponesa. Porém, a análise do desenvolvimento patrilinear da unidade camponesa lança luzes, acreditamos, sobre os processos de territorialização camponesa, embora aceitemos que a discussão das opressões sociais é negligenciada nesta pesquisa.

compráramos nosotros el tomate. Porque nosotros hacemos el semillero, sacamos el tomate, y se viene otra [cosecha]. No compramos semilla. Entonces tal vez eso lo que [querían hacer]... como son los *empresarios*, ahora ya todo es *tomate mejorado*. Y eso es lo que querían hacer con el maíz también y la *Ley Monsanto*. Maíz que ya no germina. Así hicieron con el tomate cuando se terminó. Ahorita está el tomate pero así como le digo, tenés que comprar agril, nilón, insecticidas... ahorita, el tomate si uno quiere pero ni eso ya no da. Yo ya no siembro el tomate... (Entrevista: TC P1A I-E02).

Na entrevista, Seu Benjamin relata como na aldeia existe a ideia generalizada de que são as grandes multinacionais as que dificultam a gestão sustentável da agricultura camponesa local, através da introdução forçada do consumo produtivo, a partir do uso de “sementes melhoradas” e outros insumos. Ele fala da queda da produção do tomate crioulo (*Ixim xkoya*’ em língua kaqchikel) na aldeia, que embora não tenha acontecido como ele relata (acreditamos que aconteceu, sim, como ele relata), a sua fala representa uma consciência de classe clara face às multinacionais produtoras de sementes, fertilizantes, fungicidas, inseticidas etc.

Outro caso importante para citar sobre a terra como terra de trabalho foi encontrado na aldeia Santa Maria Cerro Alto. Na entrevista piloto, o camponês entrevistado salienta:

Unas 7 cuerdas [poseo] Sí, trabajo por mi propia cuenta. Si lo logro vender bien, está bueno, si pierdo, pierdo, soy yo. Lo más importante es tener terrenito donde trabajar, especialmente para vivir, es lo más importante, y pienso yo que por lo menos para tener para vivir, Porque para agricultura, aunque sea usted camina un kilómetro, dos kilómetros, pero al fin llega. Pero el terreno para vivir, para mí sería la necesidad más grande, que puede haber, y *debería de tener cada quien por lo menos donde vivir*, porque es lo más necesario, porque trabajo, aunque sea se consigue por día, o por mes se va uno, sino se puede aquí se puede ir a otro lado a conseguir trabajo, pero vivir. Porque ahorita alquilar casa aquí, ¡cuánto puede valer un alquiler de casa! Solo para eso trabaja uno. Este terreno lo compré yo. O sea que yo, a través de préstamos, porque a veces uno solito quisiera hacer las cosas y dice uno, yo voy a juntar dinero para hacer esto, aquí es un poco difícil porque el dinero no se junta. Yo lo que he hecho es meterme a préstamos... (Entrevista: TC PIB p)

O acesso e o uso diverso do território não acontecem na mesma intensidade em comunidades rurais do noroeste do município, que se acham limitadas pela fazenda La Sierra. Por exemplo, as aldeias El Potrerio e Las Pareclas (ver mapa 10) apresentam um fluxo maior de mobilidade laboral, por terem uma relação menos diversa com o entorno causado pelo limitado acesso à *paisagem*. Primeiro, a comunidade El Potrerio, uma aldeia de 91 famílias, hoje é majoritariamente proletária, como a presidenta do COCODE salienta:

Ya digamos que sean así campesinos-campesinos, ya casi no se encuentran. Ya no. Aquí ya los jóvenes... lamentablemente ya todos los grandes se nos están adelantando, entonces ya ahorita ya la mayoría, prefieren comprar maíz, o incluso ya ni maíz, compran tortillas, y mujeres, verdad. Ya va cambiando todo, y todas las tradiciones. [...] Trabajan en otra cosa. Trabajan de chofer, de ir a cargar los camiones en el pueblo, a la verdura así temprano. Trabajan en maquilas, ya así del campo ya no. Y otros que

han tenido la oportunidad de preparase, trabajan en Chimaltenango, Guatemala. Entonces ya agricultores así, le podré decir, tal vez hay unos 2 o 3 [familias]. (Entrevista: TC P4F III1-E01)

A relação limitada que o campesinato poderia ter com o entorno pode ser vista na aldeia Las Parcelas, pois além do acesso a sua própria parcela e comunidade, não têm acesso nem ao *ecossistema*, nem à *paisagem* de forma simples e imediata. O exemplo mais claro se dá com os recursos florestais:

Porque, sí, dan permiso en la finca [de colectar leña], pero uno tiene que hacer 3 jornales y con carnet para que den permiso a ir a buscar su chirivisco. Solo chiriviscos, y cuando botan algunos palos, entonces esas ramas son pues, eso lo aprovechamos nosotros, eso lo único, pero la mayoría compra su leña. (Entrevista: TC P2D I-E06)

Os camponeses da aldeia Las Parcelas não têm uma relação diversa com o entorno por causa da existência da fazenda La Sierra. No trecho anterior, a pessoa entrevistada fala que o acesso à energia química (que na unidade camponesa local simplificamos com o acesso a lenha) não é livre, a única opção que eles têm é a compra de lenha porque os proprietários da fazenda os impedem de fazer e/ou coletar lenha dentro da fazenda (a única floresta por perto), o único jeito é coletar galhos de arbustos contra pagamento com 3 dias de trabalho na fazenda.

As características apresentadas a partir do acesso diferenciado ao território representam diferentes modos de territorialização para os camponeses. Quanto mais diversos os territórios, o modo de vida camponês apresenta mais dinamismo e, por conseguinte, mais forte é a consciência de classe e mais visível o projeto político camponês na procura do controle da terra e do território. Os processos de territorialização encontram-se determinados pelas particularidades das forças produtivas e do contexto histórico-social. Esses nunca são estáticos, estão determinados pela constante luta pela terra no longo processo de roubo e recuperação da terra. Os limites dos territórios (territórios-redes camponeses) estão determinados por: quem procura influenciar a quem, sob quais condições e em qual período de tempo.

Assim, acreditamos que o território subalterno que o campesinato tem desenvolvido, como consequência do movimento contraditório do capitalismo, ao mesmo tempo que como estratégia de sobrevivência, corresponde a um território-rede, fragmentado, mas que os permite de acessar a recursos materiais e simbólicos diversos além do próprio espaço privado da vivenda e da terra de trabalho.

A pressão sobre a terra desde atores externos às comunidades agrícolas se apresenta hoje como uma luta entre empreendedores e camponeses. Ainda que durante a época colonial e a época republicana a pressão externa (crioulos e ladinos) tenha sido intensa (do mesmo modo

que a resistência camponesa), atualmente, face à agricultura capitalista comandada por antigos camponeses indígenas (os novos *farmers*), as *comunidades agrícolas* camponesas têm a tendência da subdivisão da terra dentro das próprias famílias camponesas a partir do processo natural de crescimento demográfico da família (*minifundização do minifúndio*). Entretanto, a luta pela recuperação de terras, face ao aparato jurídico hostil ao camponês, passa pelos mecanismos próprios do mercado de terras e do mercado de produtos agrícolas. Porém, existe evidência, durante breves períodos nos últimos dez anos, da ação territorial intensa camponesa, quando o território comumente acessado por eles enfrentou uma ameaça externa, como aconteceu com as ameaças da mineração e a construção da rede de linhas de transmissão elétrica que iriam atravessar as florestas,¹⁷⁵ nos anos 2015 e 2018, respetivamente, recorrendo a ações de resistência camponesa, algumas delas consideradas como “ilegais” dentro do aparato jurídico guatemalteco.

Territorialização significa controlar fluxos, estabelecer e dirigir redes em constante transformação pela mudança da função, e/ou apropriação simbólica. Para os camponeses em Patzicía, as afirmações de Haesbaert são interessantes ao comprovar que, como salienta o autor:

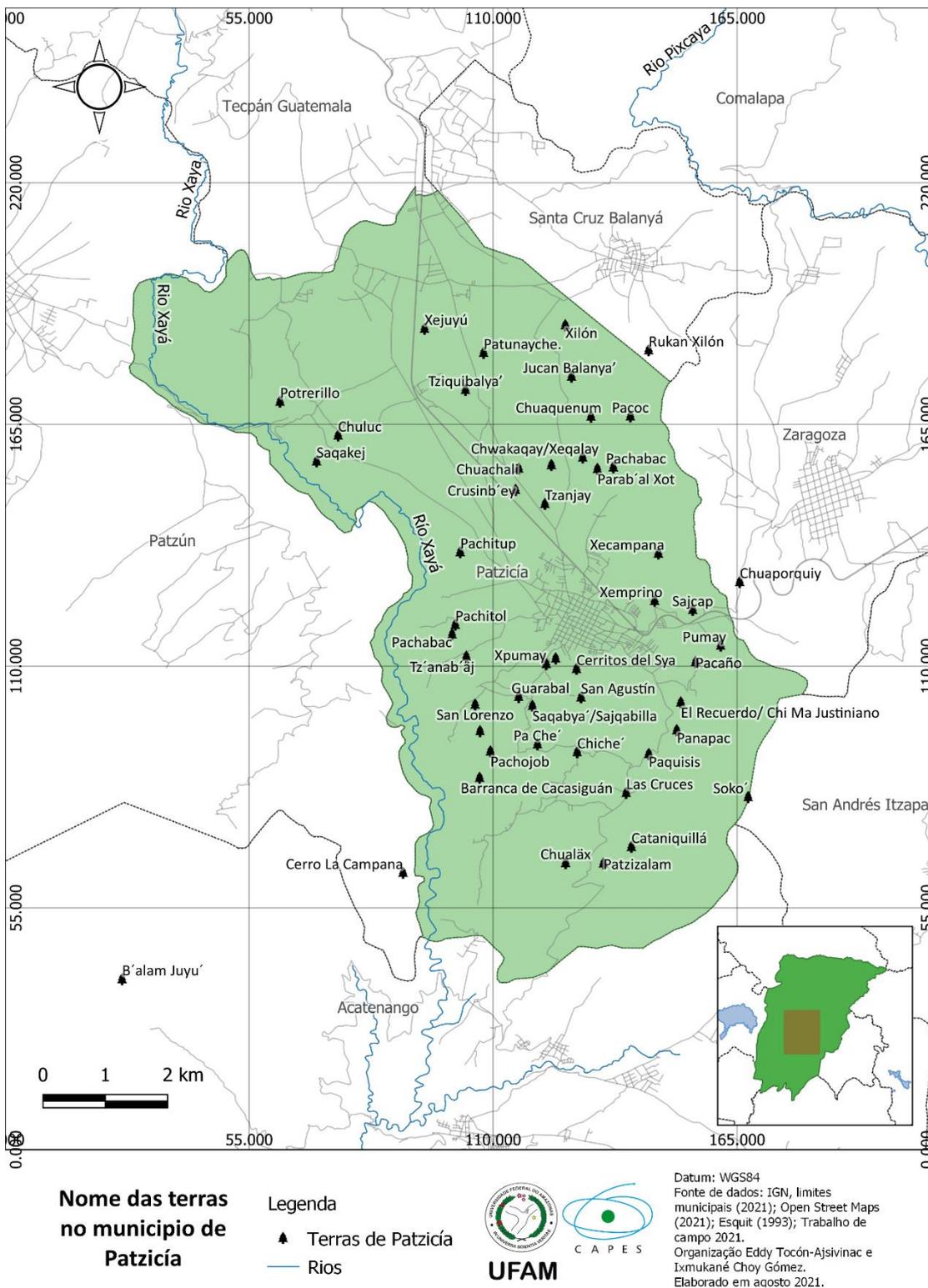
Para ciertos grupos, como los agricultores pobres o las naciones indígenas expropiadas, la territorialización también puede ser vista como una tierra cultivable, o que disponga de los recursos mínimos requeridos para la supervivencia del grupo. [...] encontrar tierras que puedan utilizar (dimensión económico-funcional del territorio) y a través de las cuales puedan reconstruir o manifestar su identidad cultural (dimensión simbólica o expresiva del territorio) (HAESBEART, 2011, p. 204).

Para finalizar, na procura da compreensão abrangente do território devemos explicar as centralidades e as marginalidades geográficas como dialeticamente relacionadas. Assim, as centralidades em Patzicía (horticultura de exportação nas décadas de 1960 e 1970) foram impostas pela exclusão dos camponeses que não podiam se capitalizar (HERRERA, 2004), por terem pouca ou nenhuma terra face a retirada do Estado como órgão retor no desenvolvimento da agricultura familiar, gerando, assim, uma organização hierárquica do espaço e uma

¹⁷⁵ Desde o ano de 2013 a empresa Transportadora de Energia de Centroamérica – TRECSA, subsidiária da Grupo de Energia de Bogotá – GEB, (envolvido em um escândalo de corrupção na Colômbia) começou a construção da rede nacional de linhas de transmissão elétrica, que planeja construir 875 km de linhas de transmissão e 24 subestações elétricas. Em julho de 2021, a empresa conseguiu a construção de 692 km (79,09%) e 23 subestações, gerando uma alta conflitividade social em muitas das comunidades onde construiu sob métodos fraudulentos e deflorestações essas linhas de transmissão. O cordo governativo 145-2013, assinado pelo Presidente Otto Pérez Molina (preso por corrupção), conhecido como Lei Trecca, foi declarada inconstitucional pela Corte de Constitucionalidade da Guatemala porque, segundo a corte, tergiversava o papel do Estado em favor do setor privado, além do que afetava áreas de reserva natural. Sobre o conflito social gerado por TRECSA ver: <https://www.prensacomunitaria.org/tag/trecca/>

desigualdade social local pouco replicada em outros municípios majoritariamente indígenas-agrícolas da Guatemala. As vítimas foram os camponeses sem-terra ou com pouca terra, que estão sendo deslocados e excluídos dos próprios territórios, e colocados em uma relação assimétrica de poder.

3.3. Trajetórias camponesas: classe social e modo de vida



Mapa 11: Nome das terras no município de Patzicía.
Fonte: Esquit (1993, p. 47). Georreferenciamento por Ixmukané Choy Gómez; organização por Tocón-Ajsivnac. O nome dos *parajes* aqui apresentado corresponde aos nomes atuais de terras de cultura e florestas, alguns deles de origem camponês colonial, entretanto a maioria são de origem pré-hispânico, como pode se ver nos arquivos coloniais. Os nomes em kaqchikel não estão em kaqchikel padrão.

Paulino e Almeida (2010, p. 58) salientam: “A permanência da questão camponesa no mundo “moderno” carrega consigo a problemática da terra e do território no capitalismo. [...] pois terra, em disputa, se transforma em território”. As autoras citam de Oliveira que o território: “é produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência” (1999, p. 74, *apud* PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 16). Paulino, em *Por uma geografia camponesa* (2012), enfatiza:

[...] o esforço em compreender o campesinato transcende o mero debate sociológico, visto que essa classe tem perpetuado um modo de vida que se desborda em lógica territorial diversa a capitalista e que é prenhe de elementos de humanização e sustentabilidade, fulcrais para um devir possível.

Daí a distinção entre *terra de trabalho* e *terra de negócio*, essência da peculiar geografia dos camponeses. Ocorre que o adiamento, *ad infinitum*, de sua democratização, por meio de ampla reforma agrária, é o fermento das lutas no campo, malgrado os recuos impostos pelas diferentes modalidades de repressão, veladas ou explícitas (PAULINO, 2012, p. 13, *grifo nosso*).

Isso é especialmente visível na Guatemala, como já explicamos. A característica mais importante do campesinato, *a procura de liberdade* ou *autonomia*, não tem como se construir sem o acesso à terra, e essa luta pela terra provoca a *resistência camponesa*. Paulino explica que essa a razão pela qual o camponês entra em confronto com qualquer projeto que vise sua desarticulação, devido ao fato de que a reprodução camponesa pressupõe o controle sobre parcelas do território. Assim, na terra *territorializada* a disputa é crescente “porque dela emanam todas as possibilidades de acesso e partilha da riqueza” (p. 13). A luta pelo acesso à terra, como visto no Capítulo 2, é um processo que toma inúmeras formas na história, se valendo de métodos “legais”, “ilegais”, materiais e simbólicos.

3.3.1. A produção de milho nativo como modo de vida

Dentro desse contexto todo, e sob esse tipo de relações, se desenvolve o modo de vida camponês em Patzicía. A concepção da terra como *terra de trabalho* contém dimensões culturais e econômicas ao mesmo tempo. Um complementa o outro. Isso pode ser visto ao estudar os significados profundos que tem a agricultura dentro de uma unidade camponesa. No caos específico de Patzicía, a agricultura camponesa acha-se intimamente ligada à produção de milho e feijão:¹⁷⁶

¹⁷⁶ Embora o milho e o feijão sejam culturas pré-hispânicas dos povos maias, atualmente a produção dessas culturas, através das sementes nativas e dos ciclos atmosféricos naturais, são culturas próprias das unidades camponesas, sem importar a filiação étnica do camponês.

Yo sí siembro, pero digamos casi frijol, una parte [*inaudible*] como el terreno ya es poco [*inaudible*]. [Aquí] la gente más a sembrar se dedica. Milpa, solo milpa. Alguno que otra siembra arveja. Y así sucesivamente, algunos tienen unas sus 3, 4 años, que han comenzado a hacer alguna su siembra de tomate, pero es muy raro, uno dos, tres personas. De ahí la mayoría solo milpa (Entrevista: TC P4G I-E05).

Sí, sembramos un poco. Milpa, un poco de frijol, solo eso es lo que siembro. Otra cosa ya no. Frijol solo para nuestro gasto, una cuerda. De maíz mis dos cuerdas, y como ya somos pocos. Ya no... (Entrevista: TC P2C I-E07).

Solo nuestro maíz, frijol, sembramos nada más. Nosotros, pues ahorita con mi patojo, ya entre los yernos, sembramos 12 cuerdas, ya nos compartimos. Mas que todo, sí hemos intentado sembrar [hortalizas], pero como ahora ya hay mucho contratiempo. Como ahora, que según, pues yo no he llegado a este otro mercado que está ahorita ahí por Amatitlán [CENMA (Entrevista: TC P6I I-E08)].

Eso da vergüenza decir [risas]. Yo tengo 88 años. Ahora no tengo siembra, solo un poco de frijol tengo aquí en Xecampana. Ya sembré mi milpa en Zaragoza, 9 cuerdas. Por ahí vamos. Sí, [todo ese terreno yo] arrendo. Ya lo repartí a los hijos [el terreno]. Tengo 14 hijos. Yo solo 22 cuerdas [tenía], así se quedó. Ahora ya tengo como 10 años, que estoy arrendando por Zaragoza, arrendé allá con los señores esos Figueroa, dueños de las camionetas (Entrevista: TC P6I I-E09).

Todos os camponeses entrevistados cultivam milho e feijão, e se pode afirmar que os ciclos de reprodução econômica e cultural de todas as unidades camponesas do município estão baseados nessas culturas. A produção camponesa de milho em Patzicía acha-se vinculada aos ciclos atmosféricos anuais e vegetais, o que significa que o nível de *artificialização mediadora* entre a força de trabalho e a terra é *mínimo* (em relação à produção de hortaliças), o que contribui na percepção diversa do ecossistema.

A produção do milho nativo no altiplano central é anual. O ciclo do milho começa com a coleta anterior, quando a semente é preparada, o plantio acontece após as primeiras chuvas, em abril ou maio, dependendo do momento no qual aconteça a precipitação no local do campo de cultivo. Tradicionalmente, o plantio acontece após o “segundo aguaceiro”:

Con decir que solo esperamos que caigan unos dos aguceritos, que se moje la tierra, ya se puede sembrar [maíz]. Porque, así como está ahora no se puede. Está seco la tierra. Ya ha caído [en la montaña la lluvia], pero ti lloviznita nada más. Pero en otros lados sí ya llovió recio. En Guate en todos lados. Así como me contó un muchacho, ayer. “Puchicas, en Tecpán vos, chorros de agua están cayendo”, está diciendo. Solo aquí no ha caído todavía, pero ya no tarda, también si Dios quiere. Así estamos, a ver que dice Dios este año. Si nos va regalar un poco agua. Gracia a Dios. (Entrevista: TC P2C I-E04)

Os únicos insumos aplicados ao milho são os fertilizantes, e a semente que é nativa, obtida na colheita anterior. As atividades da força de trabalho incluem: preparação do terreno (dezembro-janeiro), semeadura ou plantio (abril-maio), *primer trabajo* — retirar erva daninha — (junho), fertilização (junho), *segundo trabajo* ou *calzar* (julho-agosto) e *tapizca* ou coleta

(dezembro). Após, vem a ventilação, limpeza, armazenamento e o debulhamento ou *aporreo*. O cultivo e produção de milho nativo é um sistema agrícola em si. O *sistema milpa*. Esse sistema consiste na produção associada, como oposição à monocultura, ou seja, uma parcela é semeada com milho, feijão, abóbora, pimenta, fava, tomate e/ou árvores frutais, entre outras, dos quais o milho é o principal. O *sistema milpa* significa a diversificação alimentar (calórica) para a unidade camponesa, assim como a preservação de conhecimentos agrícolas e de sementes nativas. Na figura 6 se apresenta um esquema das culturas comuns que integram o *sistema milpa*.

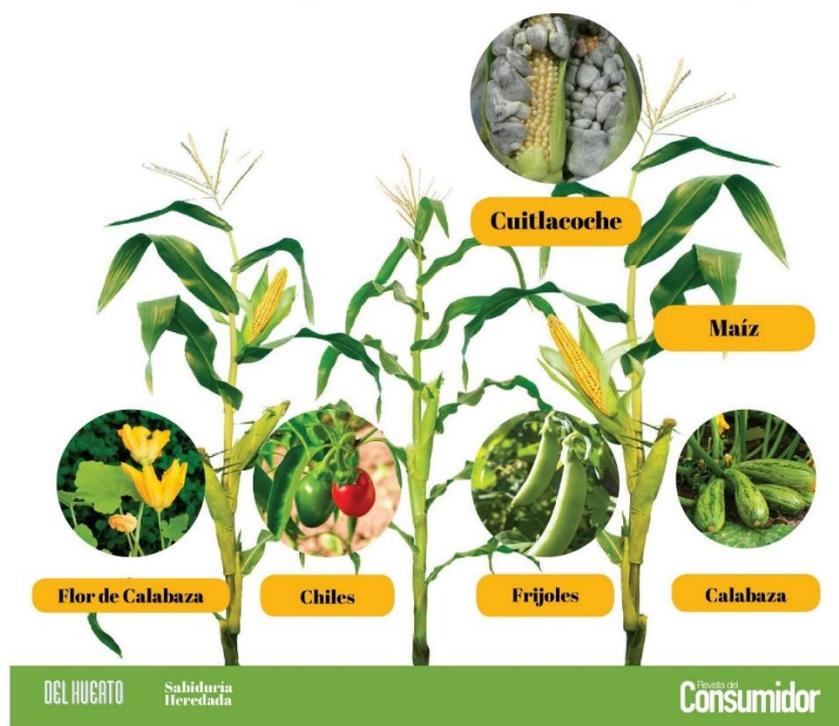


Figura 6: Sistema milpa.

Fonte: Revista del Consumidor (2020), site Facebook.

Por outro lado, o cultivo de hortaliças na unidade camponesa de Patzicía faz parte da sua reprodução material e cultural porque, diferente da empresa agrícola, produz para o mercado (local ou até nacional) como uma forma de diversificar suas relações com seu entorno social mediato e imediato, mas principalmente como uma estratégia de reprodução material. Ou seja, participa no mercado de bens e serviços, oferecendo mercadorias e força de trabalho (AVANCSO, 2006, p. 12), como uma estratégia para aumentar seus ingressos monetários (CHAYANOV, 1979). Isso explica que em Patzicía hoje, com um mercado de hortaliças amplamente desenvolvido, a maioria dos camponeses só participa no mercado local porque não

conseguem atingir os volumes nem a qualidade de produção que o mercado exige (Entrevista: TC P6I I-E08).

3.3.2. Modo de vida camponês, além da terra agrícola

Acreditamos que na racionalização camponesa da qual estamos falando intervêm processos de interpretação e explicação do entorno que não correspondem com as racionalizações cartesianas tipicamente capitalistas. Na procura do uso diverso do entorno e da terra, e mesmo com a sua comunidade que representa a sua base territorial, quanto mais diversos os vínculos, maior o uso integral do ecossistema e mais firme será sua racionalidade ecológica. Voltemos ao caso das comunidades do sul de Patzicía. Elas têm uma paisagem bem mais diversa e extensa, além de lugares rituais *antigos* dentro dessa paisagem. Por exemplo, essas comunidades têm acesso ao Monte Soko’ e ao Monte B’alam Juyu¹⁷⁷, os dois reconhecidos como *lugares antigos* (quer dizer, lugares acessados pelas populações locais desde antes da chegada dos europeus no século XVI).

No entorno — a bacia do Rio Xayá — existem ravinas e florestas das quais a comunidade extrai recursos como lenha, plantas e animais, e a partir dessa atividade se cria uma relação e visão diversa do entorno. Uma forma na qual se reproduz essa relação é através da construção de relatos que evocam o uso respeitoso e à conservação, principalmente relacionados à caça. É realmente comum encontrar relatos desse tipo dentro das comunidades camponesas, entretanto, segundo trabalho de campo, foram mais densos na área sul da que estamos falando. Por exemplo, sobre a existência de *lugares assombrados* de caça:

Creo que hay uno que le pertenecen a Pahuit, Cacasiguan [*K’ak’a’ Siwan*] le llamamos nosotros. Pero eso le pertenece a Pahuit. O sea que del otro lado del Xayá, para acá. Ahí si se han perdido los perros que son cazadores. Hasta uno que no conoce, lo pierden a uno. Porque vino uno de Yepocapa, sintió él que se perdió solo una hora, y medio día se perdió [...] Tal vez medio día de caminada. Mi patojo se ha ido ahorita por allá a cazar animales [a B’alam Juyu’], se ha ido, no está. Se van dos días, hasta mañana en la tarde regresan. [...] [Caza] tepezcuintles [*Cuniculus paca*], había león,¹⁷⁸ pero ahora ya no hay. Hay venado [*Odocoileus virginianus*] todavía, ellos no han cazado nosotros sí hemos cazado, pero del volcán [Acatenango]. (Entrevista: TC P1B GF)

¹⁷⁷ B’alam Juyu’ poder ser traduzido do kaqchikel como: “Montanha do Jaguar”. B’alam é “jaguar”, e juyu’ é “montanha”.

¹⁷⁸ Possivelmente jaguar, é comum ouvir falar de “leões” nas aldeias vizinhas do B’alam Juyu’, em Patzicía e em Patzún.

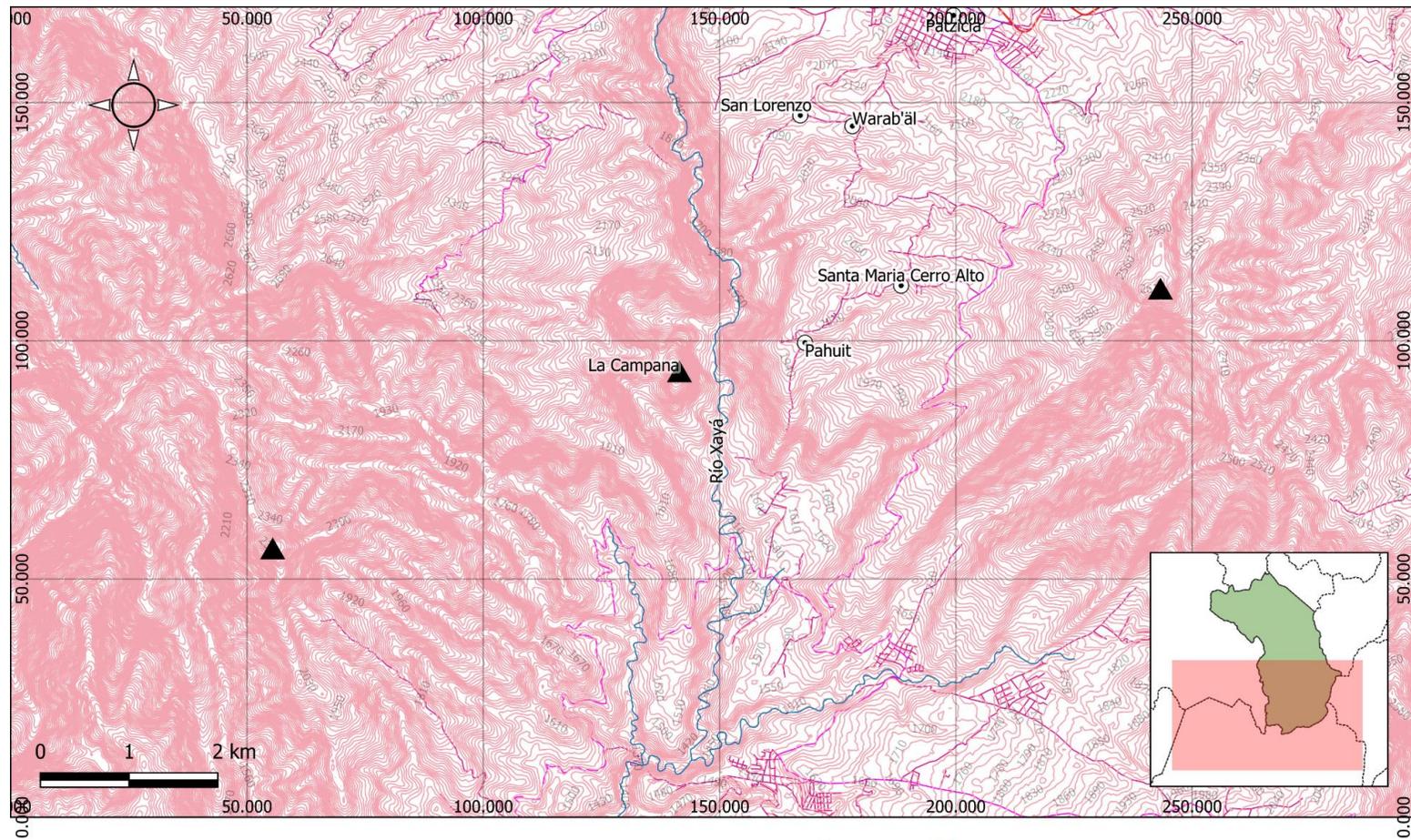
Essas comunidades acessam uma paisagem maior (como praticamente todas) do que os limites político administrativos do município. É comum eles falarem e se relacionarem com a floresta do Vulcão Acatenango (3.976 AMSL, o terceiro maior pico da América Central). Na continuação apresentamos outro exemplo:

Sí, hay encantos, más que todo en estas partes hay encantos. Así como en el barranco sí hay encantos ahí. Y tal vez, porque según me contó mi mamá, porque antes había mucha *brujería*, dice, antes la gente trabajaba mucho eso. Entonces ahí iban a hacer sus fiestas, porque la gente antes, hacen mucha *brujería* y *hacen mucha casería*, eso solo me han dicho, no es que lo he vivido, *dicen que si uno hace mucho la cacería, a uno lo encantan. Porque tiene que hacer una fiesta, para que uno sale tranquilo, porque mi papá me contó en ese tiempo, que como a él le gusta mucho la cacería, dicen que una noche, hay unos animales que encontraron, se fueron... dice que hay un su compañero que le daba un machetazo al animal, y dice que un su dedo se sacó, dicen que no era animal, sino el dedo de su pie.* Como que lo encantó, saber cómo lo hizo. Por eso la gente dicen que antes hacían mucho esas fiestas, hay un lugar donde de una vez hacen esa fiesta dicen, para que no les pase nada en las montañas, eso solo me han contado, pero saber si es verdad o solo es mentira. (Entrevista: TC P1A GF)

A colina La Campana é um lugar sagrado pré-hispânico conhecido como uma *tabela*,¹⁷⁹ e hoje é um lugar que forma parte do território camponês, como visto no trecho anterior e nos trechos a seguir. Na continuação citamos um diálogo conseguido em um dos *grupos focais*:

-En la Campana sí hay una cueva que dice que Puerta de la Campana, le dicen. Pero legalmente no lo conozco, no he visto.
 -[...] Que dice que ahí está la puerta. Pero dicen que sí ahí se puede... según lo que estaba diciendo él, es que es una entrada y tiene su salida hasta Pana [Panajachel, y Lago de Sololá].
 -Ese lugar Nimabaj [*Nim 'ab 'āj*] le llamamos nosotros. Porque una piedrona grande hay.
 -¿Y, ustedes parte de Chalabal, finca de Chalabal no han entrado? Yendo para el Socorro, de ahí sí se ven dos imágenes que están parados así en la peña. [...]
 -Pasando el Agua Caliente, se sigue ese camino, ahí donde está la Campana, hay otra loma que baja así detrás de la Campana, atrás de eso ahí está Chalabal y por ahí en esa loma hay unas imágenes que están en la montaña.
 -O sea que esa es imagen de San Antonio. Pero se mira desde lejos. O sea que están en la peña.
 -Es una peña, se miran que son dos, dos imágenes se están viendo así.
 -Según he escuchado yo es que son imágenes de San Antonio. Porque San Antonio Nejapa trató la manera de ir a traerlo, dicen, pero después regresaron otra vez, dicen.
 -Lo que yo escuché, es que el patrón, el dueño de Chalabal, hizo esa iglesia para poner ahí las imágenes, dicen que los fueron a traer, los pusieron ahí, pero al otro día cuando amaneció, dicen, ya están las imágenes arriba, no hay nada en la iglesia. Se fueron huyendo [*risas*]. (Entrevista: TC P1B GF)

¹⁷⁹ Uma “tabela” refere-se a um sítio ritual de origem pré-hispânico, constituído por uma rocha retangular no topo de uma colina.



**Localização geográfica
dos Montes B'alam
Juyu', La Campana e
Soko'**

- ⊙ Lugar povoado
- ▲ Montanhas B'alam Juyu',
La Campana e Soko'
- Rios



Datum: WGS84
 Fonte de dados: Earth Data, ASTER Global
 Digital Elevation Model V003, NASA (2013);
 Open Street Maps (2021); Esri Topography
 (2021).
 Organização: Eddy Tocón-Ajvinac.
 Elaborado em agosto 2021.

Mapa 12: Localização geográfica das montanhas B'alam Juyu', La Campana e Soko'.

Fonte: Elaborado por Tocón Ajvinac a partir de dados de ASTER Global Digital Elevation Model V003, NASA (2013) e de Open Street Maps (2021). O Monte B'alam Juyu' (2463 AMSL) acha-se no sudoeste do mapa e o Monte Soko' (2650 AMSL) no nordeste, no centro La Campana (1953 AMSL)

Esse diálogo representa uma relação profunda com o entorno, no que se misturam ideários e crenças religiosas (novas e antigas) ao redor de uma concepção diversa do ecossistema, que influi e faz parte dos processos de territorialização camponesa. Sobre a colina La Campana temos inúmeros relatos coletado no trabalho de campo, mas na aldeia San Lorenzo achamos mais um relato interessante sobre um montículo que permanece coberto de vegetação, embora todas as terras ao redor estejam cultivadas:

Sí, ese es encantado. Porque, bueno, por decir que yo no sé tanto la historia, solo me han dicho que hay días que se ven unos chompipes [*Meleagris gallopavo*], unos gallitos [*Gallus gallus domesticus*] ahí, y como que es fácil de agarrar y no se dejan, dicen. Bien bonitos se miran, dice, pero no se dejan para agarrar. Y solo ahí se suben dice, y así como dicen ustedes, y como que despacio van, pero ¡que! Solo como que atrás de un montecito se termina y así quedo, pero sí es encantado. Podría ser porque es encantado, eso solo los dueños lo sabrán por qué se quedó solo eso así. Sí, pues, esos los que no lo botaron los palitos que estaban encima, se quedó así. Y ahora así está todavía. Hay un señor aquí arribita, que vive en... no me acuerdo. Ese dice que empezó a escarbar, no sé si soñó o lo vio, una llamarada de fuego que se levantó ante él, dicen. Viene él, dice que dijo, “pero eso hay algo”, empezó a escarbar. No, no encontró nada. Como eso tiene que tener su manera como para aprovechar algo ahí. No solo así nomás, y el solo así nada más lo fue a escarbar. Pero no encontró nada. (Entrevista: TC P2C I-E04)

O elemento subjacente na produção de um território, enquanto produto das relações sociais de produção, é a existência de interesses convergentes e divergentes (RAFFESTIN, 1993) sobre um *espacio social*. Então, além do controle efetivo, o processo de territorialização também inclui a “intenção” de afetar ou influenciar as ações dos *sujeitos* contidos no espaço territorializado, incluindo não humanos; os territórios também são resultado da “estratégia” de afeitar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e *relações* (SACK, 1986 p. 19). Em outras palavras, um território é entendido principalmente a partir das relações de poder e intenções de controle político. Ao entender isso, podemos interpretar que todas as construções simbólicas do território, como uma conjunção heterogênea dos múltiplos usos de um *espacio social*, são elas próprias processos de territorialização, como uma estratégia de procura de controle do espaço interpretado.

3.3.3. A lógica da sobrevivência camponesa

A lógica da sobrevivência camponesa está relacionada com a capacidade da unidade camponesa da diversificação de suas atividades econômicas; o que Chayanov (1974) chama de *multifuncionalidade* ou Ploeg (2010), seguindo a tradição de Chayanov, de *pluriatividade*. Mas que no fundo tem a ver com estratégias de sobrevivência de classe como classe não capitalista

reproduzida e instrumentalizada no capitalismo. Também isso explica que a unidade camponesa esteja organizada ao redor da *unidade doméstica* como *força de trabalho* e consumidora ao mesmo tempo (CHAYANOV, 1974; SHANIN, 1976; WOLF, 1971; AVANCSO, 2000; SANTOS, 1984), enquanto procura autonomia ou liberdade no sentido de escolher livremente as estratégias produtivas (PAULINO, 2012), conseguindo isso através do acesso à terra. A partir disso podemos falar de camponês como expulso da terra, mas na luta para retornar e mantê-la (OLIVEIRA, 1986).

Paulino salienta que “o processo de territorialização camponesa é um *continuum*, marcado por lutas permanentes para assegurar sua condição de classe” (p. 327), e que a forma na qual se apresenta o território camponês “é a materialização dessa dinâmica”, por exemplo a forma na qual se organiza a aldeia camponesa e as terras de cultivo.

Por outro lado, como foi explicado no começo deste Capítulo (3.1), embora as forças hegemônicas, apoiadas no Estado, gerem uma influência determinante sobre as estratégias e opções de sobrevivência camponesa, a *multifuncionalidade* da unidade doméstica, como *força de trabalho* e *consumidora* ao mesmo tempo, continua a ser a essência da classe camponesa, se reforçando sob esse contexto hostil. Ou seja, o campesinato tem a capacidade de assimilar elementos e técnicas próprias da sociedade capitalista, e de diversificar suas estratégias sob o avanço do processo de monopolização do território pelo capital; quanto mais pressões sobre a terra, mais exigências de terra apresenta, quanto mais desregulado o mercado, mais procura manter a produção mercantil, sem virar capitalista nem proletário, até apresentando processos de *recampesinização* em momentos de crise.

Dentre as transformações mais visíveis no campesinato em Patzicía estão as acontecidas com o apoio mútuo comunal. Embora a unidade camponesa continue a ser parte de um conjunto maior de unidades camponesas definidas territorialmente e mantidas a partir de uma rede de reciprocidade comunal (AVANCSO, 2000), no município as relações entre unidades camponesas nos processos produtivos agrícolas estão mediadas por relações monetárias, e já não pela reciprocidade comunal nem pelo apoio mútuo. Isso pode ser explicado pela mercantilização da vida e pela paulatina privatização do Estado, o que obriga aos pequenos produtores a manter uma relação mais estreita com o mercado através da venda da força de trabalho, da produção de mercadorias e do consumo produtivo. Sobre a perda da reciprocidade comunal camponesa, citamos os seguintes exemplos:

Aunque uno con necesidad trabaja, la cosa es que cuesta que le paguen a uno. Hasta hay otros que ni le pagan a uno. Por eso es que, solo si algunos conocidos me dicen, que “Hacé un mi día”, “Ta bueno”, le digo. Entonces voy. Porque ya lo conozco que sí

cumplido, de ahí, así tengo que pasar poco a poco, decía yo. Casi no voy en cualquier lugar, como ahora de muchas formas trabajan los del pueblo, otros que se van de 10 de la noche, media noche, esa hora se van, o las 3 de la mañana. O si busca un dueño de su trabajo. Como ahora muchos de las aldeas vienen, de una vez en un día sacan 3 cuerdas o más. Lleva unos 10 o 15 de una vez, al mismo rato. Eso quieren, y uno agarra una su cuerda si hacen 2, 3 días, eso no quieren ellos, ya ni le dan a uno. Si pues, por eso, solo unos conocidos me vienen a ofrecer, “Ta bueno”, como los conozco, voy a ir digo yo, ahí voy. De ahí casi, trabajo fijo no tengo (Entrevista: TC P3E I-E10).

Ya ninguno que me dice “querés un tu medio día, o un tu día, o un par de horas si quiera para un tu tortrix”, ya ninguno. Si se desean las cosas también, pero como no hay, hay que aguantar (Entrevista: TC P1B I-E01).

Também é marcante a ausência de organizações camponesas no município, de nenhum tipo, nem as organizações de caráter produtivo como as cooperativas. Isso tem uma relação direta com: a agricultura capitalista local altamente individualizada; a existência de um mercado privatizado quase exclusivamente ao redor da ASODAGPA; e com a inexistência de um corpo legal sobre a agricultura familiar camponesa (o que em si significa uma política agrária). Assim, os camponeses agem sozinhos face ao mercado, como visto no Capítulo 1, deixados de lado até mesmo pela iniciativa privada, como aconteceu com ANACAFÉ e os produtores camponeses de café de Pahuit que nunca chegaram a um acordo.¹⁸⁰ Entretanto a produção de café continua a ser mais uma estratégia de sobrevivência camponesa, como se pode ler na conversa mantida por camponeses durante um dos grupos focais feitos como parte do trabalho de campo:

...de repente que nos buscan un medio para mercado para el café, porque la mera verdad, así como los alcaldes que han salido, o los que están ahorita, casi no nos han dado importancia. Porque Pahuit, cuando la cosecha está de café, casi saca como 300 quintales diarios de café. Y es un beneficio para el municipio de Patzicía. Porque eso le decía yo a un partido político en ese tiempo, porque cuando vino estaba el café bien blanco estaba la flor del café y aquí debajo de la escuela. Entonces yo le dije que si usted llegaría será que no me puede buscar un mercado para el café. Porque todo el café que sale de aquí de Pahuit a Acatenango se va, y es de Patzicía, y es un medio para Patzicía todo eso. Digamos que nosotros aquí, como el clima es un poco templado.

-Ajá, Pahuit saca el mejor café.

-Pero el problema es que nosotros... es que no hay precio, no nos dan precio, porque como aquí vienen a comprar coyotes, o sea no hay un medio...

-O sea que eso es lo que nosotros tenemos esa dificultad, porque así lo que le contaba, todo el café que sale de aquí, casi la mayoría de la gente trabaja más del café. Pero el problema que le contaba es que no tenemos precio, no tenemos mercado para eso (Entrevista: TC P1A GF Pahuit).

¹⁸⁰ A população das aldeias Santa Maria Cerro Alto e Pahuit fala das negociações que tiveram os produtores de café de Pahuit com representantes de ANACAFÉ (o único ente acreditado para exportar café na Guatemala), porém ninguém teve uma resposta sobre a razão pela qual nunca foi concertado nada. Acreditamos que a pouca tradição organizativa dos camponeses no município e o individualismo contribuíram para não se organizarem os camponeses produtores de café. Na continuação, apresentamos um fragmento de uma entrevista: “Ya organizamos un poco. Pero, así como le digo, a la gente le cuesta como es una cooperativa, cuesta para que levantar. Como eso lleva un proceso, la gente como que se desesperaron y ya no siguió la cooperativa. Ya intentaron, con ANACAFÉ, creo que vino ANACAFÉ un tiempo. Pero como le digo [inaudible]...” (Entrevista: TC P1A I-E02).

Com relação aos recursos naturais acessos pelos camponeses, todos são gerenciados por eles próprios e a população rural em geral, a água e a lenha (energia química) principalmente, pois em todas as aldeias pesquisadas o acesso à água encanada atinge a menos de 50% da população nas aldeias nas que existe (San Lorenzo, Santa Maria Cerro Alto e El Sitán). E o futuro não parece muito promissor face ao atual plano de desenvolvimento territorial municipal (Entrevista: TC P4F III1-E01) e o avanço da monopolização do território que tende à reconcentração da terra e à agudização da desigualdade local. Porém, nesses tempos de crise nacional, local ou até familiar, a *recamponização* é mais uma estratégia:

Así como le digo, como mi papá no tuvo lugar seguro, él dice que en tiempo de Jorge Ubico estuvo en el cuartel. Como tenía mi abuelo, pongamos, la mamá de mi mamá dice que vivía aquí en la esquina, aquí donde está el Bethel aquí nomas. Ahí tuvieron su sitio, dicen. Mi abuela, la mamá de mi mamá. Quiere decir que ella, salieron de aquí porque dice que había un tiempo que se le vino una plaga de la milpa, entonces no hubo nada de maíz, salieron de aquí y pasaron por Quisaché, dicen. Por Quisaché acaban de llegar ellos allá cuando mi papá salió del cuartel, pasó con ellas allá. Por eso, quiere decir ahí nació yo. Él, como ya no hubo maíz aquí, se enfermó, vino enfermedad en la milpa se terminó. Por eso salieron de aquí, fueron a emprestar terreno allá. De ahí allá estaban, él es, cuando nació yo. Yo allá nació. Pero como él ha nacido aquí, se fue el tiempo, volvió el aquí otra vez, tardó el aquí, aquí murió. Pero así no tuve ni un pedazo donde vivir, ni terreno, nada. Cuando regresamos aquí, en el 1980. Como él es pobrecito, no tiene donde vivir, yo cuando sentí un poquito ya soy grandecito, me tiré por el puerto de San José. Allá fui a quedarme. Después salí del puerto, me vine para Santa Lucía Cotzumalguapa. En fin, como me acuerdo de mi papá que él ya mayor de edad, eso pensé yo, ah, está fregado a la hora que él se va enfermar no hay quien lo va mirar, mejor me regreso para arriba. Por eso me regresé, me vine para acá otra vez [a arrendar tierra] (Entrevista: TC P3E I-E10)

A busca pela autonomia camponesa, e suas vantagens, ficou evidente ao falar no trabalho de campo sobre como a Pandemia de Covid-19 estava afetando as aldeias camponesas. As respostas fazem nos lembrar o que Paulino disse: “no limite, os camponeses poderiam sobreviver fora do circuito mercantil, tendo em vista a sua capacidade de produzir os próprios meios de vida” (2012, p. 328):

Y le decía yo a mucha gente, en todo esto que pasó el año pasado, porque el año pasado fue más duro, porque ahorita ya estamos más tranquilos. Pero el año pasado, aquí lo único que nosotros sentimos es de que no hay transporte. Y si se va al pueblo, todo cerrado, nosotros no sentimos mayor cosa, porque aquí nosotros trabajamos, aquí hay aire puro, aquí hay de todo. Nosotros, por lo menos yo no sentí mayor cosa, lo sentí porque sí se escaseo todo, verdad, no hay como. [...] aquí no [murió nadie], aquí ninguno. Aquí no hay nada, ya está pasando y ni va haber nada. Si ya pasó lo peor, aquí no. Hubo toque de queda, pero nosotros no sentimos mayor cosa porque como le digo, no es aquella pena, porque como, es más separado las casas, el aire más puro, y terrenos más grandes para trabajar, no es fácil contaminarse. Ahora el problema que yo veo son tal vez los que viven... Patzicia yo creo que no sufrió tanto también, porque según dicen muchos cuates que hablaron con la policía que se iban a la 1 a.m. a trabajar para sacar verdura, no se sintió, donde yo vi que si se sintió bastante, son tal vez los departamentos [capitales departamentales] y la Capital [del país]... (Entrevista: TC P1B piloto)

Por último, a organização local nas aldeias estudadas está fortemente relacionada a dois processos políticos vindos com a modernização conservadora do Estado. Primeiro, as aldeias camponesas se desenvolveram ao redor da escola. Todos os camponeses entrevistados em todas as comunidades camponesas falam da escola como um acontecimento verdadeiramente relevante na história da comunidade, algumas vezes a necessidade de uma escola concluiu na organização e conformação legal da aldeia. E segundo, a partir da expansão das igrejas cristãs, principalmente evangélicas e católicas carismáticas dentro das aldeias, quiçá hoje a maior força organizativa local. Elas introduziram novas ideologias e cânones organizativos. Porém, as famílias camponesas, pelo menos as famílias com acesso diverso ao entorno e com capacidade de diversificação das suas atividades econômicas, continuam a reproduzir seu modo de vida e a manter sua condição de classe, embora indígena, embora mestiça, embora evangélica, embora católica, embora praticante da espiritualidade maia.

3.4. Território-rede camponês: a produção do espaço a partir da desigualdade local

A política pública agrária na Guatemala está direcionada a manter, reforçar e agudizar o sistema latifúndio-minifúndio, visto que desde a conformação do Estado guatemalteco, mas principalmente a partir da década de 1980, assistimos a um longo processo de privatização e concentração da terra, em prejuízo do modo de vida, da força de trabalho e da terra camponesa. Hoje, o Estado da Guatemala trilha a privatização total, seguindo o modelo neoliberal, pois se limita cada vez mais às funções de instrução (precário sistema de educação) e disciplina (polícia e exército).

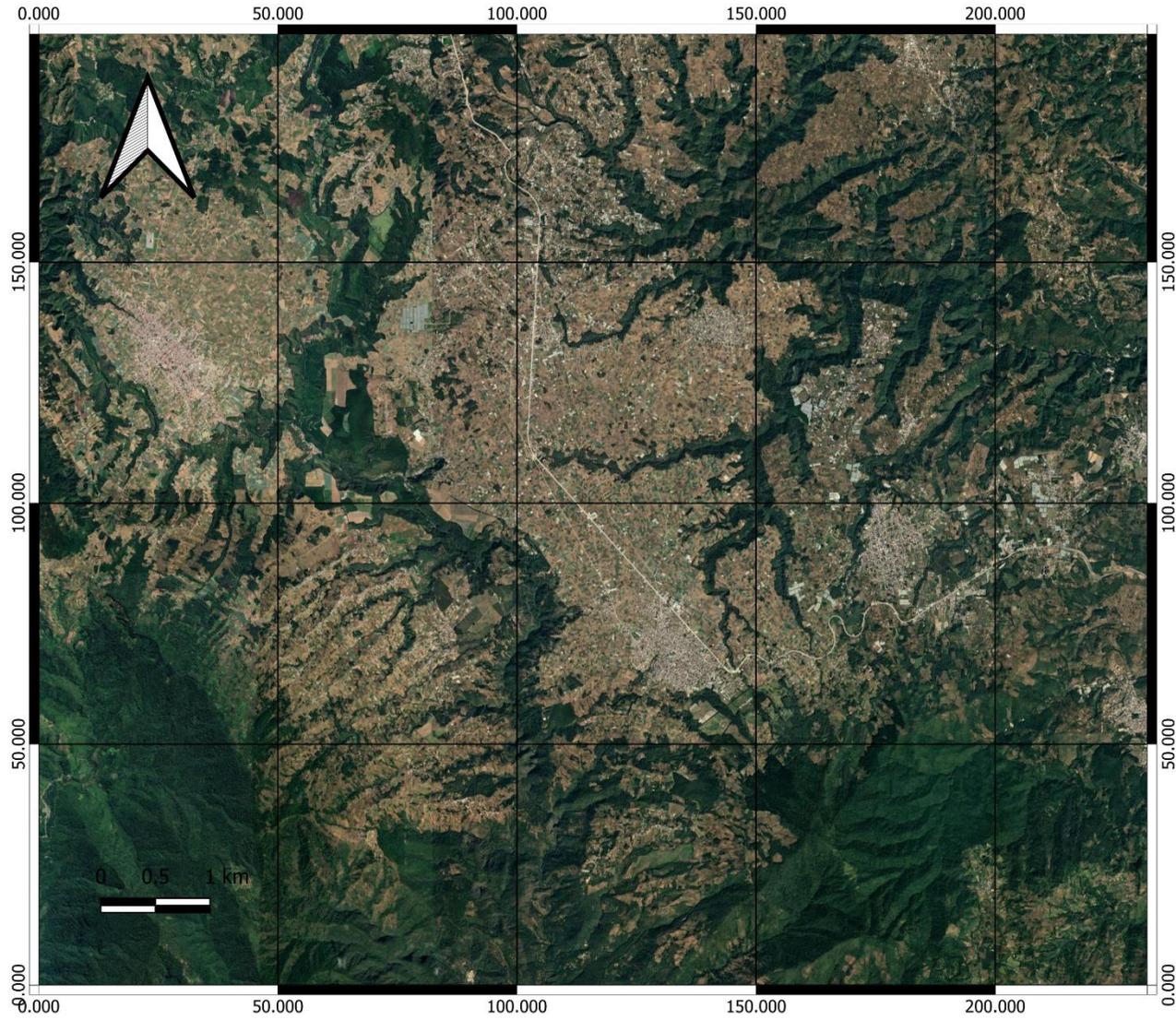
Nesse caso, acreditamos, que a privatização do Estado não acontece só com o fim dos serviços públicos e/ou a redução da política pública, mas também com a precarização (principalmente a partir dos cortes das despesas) dos serviços públicos ainda existentes. Achamo-nos face um Estado oligárquico-burguês que tem poucas características de Estado público, dado que existe uma escassa redistribuição social dos recursos que o Estado coleta, sendo transferidos para as classes que comandam o Estado em forma de infraestrutura, segurança (polícia e exército) e legislação trabalhista escassa, principalmente (para não mencionar os recursos públicos que são drenados pela corrupção endêmica na Guatemala). Podemos concluir isso a partir do caso estudado, uma vez que na Guatemala a política pública agrária está baseada na ausência de corpos legais de proteção e fomento da agricultura familiar camponesa, embora metade (48,9%) da população guatemalteca seja rural. Assim, as funções que teoricamente competem ao Estado são oferecidas por empresas particulares, o marcante é o crédito à produção agrícola fornecido por instituições financeiras privadas, e o apoio técnico, quando houver, é fornecido por ONGs.

Isso repercute na organização da unidade camponesa, principalmente no enfraquecimento da reciprocidade comunal, pois nesse contexto *mercado-centrico* a maioria das relações de trabalho entre membros de uma comunidade camponesa está mediado pelo dinheiro. E, principalmente, no *deslocamento* camponês para terras marginais e pouco produtivas, causado pela exclusão política que o campesinato na Guatemala sofre; isso se traduz em um maior *empobrecimento* para as famílias camponesas que já eram pobres, face a presença negativa para o camponês do Estado.

Nesses processos de *deslocamento* territorial camponês e desigualdade social local, a conjunção da multiplicidade do território, entre territórios-zona, territórios-rede, monopolização do território e territorialização do Estado nacional, o campesinato em Patzicía consegue se territorializar ao aceder e controlar parcelas desse território a partir do controle

efetivo e da sua simbolização. Enquanto maiores e mais diversas as parcelas do território que controla e/ou acede (embora quase nunca em forma de propriedade), maior seu processo de territorialização, mais diversa sua visão do ecossistema, e maior sua consciência de classe e étnica. Entretanto, parece que no futuro próximo as lutas camponesas em Patzicía não acontecerão desde nenhum tipo de organização de classe, visto que a organização gremial é o ponto fraco dos camponeses em Patzicía, acreditamos, como resultado ideológico dos processos políticos e econômicos violentos vividos em Patzicía desde meados do século XX, que tocaram profusamente a consciência étnica e de classe.

A partir disso procuramos dar resposta às seguintes perguntas secundárias: *Que efeitos têm as políticas públicas agrárias e de organização territorial na distribuição espacial e na territorialização camponesa?* e *Como estão ocorrendo lutas, resistências e assimilações face a expansão do capital nas áreas rurais?*



Mapa 13: Vista de satélite de Patzicía.
Fonte: Google Satellite Map 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a dissertação apresentada, pretendemos discutir as características da produção espacial camponesa e seus processos de territorialização, a partir da relação mantida com o avanço da agricultura capitalista, com os processos de monopolização do território pelo capital (extração da renda camponesa da terra), e de territorialização do Estado (políticas institucionais de ordenamento territorial) historicamente construído na Guatemala. Na busca de responder ao problema de pesquisa, a longa tradição teórica do materialismo histórico e dialético e da Geografia Crítica desenha uma rota metodológica ótima para nossos fins, que permitem-nos entender o território como um processo de produção, reprodução e *representação* social gerado a partir das relações sociais de produção.

Assim, entendemos que panorama geral da distribuição espacial da atividade agrícola em Patzicía expressa como a lógica do capitalismo mundial não apenas penetrou nas áreas locais, mas também moldou e mediou as relações tanto no interior do campesinato quanto no exterior, com seu entorno social-natural. A distribuição capitalista dos meios de produção tem como consequências a precariedade da vida das famílias camponesas e a exacerbação da desigualdade social local, porque o acesso a esses meios de produção é mediado pelo capital e pelo mercado. Em Patzicía vemos dois fenômenos em disputa, por um lado, o avanço da monopolização do território pelo capital e, por outro, as territorializações camponesas apresentadas no município com força, fundadas na longa luta camponesa pela terra, como respostas ao modelo capitalista e como alternativas de reprodução sociocultural local.

A pequena produção para autoconsumo e troca local é o modo de vida em que as unidades camponesas se desenvolvem. A produção agrícola, em pequenas áreas de terra, faz parte e, ao mesmo tempo, são o resultado de uma dinâmica econômica nacional capitalista, sujeita por múltiplos vínculos com uma economia global que, entre outras coisas, modifica as relações sociais e econômicas locais, e cria territórios camponeses descontínuos.

Os processos de territorialização camponesa no município baseiam-se no longo processo dialético constante de roubo e recuperação de terras que começou na época colonial quando a Coroa Espanhola reduziu e integrou à população indígena local como tributários camponeses ao sistema senhorial europeu (KAY, 1980). Se seguiu com a apropriação e roubo, legal e ilegal, de terras comunais e *ejidales* indígenas, ao mesmo tempo que de terras marginais camponesas ladinas. No século XIX a Reforma Liberal conseguiu desestruturar completamente a propriedade comunal da terra, e legalizar o roubo de terras e o trabalho semiescravo nas *fincas*

de café, conseguindo criar o sistema minifúndio-latifúndio (FLORES ALVARADO, 1970). Logo depois, em 1954, o Golpe de Estado anticomunista reforçou a propriedade privada da terra e em 1996 consolidou-se a privatização do Estado, e a “reforma agrária via mercado”. Porém, nesse processo todo, as comunidades camponesas têm lutado pela recuperação de terras, seja pela compra de Terras Realengas, pela ocupação, ou por litígios legais onde apelava-se ao direito natural e ancestral, como aconteceu na Colônia (séculos XVIII e XIX); seja pela titulação de terras no final do século XIX; seja através da Reforma Agrária, como aconteceu de 1952 a 1954; seja através da luta armada, como aconteceu de 1960 a 1996; seja através do movimento social, ou através da omissão do pago da dívida agrária, como acontece hoje.

O campesinato guatemalteco, cuja formação e desenvolvimento está no processo história do domínio dos povos e territórios indígenas, no roubo de terras camponesas mestiças, na acumulação capitalista e o empobrecimento da população, ao ascender o capital neoliberal no século XX, apresenta uma dinâmica luta pela terra, carregada de uma forte memória histórica e ancestral, ao se imbricar a condição de classe com a identidade étnica. Assim, uma pesquisa profunda e séria sobre o campesinato não pode se limitar a uma simples descrição das características da diversidade que apresenta em diferentes contextos, ou nomear os novos elementos que o caracterizam, ou os que foram “perdidos”. Qualquer esforço de discussão epistemológico das ciências sociais sem uma implícita reflexão política está, quando menos, incompleta.

As transformações territoriais camponesas na Guatemala se apresentam a partir do gradiente de forças das classes em disputa, às quais se sumam múltiplas dimensões sociais, atores (novas classes) e instituições que surgem no avanço do processo histórico. Reduzir os processos territoriais camponeses à questão material das classes, sem compreender as dimensões étnicas e de gênero, é simplesmente limitar a realidade, embora abordar todas essas dimensões nem sempre é possível, como não foi possível nesta pesquisa. Porém, nosso objetivo epistemológico é contribuir e estimular a discussão do campesinato enquanto classe social, e fornecer dados e metodologias, para pesquisas, debates e críticas subsequentes.

Ainda que esta pesquisa se tenha concentrado no caso específico de algumas comunidades camponesas, nas aldeias do município de Patzicía, as intenções eram bem mais ambiciosas. Exercitar o procedimento de pesquisa e introduzir a discussão teórico-metodológica da geografia como disciplina científico social, nos estudos agrários e territoriais na Guatemala, principalmente porque procuramos realizar uma análise estrutural da realidade social guatemalteca.

A partir da análise das transformações territoriais e dos processos estudados, podemos afirmar que, somente a democratização real e imediata do acesso à terra, e a todos os recursos naturais que isso significa, pode contribuir para uma melhoria substancial nas condições de vida das famílias rurais e camponesas, e na aplicação sustentável na agricultura dos processos técnicos inovadores presentes no século XXI. Mas, também, só a democratização real e impostergável do acesso à terra e aos recursos naturais pode mitigar a vertiginosa carreira à catástrofe ecológica que o capitalismo está provocando na Guatemala.

As lutas territoriais na agricultura e o advento e desenvolvimento da agricultura capitalista em Patzicía não provocou mudanças só na organização interna da unidade doméstica camponesa, e no seu entorno rural, porém provocou mudanças no município todo, visto que foi um fator determinante no desenvolvimento da economia urbana. Desse modo, a economia urbana cresceu paralelamente com a atualização e modernização da agricultura. O que agravou mais ainda a desigualdade local, entre camponeses, *kulaks* e as classes urbanas. Assim, o uso intensivo de capital, tecnologia e informação que começa a ser introduzido na agricultura local, começa a acelerar a acumulação de capital e a concentração de terra no setor agrícola mais moderno, assim como a estimular sua diversificação.

As análises apresentadas nos capítulos anteriores baseiam-se principalmente nas teorias de Oliveira (1986; 1998; 2007; 2016) e de Paulino (2012), apoiados em Amin e Vergopoulos (1977). Na análise estrutural da agricultura sob o capitalismo, a discussão contextual, foram imprescindíveis os conceitos de *monopolização do território* e *territorialização do monopólio* de Oliveira, porém, para estudar os processos de territorialização, assim como as dinâmicas e lógicas internas do campesinato, e a geografia dos camponeses, os conceitos de *terra de trabalho* e *terra de negócio* resultaram extremamente ricos em qualidade interpretativa da realidade camponesa espacial.

Finalmente, como visto, as transformações no uso da terra e território têm significado para as unidades camponesas mais vulneráveis (em processo de *descamponização*), transformações nas noções ao redor da terra, que, como consequência, representam mudanças significativas no projeto político de classe. Só a unidade camponesa com relações diversas com seu entorno (tanto social quanto natural, tanto material quanto simbólico) encarna, na sua luta pela terra, um projeto político que visa uma ordem social camponesa, longe do capitalismo. Como salienta Wolf (1980), a utopia do camponês é aldeia livre, sem funcionários, nem latifundiários, nessa utopia também não tem lugar o Estado, porque ele tem atuado contra essa classe na maioria das vezes. Assim, a utopia territorial camponesa representa uma ordem anarquista do espaço, baseada na interação diversa entre a unidade doméstica camponesa e a

natureza. A partir disso damos resposta à pergunta da pesquisa: *Que transformações territoriais camponesas podem ser observadas no contexto do capitalismo do século XXI no município de Patzicía?*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO-FRADEJAS, A. "Land control-grabbing in Guatemala: the political economy of contemporary agrarian change". *In: Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement*, Vol. 33, No. 4, dezembro, pp. 502-528. 2012.
- ALONSO-FRADEJAS, A. ALONSO, F., e DÜRR, J. *Caña de azúcar y palma africana: combustibles para un nuevo ciclo de acumulación y dominio en Guatemala*. Cidade da Guatemala: IDEAR-CONGCOOP, 2008.
- ALONSO-FRADEJAS, A., CAAL, J., e CHINCHILLA, T. *Plantaciones agroindustriales, dominación y despojo indígena-campesino en la Guatemala del s. XXI*. Cidade da Guatemala: IDEAR-CONGCOOP, 2011.
- ALONSO-FRADEJAS, A. e GAUSTER, S. *Perspectivas para la agricultura familiar campesina de Guatemala en un contexto DR-CAFTA*. Cidade da Guatemala: IDEAR-CONGCOOP, 2006.
- AMIN, S. e VERGOPOULOS, K. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- AKIANTO (Corporación para el Desarrollo, la Innovación y Soluciones Estratégicas, S.A.). *Impacto social y económico del sector agrícola guatemalteco sobre la economía nacional*. Guatemala. 2012.
- AVANCSO (Asociación Para el Avance de las Ciencias Sociales). *Aferrados a la vida: una visión global sobre las estrategias campesinas en San Marcos*. Serie: Cuadernos de Investigación No. 21. Cidade da Guatemala. 2007.
- _____. *Por los caminos de la sobrevivencia campesina I. Las estrategias de producción y reproducción campesina en la zona agropecuaria, comercial y fronteriza del departamento de San Marcos*. Serie: Cuadernos de Investigación No. 12. Cidade da Guatemala, 1999.
- _____. *Por los caminos de la sobrevivencia campesina II. Las estrategias de producción y reproducción campesina en la zona cafetalera latifundista del departamento de San Marcos*. Serie: Cuadernos de Investigación No. 13. Cidade da Guatemala, 2000.
- _____. *Por los caminos de la sobrevivencia campesina III. Las estrategias de producción y reproducción campesina en la zona campesina indígena*. Serie: Cuadernos de Investigación No. 14. Cidade da Guatemala, 2006.

- BELZUNEGUI, B. “El problema de la tierra en Guatemala al final del periodo colonial: datos para su estudio”. In: CASTELLANOS CAMBRANES, J. (org.). *500 años de lucha por la tierra: estudios sobre propiedad rural y reforma agraria en Guatemala*. Vol. 1. Cidade da Guatemala: FLACSO Guatemala, 1992.
- BERTRAND, M. “La lucha por la tierra en Guatemala colonial: la tenencia de la tierra en le Baja Verapaz en los siglos XVI-XIX”. In: CASTELLANOS CAMBRANES, J. (org.). *500 años de lucha por la tierra: estudios sobre propiedad rural y reforma agraria en Guatemala*. Vol. 1. Cidade da Guatemala: FLACSO Guatemala, 1992.
- CABALLEROS, A. *Tierras comunales, agricultura familiar campesina: un análisis comparativo en dos comunidades Q’eqchi’ del norte de Guatemala*. Cidade da Guatemala: IDEAR-CONGCOOP e Editorial Servi Prensa ,2015.
- CASTELLANOS CAMBRANES, J. *Café y campesinos 1853-1897*. Cidade da Guatemala: Editorial Universitaria USAC, 1985.
- _____. *El imperialismo alemán en Guatemala: el tratado comercial de 1887*. Cidade da Guatemala: IIES, USAC, 1977.
- _____. “Tendencias del desarrollo agrario en el siglo XIX y el surgimiento de la propiedad capitalista de la tierra en Guatemala”. In: CASTELLANOS CAMBRANES, J. (org.). *500 años de lucha por la tierra: estudios sobre propiedad rural y reforma agraria en Guatemala*. Vol. 1. Cidade da Guatemala: FLACSO Guatemala, 1992.
- CASAÚS ARZÚ, M. *Guatemala: linaje y racismo*. Cidade da Guatemala: F & G Editores, 2018.
- CEH (Comisión Para el Esclarecimiento Histórico, Guatemala). *Guatemala: causas y orígenes del enfrentamiento armado interno*. Cidade da Guatemala: F & G Editores, 2006.
- _____. *Guatemala memoria del silencio: informe de la Comisión para el Esclarecimiento Histórico*. Tomos I-XII. Guatemala: CEH, 1999.
- CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). *Panorama Social de América Latina*. 2014, (LC/G.2635-P), Santiago de Chile, 2014.
- CHAPARIM, M. e OLIVEIRA, E. “Desafios e reflexões na apreensão afetiva da cidade: a deriva como procedimento metodológico”. In: *Revista Geografia em Atos. Afetos e emoções: abordagens teóricas-metodológicas na análise do Espaço Geográfico*. N. 12. V. 5, p. 60-80, julho, 2019. DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v5i12.6517>
- CHAYANOV, A. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

- CIA (Central of Intelligency Agency). *The world factbook*. Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gt.htm> , 2020.
- CIFUENTES, E. “De la producción de grana a la producción cafetalera”. *In: Revista Economía*, IIES, ano XXII, No. 79, janeiro-março, p. 1-13, 1984.
- COMAS, D. “La globalización, ¿unidad del sistema?: exclusión social, diversidad y diferencia cultural en la aldea global”. *In: GARCÍA-ALBEA, J., CATALÁN, N. e DÍEZ, J. (coords.). Los límites de la globalización*. Barcelona: Editorial Ariel, 2002.
- CRUZ, M. J. M. *Territorialização camponesa na várzea da Amazônia*. Tese de doutorado (Geografia), USP, São Paulo, 2007.
- DARDÓN, R. D. “La formación de la nación guatemalteca y su carácter excluyente: 1808-1821”. *In: Revista Estudios*, IIHAA, No. 49, p. 5-51, 2004.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *El anti-Edipo: capitalismo y esquizofrenia*. Barcelona: Editorial Paidós, 1985.
- _____. *Mil mesetas: capitalismo y esquizofrenia*. Valencia: Pre-textos, 2002.
- DIAZ, A. de R. *El taller del etnógrafo: materiales y herramientas de investigación en etnografía*. Madrid: UNED, 2011.
- DÜRR, J. “Sugar-cane and oil palm expansion in Guatemala and its consequences for the regional economy”. *In: Journal of Agrarian Change*, Vol. 17, No. 3, July, pp. 557-570, 2016.
- ELIAS, D. *Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto, SP*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, EDUSP, 2018.
- ESQUIT, E. *Comunidad y Estado durante la Revolución*. San Juan Comapala: Tujaal Ediciones, 2019.
- _____. *El impacto del movimiento cafetalero en la vida cotidiana del municipio de Patzicía a finales del siglo XIX*. Dissertação de graduação (Historia). Escuela de Historia, USAC, Cidade da Guatemala, 1993.
- _____. “La reconstitución del territorio kaqchikel, durante la dominación colonial española”. [inédito], IDEIPI-USAC, 2021.
- ETTEN, von J. e FUENTES, M. “La crisis del maíz en Guatemala: las importaciones de maíz y la agricultura familiar”. *In: Anuario de Estudios Centroamericanos*, Universidad de Costa Rica. 30(1-2): pp. 51-66, 2004.
- FAO (Food and Agriculture Organization). *Tenencia de la tierra y desarrollo rural*. Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/005/y4307S/y4307S00.pdf>. Livro eletrônico. Roma: ONU para la Agricultura y la Alimentación, 2006.

- FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, J. e CASTELLANOS CAMBRANES, J. “Aspectos socioeconómicos de la propiedad agraria en Guatemala bajo el feudalismo colonial”. In: CASTELLANOS CAMBRANES, J. (org.). 500 años de lucha por la tierra: estudios sobre propiedad rural y reforma agraria en Guatemala. Vol. 1. Cidade da Guatemala: FLACSO Guatemala, 1992.
- FIGUEROA IBARRA, C. *El proletariado rural en el agro guatemalteco*. Cidade da Guatemala: Editorial Universitaria, 1980.
- FLORES ALVARADO, H. *Proletarización del campesinado de Guatemala: estudio de la estructura agraria y las tendencias del desarrollo de la economía capitalista en el sector campesino*. Cidade da Guatemala: Rumbos Nuevos; Piedra Santa, 1971.
- FOUCAULT, M. *La arqueología del saber*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1996.
- _____. *Vigilar y castigar: nacimiento de la prisión*. Madrid: Siglo XXI Editores, 2000.
- FUENTES Y GUZMÁN, F. *Recordación florida: discurso historial y demostración natural, material, militar y política del Reyno de Guatemala*. Tomo I, Vol. VI. Guatemala: Biblioteca “Goathemala”, Sociedad de Geografía e Historia, 1932.
- GARCÍA-RUIZ, J. e MICHEL, P. “América Latina: los evangélicos en la política”. In: S.E.R. *Revue Études*, No. 4145, maio, pp. 583-593, 2011.
- GEERTZ, C. *El antropólogo como autor*. Barcelona: Editorial Paidós, 1997.
- _____. *La interpretación de las culturas*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.
- GIMBOT (Grupo Interinstitucional de Monitoreo de Bosques y Uso de la Tierra). *Mapa de bosques y uso de la tierra 2012 y mapa de cambios en el uso de la tierra 2001-2010 para estimaciones de emisiones de gases de invernadero*. Documento informativo, 16 pp. 2014.
- GLEIJESES, P. “La Reforma Agraria de Árbenz”. In: CASTELLANOS CAMBRANES, J. (org.). 500 años de lucha por la tierra: estudios sobre propiedad rural y reforma agraria en Guatemala. Vol. 1. Cidade da Guatemala: FLACSO Guatemala, 1992.
- GODELIER, M. *Lo ideal y lo material: pensamientos, economías, sociedades*. Madrid: Altea, Taurus Humanidades, Alfaguara, 1989.
- GUATEMALA. Instituto Nacional de Estadística (INE). *IV Censo Agropecuario Nacional*. Cidade da Guatemala, 2004.
- _____. Instituto Nacional de Estadística (INE). *Encuesta Nacional Agropecuaria*. Cidade da Guatemala, 2014.

- _____. Instituto Nacional de Estadística (INE). Encuesta Nacional Agropecuaria. Cidade da Guatemala, 2015.
- _____. Instituto Nacional de Estadística (INE). Encuesta Nacional Agropecuaria. Cidade da Guatemala, 2016.
- _____. Instituto Nacional de Estadística (INE). Encuesta Nacional Agropecuaria. Cidade da Guatemala, 2018a.
- _____. Instituto Nacional de Estadística (INE). Encuesta Nacional Agropecuaria. Cidade da Guatemala, 2020.
- _____. Instituto Nacional de Estadística (INE). XII Censo Nacional de Población y VII de Vivienda. Cidade da Guatemala, 2018b.
- _____. Ministerio de Agricultura, Ganadería y Alimentación (MAGA). *El agro en cifras*. Cidade da Guatemala, 2016.
- _____. Ministerio de Economía (MINECO). *Comercio exterior*. Dirección de Análisis Económico. Cidade da Guatemala, 2020.
- _____. Secretaría de Planificación y Programación de la Presidencia (SEGEPLAN) e Consejo Municipal, Municipio de Patzicía. *Propuesta técnica del plan de desarrollo municipal y ordenamiento Patzicía, Chimaltenango, 2019-2032*. (s.d.).
- HAESBAERT, R. *El mito de la desterritorialización: del “fin de los territorios” a la multiterritorialidad*. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 2011.
- HARVEY, D. *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- _____. *Breve historia del neoliberalismo*. Madrid: Ediciones Akal, 2007.
- _____. *Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo*. Quito: Editorial IAEN, 2014.
- _____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- _____. *Space of neoliberalization*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag Publisher, 2005.
- _____. *The limits of capital*. Oxford: Basil Blackwell Publisher, 1982.
- HANDRY, J. “Reforma y contrarreforma: la política agraria en Guatemala, 1952-1957”. In: CASTELLANOS CAMBRANES, J. (org.). *500 años de lucha por la tierra: estudios sobre propiedad rural y reforma agraria en Guatemala*. Vol. 1. Cidade da Guatemala: FLACSO Guatemala, 1992.
- HERRERA, C., RAMOS, B. e VÁSQUEZ, S. “Inserción de los agricultores patzicienses en el mercado global”. In: LATHROP, G. e PÉREZ SAÍNZ, J. (coords.). *Desarrollo*

- económico local en Centroamérica: estudios de comunidades globalizadas*. San José: FLACSO-Costa Rica, 2004.
- HERRERA, S. e ROJAS, M. “El añil en Centroamérica siglos XVII-XVIII”. In: Revista Estudios, Universidad de Costa Rica, Nos. 14 e 15, p. 41-55, 1997-1998.
- IARNA-URL (Instituto de Agricultura, Recursos Naturales y Ambiente, Universidad Rafael Landívar y Asociación Instituto de Incidencia Ambiental). *Perfil ambiental de Guatemala: tendencias y reflexiones sobre la gestión ambiental*. 250 pp. 2006.
- INFANTE, R. “Tendencias del grado de heterogeneidad estructural en América Latina, 1960-2008”. In: INFANTE, R. (coord.). *El desarrollo inclusivo en América Latina y el Caribe: ensayos sobre políticas de convergencia productiva para la igualdad*. Santiago: CEPAL, 2011.
- INS e ADC (Instituto Norte-Sur e Cooperación Austriaca para el Desarrollo). *Campesinado y globalización neoliberal*. Guatemala: Ediciones Ceibas, (s.d.).
- IVIC, M. “Historia de los Xpantzay de Tecpán Guatemala introducción”. In: CABEZAS, H. (coord.) *Crónicas mesoamericanas tomo II*. Cidade da Gwaemala: Publicaciones Mesoamericanas, Universidad Mesoamericana, 2009.
- _____. “Principales ciudades mayas postclásicas del altiplano de Guatemala” In: CABEZAS, H. (coord.) *Ciudades Mesoamericanas*. Cidade da Guatemala: Publicaciones Mesoamericanas, Universidad Mesoamericana, 2012.
- KAQJAY (Comunidad Kaqchikel de Investigación). *Kaqjay (2006-////)*. Cidade de México: FIEBRE Ediciones, 2018.
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial Ltda., 1980.
- KAY, C. *El sistema señorial europeo y la hacienda latinoamericana*. Cidade do México: Editorial Era (Serie Popular), 1980.
- LEAL, F. *El oficio de la guerra: la seguridad nacional en Colombia*. Bogotá: Tercer Mundo Editores-Iepri, Universidad Nacional de Colombia, 1994.
- LEFEBVRE, H. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1978.
- _____. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros S. L., 2013.
- LÓPEZ, M., FIGUEROA, J. e PELAES, C. *Diagnostico socioeconómico, potencialidades productivas y propuestas de inversión: Municipio de Patzicía departamento de Chimaltenango*. Informe geral de EPS, Vol. I. Facultad de Ciencias Económica y Sociales, USAC, Cidade da Guatemala, 2010.
- LÊNIN, V. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

- MARTINEZ PELÁEZ, S. *La patria del criollo: ensayo de interpretación de la realidad colonial guatemalteca*. Cidade da Guatemala: Editorial Universitária USAC, 1970.
- MARTINS, J. *O cativo da terra*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- MAYA, G. *La ley agrícola 480 de los EEUU*. Disponível em: <http://www.elmundo.com/portal/resultados/detalles/?idx=84280>, El Mundo, 2008.
- MINGORRÍA, S. “Violence and visibility in oil palm and sugarcane conflicts: the case of Polochic Valley, Guatemala”. *In: The Journal of Peasant Studies*. Maio, 2017. [DOI: 10.1080/03066150.2017.1293046].
- MOLINA, J. *El análisis de redes sociales, una introducción*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2001.
- MONTAÑA, E. *Escenarios de cambio ambiental global, escenarios de pobreza rural: una mirada desde el territorio*. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2013.
- MONTERROSO, J. *Elementos teórico-metodológicos para el abordamiento de la cultura y organización del campesinado indígena, a partir de la experiencia de la década de los ochenta*, Dissertação de graduação (Antropologia). Escuela de Historia, USAC, Cidade da Guatemala, 1991.
- OLIVEIRA, A. *A mundialização da agricultura brasileira*. São Paulo: Iände Editorial, 2016.
- _____. “Agricultura brasileira: transformações recentes”. *In: ROSS, J (org.). Geografia do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- _____. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- _____. *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- ORTIZ, L. “Reseña histórica de la producción del café en Guatemala y la migración de trabajadores temporeros agrícolas (1774-2000)”. *In: Revista Estudios, IIHAA, No. 50, p. 79-107, 2005*.
- PADILLA, D. *La ley de aguas y la regulación del derecho humano al agua en Guatemala: debates y desafíos*. Plaza Pública e OXFAM, Guatemala, 2020.
- PAULINO, E. *Por uma geografia dos camponeses*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- PAULINO, E. e ALMEIDA, R. *Terra e território: a questão camponesa no capitalismo*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- PÉREZ, O., ROCA, G. de la, HERRERA, A., LÓPEZ, M., RODAS, I., e RODRÍGUEZ, A. *Cambios económicos producidos por la expansión de la horticultura de exportación en la organización social de las configuraciones socioculturales de Patzicía y Zaragoza,*

- Chimaltenango*. Cidade da Guatemala: Llenera, DIGI e Escuela de Historia, USAC, 1991.
- PINTO SÓRIA, J. *Estructura agraria y asentamiento en la Capitanía General del Guatemala*. Cidade da Guatemala: Editorial Universitaria, USAC, 1981.
- PLOEG, J. D. van der. *Nuevos campesinos: campesinos e imperios alimentarios*. Barcelona: Icaria Editorial, 2010.
- PUJADAS, J. i M. (coord.). *Etnografía*. Barcelona: Editorial UOC, 2010.
- RECINOS, A. *Memorial de Sololá, anales de los kaqchikeles*. Cidade da Guatemala: Piedra Santa, 2007.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- ROCA, J. i G. “Los estudios de comunidad”. In: PUJADAS, J. i M. (coord.). *Etnografía*. Barcelona: Editorial UOC, 2010.
- RODAS, I. “En búsqueda de la diversidad de los ladinos” In: Revista Estudios, IIHAA, 29, 2-96, No. 29, p. 3-96, 3 época, agosto, 1996.
- RODAS, I. e ESQUIT, E. *Elite ladina, vanguardia indígena: de la intolerancia a la violencia, Patzicía 1944*. Cidade da Guatemala: IIHAA, 1997.
- ROMERO, W. *Cadenas de valor*. Disponível em: <http://www.url.edu.gt/PortalURL/Archivos/56/Archivos/cadenas.pdf>. Livro eletrônico. Instituto de investigaciones económicas y sociales: URL, 2006.
- SACK, R. *Human territoriality: its theory and history*. London: Cambridge University Press, 1986.
- SAGASTUME, T. “La política agraria del primer liberalismo en Guatemala, 1823-1837”. In: Revista Estudios, IIHAA, vol. I, cuarta época, p. 11-46, 2016.
- SÁNCHEZ, C. e SUÁREZ, M. “Evolución de la producción y el comercio mundial de la grana cochinilla, siglos XVI-XIX”. In: Revista de Indias, vol. LXVI, no. 237, p. 473-470, 2006.
- SANTOS, J. V. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- SANTOS, M. *La naturaleza del espacio: técnica y tiempo, razón y emoción*. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.
- SARTRE, J. *Crítica de la razón dialéctica*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1963.
- SHANIN, T. *La clase incomoda: sociología poética del campesinado en una sociedad en desarrollo*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

- _____. *Naturaleza y lógica de la economía campesina*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.
- SMITH, R. “La producción y el comercio del añil en el Reino de Guatemala” *In: Revista Estudios, IIHAA, No. 5. p. 91-151, 1972.*
- SOARES, A. e SANTOS, M. “A territorialidade e o território na obra de Robert David Sack”. *In: Geografia (Londrina) V. 27. N. 1. p. 7-25, abril, 2018. DOI: 10.5433/2447-1747/2018.v38n1p7*
- SOUZA, M. L. de. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. *In: CASTROM, I. et al. (coords.). Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- _____. *Os conceitos da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.
- STAVENHAGEN, R. *Las clases sociales en las sociedades agrarias*. Cidade de México: Siglo XXI Editores, 1975.
- TARACENA ARRIOLA, A. *Invención criolla, sueño ladino, pesadilla indígena, los Altos de Guatemala: de región a Estado, 1740-1850*. San José: Porvenir, 1997.
- TOCÓN-AJSIVINAC, E. “Ciudades e indios: divergencias en la producción del espacio propuestas para un estudio comparativo Manaus, AM Brasil / Patzicía, CH, Guatemala”. *In: FARIA, I. Descolonizando a academia: cruzando os rios da interculturalidade, percorrendo as trilhas do saber para autonomia*. Curitiba: Editora CVR, 2020.
- _____. *De lo global a lo local: la economía familiar campesina en Patzicía, 2005-2016*, dissertação de graduação (Antropologia). Escuela de Historia, USAC, Cidade da Guatemala, 2018.
- TONUCCI, J. “Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica”. *In: Revista Espinhaço*, pp. 41-51. 2013
- WALTER, L. *America, Russia, and the Cold War 1945-2002*. New York: McGraw Hill, 1997.
- WINKLER, K. *La territorialidad tz’utujil frente a la expansión de la caña de azúcar*. Cidade da Guatemala: IDEAR-CONGCOOP, 2013.
- WOLF, E. *Los campesinos*. Barcelona: Editorial Labor, 1971.
- _____. *Los campesinos*. Barcelona: Editorial Labor, 1975.
- _____. *Luchas campesinas del siglo XX*. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 1980.
- _____. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

YASHAR, D. "The Liberal Authoritarian period 1870-1940". *In: Demanding democracy, reform and reaction in Costa Rica and Guatemala 1870-1950*. California: Stanford University Press, 1997.

APÊNDICE

Códigos de instrumentos:

Primeiro conjunto de códigos, tipo de instrumento:

C = Camponês (entrevistas feitas em 2016-2017)

P = Povo (entrevistas inéditas feitas em 2017)

TC = Território Camponês (entrevistas feitas em 2021)

GF = Grupo Focal (feitos em 2021)

p = Piloto

Segundo conjunto de códigos, localização geográfica:

P = Patzicía

1 = Região Sul 1

A = Aldeia Pahuit

B = Aldeia Cerro Alto

2= Região Sul 2

C = Aldeia San Lorenzo

D = Aldeia Warab'al

3= Região Central

E = Área urbana de Patzicía

4 = Região Norte

F = Aldeia El Potrerio

G = Aldeia Las Parcelas

5 = Aldeias da região La Esperanza

H = La Esperanza

6 = Região Leste

I = Aldeia El Sitán

CDGT = Cidade da Guatemala

CH = Chimaltenango

Terceiro conjunto de códigos, tipo de entrevistado:

I = Camponês

II = Empresário agrícola local

III = Autoridade municipal / estatal

III1 = Autoridade local tradicional ou não estatal

IV = Elite interview